

Defesa Nacional



NOVEMBRO
1950

NÚMERO
436

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.

General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.

General ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1950

N. 436

SUMÁRIO

	Págs.
Emenagem.....	3
Editorial.....	5
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — X — Cel. Niso Montezuma.....	9
O mistério do tiro em marcha — Tradução do Cap. João B. Santiago Wagner.....	17
Construção da régua de tiro — Cap. Walter dos Santos Meyer.....	21
Alimentação — 1º Ten. Jair de Matos Montedônio.....	27
Relações públicas do Exército — Staff.....	33
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — VII — Um problema secular — Ten.-Cel. Adalardo Falho.....	37
Revista — Maj. Arlindo Vianna.....	41
A seleção psicológica dos recrutas pela série Ombredane — Cap. Dr. Nelson Bandeira de Mello.....	47
Economia e Finanças:	
A realidade da situação nacional — Cel. J.B. Magalhães.....	71
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Aproveitamento do São Francisco — II — Gen. Antônio de Castro Nascimento.....	73
Uma batalha e seus ensinamentos — Maj. W.F. Bouças.....	79
Enérides de um Regimento de Artilharia — Ten. Rubens Mário Jobim.....	81
OPINIÕES	
O que significa para o mundo a guerra na Coreia — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	93
Atuação do cavalo militar: Recria de Potros — IV — Ten.-Cel. Hermenegildo de Oliveira Carneiro.....	95
Reflexões sobre o comando em tempo de paz — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	99
Pela única — Cap. Eugênio Menescal Conde.....	109
Paradizmos a nossa Infantaria — Cap. Rui de Alencar Nogueira.....	111
Detenção não dá cadeia... mas administração dá!... — Maj. Z.....	122
DIVERSOS	
10 de novembro de 1935 — O Brasil e o comunismo — Ten. Ruy Colares Machado.....	123
Almeida do Himalaia — J. Pires do Rio.....	129
Ordens Militares.....	133
Oratório & Legislação.....	135

HOMENAGEM

GENERAL OROZIMBO MARTINS PEREIRA**Falecido em 12-VIII-950**

Perdeu o Exército um dos seus mais dedicados servidores, e seus camaradas um excelente companheiro.

O General Orozimbo Martins Pereira foi um desses oficiais que desde o início da carreira se tornam credores da admiração e da estima de seus chefes e camaradas pela honestidade, pela atividade profícua com que desempenham seus deveres profissionais. Foi sempre um trabalhador infatigável quer na tropa, quer nas Escolas, quer nos Estados-Maiores.

A instrução militar prodigalizou êle o sólido curso de sua capacidade profissional esmeradamente cultivada. Foi instrutor na Escola Militar, na Escola das Armas, na Escola de Estado-Maior, e comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro e, em todos êsses estabelecimentos, deixou traços marcantes de instrutor de escol.

Organizou, como Coronel, a Defesa Passiva Anti-aérea, dando a êsse serviço a maior eficiência compatível com as circunstâncias da época. E seu melhor elogio está na aceitação que seus trabalhos mereceram dos organizadores dessa Defesa, nos Estados Unidos da América do Norte, que não somente aprovaram suas criações e sugestões, como adotaram algumas delas.

Ao saudoso e estimado companheiro, "A Defesa Nacional" rende aqui esta singela mas significativa e sincera homenagem.

EDITORIAL

A ASSISTÊNCIA SOCIAL AS FÔRÇAS ARMADAS

É uma necessidade imprescindível que cada dia mais se impõe!

É dever das altas autoridades e, particularmente, dos Chefes Militares envidarem todos os esforços no sentido de que se preservem ou se poupem as Fôrças Armadas da necessidade de se terem de imiscuir na luta pelas "coisas cumuns da vida normal".

Ninguém desconhece que as Fôrças Armadas, pela sua própria organização e pela sólida união que deve existir entre seus membros, não podem deixar de se constituírem em verdadeira potência no campo da cooperação social.

Todo o individuo tem o "direito natural" de aspirar a viver uma vida relativamente confortável, de desejar ver seus filhos educados e sadios, de pretender possuir moradia própria aonde se possa serenamente recolher quando chegarem os dias da velhice.

É um direito natural, honesto e defensável. Diferencia-se muito das ambições de luxo, prazeres, gozos mundanos: automóveis caros, "boites" elegantes, cassinos, teatros, turismo no estrangeiro, etc., etc.

Aquele é justo que se aspire; estas são incompatíveis com o sacerdócio da carreira das armas.

Ao observador atento, porém, não escapa que, à míngua de eficiente apoio oficial e por falta de acentuado espírito de cooperação dentro da classe, pouco a pouco, levado por contingências naturais, o pessoal que compõe as Fôrças Armadas começa a se ver envolvido nos duros embates pelo "pão nosso de cada dia"...

A declaração formal, comum hoje em dia, daqueles que — simples oficiais das armas ou técnicos militares — aguardam completar um determinado número de anos de serviço para deixarem a arma e ingressarem em atividades lucrativas da vida civil; a vagueza com que outros não só desejam como aceitam cargos civis sejam quais forem; a prática imoderada e imprópria de atos de compra e venda de bens ou utilidades diversas a cata de lucros, por parte de outros ainda; a vida de alguns permanentemente presa a empréstimos repetidos ou reformados; são

índices claros que fixam uma situação e revelam tendências impostas, talvez, pelo constante e assustadoramente crescente aumento do custo de vida entre nós (1).

Nestes últimos anos muita gente enriqueceu natural ou acrobaticamente, muito em particular nos grandes centros como as Capitais.

Graças à famigerada inflação já tão debatida, houve grandes facilidades de negócios e todos que — civis ou militares — souberam cusar metendo fundo a mão no saco das oportunidades ou que, vorazmente, se lançaram à luta — com ou sem túnica, vestindo ou não casaco —, fizeram-se "independentes"...

Alguns militares, não muito adaptados aos rigores e hábitos de renúncia da carreira que abraçaram, tentaram infiltrar-se no terreno que se lhes mostrou favorável e, abandonando preconceitos, deveres e até compromissos de consciência, embrenharam-se na floresta sombria e, emparelhando-se com civis sabidos e argutos, não resistiram às atrações da riqueza.

Fôrça é convir que esses elementos, embora pouco numerosos, pelo exemplo que oferecem, constituirão por algum tempo, fatal tentação aos de espírito mais fraco ou de vocação profissional menos acentuada.

* * *

No que tange ao Exército, no terreno da assistência social, muita coisa se poderia fazer tendo em vista minorar as agruras da vida presente resguardando a massa bem intencionada daquelas tentações perigosas.

Por exemplo, a Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra e a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, são duas instituições de cooperação social que podiam e deviam existir há mais de trinta anos. Entretanto, a primeira operando em campo muito restrito, assegurou assistência a uma minoria insignificante e a segunda, somente agora em 1950, ensaia os primeiros passos, não passando ainda, senão, de uma grande esperança.

O importantíssimo problema da assistência médico-hospitalar não está resolvido. A Policlínica Militar, servida por especialistas competentes e dotada de aparelhagem técnica moderna, existe apenas na Capital da República e assim mesmo funcionando em horários apertados, exigindo incômodas madrugadas para obtenção, em "filas" hierarquicamente promiscuas, do cartãozinho numerado em série bem limitada... E que a necessidade da consulta ou do exame não se apresente num sábado ou num feriado...

(1) Ler "A Formação do Chefe Militar — Lições que nos vem de fora", Cel. Ivano Gomes, "A Defesa Nacional", maio de 1950.

A Farmácia
Rio de Janeiro e
a que pode aten
Hospitais em
algumas guarniç
simas.

Praticamente
cionando em todo
tanto, é voz corre
náveis, o plano d
melhor estudado,
acondicionamento
aperfeiçoados.

Não nos deve
riças. É preciso
assistência social
tural fácil de ser
lências.

Aos Clube e C
nistrativas, compet
seus componentes
facilitar a vida do
cessidade de, para
proibidas pelos est
páveis com o des

Cruzar os braços
que as Forças Arm
arrastadas no turbu
teresses pessoais e
pátria.

Que será da P
a vir para a rua d
diana e, desenfrear
ameaçadoramente,

Urge, pois, proc
os problemas apont

Que a Nação p
treques inteiramente
no seu pessoal o dir
um luxo mas sem

NOTA — Dois fatos c
— início do funciona
Militar;
— publicação do Avi
Serviço de Assistência Sa

A Farmácia Central do Exército, parece, também só existe no Rio de Janeiro e, quanto ao seu sortimento, é raro o receituário a que pode atender totalmente.

Hospitais em condições de receber famílias encontram-se em algumas guarnições, mas sempre com disponibilidades limitadíssimas.

Praticamente o único serviço de assistência que vem funcionando em todo o território nacional é o de subsistência. No entanto, é voz corrente que seus preços poderiam ser mais favoráveis, o plano de localização de seus armazéns mereceria ser melhor estudado, os sistemas de pagamento, de atendimento, de acondicionamento, de entrega, etc., deveriam mostrar-se mais aperfeiçoados.

* * *

Não nos devemos conformar com ensaios e amostras de serviços. É preciso que penetremos a fundo no campo objetivo da assistência social. O ser assistido deve tornar-se um direito natural fácil de ser obtido e não um favor dependente de benevolências.

Aos Clubes e Círculos Militares e mesmo às Unidades Administrativas, compete incentivarem ou promoverem a união de seus componentes em torno de iniciativas que concorram para facilitar a vida do militar e sua família, resguardando-o da necessidade de, para viver decentemente ter de recorrer a atividades proibidas pelos estatutos básicos das Forças Armadas ou incompatíveis com o decore e o moral da classe.

Cruzar os braços, individualmente ou como autoridade; deixar que as Forças Armadas por seus quadros permanentes sejam arrastadas no turbilhão das lutas pela sobrevivência ou por interesses pessoais e ambições políticas; é quase crime de lesa-pátria.

Que será da Pátria quando suas Forças Armadas chegarem a vir para a rua disputar os bens materiais comuns à vida cotidiana e, desenfreado-se nas contendas, passarem a empregar, ameaçadoramente, a pressão de suas próprias armas?

Urge, pois, procurar uma solução enquanto não se agravam os problemas apontados.

Que a Nação possa confiar nas suas Forças Armadas, entregues inteiramente à sua nobre e sagrada missão, assegurando ao seu pessoal o direito a uma vida "honesta, satisfeita, honrada, sem luxo mas sem privações".

NOTA — Dois fatos ocorreram depois de escrito o presente "Editorial":

— Início do funcionamento da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar;

— publicação do Aviso n. 253, de 19-VIII-50, o qual cogita da criação do Serviço de Assistência Social para os civis e militares do Ministério da Guerra.

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

X

5. Parece, porém, que, a Comissão revisora não se apercebeu da perigosíssima inovação constante dos arts. 39, n. XI, 112, 117, 122 e 161, § 3º do anteprojeto atual, herança do não aprovado em 1945, nos os quais — sob a designação de Juizes, em geral — se pretende conferir ao Superior Tribunal Militar atribuições disciplinares sobre os Juizes Militares, obedecer (art. 112), é muito vago. Em que? Na jurisprudência? Como conciliar essa obediência com o dispositivo segundo o qual:

"Art. 220. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova"?

Dentre as recentes emendas incorporadas ao Código da Justiça Militar Norte-americana existe uma, ao art. 88, que:

"Proíbe expressamente que qualquer comandante ou autoridade que haja nomeado um Conselho de Justiça, possa censurar, repreender ou admoestar (1) o Conselho ou um de seus membros, em virtude das conclusões ou das sentenças adjudicadas ou ainda por motivo de qualquer de suas

atividades judiciais. A menor tentativa de coação ou de influência ilegal sobre o Tribunal Militar é terminantemente proibida" (2).

Por aqueles dispositivos do anteprojeto, entretanto, o S.T.M. passará a ter ação disciplinar sobre os oficiais, quando em função judicante, se tal acontecer dar-se-á o cerceamento no exercício dessa função.

Para a própria garantia da independência do juiz militar, convém que não se estenda sobre ele a alçada disciplinar do Superior Tribunal Militar. Aqui convém frisar, novamente, que os Exmos. Srs. Ministros togados não aceitaram a militarização, em 1933, com receio de que os comandos cerceassem a necessária liberdade dos Auditores, a pretexto da sua ação disciplinar, não obstante a alegação de que esta caberia ao Presidente do Tribunal. Agora, decorridos 16 anos, desejam que o Tribunal exerça tal ação sobre os juizes militares e em condições vagas, imprecisas. Mas é evidente que qualquer poder que funcione sem limitações ou restrições legais é ditadura...

N.R. — Continuação do número de outubro de 1950.

(1) E muito menos suspender por 30 dias com perda de gratificações...

(2) Normas da Justiça Militar, artigo do Maj. Gen. Thomas H. Green, Incorador Geral da Justiça Militar — publicado na Military Review, edição inglesa, n. 7, de outubro de 1948.

ência "as ordens dos superiores hierárquicos, mediante rigorosa observância dos regulamentos e o emprego de todas as energias em benefício do serviço". Em seus arts. 15 e 16 estabelece a situação hierárquica sem se referir àquela colendo órgão da Justiça como a ele, também, não se refere o Decreto-lei n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942 (Regulamento Disciplinar do Exército) em seus artigos 2º e 37, nos quais estabelece a competência para a aplicação de penas disciplinares.

a) No entanto há quem pretenda que os dispositivos supracitados: "não inovam, nem com eles se pretendem ampliar os poderes do Supremo Tribunal Militar, atribuindo-se-lhe a faculdade de punir disciplinarmente a oficial das Forças Armadas".

"Quanto à inovação, basta o simples exame do atual Código da Justiça Militar na parte referente à jurisdição disciplinar do Supremo Tribunal Militar (arts. 66 a 69, 91 letra i), 260, 272 § 5º)";

"A ação disciplinar do Tribunal abrange civis e militares, na sua única e própria condição de órgãos da administração da Justiça Militar";

"A ação disciplinar sobre o militar em função referente à Justiça Militar pertence ao órgão supremo da Justiça Militar, sendo reservada à autoridade administrativa militar a ação disciplinar sobre o militar fora do exercício dessa função";

"Os arts. 39, n. X, 57, número II e 138, § 1º do anteprojeto dispõem sobre a providência disciplinar relativa aos indiciados ou acusados em processo militar, providência atribuída à competência da autoridade administrativa e não judiciária".

b) Inicialmente, é de se observar que não houve referência ao arguido aspecto constitucional da questão.

A esse silêncio seguiu-se a negatividade de que se trate de inovação, enfileirando insinceramente uma série de artigos que, sem nada terem com a questão, poderiam impressionar espíritos menos convictos e menos argutos. Senão vejamos. Dos artigos invocados, do Código atual: — o 67 refere-se ao "Secretário e o pessoal da Secretaria e Portaria do Supremo Tribunal Militar" e, que, por conseguinte, não são oficiais das Forças Armadas;

— o 68 está na mesma situação do anterior porque se refere aos "Escrivães e mais funcionários da Justiça Militar", que, também não são oficiais das Forças Armadas;

— o 260 já tem aspecto diferente e, por isto, basta transcrevê-lo para demonstrar a "boa fé" de quem o invocou:

"sem prejuízo da ação penal em que incidir, será multado pelo Supremo Tribunal Militar, em 200\$0 a 500\$0, o juiz, o membro do ministério público ou qualquer funcionário da justiça que der causa a nulidade dos processos, por infração expressa no art. 252";

— o art. 272, § 5º — como o anterior — foi invocado só para fazer número — tem aspecto especial, em relação à questão suscitada: diz ele:

"A autoridade ou qualquer pessoa que, de algum modo em razão de sua função, embarçar ou procrastinar a expedição de ordem de habeas-corpus, informações sobre a causa da prisão, a condição e apresentação do paciente, ou sua soltura será multado pelo Supremo Tribunal Militar na quantia de trezentos a seiscentos mil reis — (300\$0 a 600\$0), além da sanção penal em que incorrer na forma da lei".

Assim, dos artigos invocados restam ser apreciados os de ns. 66, 69 e 91, letra i), os quais, no en-

tanto, para poderem ser convenientemente interpretados, precisam ser comparados a outros dispositivos, a seguir:

CÓDIGO DA JUSTIÇA DE 1926

(alterado pelo Decreto n. 24.803, de 14-VII-934.)

Art. 66. Os Auditores e advogados de ofício, promotores e escrivães são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas, respectivamente, pelo Supremo Tribunal Militar, por intermédio do seu presidente, e pelo procurador geral:

- a) advertência particular;
- b) censura pública ou reservada;
- c) suspensão do exercício até 60 dias.

O Decreto n. 19.532, de 27-XII-930 deu outra redação a esse artigo.

Essas penas serão aplicadas, não só quando a indisciplina ou ato de desrespeito for praticado contra o Supremo Tribunal ou contra qualquer dos seus membros, como também, quando cometido pelo promotor contra o Procurador Geral, sejam quais forem os meios usados.

Da comparação desses textos ninguém, de boa fé contestará que:

1º. o dispositivo, inicialmente, não abrange os militares;

2º. se vem por lanços transformando auditores em juizes-auditores, em juizes e em juizes em geral, para estabelecer confusão e chegar ao fim pretendido: punir disciplinarmente os militares;

3º. que é inovação e tão perigosa que não deve ser mantida.

c) E não é só. Ainda que, no Código de 1926, alterado pelo De-

CÓDIGO DA JUSTIÇA ATUAL

Art. 66. Os juizes, advogados de ofício, escrivães e promotores são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas respectivamente, pelo Supremo Tribunal, por intermédio do seu presidente; e pelo procurador geral:

- a) advertência particular;
- b) censura reservada ou pública;
- c) suspensão do exercício até 30 dias, com perda de gratificação.

Parágrafo único. Essas penas serão aplicadas não só quando a indisciplina ou ato de desrespeito for praticado contra qualquer dos seus membros, como também quando cometido pelo promotor contra o Procurador Geral, sejam quais forem os meios usados.

ANTEPROJETO

Art. 122. Os juizes, em geral, o subprocurador, os promotores, os advogados de ofício, os escrivães e os oficiais de justiça são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas, respectivamente, pelo Superior Tribunal Militar, por intermédio do seu presidente e pelo procurador geral:

- I — advertência;
- II — censura;
- III — suspensão do exercício do cargo até 30 dias, com perda da gratificação.

unidade, de ajuizar estado-maior Conselho de Justiça posto de capitão várias funções.

de distinguir função que significa em como o de auditor e escrivão

Verifica-se, evidentemente, a penalidade por suspensão do aparece suspensão cargo. Evidentemente

extensão que se porque as funções exercidas sem pre (art. 14 do anteprojeto)

porcionam gratificação aplicação da pena do art. 122 também

linar das demais funções das de justiça permanecerá nella aplicação? O Superior

tem competência? Parece que não. Militares estabelecidos

que se revelar inapropiado a função que exerce "todo" e não deixa prescreve (§ 2º do

"São competentes para suspender a suspensão militar:

a) no Distrito Militar das praças;

b) fora do Distrito Militar dos Comandantes

CÓDIGO DA JUSTIÇA

Art. 69. As penalidades neste Código

Art. 72. Os juizes do Superior Tribunal Militar ter

creto n. 24.803, de 14-VII-934, se diminuiu a pena de suspensão do exercício de 60 para 30 dias, não se conseguiu uma coincidência perfeita entre as penalidades estabelecidas para os serventuários da justiça com as que podem ser aplicadas aos militares.

Segundo o Capítulo III, arts. 22 e 23, do Estatuto dos Militares, o exercício de atividade específica da profissão, nas Forças Armadas, caracteriza a função militar. Assim, um capitão poderá achar-se nas funções de comandante de sub-

Este artigo foi suprimido pelo Decreto n. 24.803, de

unidade, de ajudante, de adjunto, num estado-maior, ou de juiz de Conselho de Justiça. Isto é, do seu posto de capitão podem decorrer várias funções. No caso há, pois, de distinguir *funções de cargo*, do que significa emprego, exercício como o de auditor, promotor, advogado e escrivão.

Verifica-se, então, que inicialmente, a penalidade era designada por *suspensão do exercício* e, agora, aparece *suspensão do exercício do cargo*. Evidentemente não cabe a extensão que se lhe pretende dar porque as funções judicantes são exercidas sem prejuízo das demais (art. 14 do anteprojeto) e não proporcionam gratificação especial; a aplicação da penalidade do n. III do art. 122 também afastaria o militar das demais funções, independentes das de justiça? O militar permanecerá nelas sem a gratificação? O Superior Tribunal Militar tem competência para isso?

Parece que não. O Estatuto dos Militares estabelece: "O Oficial que se revelar incompatível com a função que exerce, será dela afastado" e não deixa dúvidas quando prescreve (§ 2º do art. 24):

"São competentes para determinar a suspensão da função militar:

- a) no Distrito Federal, os titulares das pastas respectivas;
- b) fora do Distrito Federal os Comandantes de Zona Mi-

litar, Distrito Naval e Zona Aérea, que deverão submeter o ato ao respectivo titular, o qual se o aprovar, mandará submeter o oficial a julgamento de acordo com a legislação em vigor".

Então, ninguém — de boa fé — contestará que:

1. no caso, *função* não é o mesmo que *cargo*;

2. a suspensão do exercício prevista no Código não tem as mesmas causas nem as mesmas consequências do *afastamento das funções* e, por conseguinte, aquela não se aplica aos militares;

3º. a suspensão do exercício é punição disciplinar para civil mas não o é para militar, não só por não estar prevista no Regulamento Disciplinar como porque o *afastamento das funções*, para o militar, tem caráter muito mais sério e é de tal forma excepcional que sobre exigir aprovação do respectivo Ministro de Estado implica em julgamento por conselho, o que não acontece no caso daquela, com os civis;

4º. entre as autoridades competentes para afastar os militares das funções o Estatuto não se refere ao Superior Tribunal Militar.

Tudo o que foi dito confirma que o art. 66 do atual Código da Justiça Militar não deve englobar os militares quando se refere a juizes: trata, apenas, dos auditores.

d) Ainda mais:

CÓDIGO DA JUSTIÇA DE 1926

Art. 69. As penalidades estabelecidas neste Código para os auditores e funcionários da Justiça, serão, quando aplicadas, transcritas nos respectivos assentamentos.

Art. 70. O auditor ou funcionário, a quem tiver sido imposta a pena disciplinar, poderá pedir sua reconsideração, ou relevação, à própria autoridade que a tiver aplicado.

Art. 72. Os juizes e funcionários da Justiça Militar terão as seguintes graduações militares, que são meramente honoríficas...

Este artigo foi suprimido pelo Decreto n. 24.893, de 14-VII-934.

CÓDIGO DA JUSTIÇA ATUAL

Art. 69. Incorrem nas penas estatuidas nos arts. 66 a 68, além da demissão prevista neste Código os juizes e funcionários da Justiça Militar, em todos os casos de negligência, falta de cumprimento do dever, irregularidades de conduta, desrespeito ou desatenção às ordens de seus superiores hierárquicos, descortesia no trato de seus companheiros ou das partes interessadas, no desempenho da função.

A leitura atenta dos dispositivos supratranscritos evidencia:

1º. Literalmente, que as penalidades se referem aos auditores e aos funcionários da justiça;

2º. que, a expressão juízes, às vezes usada, não se refere aos militares porque:

— a esses não poderiam ser concedidas graduações militares meramente honoríficas;

CÓDIGO DE 1926

Art. 99. Ao Supremo Tribunal Militar compete privativamente:

h) advertir, censurar ou suspender do exercício até sessenta dias, nos acórdãos, a juízes inferiores e mais funcionários, por omissão ou faltas, no cumprimento do dever.

f) Diante do exposto não é mais lícito negar — de boa fé — que as disposições consideradas, isto é, os arts. 39, n. XI; 112, 117, 122 e 561, constituem inovação e inovação perigosa e contrária à Constituição da República e à legislação militar básica.

Além disso é preciso considerar, de um lado, que os militares, membros dos Conselhos das Unidades, sendo designados pelos respectivos Comandantes, a estes cabe fiscalizar a execução de suas ordens e, de outro lado, os juízes membros de outros Conselhos — especiais e permanentes — apesar de não perderem a condição militar devem ser:

"Independentes no exercício das suas funções judicantes. Neste particular não têm superiores. Devem sempre se inspirar em sua consciência, na lei e na prova dos autos".

É preciso que jamais se ponha em dúvida a independência do juiz militar.

"É fato que não pode haver justiça verdadeira sem grande

— os militares jamais foram demissíveis no regime republicano brasileiro...

3º. que a expressão juízes é empregada como sinônimo de auditores, no art. 69 do Código atual.

e) Falta, apenas, considerar um dos artigos invocados — o 91, letra i). Mas, para provar que ele não autoriza o S.T.M. a punir disciplinarmente os militares basta a seguinte comparação:

CÓDIGO ATUAL

Art. 91. Ao Supremo Tribunal Militar compete:

i) advertir, censurar, nos acórdãos, os juízes inferiores e mais funcionários por omissão ou falta no cumprimento do dever, e suspender-lhes o exercício das funções até trinta dias com perda de gratificação, quando se tratar de omissão ou falta grave.

zelo pela independência e imparcialidade por parte dos encarregados de fazê-la, mas nada autoriza a negar essa qualidade essencial ao juiz militar, envergando o uniforme ou vestindo a toga, desde o momento em que chega à pretoria para fazer justiça, o magistrado deve ficar livre de todas as contingências exteriores, reconhecendo apenas as exigências sagradas do direito e da igualdade" (A Justiça Militar Francesa artigo de André Sauvageot — publicado no n. 6, de Military Review, edição brasileira, de setembro de 1947).

Não é possível que o Brasil retroaja à ditadura judiciária numa época em que os países livres procuram assegurar a maior independência aos juízes militares.

Na desinteligência havida entre um General Secretário Geral e um auditor, o Sr. Presidente do S.T.M., invocando o art. 66 e parágrafo único do Código da Justiça, em ofício n. 184, de 4-VIII-50,

dise ao Ex Guerra:

"Desses dos dema cie, vê-se juízes na abranger a judicial tos à disc quando a de desres contra o S. litar ou seus mem res hierár Procurador ticados pel

Sendo o militares o diário, no da Carta as prerrog ranter a exercício d são eles su militar, o zer, no ent vem guard cortezia e n cessários à deres." (3)

Não é possível, sendo assim, se militar, em Serv

(3) Quer dizer a per maiores que tratamento ficam Justiça Militar hou

D FA BL AV. INDIANO

disse ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra:

"Dêsses dispositivos, como dos demais referentes à espécie, vê-se, claramente, que os juizes na expressão da lei, para abranger a todos que exercem a judicatura, só estão sujeitos à disciplina judiciária, quando a indisciplina ou ato de desrespeito for praticado contra o Supremo Tribunal Militar ou contra qualquer de seus membros, seus superiores hierárquicos, ou contra o Procurador Geral, quando praticados pelos promotores.

Sendo os juizes e tribunais militares órgãos do Poder Judiciário, nos termos do art. 90 da Carta Constitucional, com as prerrogativas que lhes garantem a independência no exercício das funções, não estão eles sujeitos à disciplina militar, o que não quer dizer, no entanto, que não devem guardar as normas de cortezia e acatamento tão necessários à harmonia dos poderes." (3)

Não é possível, pois, que pensando assim, se pretenda tirar o militar, em Serviço Judiciário, da

disciplina própria para submetê-lo à outra, à judiciária — que poderá ser usada, como já foi, em sentido contrário ao sentimento e à dignidade da classe — fazendo o Brasil retroceder à ditadura judiciária numa época em que os povos livres procuram assegurar a maior independência aos juizes militares, como verdadeiros representantes da dignidade de sua classe!

Medita-se bem sobre a gravidade desta questão e, em consequência — para evitar futuros e prejudiciais equívocos parece conveniente que o anteprojeto:

a) adote a terminologia clara e precisa do Código da Justiça Militar de 1926, isto é: — *auditores*, os juizes togados, seguida, quando necessário, da respectiva entrância e *juizes militares*, os militares em funções judicantes, em vez de expressões como *juizes*, *juizes inferiores*, e, até mesmo, *juizes auditores*;

b) estabelecer, como regra, que as faltas cometidas por militares em serviço de justiça devem sempre, em qualquer caso, ser levadas ao conhecimento da autoridade militar competente e, em princípio, pelo oficial mais graduado presente ou junto ao qual eles estiverem servindo.

(Continua)

(3) Quer dizer que as autoridades militares por mais graduadas que forem e por maiores que forem as suas responsabilidades, no tocante a respeito e a tratamento ficam inteiramente à mercê da boa vontade que os elementos da Justiça Militar houverem por bem lhes dispensar.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÊMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

AV. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

O MISTÉRIO DO TIRO EM MARCHA

MAJOR GEORGE P. WHITTINGTON, JR.

Traduzido do Infantry Journal (setembro de 1949), pelo Cap. JOÃO B. SANTIAGO WAGNER do Q.G. da 6ª D.I.

Para aproximar-se do inimigo, a Infantaria tem de avançar; e para avançar tem de atirar. Quando os alvos humanos não são visíveis, o fogo de todas as armas da Infantaria deve bater toda a zona ocupada pelo inimigo.

O tiro em marcha reduz a precisão do fogo inimigo e aumenta a confiança do atacante. Fazer alto sob o fogo é loucura. Fazer alto sob o fogo e não revidá-lo é suicídio. — General GEORGE S. PATTON Jr., in Instruções aos Corpos, Divisões e Comandantes de Unidades Independentes, em 3 de abril de 1944.

A Cia. de Fuzileiros começou o ataque através de um terreno plano e descoberto. A 2.000 metros à frente os alemães estavam entrançados. Poucas metralhadoras e munições de 20 mm os apoiavam, as posições situadas no ponto forte inimigo.

Tomada sob o fogo cerrado dos tanques e armas automáticas, a Companhia deteve-se; estava sem apoio da Artilharia. Impossibilitados de atacar, os homens procuraram esconder-se do fogo inimigo.

O Tenente Nate Serapan, Comandante da Cia., é entretanto agitado e valente. Ao longo da linha irregular dos seus pelotões e malto ele manda a seguinte ordem: "Quando eu me levantar a começar a atirar todos deverão fazer o mesmo. Então, comecem a atacar".

Depois de uma pequena espera, o Tenente Serapan começou a atirar, pôs-se de pé e avançou. Os homens dos seus dois pelotões imitaram-no.

Delencando-se rapidamente, seus homens começaram a despejar um intenso fogo, que forçou o inimigo a esconder-se nos abrigos e então a Companhia apoderou-se da posição alemã, com poucas baixas.

Assim que, numa Companhia

de Fuzileiros, se descobriu o tiro em marcha. Seria melhor dizer que se redescobriu, pois que já havia sido usado em guerras anteriores. E, logo depois, quase esquecido.

Isto nos revela um ponto bastante importante. E não é verdade que, se não ensinarmos agora a executar o tiro em marcha, já empregado com tanto êxito durante a guerra, teremos de redescobri-lo novamente em uma guerra futura, no mais dispendioso dos laboratórios, o campo de batalha?

Os manuais de campanha se referem ligeiramente ao tiro em marcha em um ou dois parágrafos quando tratam do fogo no assalto (o que não é a mesma coisa), mas a técnica provavelmente não será explanada de uma maneira completa, como sua importância justifica.

Que é o tiro em marcha? Como é empregado?

Que é

A Companhia quando o emprega, adota a formação normal para o ataque. Dois pelotões em 1º escalão e um em reserva. Ambos os pelotões formam uma linha única, de forma irregular, com seus três grupos de combate em 1º escalão. Isto proporciona o fogo adicional

do 3º G.C. o que é preferível a uma linha de assalto formada só por 2 G.C.

Os fuzileiros atiradores e os atiradores da metralhadora leve também devem ficar colocados na primeira linha, com os demais homens. Assim que atravessarem a linha de partida, ficam sujeitos ao fogo do inimigo. Mas os pelotões de assalto não se deitam. Em vez disso, atiram com todas suas armas. Atirando com a arma na altura do quadril ou no ombro, os homens avançam na direção do inimigo. Algumas granadas de morteiro e artilharia caem em torno deles mas continuam a avançar, deitando-se somente quando absolutamente necessário.

Em breve chegam tão próximo, que a artilharia e os morteiros inimigos devem suspender seus tiros, a fim de não atingirem suas próprias tropas. Estonteado por uma saraivada de projéteis das armas portáteis o inimigo não pode fazer nada. Se permanecer deitado, os assaltantes investirão sobre ele e, se levantar seu corpo à altura das trajetórias, será abatido. Assim, não faz nada.

Quando por fim a infantaria de assalto atinge a posição inimiga, ele se rende ou é abatido à curta distância. A posição é tomada com um menor número de baixas do que se a Companhia tivesse empregado outros métodos.

Possivelmente alguém zombará desta descrição. Chamá-la-ão de fantasias de Hollywood. Mas considero esta técnica como uma das mais valiosas lições que aprendi em cinco campanhas, como Comandante de Cia. de Fuzileiros. E, se a tivesse conhecido antes, teríamos poupado vidas e conquistado terreno com mais facilidade. E não estou sozinho nesse alto conceito em que tenho o tiro em marcha. Centenas de combatentes veteranos concordarão comigo.

É verdade que não é no ataque a posições fortificadas, localidades ou densas florestas, que o tiro em marcha encontra seu clima ideal de emprêgo. Mas pode ser empregado, com sucesso, em tais condições.

É ideal quando empregado em terreno pouco ondulado, descampado ou através de matas de pouca densidade. É ainda particularmente valioso quando se alinha em terreno que oferece poucas possibilidades de cobertura e abrigo. Ali, os fuzileiros podem usar toda a sua grande potência de fogo para compensar as desvantagens do terreno.

O efeito psicológico do tiro em marcha é uma das mais importantes razões para o seu emprego. Este efeito pode ser considerado sob dois aspectos: sob o ponto de vista do atacante e do defensor.

VANTAGEM PARA O ATACANTE

Atirar, enquanto avança, dá ao soldado maior confiança em si mesmo. Ele está, realmente, fazendo alguma coisa para eliminar o inimigo e não unicamente oferecendo seu corpo como um alvo ao fogo do defensor. Por saber que o êxito do seu ataque depende, na maior parte das vezes, da rapidez com que atinge a posição inimiga, o soldado procura aborá-la dentro do menor prazo possível. Ele não sente, como força imperiosa, a necessidade de procurar sua segurança no terreno.

Depois do soldado ter tomado parte em vários ataques, nos quais tinha empregado com sucesso o tiro em marcha, ele começa a sentir que não mais pode ser usado. Fica convencido que é melhor homem e melhor soldado do que o inimigo.

As sensações do defensor são bastante diferentes. Tive oportunidade de conversar com prisioneiros que sentiram os efeitos do fogo de atradores em marcha e observei as reações de grupos inimigos e homens isolados durante o tiro em marcha. As mais fortes sensações parecem ser de medo e de completo desamparo.

SENSACÖES DO DEFENSOR

O inimigo perde sua liberdade de ação. Deve permanecer de lá fora, pois que, praticamente, não há nenhum claro na saraciva de todas as armas portáteis que bate em redor dele. Ele não tem meios de

determinar o tamanho da população. A julgar do fogo, este deve ser maior do que os outros, em muitos casos o indivíduo retirado em segredo tem a vantagem de não ser por conseguinte preso. O problema é superado escolhendo-se em seu lugar um indivíduo que não se a isso o enredo se aumenta à proporção que a população progride.

Não há dúvida que o tiro em grande escala é apreciado às grandes festas e competições de atacadimento, mas as menores distâncias, em relativa segurança, é possível inimiga a grande distância a aproximação.

O tiro em marcha, preparado para manobras de fogo durante o inimigo tem esta vantagem, inicialmente, e é um excelente meio de suprimento. Uma superioridade é conseguida pelo tiro contínuo e pelo

ARMAS E TREIN

A eficiência do tiro depende das armas usadas. As armas portáteis da infantaria prestam-se bem em marcha. O fuzil semi-automático, por exemplo, funciona satisfatoriamente quando no quadril e não da mesma forma quando na mão. O fuzil Browning, e o metralhador, são concebidos para ser portados numa armação sobre o tripé.

A metralhadora le
pode ser usada no tiro
em protetor de couro
com uma camada de amianto
(ou de outro mate-
riante) pode ser co-
mida da camisa perfu-
radora a mão do a-
rtilheiro e o carregador po-
de ser dividido em
pedaços menores
para torná-las mais fá-
ceis de manusear. Não obsta-
ntes, preferem levá-
las inteiras e com
um corrimão sobre o ca-

determinar o tamanho da força atacante. A julgar pela intensidade do fogo, este deve parecer muito maior do que realmente é. Em muitos casos o inimigo não pode retrair em segurança. O atacante tem a vantagem de estar de pé e por conseguinte sua observação próxima é superior à do homem encolhido em seu abrigo. Acrescente-se a isso o entorpecente medo que aumenta a proporção que o atacante progride.

Não há dúvida que o efeito mortífero do tiro em marcha não é apreciável às grandes distâncias, mas isto é compensado pela possibilidade do atacante em avançar às menores distâncias, com rapidez e em relativa segurança. Isto, naturalmente, é possível porque a ação inimiga é grandemente limitada durante a aproximação.

O tiro em marcha pode ser empregado para manter a superioridade de fogo durante o ataque. Se o inimigo tem esta vantagem de fogo, inicialmente, então o tiro em marcha é um excelente método para suprimi-la. Uma vez obtida, esta superioridade é mantida pelo fogo contínuo e pelo avanço constante.

ARMAS E TREINAMENTO

A eficiência do tiro em marcha depende das armas e do treinamento. As armas portáteis da nossa infantaria prestam-se bem para o tiro em marcha. O fuzil M1, leve e semi-automático, pode fazer um fogo satisfatoriamente rápido, quando no quadril ou no ombro. É da mesma forma o fuzil automático Browning, embora seja preferível uma arma mais leve deste tipo.

A metralhadora leve também pode ser usada no tiro em marcha. Um protetor de couro ou pano (uma luva de amianto satisfaz plenamente) pode ser colocado em torno da camisa perfurada, para proteger a mão do atirador. As balas do carregador podem ser divididas em pedaços menores, a fim de torná-las mais fáceis para o manuseio. Não obstante, alguns atiradores preferem levar o carregador comum sobre o ombro e em

torno do corpo, estendendo-o quando necessário.

Tendo em vista as armas atuais, basta treinar os oficiais e soldados em aplicar o tiro em marcha. A este respeito, convém dizer que não sabemos dar o devido valor às lições aprendidas por alguns líderes da infantaria na árdua escola do campo de batalha.

Estas lições deviam constituir assunto de nossa doutrina de instrução para o tempo de paz. Elas deviam estar incluídas em nossos atuais manuais de campanha. Deviam ser ensinadas em nossas escolas de aperfeiçoamento. Se não soubermos dar o devido destaque, nem ensinar a experiência aprendida na 2ª Grande Guerra, estaremos diminuindo a capacidade de combate do nosso infante de amanhã. Esperamos dar-lhe o melhor equipamento, mas somente isto não é o bastante. Devemos dar-lhe, também, o melhor treinamento possível.

Não digo que o tiro em marcha possa substituir os outros métodos. O princípio do fogo e movimento não é alterado pela inclusão do tiro em marcha. Nada impede o emprego de um elemento de fogo de apoio, ou base de fogo, se o mesmo pode ser empregado de acordo com as condições particulares. Sem dúvida, o elemento móvel de qualquer força de ataque seria treinado para empregar o tiro em marcha, a fim de vencer a resistência em sua zona de ação imediata.

A instrução para desenvolver a habilidade de empregar o tiro em marcha deve ser ministrada depois dos homens terem obtido uma qualificação em suas armas básicas. Essa instrução deve ser dividida em duas fases. Na primeira, o soldado é treinado isoladamente e, na segunda, os homens são treinados como membros de uma equipe.

A precisão e o controle devem ser ensinados durante a primeira fase. A maioria dos homens têm a tendência de manter a boca do cano do fuzil demasiadamente baixa. Isto faz com que os tiros caiam a pouca distância dos atiradores. Estes devem ser instruídos

a manterem a arma na horizontal a fim de que os tiros caíam, pelo menos, a algumas centenas de metros na frente dos atiradores mais avançados.

A instrução é capaz de fazer com que os homens realizem tiros surpreendentemente precisos, feitos com a arma no quadril. O exercício deve abranger tanto o tiro feito durante o alto, como em movimento.

A segunda fase da instrução deve incluir um cuidadoso controle do tiro feito de posições fixas e em marcha. Deve incluir o tiro de grupo, do pelotão e da companhia, em formações de ataque.

A marcação dos impactos nesses tiros, pode indicar a precisão dos tiros dados, mas não pode medir um dos mais eficazes elementos do tiro em marcha.

Infelizmente, o efeito psicológico do tiro em marcha não pode ser apreciado durante a instrução.

VANTAGEM PSICOLÓGICA

Somente quando existe o inimigo para ser dominado, é que o tiro em marcha nos apresenta todo seu valor, porque então os fatores físicos e psicológicos exercem sua influência sobre as forças adversárias. Uma comparação disto pode ser feita com os métodos de propaganda, tais como transmissões pelo rádio e volantes propondo a rendição. Estes não têm valor em manobras ou exercícios no terreno, mas sua importância na guerra é agora inteiramente apreciada. Entretanto, a técnica deve ser estudada e praticada em tempo de paz, de sorte que possa ser empregada eficientemente na guerra. O mesmo é verdadeiro para o tiro em marcha.

A infantaria treinada no emprego agressivo do tiro em marcha não se encontrará facilmente aferrada ao terreno. Treinados para empregar convenientemente suas próprias armas individuais, a fim de progredir e ensinados que a segurança, tanto quanto o êxito, consistem na tomada da posição inimiga, estes

infantes não se deixarão deter pelo fogo das armas portáteis. Sabendo que os altos desnecessários somente permitem que o inimigo seja alertado, e ajuste o inevitável e mortífero fogo de artilharia e de morteiro, eles investirão sobre as posições inimigas.

Somente posso dizer que creio que, o tiro em marcha, é tão importante que, se eu fosse chamado para assumir o comando de uma companhia de fuzileiros, a fim de treiná-la para entrar em combate, daria prioridade um para a instrução e o treinamento do seu emprego. E creio que, quando meus homens tivessem adquirido realmente confiança no seu emprego em combate, eu estaria com uma tropa que não mais poderia ser detida.

Nota do tradutor:

Depois de fazer a presente tradução, ocorreu-me tecer algumas considerações a respeito da opinião do Major Whittington.

Inicialmente, desejo frisar que o objetivo é apenas o de provocar a reação de nossos camaradas sobre esse assunto que, penso, pouco ou nada tem sido tratado. Sendo o objetivo de "A Defesa Nacional" melhorar o nível profissional de nosso Exército, julgo oportuno deixar aqui o convite para que nossos companheiros que tiveram a oportunidade de estar em contato com a realidade do campo de batalha, emitam sua opinião a respeito.

E preciso virmos, no entanto, que o caso presente, focalizado pelo articulista, refere-se a um caso particular: a tropa estava sem apoio de Artilharia e o terreno era plano e descoberto. Além disso, o fogo inimigo não tinha as características de uma barragem.

Para finalizar, quero fazer uma pergunta que me fez um companheiro a quem mostrei a tradução: "Será que, abusando do tiro em marcha, não estará o atacante gastando munição em excesso e podendo depois ficar em dificuldade, se o inimigo desencadear um contra-ataque?"

Entre os
simplificar e
a Régua de

Em 1946
então II/1º B
a Unidade
Krupp C/26,

Não hav
Gráfica de Ti
e quais tam
cimentos e f
bela do Majo
de 1944 d'A
que desejávan

Fixamos
mente o desen
adota o módu
A parte f
surgente e de
ciais dos ângu

1. Escala
É uma esca
100 em 100 m

1.000



CONSTRUÇÃO DA RÉGUA DE TIRO

(Canhão Krupp C/26 — Carga 2)

Cap. WALTER DOS SANTOS MEYER

I — GENERALIDADES

Entre os aperfeiçoamentos surgidos nos últimos anos tendentes a simplificar e possibilitar maior rapidez no tiro da artilharia destaca-se a Régua de Tiro.

Em 1946, estando a nosso cargo a instrução de tiro de oficiais no então II/1º R.A.D.C., hoje 1º G.A.Cav., e não tendo até aquela época a Unidade recebido dos órgãos superiores a régua para o canhão Krupp C/26, resolvemo-nos construir uma, para a carga 2.

Não havia, até então, o Grupo recebido as "Notas Sobre a Tabela Gráfica de Tiro" (G.F.T.), tradução de emergência de setembro de 1943, as quais também desconhecíamos. Recorremos então aos nossos documentos e fomos buscar na estante o artigo "Régua de Tiro" de autoria do Major Lindolpho Ferraz Filho e publicado no número de junho de 1944 d'A Defesa Nacional, do qual tiramos os ensinamentos para o que desejávamos.

II — CONSTRUÇÃO

Fixamos o módulo da régua em 600 mm a fim de facilitar posteriormente o desenho das escalas e dar, assim, maior precisão. (A G.F.T. adota o módulo 400 mm).

A parte fixa da régua destinamos às escalas do alcance, do escalonamento e da adaptação; enquanto que a parte móvel destinamos às escalas dos ângulos de tiro, do lance para 100 m, da ceifa e do coeficiente K.

1. Escala do alcance:

É uma escala logarítmica, construída para variações do alcance de 100 em 100 metros. (Fig. 1)

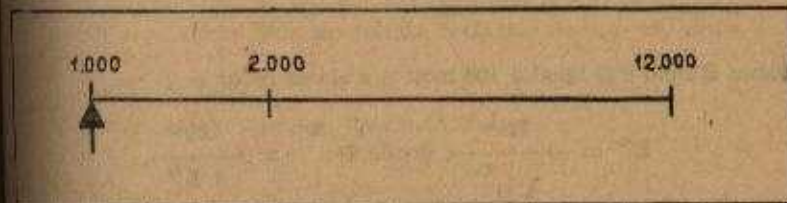


Fig. 1

Tomando-se para alcance mínimo e máximo respectivamente 2.000 e 12.000 metros, o módulo da régua representará, evidentemente, o valor da diferença entre os logaritmos de 12.000 e 2.000, isto é:

$$600 \text{ mm} = \Delta = \log 12.000 - \log 2.000 = 0,77815.$$

Para obter-se o valor correspondente a um alcance qualquer D, calcularemos inicialmente a diferença de seu logaritmos para o de 2.000 e depois compará-la-emos ao valor de Δ .

Teremos

$$\delta_D = \log D - \log 2.000,$$

e

$$\frac{\delta_D}{\Delta} = \frac{X}{600}, \text{ donde } X = \delta_D \times \frac{600}{\Delta},$$

isto é

$$X \text{ mm} = \delta_D \times 771,048.$$

Tomando-se valores para D diferentes de 100 metros determinaremos os valores a registrar na régua. A colocação dos diferentes valores em quadro facilita grandemente o trabalho.

ALCANCE	LOG ALCANCE	DIF LOGS.	VALOR A REGISTRAR
2.000	3,30103	0	0
D	log D	δ_D	$\delta_D \times 771,048$
12.000	4,07918	0,77815	600

2. Escala do escalonamento:

Considera-se o objetivo com 100 metros e o feixe convergente. Dê-se modo, utilizando-se a fórmula

$$E'' = \frac{1/4 O^m - 1/3 B^m}{D \text{ Km}},$$

temos B nulo e O igual a 100 metros e ela se reduz a

$$E'' = \frac{100^m}{4.D \text{ Km}}, \text{ donde } D = \frac{100^m}{4.E''},$$

sendo D o alcance (em quilômetros) e E o escalonamento (em milímetros).

Aplicando
vamos

e

Como só
temos, entre
muni de 1"
na escalonam
Obtidos
temos a esca
lamente à
Evidente
e sim os valo
e 11,3 o valor

3. Escal

Considera
100 metros de
A adapta

Como no
dependentes
nos correspo
adaptação de
Basta-nos
44", 23,5"
proceder do r

4. Escal

E calcula
determinam-s
entre os alca
Para loca
para a escala

5. Escal

Igualment
nos-nos os v
pendentes nos
(52") e loca
A escala
signar ambas

4. Escal

A fórmula

Aplicando-se a fórmula para os alcances de 2.000 e 12.000 metros

$$E_{2.000} = \frac{100}{2 \times 4} = 12,5''$$

$$E_{12.000} = \frac{100}{2 \times 12} = 2,08''$$

Como só nos interessam os valores inteiros do escalonamento, basta-nos, entre 12,5 e 2 determinar os alcances onde o escalonamento diminui de 1'', isto é, basta-nos determinar os alcances correspondentes aos escalonamentos de 12,5'', 11,5'', 10,5'', etc., até 2,5''.

Obtidos esses alcances eles poderão ser locados seja à vista, pois já temos a escala dos alcances, seja com mais precisão, procedendo-se análogamente à escala dos alcances.

Evidentemente os ns. 12,5, 11,5, etc., não serão registrados na régua e sim os valores do escalonamento que eles enquadram, isto é, entre 12,5 e 11,5 o valor 12; entre 11,5 e 10,5 o valor 11, e assim por diante.

3. Escala da adaptação:

Considera-se a adaptação feita para a direita de um objetivo de 100 metros de frente do qual se conhecem as coordenadas do seu centro.

A adaptação será dada pela fórmula:

$$A = \frac{50''}{D \text{ km}}$$

Como no escalonamento, procuraremos determinar as distâncias correspondentes às variações de 1'' na adaptação. A distância de 2.000 metros corresponde uma adaptação de 25'' e a de 12.000 metros uma adaptação de 4,2'', aproximadamente.

Basta-nos pois calcular os alcances correspondentes às adaptações de 24,5'', 23,5'', 22,5'', etc., 5,5'' e 4,5''; e, para locá-los na régua, proceder do mesmo modo que na escala do escalonamento.

4. Escala dos ângulos de tiro:

É calculada para valores variando de 5 em 5 milésimos. Para isso determinam-se os alcances correspondentes aos valores múltiplos de 5'' entre os alcances de 2.000 e de 12.000 metros.

Para locá-los na régua ou fá-lo-emos à vista ou procederemos como para a escala dos alcances, o que dá maior precisão.

5. Escala do lance para 100 metros:

Igualmente às escalas de adaptação e do escalonamento interessam-nos os valores inteiros; assim, determinaremos os alcances correspondentes aos lances 5,5'', 6,5'', 7,5'', etc. (o correspondente a 2.100 m é 5,2'') e locá-lo-emos do mesmo modo que a escala de adaptação.

A escala do garfo pode ser locada em lugar desta; ou, então, conjugar ambas.

6. Escala da ceifa:

A fórmula da ceifa para o Krupp C/26 é:

$$C'' = \frac{12,5}{D \text{ km}}$$

Como na escala precedente, interessam-nos os números inteiros de voltas e, para isso, determinaremos os valores 5,5, 4,5, 3,5, 2,5 e 1,5, porquanto para 2.000 metros a ceifa é de 6,25 voltas e para 12.000 metros é de 1,41 voltas.

7. Escala do coeficiente K:

O coeficiente K é, como sabemos, a relação entre a distância de regulação e a distância topográfica referentes a determinado alvo auxiliar, pela qual deve ser multiplicada a distância topográfica de um objetivo (dentro das condições permissíveis de transporte do tiro) para obter-se a distância de regulação desse objetivo.

Deduzimos daí que a régua de tiro deve permitir-nos efetuar essa multiplicação, ou melhor, ela deve ser também uma régua de cálculo.

Ora, como nós graduamos a escala dos alcances somente entre 2.000 e 12.000 metros (alcances mínimo e máximo consignados na tabela de tiro para a carga 2), necessitamos agora colocar a graduação correspondente ao valor 1.000 metros para que isso seja possível. Procedendo análogamente à escala dos alcances teremos:

$$\delta_{1.000} = \log 12.000 - \log 1.000$$

$$\text{ou} \quad \delta_{1.000} = 4,07918 - 3,00000,$$

donde

$$\delta_{1.000} = 1,07918.$$

Virá, pois:

$$X_{1.000} = 1,07918 \times 771,048,$$

isto é:

$$X_{1.000} = 766,73 \text{ mm.}$$

Esse valor, contado a partir da graduação 12.000, dará a posição do alcance 1.000 metros e constituirá o índice da régua (Fig. 2).

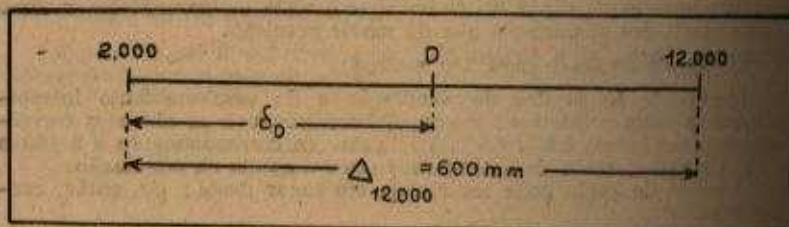


Fig. 2

Embora não se possa prever a priori entre que limites variará K , podemos, entretanto, supor que dificilmente esse valor será igual a 0,5 ou 2, isto é, a distância de regulação será a metade ou o dobro da distância de tiro. Assim, para colocarmos a escala K na régua necessitamos

calcular o
ção dese
do índice,
os valores
tomado con
10, ou mell
é convenien
riações de

Esta es
na parte m
ambas das
ciente K) p
cuidado a te
(poderia tar

Completo
papel milíme
carpintaria de

Póde ser

Como ela
signer alguns
uso. Queremo
mação de uni
mente estava

Síntese inf
militares, p
cional."

Revue militaire

N. de abril
O pacto sín
relações do
René Grando

N. de maio
guerra inter
O progresso

N. de junho
N. de junho

Reflexões sob
O acôrdo de

Noise à front
Rússia.

calcular os valores entre 0,5 e 2 que nos permitam efetuar a multiplicação desejada. Procederemos como anteriormente para a determinação do índice, lembrando-nos que devemos, para coerência, trabalhar com os valores variando entre 500 e 2.000. Como K , na prática, deve ser tomado com três decimais, será conveniente variar os valores de 10 em 10, ou melhor, calcular para 500, 510, 520, etc. Por este mesmo motivo, é conveniente que a escala dos alcances também seja calculada para variações de 10 em 10 metros.

Esta escala, na realidade, não existe na régua. A simples colocação na parte móvel de uma escala idêntica a dos alcances e a existência em ambas das graduações entre 0,5 e 2 permite sua determinação (do coeficiente K) pois temos a régua idêntica a uma régua de cálculo. O único cuidado a ter é o de tomar sempre o valor de K na parte móvel da régua (poderia também ser tomado na parte fixa).

III — CONCLUSÃO

Completados os cálculos, fácil foi desenhar as diferentes escalas em papel milimetrado e adaptá-las a uma régua de madeira construída na carpintaria do Grupo.

Pode ser assim iniciado o manuseio da mesma.

Como ela se destina a uma aplicação imediata, deixamos de consignar alguns outros elementos na régua e que se acham nas atuais em uso. Queremos referir-nos às funções circulares, às relações para transformação de unidades sexagesimais em milésimas, etc., o que evidentemente estava fora do nosso propósito no momento.

REVISTA DAS REVISTAS

Síntese informativa sobre assuntos sociais, econômicos, políticos e militares, publicados em revistas recebidas pela "A Defesa Nacional."

Revue militaire d'information — França :

N. de abril: Notas de geografia militar — Coronel Thoumin.

O pacto sino-soviético de 14-II-1950 e suas consequências sobre as relações do ocidente com o extremo oriente e o sudeste asiático — René Grandchamp.

N. de maio: O triplo papel do porta-aviões moderno em uma guerra intercontinental.

O progresso do ártico russo e o Leste siberiano.

N. de junho: A infantaria e a manobra em automóvel — General Curnier.

N. de junho: A doutrina aérea da U.R.S.S.

Reflexões sobre a técnica — Ten.-Cel. Vauchez.

O acordo de Varsóvia a 7-VI-1950, fixando sobre a linha Oder-Neisse a fronteira germano-polonesa, de acordo com a política da Rússia.

Revue de l'armée de l'air — França:

N. de março: Bhering, ponto nevralgico — Cap. Lepotier.
A produção aérea da União-Soviética.
Defesa da União Ocidental — Liddel Hart.

Ejército: revista ilustrada de las armas y servicios — Espanha:

N. de abril: A invasão aliada na Europa em 1944, vista do lado alemão — Ten. Gen. H. Speidel.
N. de maio: A atualidade atômica — Cel. Pérez Urruti.
Os fatores da mobilidade do combatente — Cel. S.L.A. Marshall (Tradução do Infantry Journal).
A técnica eletrônica na Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial — A.H. Sullivan.
N. de agosto: Uma comparação dos Exércitos inglês, americano e russo (Tradução da Revista inglesa, The Army Quarterly).
Diretivas do General Patton (Tradução do livro "A guerra como eu vi).

Hechos e ideas: publication de cuestiones políticas, económicas y sociales — Rep. Argentina.

N. de março-abril: O Presidente Perón expõe sua política e sua obra de Governo, em mensagem ao Congresso.
Política Britânica no Rio da Prata.

Military Review — Estados Unidos da América do Norte.

N. de agosto: Atividades "Partisans" — Cel. A.E. Harris.
A política externa dos EE.UU. e as forças armadas do país — Mark S. Watson.
As forças armadas soviéticas — Artigo do Gen. Richard Hilton, publicado no "Journal of the Royal United Service Institution" da Grã-Bretanha.

Conjuntura econômica — Revista de assuntos econômicos — Brasil.

N. de agosto: A alta do café — Resultados e perspectivas.
Praços por atacado e custo de vida.
O crescimento da aviação comercial e a diminuição gradativa das tarifas aéreas, tanto de passageiros, como de cargas.

Revista Militar — Rep. Argentina:

N. especial dedicado à memória do Gen. San Martin.

Revista Militar y Naval — Rep. do Uruguai:

N. extraordinário em homenagem ao Gen. Artigas.

As revistas acima encontram-se na nossa Biblioteca à disposição das camaradas que as quiserem consultar.

Importância

Ao iniciar palestras relacionadas com a alimentação, a justiça lembrei-me da história de Napoleão. Era generalíssimo, soubera a importância da alimentação na guerra. Bonaparte, disse: "Um Exército é como um mago".

Um outro militar, que viveu em 1863, sobre a guerra da Crimeia, lembrou a importância da alimentação e a importância da alimentação. Também Taktak, também, fez um estudo sobre a importância da alimentação na marinha.

Na 1ª Guerra Mundial, as tropas não se apresentavam com a deficiência de vitaminas. Seus efeitos psicológicos eram a falta de vitaminas. Temos a falta de vitaminas nas guarnições brasileiras de Noronha.

Em outubro de 1944, o colapso do Exército Capareto, e é a grande parte dos soldados que não tinham meios de calor. Tropas inglesas, mas, existe uma nutrição, abaixo dos não podem

ALIMENTAÇÃO (*)

Importância do estudo da alimentação para o soldado

1º Ten. JAIR DE MATOS MONTEBONIO, Instrutor da E.I.E.

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a nossa série de palestras relativas à importância da boa alimentação da tropa, seria de justiça lembrar esta figura admirável da história militar que foi Napoleão. Ele entre muitos outros generais, soube reconhecer a importância da alimentação em tempo de guerra. Costumava Napoleão Bonaparte, dizer aos seus generais — Um Exército marcha com o estômago.

Um outro observador da história militar, que foi Barnes, escreveu em 1863 sobre as condições da guerra da Crimeia, ressaltando a importância da alimentação para a saúde e a combatividade das tropas. Também Takaki, da marinha japonesa, fez experiências interessantes sobre a incidência do escorbuto na marinha imperial.

Na 1ª Guerra Mundial, observou-se tropas inglesas que se renderam em Kut, no Oriente, e que apresentavam beribéri, por causa da deficiência de vitamina B1. Esta vitamínose é tão curiosa em seus efeitos psicológicos, que voltamos a ela quando falarmos das guarnições brasileiras em Fernando de Noronha.

Em outubro de 1917, observou-se o colapso do Exército Italiano em Caporetto, e este foi devido em grande parte ao mau racionamento dos soldados que lhes fornecia 20 % menos de calorias, em relação as tropas inglesas, francesas ou alemãs. Existe um nível mínimo de nutrição, abaixo do qual os soldados não podem conservar o bem-

estar e a moral necessária ao combate.

A influência do alimento fez-se sentir, mudando a sorte da Alemanha na guerra 1914/18. A escassez alimentar dos exércitos alemães, foi sem dúvida alguma, a mais poderosa arma que utilizaram os exércitos aliados. Isto é bem descrito por Middleton, cuja história sobre a situação alimentar na frente interna alemã, confessa que a fome, mais psicológica de início, destruiu a "vontade de vencer" que dominava em 1915 e fez aparecer o desejo de "paz a qualquer preço".

Estudaremos, a seguir, seis tópicos em nossa palestra.

I — CONCEITO GERAL DE NUTRIÇÃO

Compreende-se por nutrição o ato pelo qual qualquer ser vivo, é capaz de utilizar material do ambiente em que vive para incorporá-lo a si mesmo. Esta definição, é lógica, prende-se a considerações gerais da Biologia. No que diz respeito ao homem, a nutrição é a "ciência que estuda o conjunto de fenômenos e de processos, que sofrem os alimentos, desde a sua colheita, estocagem, preparo culinário, ingestão, digestão e, finalmente, assimilação e excreção." Basicamente, a nutrição é uma das características biológicas do ser vivo, ao lado de outras funções básicas, como a reprodução, a motilidade, etc., que encontramos em maior ou menor grau de acordo com o reino vegetal ou animal que estudamos. O mesmo conceito filosófico, ligado moder-

(*) Notas de Instrução da Escola de Instrução Especializada.

namente à físico-químico nuclear, quase planificou todo o mecanismo da alimentação para os três reinos. Tudo isto aceitamos como fatos lógicos, que os animais se alimentam para viver, crescer e reproduzir. Também, de longa data, é conhecido o processo pelo qual os vegetais utilizam a riqueza mineral do solo e por intermédio do mecanismo da fito-síntese elaboram as reservas orgânicas.

Há muitos anos, viveu em França, um grande fisiologista, que teve quase a pré-ciência nuclear, quando afirmou: "Se chegares diante de uma pedra, e perguntares "Oh! pedra, tu vives? Ela te responderá: "Sim, eu vivo. Não tenho a vida de vós outros animais, mas possuo a vida em sua expressão mais simples e elementar, que é a vida molecular e atômica. Este homem, senhores, foi CLAUDE BERNARD.

II — QUESTÃO ALIMENTAR E O MORAL DA TROPA

Dentro d'êste tópicó estudaremos seguidamente, três itens. No 1º item, que se refere á prova histórica sôbre a importância da alimentação no moral da tropa, não entraremos em detalhes maiores, pois que na introdução já fizemos algumas referências a êste aspecto. Não é demais lembrar aqui o conceito histórico de Napoleão, que devemos lançar como um "slogan", uma bandeira de combate, que pos guie na luta em prol da melhor alimentação do soldado brasileiro. Lembrem-se, senhores: O Exército marcha com o estômago.

Como referência adicional do valor histórico da alimentação, no que diz respeito ao moral da tropa, podemos lembrar o que aconteceu com as tropas alemãs na campanha da África, nesta última guerra. O fato foi muito bem estudado em um artigo publicado em "Defesa Nacional", salientando a influência da queda do abastecimento de água sobre a rendição das tropas alemãs. É bem verdade que no deserto um soldado, combate por muito pouco tempo se não puder beber água, e a água é, portanto, além de alimento comum de todos os dias.

arma de emprego tático de consequências imprevisíveis. Da influência da água como arma de combate, verão aqueles que estudarem objetivos de bombardeios químicos.

O 2º item refere-se a todos os senhores em geral, e a cada um em particular. Prestem a atenção. O Exército lhes fala pela voz de um instrutor amigo. Descrever agora, pode custar mais tarde muito caro em suas vidas militares.

O 2º item, meus senhores, pergunta porque deve o oficial do Exército saber alguma coisa sobre alimentação da tropa. A resposta é muito fácil: "Não há, e não haverá nunca tropa bem disciplinada e, ao mesmo tempo, em situação de carência alimentar. Von Loss, oficial prussiano, que teve a seu cargo a organização do serviço de seleção e de psico-técnica do Exército Alemão para a 2ª Guerra Mundial, compreendeu o alto valor da alimentação sobre a disciplina das tropas. Isto pode ser verificado em seu relatório sobre o mencionado serviço, que foi apreendido pelas tropas americanas após a ocupação. Aqui mesmo, entre nós, tivemos, durante a guerra, uma guarnição especial dita de campanha, e sediada no Território Federal de Fernando de Noronha, que serve como exemplo. Esta guarnição recebeu durante a guerra, contingentes seguidos de homens ditos de má conduta e que ao chegarem lá pioravam. A situação disciplinar por vezes, pôs à prova toda a tática de comando que possuíam os oficiais. No entanto, milagres? Quando um dos governadores militares, resolveu se interessar pela situação alimentar da tropa, a fim de diminuir a incidência de beriberi, tudo mudou. A medida que diminuíam os casos de doenças por carência alimentar, diminuía também a indisciplina e aumentavam o vigor e a capacidade de trabalho da tropa."

Tenham muito cuidado com o beribéri. Esta carença alimentar que se prende à ausência e, mais frequentemente, à deficiência de vitamina B1, tem efeitos psicológicos profundos e de tal modo age, que os povos orientais a seu respeito, possuem um provérbio:

Nov./1950

"É melhor estar
dando, é melhor
que de pé, é melhor
do que acordar
morto do que

Senhores, gos
uma tropa co
brem-se — Fo
não combinam

O Exército n
mas tecnicame
mentou a com
ças dos homer
armas: Grland

andas como por
quedatas e os
marou a exigir
dades especiais
sobre as suas n

... E isto
estavam o assu-
quedistas aliad-
parte na invasã-
vam dotados cor-
tubinas.

uma visão notu-
rã quizerem u-
saprizer de co-
reia ou uma re-
ma, troc...

...tropas ven-
...po, lembrem-
...combatividade
...seu mais prof
...entado sobre o e
...21

Observações feitas
mostrando a
mes alimentare
me, ovos e leite

...nos hom
...gula, que éste
...em proteínas c
...as quais costum
...o valor biológi

Alguns autores
do grupo
de alimentaç
endo a comb
dores de eficiê

4) Na África,
muito tribos afr

Classificação

11/11/1964

Conceito de a
Classificação
1. Classifica

Alimentos

"É melhor estar de pé do que andando, é melhor estar deitado do que de pé, é melhor estar dormindo do que acordado, é melhor estar morto do que dormindo". Qual dos Senhores, gostaria de comandar uma tropa com beriberi? Lembrem-se — Fome e combatividade não combinam.

O Exército moderno criando armas tecnicamente perfeitas, aumentou a complexidade das funções dos homens que operam estas armas. Criando tropas especializadas como por exemplo os pára-quedistas e os comandos noturnos, passou a exigir dos soldados qualidades especiais que se refletem sobre as suas necessidades alimentares. É fato conhecido dos que estudam o assunto, que os pára-quedistas aliados que tomaram parte na invasão da França, estavam dotados com alta quota de vitamina A, o que lhes emprestava uma visão noturna excepcional. Se não quiserem um dia, chegar ao desprezo de comandar uma retirada ou uma rendição, ou de ver suas tropas vencidas em corpo a corpo, lembrem-se sempre disso — A combatividade do soldado tem o seu mais profundo alicerce assentado sobre o estado de nutrição.

O 3º item refere-se a algumas observações feitas em vários países, demonstrando a influência dos regimes alimentares mais ricos em carne, ovos e leite, sobre a combatividade dos homens. Veremos em seguida, que estes alimentos possuem proteínas de origem animal e quais costumamos chamar de alto valor biológico.

Alguns autores estudando a eficiência dos grupos sociais em função da alimentação utilizada e correlacionando a combatividade entre os países de eficiência, observaram o seguinte:

a) Na África, Mc Kay, estudando tribos africanas, observou

que os pastores Nepaleses Butias eram mais fortes mais ágeis e melhores guerreiros do que os Bengalis, tribo de agricultores.

b) Na Índia, Mc Garrison, estudando os pastores "Sics e patanos", também, os achou superiores aos "madrasis". Ainda outro estudo fôra feito com relação aos "masais" e "quicuís".

No Nordeste Brasileiro, Orlando Parmahym, sobre outras observações, notou os diferentes comportamentos entre os habitantes do litoral — mata, zona de monocultura e da agreste caatinga, zona de pastoreio e criação. O mesmo pôde ser verificado com relação a japoneses e chineses, e, também, com relação aos chineses do vale e da montanha. Sempre e sistematicamente, os grupos sociais que possuem alimentos de origem animal, quer por se entregarem ao pastoreio, quer por habitarem a beira de rios ou lagos, apresentam melhores condições para o combate e fornecem guerreiros mais intrépidos.

III — CONCEITO DE ALIMENTO

O 3º tópico de nossa palestra refere-se ao conceito de alimento. Compreende-se por alimento toda e qualquer substância que possa ser incorporada ao nosso organismo, passando a constituir parte do mesmo ou que penetre no organismo, exercendo função reguladora, tal como o caso da celulose vegetal que age como regulador intestinal.

No estudo dos alimentos, podemos adotar classificações: por origem, por função ou ainda, grupá-los estudando-os de acordo com a sua constituição química.

A seguir vemos os três tipos de classificações, esquematicamente representados.

IV — ESQUEMA

Conceito de alimentos.

Classificação de alimentos:

1. Classificação pela origem:

Alimentos.....	{	Vegetais
	{	Animais
	{	Minerais

2. Classificação pela função :

Alimentos.....	Energéticos.....	Gorduras
		H. Carbono
	Plásticos.....	Proteínas
		Sais
	Reguladores — Vitaminas	
	Veiculadores — Agua	

3. Classificação por grupos :

Alimentos.....	Proteínas.....	Vegetais
		Animais
	Gorduras.....	Animais
		Vegetais
	Hidrocarbonados	
	Vitaminas	
	Sais — Agua — Oxigênio	

Faremos rápido comentário sobre a classificação por grupos. Nesta classificação, a última que vemos, acima, encontramos as proteínas são alimentos de origem animal ou vegetal e são constituídas por ácidos aminados. Elas são ditas completas quando possuem ácidos aminados que nós consideramos indispensáveis para manter o organismo com saúde, por exemplo, a triptofânia é indispensável para manter o peso dos animais. A lisina é indispensável para o crescimento, etc. Ao todo consideramos a existência de 10 ácidos aminados. Os senhores, não precisam aprender os nomes, mas devem lembrar-se que somente as proteínas de origem animal como as que encontramos nas carnes, peixes, ovos, leite e laticínios, oferecem estes ácidos aminados, indispensáveis à saúde.

Em 2º lugar encontramos as gorduras. As proteínas têm a função plástica de formar a quase totalidade dos tecidos vivos existentes no corpo humano e são auxiliados pelas gorduras que exercem uma função dupla, pois, além de servirem como combustível à máquina

humana, também ajudam a modelar as formas. Os hidrocarbonados aparecem em 3º lugar e sua função principal é garantir combustível para as nossas necessidades biológicas de trabalho muscular, conservação da temperatura, etc.

O 4º grupo encerra as vitaminas já muito conhecidas e amplamente estudadas. De importância militar são todas elas, pois, somente com quota regulada e suficiente teremos um corpo sã, capaz de ir à guerra. Já falamos sobre a vitamina B1 e o beribéri. Vale a pena lembrar aqui uma frase histórica sobre o Império Britânico. Em séculos passados, quando as viagens marítimas eram longas e era difícil conseguir alimento fresco, tal como vegetais, que possuem boas taxas de vitaminas, os marinheiros eram acometidos em grande parte por uma doença misteriosa que era o escorbuto. Se alguns dos senhores já leu qualquer história de navegadores como por exemplo Fernão de Magalhães, terá visto bem descrito o quadro do escorbuto. Aconteceu que a marinha inglesa dava obrigatoriamente aos seus marinheiros, suco de limão, rico em

vitamina C, que
isto. Daí dize
ção (ou a
conquistou o
O 5º grupo de
os sais. Este
para a regulaçã
e também
squeleto.
O 6º grupo
veiculador por
garante todas as
membranas ce
ste mecanismo
ha e oncolítica.
O último gru
chores, um alim
mal não terão
e que no entant
tante, o mais n
tutam alguns
minutos, para n
humana, caso d
tento é o oxig
O 4º tópico re
dos princípios in
ver abaixo uma
nes com suas co
que abordaremos
extra.

Tópico 4 :

Princípios im

a — Proteínas

1. Funções —

osmóticas,

2. Completas

Conceito,

3. Ácidos ami

ou essenciais

b — Gorduras

1. Completas e

2. Ácidos grax

3. Absorção, re

c — Hidratos c

Quatro assunto

O tópico n. 4 refe

de aliment

muito bem

do Escudero, ci

que se enunciou do

A. Lei da quan

Esta lei diz que e

idade mínima in

alimentação norm

a fim de fornecer

uma fórmula e

sobre as quotas

vitamina C, que evitava o escorbuto. Daí dizer-se "Foi o suco de laranja (ou a vitamina C) quem conquistou o Império Britânico".

O 5º grupo de alimentos refere-se aos sais. Estes são importantes para a regulação dos processos vitais e também para a formação do esqueleto.

O 6º grupo é a água, alimento regulador por excelência e que garante todas as trocas através das membranas celulares, regulando este mecanismo por pressão osmótica e oncolítica.

O último grupo apresenta, seções, um alimento a respeito do qual não terão por certo pensado e que no entanto, é o mais importante, o mais necessário, pois que bastam alguns segundos, poucos minutos, para matar o organismo humano, caso ele falte. Este alimento é o oxigênio.

O 4º tópico refere-se ao estudo dos princípios imediatos. Podemos ver abaixo uma relação dos mesmos com suas considerações gerais, que abordaremos durante a palestra.

Tópico 4:

Princípios imediatos:

a — Proteínas:

1. Funções — Plásticas, defesa, osmóticas.
2. Completas e incompletas — Cereais.
3. Ácidos aminados fundamentais ou essenciais.

b — Gorduras:

1. Completas e incompletas.
2. Ácidos graxos essenciais.
3. Absorção, reserva e utilização.

c — Hidratos de carbono.

Outro assunto que estudaremos no tópico n. 4 refere-se às leis básicas de alimentação. Estas leis foram muito bem estudadas por Pedro Escudero, cientista argentino que as enunciou do seguinte modo:

A. Lei da quantidade:

Esta lei diz que existe uma quantidade mínima indispensável para alimentação normal do organismo a fim de fornecer calorías de consumo térmico e mecânico, bem como as quotas de substâncias

plásticas e reguladoras, capazes de garantir o estado de saúde.

B. Lei de qualidade:

Diz quais os alimentos que devem estar numa dieta normal. Os princípios básicos de alimentação que são as proteínas, gorduras, hidrocarbonados, sais, vitaminas e água.

C. Lei da Harmonia:

Esta lei diz que o organismo deve manter o seu equilíbrio físico mediante o aproveitamento e integração dos princípios imediatos em quotas adequadas.

D. Lei de Adequação:

Diz que os alimentos além de serem em quantidade suficiente, devem possuir elementos das várias qualidades e em taxas harmônicas e ainda serem adequados ao indivíduo ou à coletividade, respeitando fatores tais como idade, sexo, clima, hábitos alimentares, etc.

Como último item do tópico 4, diremos que dieta racional é aquela que obedece às 4 leis de Escudero. Não compete aos senhores entrar em detalhes quanto às taxas e cada tipo de princípio imediato que o homem deve receber. Isto é função do oficial médico de suas Unidades, quando ele vier estagiar na E.I.E., durante o seu curso na E.A.O. ele verá, então, o que existe de mais moderno a este respeito.

V — DIETA, RAÇÃO E ETAPA

Estudaremos aqui noções gerais de dieta, ração e etapa. Antigamente, compreendia-se como dieta, o cardápio que era preparado para um doente. Era comum dizer-se: "fulano está de dieta". Consideramos agora dieta como o total de preparações culinárias que o indivíduo consome nas diferentes refeições, no decorrer do dia. Esta dieta pode ser estudada quanto aos pratos que compõem cada refeição ou quanto à sua riqueza dos diferentes tipos de alimentos. Ração em conceito vulgar, é alguma coisa que está racionada, que é fornecida em quantidade pequena ou insuficiente. Para nós ração é não só-

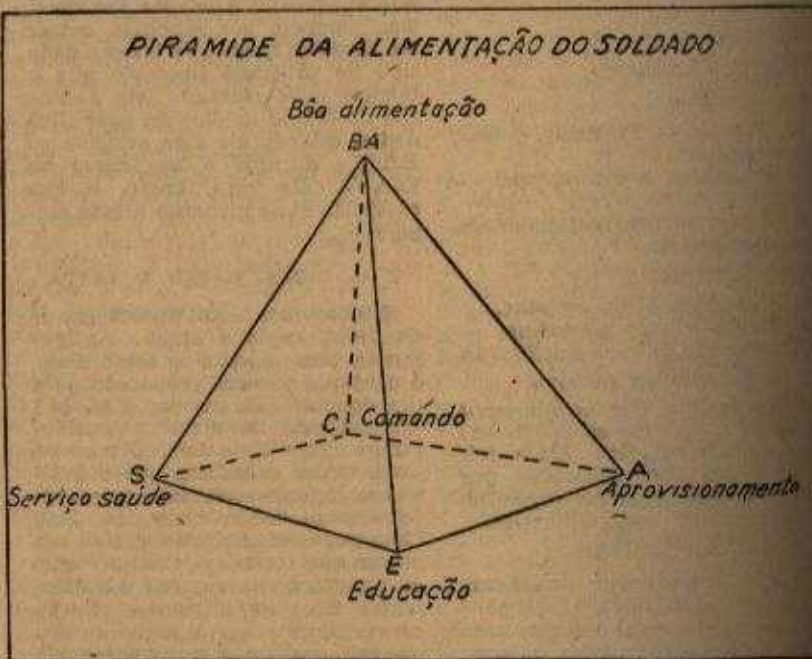
mente suficiente, mas também tecnicamente calculada a fim de satisfazer às exigências do organismo humano. Etapa todos os senhores sabem o que é. É a soma de 2 quantitativos — um de rancho, outro de subsistência, que se fornece ao homem, transformada em comida. Com os meios atuais do Exército a etapa que ele fornece é suficiente uma vez que se possa utilizar pessoal competente. S. Excia. o Sr. Ministro da Guerra, por Portaria n. 207 de 27 de setembro de 1947, designou uma comissão para estudar o bem-estar da tropa. Esta comissão focalizou com geral destaque o fato da nutrição, da preparação do pessoal e das instalações gerais dos ranchos, além de estudos gerais de higiene e conforto, o quadro de sanitários. Atualmente na 1ª R.M., podemos considerar como dados médios — 8 cruzeiros para alimentação dos oficiais e 10 cruzeiros para alimentação das praças. Em algumas regiões como a 7ª, e em guarnições especiais de fronteira, existe re-

fôrço alimentar por quantitativo extra. Tem esta tabela cardápios que se podem adaptar às diferentes Regiões Militares, considerando fatores como o clima e condições de mercado. O último item deste tópico é o que se refere à economia do rancho. Esta economia é muito simples e fácil. Resume-se em uma boa apresentação da comida e em variação dos cardápios, em pratos de bom paladar e em uma educação sistemática do soldado procurando orientá-lo, mudando lentamente seus hábitos errados.

VI — PIRAMIDE DA ALIMENTAÇÃO DO SOLDADO

Apresento aqui a pirâmide da alimentação do soldado. Observem a figura.

Lembrem-se sempre que a boa alimentação é resultado de um trabalho harmônico e coordenado entre comando, serviço de saúde, aprovisionamento e educação da tropa. Os senhores estão neste ângulo — EDUCAÇÃO:



(Continua)

REL

I — INTRO

O Ministério da em breve organiza relações públicas.

O Estado-Maior o seu novo regula este ano, já recebe ativo ao assunto.

No Exército bras edades, em geral da iniciativa indivi repercussão durado mais seguros e exte sistematização ofici

No Exército norte pralmente durante no conflito mundial de relações públicas me incremento devle mento de sua imple se beneficiavam data, as organizaçõe culares.

Dois fatos bastam rizar a importânci atribuíram ao assun dução grande naçã

— desde 1946 fun (Pensilvânia) Informação Pública

— o atual Chefe do do Exército norte-am J.L. Collins desempr onente a função de Informação Pública do

Em nosso meio, n este assunto apenas ventado em alguma artigos da "Military

A exposição sumár ga tem o propósito de quanto de uma form loca em caráter gerl os aspectos essenciai públicas no Exército.

RELAÇÕES PÚBLICAS DO EXÉRCITO

STAFF

I — INTRODUÇÃO

O Ministério da Guerra poderá, em breve organizar um serviço de relações públicas.

O Estado-Maior do Exército, pelo seu novo regulamento aprovado este ano, já recebeu o encargo relativo ao assunto.

No Exército brasileiro várias atividades, em geral esparças e fruto da iniciativa individual, não logram repercussão duradoura e proveitosas seguras e extensas por falta de sistematização oficial.

No Exército norte-americano, especialmente durante e após o último conflito mundial, as atividades de relações públicas tomaram enorme incremento devido ao reconhecimento de sua importância, do que já se beneficiavam, desde longa data, as organizações civis particulares.

Dois fatos bastam para caracterizar a importância que, então, atribuíram ao assunto, no exército daquela grande nação:

- desde 1946 funciona em Carlisle (Pensilvânia) uma Escola de Informação Pública do Exército;
- o atual Chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano, Gen. J. L. Collins desempenhava anteriormente a função de Chefe da Informação Pública do Exército.

Em nosso meio, mais modesto, este assunto apenas começa a ser tratado em algumas conferências e artigos da "Military Review".

A exposição sumária que se segue tem o propósito de focalizar o assunto de uma forma precisa, embora em caráter geral, a respeito dos aspectos essenciais das relações públicas no Exército.

II — COMPREENSÃO GERAL

A opinião pública interfere no cumprimento de qualquer missão.

O Exército tem sua missão a cumprir, dentro dos encargos da segurança nacional atribuídos às Forças Armadas; o cumprimento dessa missão, na paz ou na guerra, depende fundamentalmente da opinião pública.

Realmente, uma corporação (ou órgão subordinado) deve tornar-se o mais eficiente possível, dentro de suas limitações do momento, para que possa melhor atingir seus propósitos ou cumprir seus encargos.

É óbvio, no entanto, que a maior eficiência decorre de uma melhor compreensão por parte não só dos que integram a corporação ou órgão, mas também de todos aqueles que lhes possa interessar.

Essa compreensão resulta de normas de ação que definem uma política e a política dessa compreensão é o instrumento básico das relações públicas.

Ora, uma tal política, no Exército, alicerça-se nos objetivos de sua existência e, por conseguinte, interessa à própria segurança nacional.

Em essência, a política de relações públicas de uma corporação propõe-se a:

- por um lado: conhecer o que pensam, o que dizem e em que ambientes;
- por outro lado: esclarecer o que é, o que faz e com que fim.

Na verdade, trata-se de estabelecer um serviço de informações públicas, com objetivos diversos dos serviços de informações militares, mas com idêntica técnica de coletar informes, estudar situações e infor-

mar os chefes e a classe, o meio civil e os órgãos públicos.

A política para ser bem orientada, exige que se obtenham informes e se difundam informações e isto se acesse quando se trata de uma política de compreensão, ou de mútuo entendimento.

Com efeito, o público a respeito do qual se deve estar informado e informar é constituído por três categorias:

- o pessoal integrante da corporação (meio interno);
- os indivíduos estranhos à corporação (meio externo);
- os poderes constituídos (meio governamental).

Todo procedimento, deliberado ou não, no sentido de melhorar a mútua compreensão entre a corporação e esses diversos meios é ato de relação pública.

No entanto, o incremento e a sistematização dessas atividades é que define verdadeiramente o que se entende por "relações públicas".

Desta forma, a não ser que se estabeleça um serviço de relações públicas, constituído por órgãos e indivíduos credenciados e meios e processos apropriados, essas relações podem ocorrer, mas desordenadamente e quase sem proveito para a coletividade.

III — FINALIDADE

A existência de um serviço de relações públicas, ao contrário dos atos ocorrentes sem um propósito geral definido, será orientada pela sua finalidade, que pode ser assim expressa, para as Forças Terrestres:

— Desenvolver de forma permanente e sistematizada um ambiente favorável à consecução dos Objetivos do Exército e sua identificação com o povo e, no âmbito da opinião pública, prever e evitar se possível, atenuando pelo menos as repercussões desfavoráveis, qualquer ocorrência ou situação que possa abalar o seu prestígio, ou afetar seus interesses.

IV — NORMAS DOUTRINARIAS

As atividades de relações públicas comportam, como se depreende de sua finalidade, atitudes prévias, de criação e tomada de posição e também, mas em segundo plano, atitudes consequentes, de correção e defesa.

Para maior esclarecimento da doutrina que orienta tais atividades, visando aquela finalidade, citaremos algumas normas, de caráter geral, da atuação do serviço de relações públicas:

1°. Lutar pelo controle do espírito humano, procurando vencer a apatia pública e infundir idéias que traduzam valores-padrões.

2°. Sentir a opinião pública, constatando, analisando e avaliando o estado de espírito e o grau de relações na comunidade civil, nos meios militares e nos órgãos públicos.

3°. Estimular as relações e o estado de espírito de compreensão e simpatia ao Exército, nesses diversos meios, familiarizando o público com a sua vida e obtendo a aprovação e reconhecimento públicos de suas atividades, tornando conhecido geral a utilidade da organização e a dedicação dos seus elementos componentes.

4°. Fortalecer a posição e a reputação do Exército, estabelecendo íntima união com o povo e harmonizando os anseios pacíficos com a compreensão da segurança de forma que sejam idênticas as expressões e sentimentos de ambos.

5°. Prestigiar os órgãos e poderes públicos e deles conseguir melhor entendimento de suas atividades e necessidades.

6°. Criar opiniões e provocar atitudes favoráveis, desfazendo as contrárias, pela disposição de explicar-se, analisar-se e interpretar-se fiel e plenamente, de corrigir os erros e omissões e, por outro lado, pelo duplo e constante propósito de não informar senão a verdade e de aprimorar os requisitos de eficiência da organização e competência de seus membros.

7°. Manter os Chefes e autoridades informados dos problemas e

os programas de

8. Estabelecer os órgãos, os procedimentos, o planejamento, as condições de execução das atividades públicas mais adequadas, evitando sua fragmentação à burocracia, qualquer que seja a natureza das atividades, quer propagandísticas, quer de natureza técnica, no que se refere às classes.

9. Divulgar, mediante o conhecimento das escolas, em reuniões, conferências, etc.

10. Coletionar, através de livros, filmes e outros, o material de interesse, com vistas a sua utilização.

11. Fiscalizar os meios e materiais empregados no âmbito das relações públicas, tendo-se por critério a necessidade evidente de assegurar a segurança nacional.

12. Planejar a organização especial de relações públicas para as ocasiões de guerra, crises, calamidades, etc.

V — ORGANIZAÇÃO

As atividades de relações públicas constituem um setor distinto do Exército, que elas decorrem da organização do Cmt. ou CEM, e do exercício da função de informação e de sua exclusividade.

Os órgãos, indivíduos e processos englobados nessas atividades constituem o serviço de relações públicas, cuja estrutura é variável mas deve ser baseada em algumas normas, na organização dessas atividades, na cidade no período de paz.

Antes de tudo, precisa-se de um serviço de relações públicas, compreendendo os aspectos administrativos, necessários para a sua execução, não se confundindo com o trabalho geral da organização especial. A organização especial (ou o oficial de relações públicas) entende-se

dos programas de relações públicas.

8°. Estabelecer a estruturação dos órgãos, os processos de ação, a técnica, o planejamento geral e as condições de execução das relações públicas mais adequadas ao nosso meio, evitando sua especialização, fugindo à burocratização e impedindo qualquer deturpação de caráter propagandista e de competição, no que se refere a indivíduos e classes.

9°. Divulgar intensa e extensamente o conhecimento do assunto nas escolas, em revistas, publicações, conferências, etc.

10°. Coletar, para fins históricos e outros, o material que apresente interesse, com relação ao assunto.

11°. Fiscalizar e censurar os meios e materiais informativos do âmbito das relações públicas, esforçando-se por cingir as restrições à necessidade evidente de salvaguardar a segurança nacional.

12°. Planejar a execução de programa especial de relações públicas para as ocasiões de graves e prolongadas crises, como guerra, agitação interna, etc.

V — ORGANIZAÇÃO GERAL

As atividades de relações públicas constituem um serviço de caráter distinto dos demais, pois que elas decorrem da atribuição direta do Cmt. ou Chefe, o qual delega o exercício das funções ao oficial de informação pública, pessoa de sua exclusiva confiança.

Os órgãos, indivíduos, meios e processos englobados nessas atividades constituem o serviço de relações públicas, cuja estruturação é variável mas deve fundamentar-se em algumas condições gerais da organização desse serviço, além da citada no período precedente.

Antes de tudo, por ser considerado um serviço do comando, não está compreendido nos serviços administrativos, nem nos técnicos; ainda mais, não se enquadra no estado-maior geral nem no estado-maior especial. A Chefia desse serviço (ou o oficial de informação pública) entende-se diretamente

com o Cmt. ou Chefe da Unidade ou órgão a que pertence e com os seus substitutos eventuais.

O mais alto órgão e a Chefia geral desse serviço devem subordinar-se diretamente ao Cmt. das Forças Terrestres; no caso brasileiro serão, por conseguinte, dependentes diretos do Ministro da Guerra.

O estabelecimento hierárquico dos órgãos desse serviço não impõe uma centralização de seu funcionamento; ao contrário, a descentralização é a orientação mais indicada, salvo sob certos aspectos administrativos.

A doutrina geral, particularmente no início da organização, não pode deixar de ficar a cargo do Estado-Maior do Exército, único credenciado para autorizar publicações doutrinárias de caráter oficial.

A informação da tropa (público interno) é uma importância tão destacada que exige uma atividade permanente e especial dos órgãos de relações públicas, embora não seja aconselhável a sua especialização, como uma subdivisão distinta do mesmo órgão.

Salvo nos Escalões Comando do Exército brasileiro (Ministro da Guerra) e, talvez, no Estado-Maior do Exército, o serviço de relações públicas se restringe, mesmo nos Altos Órgãos e Grandes Comandos, a uma pequena seção (ou divisão) de informação pública, ou apenas ao oficial de informação pública, no caso dos corpos de tropa e comandos de Guarnição.

A ligação com as casas do Congresso Nacional e as atividades atinentes as funções legislativas serão desempenhadas exclusivamente pela Chefia do Serviço ou, por sua direta delegação, podendo o órgão de relações públicas do Estado-Maior do Exército acessorá-la nesta incumbência.

Desta forma, nos dois escalões acima referidos, sua organização geral pode comportar um só órgão subdividido para as duas atividades distintas, ou o Chefe do respectivo Serviço poderá ter o encargo de supervisionar dois órgãos distintos: o da informação pública e o da li-

gação com o Congresso Nacional.

Um entrelaçamento mais estreito das relações públicas civis e militares poderá ser obtido pela organização de comissões consultivas locais, compostas exclusivamente de civis e, por isto, inteiramente fora da jurisdição do serviço.

Finalmente, entre outras normas gerais da organização que devem ser lembradas, não se pode deixar de evidenciar a imperiosa necessidade de que o pessoal empenhado no serviço de relações públicas esteja capacitado moral e funcionalmente, nas mais altas condições, para o exercício dessas funções verdadeiramente delicadas.

VI — CONCLUSÃO

O serviço de relações públicas é indispensável em qualquer organização de vulto; nas menores organizações (Unidades), uma pessoa credenciada poderá encarregar-se das respectivas atividades.

As atividades de relações públicas caracterizam a vontade do Chefe

aplainar o caminho que terá de trilhar, com a cooperação esclarecida pela compreensão e fortalecida pela confiança infundida em todos os que devem segui-lo.

A organização e o funcionamento desse serviço dariam adequadas resposta e provocariam soluções às seguintes perguntas e questões, entre outras:

— por que a lei sobre tal assunto não tem andamento no Congresso?

— por que tais problemas da classe (habitação, promoções, assistência, vantagens, etc.) não foram resolvidos?

— quais as leis, projetos e atos de interesse estão em vias de aprovação?

— onde foram publicados tais atos?

— por que existe no meio civil incompreensão a respeito do Exército?

— por que há incompreensão e descontentamento no seio do Exército?

JOSÉ BENEDITO DA CRUZ

RUA PIRATINI N. 1383 — SÃO CRISTÓVÃO

**Papéis velhos — Ossos ressecados
Caminhões para serviços de transporte no Distrito Federal**

PROI

Uma comissão nomeada para estudar a localização do novo capital da República, o ponto central do Brasil, a nova Constituição, o plano de transferência da sede da transferência da sede da Nação para o Rio de Janeiro, já confiado no texto da Magna de 91. Mantendo a honra a largura da nascente República.

Com efeito, nada há de mais urgente a fazer no domínio político-administrativo que a redigir o texto e a mudança de sede para um ponto central.

A transferência da sede do governo federal para o interior é um impulso imprevisível e um movimento de nossos tempos e será poderoso estímulo à forte influência da realidade geográfica, realidade geográfica e a civilização do litoral.

As pátrias continentais de grande extensão, como a russa, a norte-americana, sofrem permanentemente para os oceanos, valem por intermédio das suas correntes marítimas. O oceano, por sua vez, de intercomunicação, tem a fim da civilização, a libertar-se de sua influência e subtrair-se a ela.

É dever do estadista avaliar os efeitos desviados do oceano.

P.R. — Continuação do

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

VII

Um problema secular

Uma comissão nomeada pelo governo estuda a localização da futura capital da República no plano central do Brasil. É que a atual Constituição manteve o preceito da transferência da sede política da Nação para o centro do país, já contido no texto da Carta Magna de 91. Mantendo-o, a atual geração honrou a larga visão dos homens da nascente República.

Com efeito, nada há mais importante e urgente a fazer, entre nós, no domínio político-administrativo, do que a redivisão territorial do país e a mudança de sua capital para um ponto central.

A transferência da sede do governo federal para o interior dará um impulso imprevisível ao desenvolvimento de nossos esquecidos interiores e será poderoso fator de reação à forte influência do litoral, realidade geográfica que inerente a civilização brasileira à beira do litoral.

As pátrias continentais, ou seja, as de grande extensão territorial, como a russa, a norte-americana e a nossa, sofrem permanente atração para os oceanos, verdadeiros pólos por intermédio dos quais vitalizam as suas correntes econômicas. O oceano, porém, é um meio de intercomunicação e não o próprio fim da civilização de uma nação. Libertar-se de sua força de atração é subtrair-se a algo secundário. É dever do estadista contrabalançar os efeitos desvirtuadores do oceano.

UM POUCO DE HISTÓRIA DOS OUTROS...

Em fins do século XVIII, na alvorada de sua formação política, os Estados Unidos eram constituídos por reduzido número de Estados, 13 ao todo, adensados na costa do Atlântico e formados pelos territórios das antigas colônias inglesas, que Washington libertara. Ao raiar o século XIX, meio milhão de americanos, obedecendo a impulsos criadores, já viviam a Oeste da cordilheira dos Alleghanys. Várias comunidades tinham se estabelecido ali e a sua sobrevivência dependia do comércio com o resto do país e do mundo. Essa circunstância levou Jefferson a enviar Robert Livingston a Paris, com a missão de propor à França depauperada e exausta de Napoleão a compra de Nova Orleans, situada na embocadura do Mississipi e considerada a chave indispensável ao escoamento da produção das comunidades refeitas e cuja prosperidade já se fazia sentir vivamente.

Tal proposta resultou na compra não somente de Nova Orleans, mas de toda a Luiziana, oferecida por Talleyrand, em nome do grande corso, pela hoje, ridícula soma de 15 milhões de dólares. Mais tarde a Flórida foi também adquirida à Espanha. Era a arrumação dos primeiros Estados em torno do oceano. Era a atração deste. Depois disso, seja porque a descoberta de ouro no Oeste ou a necessidade de mais terras para a expansão da

agricultura e pecuária provocassem a corrida para o "Far-West", seja porque os estadistas americanos compreenderam claramente que a grandeza de uma Nação não se faz só a beira do litoral, o fato é que orientaram eles o impulso civilizador de suas primeiras populações francamente para o interior, rumo a Oeste. Na direção de Sudoeste surgiram o Texas, fruto de uma guerra perdida pelo México, o Arizona, Nevada, o Novo México e finalmente a Califórnia, no litoral ocidental. De novo o oceano. Era fatal. O país possuía agora unidade geográfica, com caráter transcontinental. Faltava-lhe unidade política, só obtida com a vitória do Norte, na guerra da Secessão e só mais tarde consolidada por um colossal sistema rodô e ferroviário, ligando os 4 pontos cardeais do país. Os dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico exerceram, daí por diante, incessante ação no sentido de atrair a vida da Nação para os respectivos litorais, porém, a sua posição geográfica relativa equilibrou o progresso do seu interior. Não houve inclinação para um único litoral. Solicitado por dois, opostos, o desenvolvimento repartiu-se uniformemente. O centro, hoje, palpita de vida, fazendo o papel de plataforma giratória, de ponto de equilíbrio de forças, de empório redistribuidor de mercadorias e seu progresso só poderia ser, como de fato foi, prodigioso. Grandes cidades ali surgiram, tais como São Luiz, Kansas City, Topeka, Wichita, etc. O Estado de Kansas, considerado o centro geométrico do país, é o "breadbasket" da América, devido à sua volumosa produção de excelente trigo. Muitas indústrias lá se estabeleceram, inclusive as de automóveis e aviões, devido à sua posição central e ao seu papel de centro coordenador de comunicações de todo o país. Por sua capital, Topeka, passam nada menos de 4 linhas ferroviárias transecontinentais! Em Kansas City, onde estivemos, vimos ônibus que provinham de Chicago, situada a Nordeste do país e que se destinavam

a S. Francisco, no extremo Oeste. Claro está que, com tal geografia equilibrada e com tal sistema de comunicações unificador, a grande pátria de Lincoln não necessitava imperiosamente localizar a sua capital no próprio centro do país. Devemos notar, contudo, o papel desempenhado pelas grandes cidades centrais, de centros articuladores de todas as comunicações do país. De resto, ou porque Washington está situada a Leste dos Estados Unidos, ou porque esta parte do país foi colonizada em primeiro lugar, o fato é que o centro de gravidade da economia e das finanças da República pende para Leste. Observe-mos, porém, que não há indústrias em Washington. A única que se permite funcionar, ali, é a de fabricação de dinheiros da Nação.

O CASO BRASILEIRO

Vejamos, agora, o caso do Brasil. Após a descoberta, o seu litoral foi repartido e doado. Surgiram as Capitanias, cujos limites eram só laterais. Estava-se numa época de descobrimentos geográficos, em que as preocupações governamentais se restringiam na só procura dos contornos das terras, na só busca dos caminhos para as Índias. Solução simplista, a repartição em largura, abarcando extenso e variado litoral, teria fatalmente que enfrentar a pressão de fatores geográficos heterogêneos, tendentes a desunir a nascente colônia. Nada se fez para contrabalançar essa tendência e, quanto aos limites em profundidade, só mais tarde as bandeiras se esboçaram, rumo Oeste, porém embarcando, no dizer de Tasso Fragoso e fazendo alto diante da corrente colonizadora espanhola que, desde Balboa e Pizarro, descendo pela costa Oeste da América do Sul, se encaminhava para Leste. A corrente espanhola, marchando em direção oposta à portuguesa, barrou ao Brasil a costa do Pacífico. Ficamos com um único oceano. Dal por diante, a força de atração do Atlântico se faria sentir em toda a sua fúria. Nada mais se fez que continuar as explorações em largura,

para o Norte e a sul, de modo que se transformasse a Província de Desprezou-se a Medidade. As embora contribui- no o país e i- sobre as fronte- somavam de si- rões, em bus- dorios e à pré- sempre para tr- euras do lito- não esporádica- zadores. E vo- agações assenta- timbro, no G- Amazonas, poré- a defesa da rend- de Brasil, antes- não sistemática- barlino, os re- zava do oceano- culações com- quando mudaram- pelas as ameaça- os inimigos da- era imperdoável- que para outro- mais ao Sul. Em- ditos o ciclo de- em nova oportu- a possa casa e con- liberto das peias- de sua maioridade- a devia ter, nese- tudo o seu territó- apital para o in- mesmo a transferê- de Províncias. I- lutar-se à pressã- tangir o fator ge- dar rumo a Oe- e os anos, deviam- direção do único- e ancor as bases- resto do interior- tador de admini- para dentro mesm- (adunças, para ra- a tivesse feito. A- go ter-se-ia mu- olo central de Go- elado por tratar- aqui das grandes- eia e do Prata- tamente, equidistan- la colúmbia teriam a

para o Norte e para o Sul e fundar núcleos de populações pelo litoral, para se transformarem em capitais de Províncias e depois de Estados. Desprezou-se a exploração em profundidade. As próprias bandeiras, embora contribuindo para desbravar o país e fundamentar direitos sobre as fronteiras ocidentais, não passavam de simples batidas aos índios, em busca de tesouros lentos e à preta de índios, quase sempre para trabalharem nas lavouras do litoral. Não tinham outro esporádicos propósitos colonizadores. É verdade que os portugueses assentaram canhões em Ilhéu, no Guaporé e no Alto Amazonas, porém visavam apenas a defesa da rendosa e grande mina do Brasil, antes que a sua colonização sistemática. Jungidos à orla marítima, os reinos ficaram esquivos do oceano para as suas comunicações com as Capitânias e, quando mudaram a capital, já expostos às ameaças dos corsários e dos inimigos da coroa, não o foi, tão imperdoável, para o interior, para para outro ponto do litoral, para ao Sul. Em 1822, quando iniciamos o ciclo do Império, perdemos uma nova oportunidade de arrumar a nossa casa e começar vida nova. Aberto das peias coloniais, senhor de sua maioridade política, o Brasil devia ter, nessa ocasião, redividido o seu território, mudado a sua capital para o interior e forçado como a transferência das capitais das Províncias. Era a ocasião de lutar-se à pressão do oceano, de corrigir o fator geométrico, de marchar rumo a Oeste. Não tendo recursos, devíamos contrabalançar a atração do único que possuíamos e lançar as bases do desenvolvimento do interior, deslocando os centros de administração do país para dentro mesmo do sertão. Suggeríamos, para raciocinar, que isso tivesse feito. A capital do Império ter-se-ia mudado para o planalto central de Goiás, ponto aconselhado por tratar-se do divisor das águas das grandes bacias do Amazonas e do Prata e ponto relativamente equidistante do litoral. As coisas teriam sido difíceis, a

princípio, mas é fácil imaginar que hoje possuiríamos uma cidade de, pelo menos, um milhão de habitantes em pleno coração do país. Que benefícios daí surgiriam! Boas estradas de rodagem irradiar-se-iam de lá, rumo a S. Paulo, Rio, Bahia, Nordeste e Pará. Idem quanto às vias férreas, cujo sistema apresentar-se-ia, hoje, mais homogêneo do que o que aí temos. Avalie-se, por momentos, a repercussão da presença desse centro de vida âmago de nosso sertão, funcionando como triângulo de reversão das comunicações do país, como empório redistribuidor, como grande centro consumidor, como centro de gravidade da economia e das finanças da Nação, a comandar de longe os portos do litoral sem se inclinar para nenhum, a servir de trampolim entre as bacias do Prata e do Amazonas, harmonizando os interesses dispares dos variados compartimentos geográficos do país e homogeneizando o progresso nacional! O vale do S. Francisco palpitará de vida. O Tocantins e toda a bacia amazônica despertariam, cuidada que seria, de mais perto, a sua economia, como o seriam as do Nordeste e Centro — Oeste, sem as atuais preferências pela do Sul. As missões diplomáticas e os homens de negócios estrangeiros teriam de remontar os nossos rios e transpor as nossas serranias para atingirem a capital, tendo, de passagem, desperta a sua atenção para as nossas riquezas e as nossas possibilidades. Grandes indústrias, atraídas pela posição central da sede do governo federal, ter-se-iam estabelecido no planalto central, com ou sem auxílio de capitais estrangeiros. Todo o interior do Brasil se povoaria uniformemente e as iniciativas surgiriam por toda a parte.

NOVAS OPORTUNIDADES PERDIDAS

O quadro risonho que esboçamos, acima, contudo, longe está de se concretizar.

O Brasil perdeu outra oportunidade de arrumar a sua casa em

1889, no advento do ciclo republicano. Persistimos em manter o erro inicial. E hoje, o que somos? Uma civilização litorânea, uma cerca de Nação ao longo do oceano. Nossas capitais, que deveriam ser somente a sede política dos Estados e da União, são, antes, centros de troca entre as populações do litoral, massas consumidoras contemplativamente plantadas à beira-mar, portas de entrada para todo um vasto e temido "hinterland" e nosso estadistas, vivendo lado a lado com os grandes capitães da indústria e do comércio citadinos, privando com eles, são por eles influenciados e arrastados pelos interesses imediatos de grande plutocracia, pouco à margem, muitas vezes, os supremos fins da economia nacional. Somos, é inútil desconhecê-lo, uma civilização de caráter fenício, no que essa civilização representou em relação ao mar. Das 21 capitais de Estados, 17 estão situadas no litoral ou nas suas proximidades imediatas, afora a capital federal. Nada menos de 80%! Restam apenas 4, ou 20%, para polarizar a vida de 8.500.000 km² de área habitável! Nossa marinha mercante é, e não poderia deixar de sê-lo, a primeira da América do Sul e a terceira de toda a América. Perto de 10 milhões de brasileiros, ou seja 1/4 da população do país vive nas cidades costeiras ou nas suas proximidades, desempenhando o passivo papel de mercadores, de intermediários entre as atividades externas e internas da Nação. Localizada uniformemente no interior, deixando aos portos a sua missão de simples instrumentos do comércio, essa população aumentaria o nosso incipiente comércio interno e exploraria todas as fontes de nossas riquezas. Nossa capital federal, em que pese as suas proclamadas belezas e a fama de sua bafa circundante, está excêntrica e deslocada para o Sul e para o Leste. Militarmente, a sua posição geográfica é uma irritação. A sua queda, fácil para um inimigo audacioso, nesta época de grandes marinhas, de poderosas aviações e de agressivas forças para-quedistas, deixaria

ria a Nação sem cabeça, ao primeiro tiro da guerra. No terreno administrativo, a sua posição é ainda pior, ignorando a capital o que se passa, o que pensa e o que faz o interior.

Suas comunicações com o Norte e o Centro — Oeste são difficilísimas. Ainda não temos uma auto-estrada para Belo Horizonte, quanto mais para Cuiabá ou Goiânia. A autoridade federal dilui-se em razão geométrica, à proporção que nos afastamos da capital em razão aritmética, na direção das fronteiras ocidentais. Todos sabemos que nos longínquos sertões, a lei cheia a pólvora, os impostos são difficilmente cobrados, as ordens são esquecidas, o contrabando campeia infrene e o banditismo dá as mãos ao "coronelato". As lindas fronteiras vivem semi-desertas, desconhecidas e até desnaturalizadas. A Nação, debruçada sobre o Atlântico, volta as costas para o seu imenso e rico interior!

ULTIMAS ESPERANÇAS

Um ciclo recente, por alguns batizado de "ciclo revolucionário", trouxe-nos, em 1930, as últimas esperanças em matéria de redivisão territorial e mudança da Capital Federal. Abone-se, em favor da verdade, que alguma coisa se fez, com a criação de 5 novos territórios, porém a providência ficou muito aquém do que todos esperávamos. De resto, 2 deles foram desfeitos pela actual Constituição. Mais uma vez nosso país deveria marcar passo. Num século trepidante de progressos científicos e tecnológicos, o Brasil, pleno de riquezas incalculáveis e de possibilidades imperecíveis, se obstina em manter-se algemado ao litoral.

Fazemos ardentes votos para que a comissão nomeada pelo Governo, integrada por ilustres membros, leve a bom termo a sua missão de escolher uma área adequada para a futura capital da União e que a transferência desta, bem como a redivisão política do país encontrem maior compreensão e melhores possibilidades por parte das gerações porvindouras, para maior grandeza da Pátria.

I — HISTÓRIA
 a) A origem
 química; b) A
 química; c) Evolu
 d) Posição encic
 mica; e) Divisã
 QUÍMICA; f) A
 temporânea, quími
 química.
 a) A origem da
 mica — A etimolog
 química perde-se na
 mica. É vasta e reina
 entre pesquisadores
 e misterioso em
 tudo — química —
 tudo — química —
 ciência considerada p
 ante. Conhecimento
 do atribuído ao Im
 Nong, da China, mil
 cristianismo. Nenh
 um porém no tratado
 Chin Nong que des
 uera como hoje se d
 mica química. No E
 século após Ch
 encontrar vidros c
 variadas, sabões e
 chegaram as mumi
 pias processos de e
 usados pelos antig
 registramos então
 a "trona", matéria p
 empregada para a obte
 usado nos trabal
 e embaçamento
 ocultas com
 NAT-SHA, seus conhe

QUÍMICA

DIDÁTICA E TÉCNICA

Major ARLINDO VIANNA,
Engenheiro Químico

Dedicada aos candidatos à admissão às escolas superiores e técnicas do país e contendo os mais modernos conceitos científicos e técnicos, problemas e questões padrões para provas.

I — HISTÓRIA RESUMIDA DA QUÍMICA. a) A origem do vocábulo química; b) A origem da Química; c) Evolução da Química; d) Posição enciclopédica da química; e) Divisão e definição de QUÍMICA; f) A química contemporânea, química moderna ou alquimia atômica.

a) A origem do vocábulo química — A etimologia do vocábulo química perde-se na noite dos tempos. É vasta e reína a discordância entre pesquisadores. Tudo é confuso e misterioso em torno do vocábulo — química — e da própria ciência considerada primitivamente, arte. Conhecimentos da química são atribuídos ao Imperador Chin Nong, da China, milênios antes do cristianismo. Nenhum étimo aparece porém no tratado que escreveu Chin Nong que desvendou a palavra como hoje se denomina a ciência química. No Egito, cerca de vinte séculos após Chin Nong, vamos encontrar vidros coloridos, tintas variadas, sabões e até aos nossos dias chegam as múmias conservadas pelos processos de embalsamento usados pelos antigos sacerdotes. Registramos então o azul egípcio e a "trona", matéria prima que era empregada para a obtenção do "natron" usado nos trabalhos de conservação e embalsamento. Mas, os egípcios ocultavam como assevera CURT-SHA, seus conhecimentos em

tenebrosos mistérios, origem talvez das fórmulas enigmáticas. Estudando a grafia da palavra — Química, — Alfredo Honorato da Silva (12-I-941) — passa revista em todas as línguas onde encontra: *chimie*, francês; *chemistry*, inglês; *química*, português e espanhol; *chimica*, italiano; *chemia*, alemão; *chymia*, latim. Do grego lembra Alfredo Honorato que temos o vocábulo *cheo*, fluir; derramar; *chimeia*, dissolução, infusão; *chymos*, suco. Do árabe, nos veio *chemā*, ocultar que, precedido da partícula "al", forma a palavra — *alchemia*, — primitiva de Alchimista, o diabólico bruxo, personagem existente no século XVI. Entre os títulos de livros antigos descobertos pelos egíptólogos um aparece denominado *Chemis*. Topônimos egípcios assemelham-se aos étimos que foram a palavra *chimica*. O próprio Egito, na antiguidade era denominado *Cham*, grafado no hieroglifo *Chemí*, vocábulo que designava também a cor negra. Ainda hoje no Norte do Egito, o vocábulo *Chemí* indica o próprio país e a palavra *Chemí* designa a cor preta, que lembra talvez Terra-Negra, como era antigamente chamado o Egito. Uma etimologia mística para a química, é lembrada por Berthelot em seu trabalho sobre "Les Origens de L'Alchimie", etimologia encontrada no livro

"Imouth" de Zósimo, químico do século III de nossa Era, que o dedicou a Inhotep, divindade egípcia asseverando que as santas escrituras dizem há um certo gênero de demônios tendo comércio com as mulheres Hermes poderosa, falou deles, em seus livros. É que certos anjos caídos pelo amor às mulheres, na Terra, ensinaram os segredos da Natureza, motivo por que foram castigados, expulsos do Céu e condenados ao exílio perpétuo. O livro em que eles ensinavam a arte era intitulado *Chema*. O vocábulo hebreu *Chaman*, cuja raiz é *Cham*, significa mistério. Alguns acreditam que a química deriva de *Kamia*, nome grego. Galeno deriva a palavra química do grego *Chumus*, mistura de sucos diversos, finalmente o primeiro documento conhecido referente a palavra *Química* é o de Zósimo (dos Séculos III e IV) que o aplicou a arte de fabricar ouro e prata.

b) *A origem da Química* — Dizendo sobre "As origens da Química entre os povos primitivos", BLAS afirma que a química não é uma ciência primitiva como a Astronomia ou a Geometria. Lembra BERTHELOT que dizia ser a química uma ciência recém-nascida que teve sua gestação desde os tempos mais remotos pela lenta soma dos conhecimentos práticos da metalurgia primitiva, da economia doméstica, das origens da química industrial aplicada ao serviço do homem e da civilização. Foi no início a química mistura de Alquimia, Farmácia, Medicina, Metalurgia e outros conhecimentos constituídos em séries que a tradição oral ou escrita ia transmitindo de povo a povo, sempre aumentados com novos dados empíricos que a prática deduzia e assim foram acumulando a longa série de experiências, fórmulas e conhecimentos que há pouco mais de dois séculos, criaram a ciência química, com suas leis, postulados e teorias. Em suas origens a Química e a Farmácia foram companheiras inseparáveis. A Alquimia as separou nos confusos anos científicos e medievais. Zósimo foi o primeiro a intitular a arte de fabricar ouro e prata. A

característica fundamental dos conhecimentos químicos egípcios, chineses e semitas residia em que tais conhecimentos não constituíam um corpo de doutrina; eram apenas uma série de coisas ou fatos isolados, sem coesão. Passados muitos séculos começaram os primeiros balbúcios de teorias que explicavam os primeiros resultados da experiência isolada. O primeiro documento histórico, de certa importância para a Química, foi o famoso Papiro de Elers, escrito no ano de 1552 A.C. e encontrado em Tebas, entre as pernas de uma múmia. Verdade é que no Século V, Herodoto, durante 60 anos, viajou pelo Egito, procurando recolher notícias pelas bocas dos Sacerdotes de Menfis e mais tarde Diodoro fez o mesmo em Tebas. Ambos porém não chegaram a conhecer os segredos químicos dos Sacerdotes Egípcios, fato explicável pelo receio que mantinham quanto à divulgação dos conhecimentos entre estrangeiros. Documentos notáveis referentes a História da Química encerram a coleção dos Papirus de Leyden, cuja origem fixa Berthelot no Século III de nossa Era. Foram tais papirus adquiridos pelo Governo dos Países Baixos e são conservados na Biblioteca da Universidade de Leyden. Os mais estudiosos historiadores ficam surpresos ao ler em diversos autores e divulgadores as mais estranhas contradições relativas aos conhecimentos químicos dos egípcios. Consta que os egípcios eram mestres em metalurgia e trabalhavam ouro, prata, chumbo, antimônio, zinco, manganês e mercúrio. O fabrico dos vidros, porcelanas, tintas, esmaltes e pedras preciosas artificiais, figura entre as suas principais indústrias. Extraiam sal das águas dos mares e purificavam idômens e sal amoníaco; preparavam cal e essências, foram iniciadores dos cosméticos, perfumarias e das farmácias. Tingiam tecidos, faziam ladrilhos e na arte de embalsamar jamais foram igualados. Revela a História que a Metalurgia entre os Egípcios era considerada arte sagrada e a química dos metais com certeza teve origem nas mis-

teriosas receitas dos templos dos Sacerdotes. Eram somente os sacerdotes e os segredos guardados durante tanto mais que a glória e a experiência sempre eram o sacerdote ou o Rei. Foi, pois, a Metalurgia uma arte sacerdotal. A divulgação dos conhecimentos químicos foi motivo pictórico, orações e jergões. A História nos revela que os egípcios eram realmente numerosos conhecedores da metalurgia e inclusive no distrito de Tebas, quando lendas em tempos existiu o templo de Amun. Em Roma, no reinado de Augusto, aparece a indústria da vidro. Os provérbios dizem que os egípcios eram os que administravam o vinho através dos Sacerdotes. O amoníaco era conhecido pelos egípcios e a Bíblia refere-se ao Papiro de Tebas, cuja origem é mais remota e foi presente especial para o seu povo. Já em uma tábuca do tempo de Amenemhat, que o primeiro livro conhecido foi descrito por Dumichen no século XVIII, era uma câmara de inscrições que foi destruída. Não; não sendo hoje, termos o monumento Monum. no Laboratório Químico.

c) *A evolução da Química* — A História pois nos revela a evolução da química. O Babilônio, sem dúvida, os egípcios aprendendo dos hebreus, certos romanos, certos químicos. Na ocidental, ciência, mentes certos e princípios seguros, apenas um conjunto de desparatadas

teriosas receitas e laboratórios dos templos dos Sacerdotes Egípcios. Eram somente conhecidos dos Faraós e os segredos permaneciam guardados durante muitos séculos, tanto mais que se sabe que a vigilância e a exploração das minas sempre eram confiadas a um sacerdote ou ao filho dos próprios Reis. Foi, pois, de início, a Química Metalúrgica uma arte real sagrada, sacerdotal. A democratização dos conhecimentos que veio mais tarde foi motivo pietórico de algumas decorações e jeroglífos dos tempos. A História nos revela que os egípcios eram realmente senhores de numerosos conhecimentos químicos, metalúrgicos e industriais. Na China, no distrito de Yen Ischuilg, segundo lendas em tempos remotíssimos, existiu o fabrico do vidro. Em Roma, no reinado de Augusto aparece a indústria do vidro.

Os provérbios de Salomão condenam os que admiravam a cor do vinho através dos vasos de cristal. O amoníaco era conhecido na antiguidade pelos egípcios, segundo revela o Papiro de Ebers. O vinho de bíblica origem vem dos tempos mais remotos e segundo a lenda foi presente especialíssimo que Osiris fez ao seu povo. A cerveja figura em uma táboa hieroglífica do tempo de Amenemhet II. Conta-se que o primeiro laboratório químico conhecido foi descoberto no templo de Dumisichen no Templo de Edfú e era uma câmara escura cheia de inscrições que foram completamente destruídas pelo limo do Rio Nilo; não sendo possível assim, hoje, termos o menor vestígio deste verdadeiro Monumento: o primeiro Laboratório Químico da Humanidade.

c) A evolução da Química — A História pois nos revela a evolução da química. O Bérço da Química foi, sem dúvida, o Egito. Com os egípcios aprenderam os hebreus. Dos hebreus receberam os gregos e romanos, certos conhecimentos químicos. Na ocasião, não era a química, ciência. Nem conhecimentos certos e ordenados, nem princípios seguros. Era a Química apenas um conjunto de conhecimentos desparatados e empíricos.

Para encontrarmos um começo de doutrina geral de aparência científica, necessitamos remontar os primeiros filósofos gregos, 600 A. C. Podemos então formar o primeiro período da evolução da Química — que se estende da antiguidade até 1500 da era cristã, abrangendo toda a Idade Média — durante a qual não se distinguia a Química da Física e os fenômenos naturais eram agrupados sob o título geral de "Física"; era assim a doutrina dominante da *Alquimia*. Segue o segundo período de 1500 a 1700 que podemos denominar — *Iatroquímica*. Um terceiro período da evolução da Química é enquadrado de 1700 a 1800 e caracteriza-se pela *Flogística*. Surge finalmente o quarto período — assinalado pelos estudos de Lavoisier — período moderno e científico durante o qual se sucederam as teorias antiflogísticas, e do dualismo e do unitarismo. Na *Alquimia*, o árabe Gerber, divulgou o *elixir vermelho* — panacéia destinada a curar todas as enfermidades e intentou-se a transmutação dos metais enquanto que os alquimistas diziam-se filósofos — cultivaram a filosofia hermética e chamavam *pedra filosofal* à solução dos seus problemas fundamentais. Eram denominados — *sopradores*, — nome com o qual o povo pretendia ridicularizar a habitual ocupação de soprar vidro, seja de preparar retortas e aparelhos de vidros para suas experiências. Não eram investigadores nem experimentadores. Guiavam-se em grosseiras superstições, acreditavam na magia das palavras misteriosas, na influência benéfica de números supersticiosos. Conta a História que o povo tinha horror aos alquimistas e era crença geral que entretinham ocultas relações com o espírito das trevas... Uns alquimistas acreditavam nas transmutações e no elixir de longa vida, outros eram especuladores e até moedeiros falsos. Queriam descobrir qualquer eracão que empossasse a certos metais falsos atributos de ouro. Sepultavam-se vivos em laboratórios tenebrosos e insalubres; conservavam o sigilo das operações, envelheciam prematura-

mente diante das fornalhas e cadinhos inseparáveis. Quase sempre encontravam decepções e dissabores. Mas, como diz o Dr. Ed. Cícero de Faria: "o que caracterizava principalmente os alquimistas era a virtude da paciência, dizendo que — se o tempo é tudo para nós, nada é para a Natureza". Não podem ser esquecidos os alquimistas na História da Química, — porque das trevas da Alquimia — canta em seus versos o Cel. Américo de Menezes, — o sopro porvindouro — das loucas combinações dos gênios sonhadores dimanam do hidrogênio as formas, — os fulgores dos áureos arrebois da química do vindouro. Dos dissabores da Alquimia surgiu a nova fase denominada *tatros-química* (do grego, *tatros*, médico) que levou Paracelso, médico suíço (1493-1541) a afirmar que "o fim da própria química não é fazer ouro, é preparar remédios". O período denominado na História da *Química-Flogística* — oriunda da teoria do mesmo nome e foi iniciado pelo médico alemão STAHL ao procurar dar razão ao fenômeno da combustão e atribuindo-o ao flogístico — princípio muito leve que tende a subir e levar consigo o corpo com que estiver combinado. Do fogo latente (flogístico) ou princípio inflamável (de Becker) desprendia-se o fogo-livre. Flogístico, foi a denominação escolhida por STAHL e vem do grego flogístico, eu inflamo. É que por exemplo, calcinando o chumbo obtém-se a "cal-de-chumbo" (óxido) e o metal era deflogisticado. Resultaram daí as expressões: — "Vénus (cobre) completamente deflogística ou medianamente deflogisticada"... O quarto período da Química Moderna devemos a Lavoisier que mereceu o título de *Pai da Química Moderna*. Em 1772, Lavoisier criou a teoria da oxigenação ou antiflogístico, — demonstrando que o aumento de peso dos metais submetidos ao calor não era devido à perda do flogístico, do princípio inflamável de Stahl, mas da absorção de certa quantidade de ar. Sucedeu então Priestley com a descoberta de um gás (ar vital), no ar atmosférico, nome que foi mudado

de *ar vital* para *oxigênio*. Existia no ar atmosférico também o *azoto*, do grego *a-zoe*, que não entretém a vida. Havia, pois, Lavoisier criou a teoria *antiflogística* ou teoria da oxigenação. Aqui devemos registrar ainda o dualismo e o unitarismo. No dualismo, a combinação dos metais com o oxigênio dá *óxidos*; a combinação dos metalóides com o oxigênio dá *ácidos*; a combinação de um ácido com um óxido dá um sal. Com as idéias da escola dualística nasceram a nomenclatura química e a notação química. Surgiu depois o unitarismo, pois a queda do dualismo veio pela não explicação cabal quanto a composição dos corpos orgânicos, a substituição do H pelo Cl e os fenômenos eletrolíticos. Consiste o unitarismo em considerar a molécula de cada corpo como um todo único, e não duplo como no dualismo que compoções forma-se não por superposição ou adição mas por substituição. Há no edifício molecular — elementos: — átomos ou radicais — ligados ou equilibrados pela valência, noção que nasceu com o unitarismo. Portanto um radical de certa valência pode ser substituído por outro da mesma valência, ou por vários outros cuja soma de valências seja igual a valência do radical substituído. Resultaram daí as definições para ácidos, bases e sais: um ácido é um composto que contém hidrogênio capaz de ser substituído total ou parcialmente por um metal; base é um composto que contém um metal capaz de ser substituído total ou parcialmente pelo hidrogênio de um ácido; sal, composto derivado do ácido, no qual o hidrogênio foi substituído total ou parcialmente por um metal. São esses os principais períodos da evolução da química.

d) Posição enciclopédica da Química — A posição enciclopédica da Química, segundo o critério adotado para a classificação dos conhecimentos humanos, é entre a Física e a Biologia. Na classificação do filósofo francês A. Comte que agrupa os diferentes fenômenos em sete ciências — tendo por critério a complexidade crescente e a generalidade decrescente — a Qui-

mica ocupa o quarto lugar, depois da matemática, astronomia, biologia, e física. a) Definição de Química — Segundo Comte, a química é a ciência que tem por objeto a definição das propriedades dos corpos e os fenômenos que se produzem em suas transformações. A química especial estuda cada corpo em particular, dividindo-o em química mineral e em química orgânica. A química experimental é a que se refere aos fenômenos que se produzem em experiências indicadas pelo critério geral ou especial. Cada ciência compreende

Ferro

FERR
FERRA
TI

Oficinas
e conserto

BOM

Fáb

3 1/4" — 4"

mica ocupa o quarto lugar, assim: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral.

e) *Definição e Divisão da química* — Segundo Pozzi-Escot podemos definir a Química: a ciência que tem por fim estudar as numerosas transformações da matéria e os fenômenos pelos quais as propriedades dos corpos se manifestam em caracteres novos e duráveis. "Pode a Química ser dividida em geral, especial, experimental e aplicada. A química geral, também chamada filosófica, estuda as leis e tudo que em geral se refere aos fenômenos químicos. A química especial ou descritiva estuda cada corpo simples ou composto em particular. Costuma-se dividir em química inorgânica ou mineral e em química ou química do carbono. A química prática ou experimental é a que realiza as experiências indicadas pela química geral ou especial. A química aplicada compreende todas as apli-

cações de ordem utilitária e temos a química médica, química agrícola, a química metalúrgica, a química analítica, a química biológica, a química bromatológica, a química toxicológica, a química técnica, etc.

f) *A química contemporânea, química moderna, Alquimia Atômica* — Com as novas teorias sobre a matéria e sobretudo sobre a energia; com as transmutações atômicas pela fragmentação e desintegração atômica, manipulação dos novos produtos atômicos criados nos laboratórios de físico-química modernos, surgiu a Química Contemporânea ou química moderna, que bem podemos denominar a *Alquimia Atômica*, tanto mais que, como a *Alquimia antiga*, se apresenta com as características de segredo dos estados mais fortes. E as Nações que cuidam da Defesa Nacional não podem descuidar dos segredos da *Alquimia Contemporânea, Química moderna ou Alquimia Atômica*.



Ferragens São Pedro Ltda.
IMPORTADORES

FERRAGENS
FERRAMENTAS
TINTAS

AV. PRES. VARGAS No. 710
DEP. R. DOS ANDRADAS, 109
FONES: 43-2630 - 43-5205

Oficinas especializadas na execução de quaisquer tipos de chaves e consertos de fechaduras Yale, tipo Yale, e para automóveis

— RIO DE JANEIRO —

BOMBAS "BERNET"

Fábrica: MATOSO, 60 — RIO

BOMBAS DE QUALIDADE

DE 3/4" — 4", DE BAIXA E ALTA PRESSÃO

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR

ERRATA

Na "Relação completa dos comandantes da 3ª Região Militar", publicada no n. 434 — Setembro de 1930, de "A Defesa Nacional", devem ser feitas as seguintes correções:

Página 91 — Onde está:

1 — Tenente-Coronel D. Diogo de Souza — 1º Conde.

Deve ser:

1 — Tenente-General D. Diogo de Souza — 1º Conde.

Página 93 — Onde está:

40/2 — Marechal de Campo José Pereira de Carvalho.

Deve ser:

40/2 — Marechal de Campo Luiz José Pereira de Carvalho.

Página 93 — Onde está:

Int.-10 — Brigadeiro Carlos Rosin Filho.

Deve ser:

Int.-10 — Brigadeiro Carlos Resin Filho.

Página 95 — Onde está:

Int.-32 — General de Brigada Manoel Alexandrino Ferreira e Silva.

Deve ser:

Int.-32 — General de Brigada João Marcelino Ferreira e Silva.

"QUER O EXÉRCITO MANTER SUA ÚNICA REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES?"

Relação das listas de assinantes recebidas até 31 de setembro:

Listas já publicadas.....	983
Q.-G. da 3ª R.M.....	7
7º Reg. de Inf.....	1
4º Reg. de Inf.....	1
6º Reg. de Inf.....	4
7º Reg. de Inf.....	4
17º Reg. de Inf.....	14
Q.-G. da 6ª D.I.....	11
Soma.....	1.025

A SELEÇÃO D

INTRODU

As páginas que
abram de impressõ
tate os trabalhos
clogica de recruta
eneco de 1947, na
litr.

Tvemos então op
ovar a cabo, por sou
mando da 1ª Região
experiencia inédita en
conseguimos aplicar
canto jornadas de set
e 10.000 baterias de
ção intelectual.

I claro que tal rea
povei graças ao en
ba vontade dos oficia
m D.I., do N.D.B.
que prestaram sua in
tente colaboração,
soco, quer apurando
sco, quer deixando

Logo podemos deixar
qui que o êxito obt
nheiro da experienci
lhos anteriores, p
mandos no Centro
mento e Especializa
sco, juntamente com
Co. Itacy Ferreira de
da daquele Centro e
co-Exco.n.

Tvemos a felicidade
muito com o apoio das
nais da Região e do
Sede. Assim é que a
Exco. Sr. Gen. Dr.
A. Azeu e ao Sr. Cel.
de Vieira, pelo inc
na cansaram de nos

A SELEÇÃO PSICOLÓGICA DOS RECRUTAS PELA SÉRIE OMBREDANE

NELSON BANDEIRA DE MELLO

Cap. Méd. do Exército, Docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina, Psiquiatra do H.C.E., Membro do Conselho Executivo da Liga Brasileira de Higiene Mental.

INTRODUÇÃO

As páginas que se seguem resultam de impressões colhidas durante os trabalhos de seleção psicológica de recrutas efetuados em começo de 1947, na 1ª Região Militar.

Tivemos então oportunidade de levar a cabo, por solicitação do Comandante da 1ª Região Militar, uma experiência inédita em nosso país: conseguimos aplicar e apurar, em cinco jornadas de sete horas, cerca de 10.000 baterias de testes de seleção intelectual.

É claro que tal realização só foi possível graças ao entusiasmo e à boa vontade dos oficiais e sargentos da D.I., do N.D.B. e da A.C., que prestaram sua indispensável e eficiente colaboração, quer aplicando, quer apurando os testes.

Não podemos deixar de ressaltar aqui que o êxito obtido decorreu também da experiência ganha em trabalhos anteriores, pacientemente realizados no Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, juntamente com o Sr. Ten.-Cel. Iracy Ferreira de Castro e oficiais daquele Centro e das Unidades-Escola.

Tivemos a felicidade de contar sempre com o apoio das altas autoridades da Região e do Serviço de Saúde. Assim é que agradecemos ao Exmo. Sr. Gen. Dr. Florêncio de Abreu e ao Sr. Cel. Dr. Alfredo Isler Vieira, pelo incentivo que não se cansaram de nos dispensar;

aos Exmos. Srs. Generais Zenóbio de Costa, Comandante da 1ª Região Militar; Nicanor Guimarães de Souza, Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo e Azambuja Brilhante, Comandante do Núcleo da Divisão Blindada, bem como aos oficiais de seus respectivos estados-maiores; aos Srs. Cels. Drs. Romero da Rosa, Diretor da Escola de Saúde do Exército e Emmanuel Marques Porto, Chefe do Serviço de Saúde da 1ª R.M., pelas facilidades materiais que nos concederam.

Fizeram-se ainda credores de nossa gratidão, pela boa vontade demonstrada, sete sargentos da Divisão Blindada, que nos prestaram seu concurso nos trabalhos de estatística.

DESCRIÇÃO

A série Ombredane compõe-se de oito subtestes, reunidos num caderno de formato almaço, assim distribuídos:

I — *Imitação de movimentos*. É original de Knox, modificado pelo Prof. Ombredane. Numa folha estão desenhadas várias séries de quatro pontos. No quadro negro desenha-se uma dessas séries e, sobre ela, com um bastão de madeira pintado de branco, fazem-se movimentos predeterminados, indo de um a outro ponto, contíguo ou afastado, da esquerda para a direita ou vice-versa, partindo sem-

pre do primeiro ponto. Executados os movimentos da série, dá-se a ordem de os repetir a lápis no caderno, na linha correspondente. Antes de iniciada a prova, são apresentados três exemplos no quadro negro. As séries eram originalmente em número de 12. Ultimamente, para economizar tempo, temos feito executar apenas 10. A duração total da prova é de aproximadamente 12 minutos.

II — Código. É original de Ombredane. Na folha correspondente, ao alto, estão desenhadas figuras planas, numeradas de um a quinze. Em baixo, existem oito fileiras, cada uma das quais contém as mesmas figuras, em ordem diferente da linha superior e sem os números. Os examinandos recebem a ordem de colocar em baixo de cada figura o número que lhe corresponde na fileira superior. Não deve saltar figuras, nem fileiras. A duração da prova é de 7 minutos, afora o tempo necessário para as instruções.

III — *Prova do alfaiate.* É uma abreviação do teste de Rybakow. Consiste de figuras poligonais de formas variadas que, mediante um só corte, em determinados pontos, por transposição e ajustamento adequado dos segmentos, podem ser transformados em quadrados perfeitos. Os lados do polígono são marcados, a intervalos, por pequenos traços. Do examinando exige-se que figure o corte por meio de um traço a lápis, em linha reta, ludo de um tracinho a outro, de um ângulo a outro, ou de um ângulo a um tracinho, conforme o caso. No caderno original, as figuras são em número de 20 e dão-se 10 minutos para a execução da tarefa. Na aplicação a praças convocadas, temos reduzido o número de itens a 12 e o tempo de execução a 5 minutos, além do gasto na demonstração prática, na qual utilizamos figuras semelhantes de cartolina e damos o corte com tesoura.

IV — *Desenhos invertidos.* É de Ombredane, inspirado por teste parecido, da autoria de Pintner. Em duas colunas, apresentam-se vinte pares de figuras. Em cada coluna,

à esquerda, as figuras estão completas. À direita, as mesmas estão desenhadas apenas em parte. Quando se completam as figuras da direita, elas se apresentam invertidas em relação às da esquerda. O tempo concedido é de 5 minutos. A prova é antecedida de demonstração prática, com desenhos no quadro negro e figurinhas de arame pintadas de branco, que se superpõem aos desenhos do quadro, para mostrar como se processa a inversão.

V — Analogías. Este subteste foi inspirado em Meilli. Numa tábua estão desenhados vinte grupos de figuras. Em cada grupo, há um canto superior esquerdo uma ou mais figuras que aparecem, no canto superior direito, transformadas. No canto inferior esquerdo, há uma ou mais figuras, tendo à direita um lugar vago, no qual se manda desenhar a figura da esquerda, transformada de acôrdo com a mesma lei que presidiu a transformação da figura do canto superior esquerdo. O tempo de execução é de dez minutos. A ordem é precedida pela apresentação de quatro exemplos no quadro negro.

VI — Cubos de Yerkes. É o mesmo que entrou na constituição do teste Beta do Exército dos Estados Unidos. Apresentam-se numa folha, os desenhos de dezesseis grupos de cubos empilhados, em número e formas variados. Em baixo de cada grupo, numa linha pontilhada, devem os examinandos escrever o número de cubos correspondentes. Dão-se dois minutos. Há previamente uma demonstração prática com cubos de madeira pintados de branco.

VII — Arabescos e figuras geométricas a emparelhar. Da autoria do Prof. Ombredane. Na parte superior da folha estão desenhados, do lado esquerdo, 21 arabescos, e do lado direito, 21 séries de figuras geométricas. Na parte inferior, 20 dos referidos arabescos e séries de figuras geométricas, dispostos em duas colunas, têm ao lado uma linha pontilhada, onde os examinados são convidados a escrever o número

que corresponde
admit-se três n

VIII — Memória de Ombreira do caderno de 15 figuras do II su-
taras devem e
lixo de cada fig
respondente.

TECNICA DI

A Técnica, por
seus aplicativos
em folheto impre
sionante, o l
segu necessário
alguns pontos, d
sentes um
Técnica. A esse p
as algumas mo
dram citadas pe
aplicação nos q
autógrafo uma
Técnica de aplic
as nas tropas d
lar, Unidades-
compreende esta
discriminaç
Material, 3. R
re material, 4.
1. Durante o ex
de examinandos,
to de movimen
- Código, 9. Te
alfabeto, 10. T
que invertidos,
Análises, 12. Te
o Terkes, 13. Te
leza, 14. Teste
o Código, 15. R
atência

Para um con-
teúdo da série, tran-
sitos de 1 a 6
informam sobre a
vida antes do ex-
ame e depois do

1. Personal

A aplicação dos
padrões deve ser
feita de qualquer a
modo e devida
ao psicólogo, q
e pou que essa a
a maneira uniform
mas.

que corresponde a cada um. Concluem-se três minutos.

VIII — *Memória do código.* A folha de Ombredane. Na última folha do caderno, estão desenhadas as 15 figuras do código, componentes do II subteste. Os examinandos devem escrever de cor, em torno de cada figura, o número correspondente.

TÉCNICA DE APLICAÇÃO

A técnica, por ocasião das primeiras aplicações, vinha descrita em folheto impresso. Com a experiência, o Prof. Ombredane chegou necessário modificá-la em alguns pontos, deixando com seus assistentes um projeto de nova técnica. A esse projeto, acrescentamos algumas modificações que nos foram dadas pela experiência da aplicação nos quartéis, e fizemos mimeografar uma nova edição da técnica de aplicação, que foi a adotada nas tropas da 1ª Região Militar, Unidades-Escola exclusive. Compreende esta edição 15 tópicos, assim discriminados: 1. Pessoal, 2. Material, 3. Recomendação sobre material, 4. Sala de exame, 5. Durante o exame, 6. Preparo dos examinandos, 7. Teste I — Imitação de movimentos, 8. Teste II — Código, 9. Teste III — Prova de alfabeto, 10. Teste IV — Desenhos invertidos, 11. Teste V — Analogias, 12. Teste VI — Cubos de Yerkes, 13. Teste VII — Arapazes, 14. Teste VIII — Memória de Código, 15. Recolhimento dos diários.

Para um conhecimento mais amplo da série, transcrevemos aqui os itens de 1 a 6 e o último, que dizem respeito sobre a maneira de proceder antes do exame, durante o mesmo e depois dele.

1. Pessoal.

A aplicação dos testes da série Ombredane deve ser executada por oficial de qualquer arma ou serviço, instruído e devidamente treinado pelo psicologista, que providenciara para que essa aplicação se faça de maneira uniforme em todas as vezes.

Cada oficial assim escolhido não deverá fazer mais de duas aplicações seguidas, cada uma com a duração aproximada de uma hora. Para maior rendimento é, pois, conveniente lotar cada oficina com pelo menos dois aplicadores, um dos quais funcionará como auxiliar, enquanto o outro aplica os testes.

Além deste auxiliar mais direto, o aplicador disporá de mais dois auxiliares, que poderão ser sargentos, a cada um dos quais competirá vigiar uma parte da turma de examinandos, fornecendo-lhes lápis quando necessário, verificando se viraram a folha do caderno de acordo com a ordem do aplicador, e chamando discretamente a atenção dos que olharem para os cadernos dos companheiros ou com eles conversarem.

2. Material.

Caderno de testes, conforme o número de examinandos.

Fichas individuais, idem.

Lápis preto n. 2, idem.

Borracha para lápis, idem.

Cronômetro, um.

Bastão de madeira, pintado de branco, com 0,40 m de comprimento, um.

Quadro negro, um.

Giz branco.

Apagador, um.

Tesoura, uma.

Figuras de cartolina de formas e dimensões adequadas, duas.

Figuras de arame pintadas de branco, com formas e dimensões adequadas, três.

Figura de papel branco, com a forma e dimensões adequadas, duas.

Cubo de madeira pintado de branco, com 0,06 m de aresta, quatro.

Prancha de madeira de 0,30 m x 0,30 m, uma.

3. Recomendação sobre o material.

Como todos os testes, o da série Prof. Ombredane não pode ser divulgado. Assim, os oficiais escolhidos para aplicadores deverão manter os cadernos de testes no mais rigoroso sigilo, devolvendo-os ao encarregado da seleção, quando não mais forem necessários.

4. Sala de exame.

A sala escolhida para o exame deve ser bem iluminada e arejada. O que se escrever no quadro negro deve ser visível de todos os pontos. Por isso, muitas vezes é mister condenar certos lugares, tapar vidraças para evitar reflexos, ou condenar trechos de certos quadros-negros grandes e fixos. Neste caso, convém delimitar a giz, o trecho do quadro que deve ser utilizado.

Um afastamento mínimo de 0,60 m deve existir entre os examinandos, quer se utilizem as carteiras individuais, quer as coletivas.

É sempre necessário que o aplicador de testes faça um reconhecimento prévio da sala em que vai funcionar, para verificar se a mesma preenche os requisitos exigidos, se tem boa acústica e qual o número de examinandos que comporta.

5. Durante o exame.

Convém eliminar todos os fatores que possam distrair a atenção dos examinandos durante o exame. Assim, logo depois dele iniciado, é terminantemente proibida a entrada de pessoas estranhas no recinto. Se, para fins de demonstração, inspeção ou fiscalização, houver necessidade de ser a aplicação assistida por alguma autoridade, tudo deve ser previsto para que a entrada desta se faça o mais discretamente possível, de preferência por alguma porta situada no fundo da sala e que dê acesso a corredor ou espaço que fique depois da última fila de carteiras, de modo que os examinandos não percebam a presença da referida autoridade. Por sua vez, o aplicador e seus auxiliares continuarão o trabalho como se nada houvesse acontecido.

Nem o examinador, nem seus auxiliares ou qualquer outras pessoas devem debruçar-se sobre o examinando para apreciar a execução do teste.

Nas proximidades da sala deve reinar o maior silêncio possível.

Os auxiliares nunca devem interpor-se entre os examinandos de um lado e o examinador, e o examina-

dor e o quadro-negro de outro. As carteiras devem ser dispostas de forma a deixarem um corredor ao longo do perímetro da sala, pelo qual circularão os auxiliares.

6. Preparo dos examinandos.

Quando não se conhece a amostra a ser examinada, ou se preveja a existência de indivíduos analfabetos ou pouco familiarizados com a escrita, é conveniente conduzi-los à sala de exame no dia anterior, distribuir-lhes lápis e papel, e ordenar que escrevam sob ditado, os números 23, 18, 67, 43, 90, datem e assinem.

Dessa forma são logo separados os indivíduos que não sabem escrever números, nem assinar o próprio nome. Estes só serão submetidos aos testes depois de instruídos com as primeiras letras.

Tal preparo visa também diminuir a emoção dos candidatos não afeitos às provas de lápis e papel em salas de exame.

Antes de começar a aplicação, dentro da sala ou em local próximo, o examinador, ou pessoa por ele delegada, dirá aos examinandos:

"Atenção! O Exército vai precisar de vocês todos, mas antes quer saber o que cada um é capaz de fazer. Por isso, vocês vão fazer um exame nesta sala. Cada um vai receber um lápis e um caderno. Mas, vejam bem! O caderno só pode ser aberto quando o Capitão (o Tenente, eu) mandar. Prestem bem atenção ao que ele (eu) disser, e procurem fazer tudo da melhor maneira possível."

Procede-se então à distribuição dos lápis e dos cadernos, os quais já devem estar com os cabeçalhos devidamente preenchidos. Para a distribuição e o preenchimento dos cabeçalhos podem ser empregados sargentos, sempre, porém, sob as vistas do aplicador. Desde então os examinandos ficam sob atenta vigilância, para que não folheiem, não extraviem, nem mostrem a outros os cadernos.

15. Recolhimento dos cadernos.

Recolhimento dos cadernos e dos lápis deve ser feito na mais per-

feita orde
auxiliares,
dos estão
Terminado
a ordem de
por um, e
entrada, se
Os cad
rados em p
colocada um
o número
hora da apl
demos, as
assinatura

APURAC

Nesta fas
introduzimo
ões ao proc
dentes a fac
combar tem
ficação poss
do folheto in
tando as "I
gamento", s
dos testes, c
para uso indi
Dos oito
ndo apenas
(Código) é p
(Memória do
calculado os
sem o de q
medidas que
manda acresc
dos testes. F
que motivos,
do a necessid
apuração. F
de oito pesso
das quais sete
increvendo o
na ficha indi
é a última se
se inscreve na
da mesma fich
Cada julgad
nistrato e pas
punte o cader
inspetiva fich
curada. Co
sistema de trab
nhecimento m

leita ordem, de preferência pelos auxiliares, enquanto os examinandos estão ainda em seus lugares. Terminado o recolhimento, é dada a ordem de se retirarem, em coluna por um, em direção oposta à da entrada, sempre que possível.

Os cadernos devem ser amarrados em pacote, à frente do qual é colocada uma folha de papel, com o número da oficina, a data e a hora da aplicação, o número de cadernos, as alterações havidas e a assinatura do aplicador.

APURAÇÃO DOS CADERNOS

Nesta fase da série Ombredane, introduzimos numerosas modificações ao processo original, todas tendentes a facilitar a apuração e economizar tempo, para que a classificação possa ser imediata. Assim, o folheto impresso em 1944, contendo as "Instruções para o julgamento", só utilizamos as chaves dos testes, destacadas do folheto, para uso individual.

Dos oito subtestes, temos apenas sete, pôsto que o II (Código) é preparatório para o VIII (Memória do código). Não temos incluído os índices de memória, em o de qualidade de trabalho, médias que o Prof. Ombredane queria acrescentar aos resultados dos testes. Para isso, tivemos alguns motivos, o principal deles sendo a necessidade de simplificar a apuração. Fazemo-la com turmas de oito pessoas, oficiais e sargentos, hi quais sete julgam os subtestes, barevendo os pontos obtidos numa ficha individual (anexo I), e a última soma os resultados e inscreve na casa correspondente da mesma ficha.

Cada julgador apura apenas um subteste e passa ao apurador seguinte o caderno acompanhado da respectiva ficha, devidamente esmerada. Com tal processo de fluxo de trabalho, temos obtido o rendimento médio de 100 cadernos

apurados por hora, ou 700 numa jornada de sete horas. Caso seja necessária exatidão rigorosa, os cadernos devem passar por uma turma de conferentes, que repetem o julgamento no mesmo prazo.

Terminada a apuração, as fichas são colocadas em ordem decrescente de notas brutas obtidas, podendo então ser dactilografada uma relação nominal dos examinados. Tal classificação revelou-se satisfatória nos exames efetuados nas Unidades-Escola e nas Unidades da 1ª D.I., da Divisão Blindada e da Artilharia de Costa.

Nos casos em que seja exigida maior precisão de resultados, além da conferência, convém fazer a tabulação de cada subteste, calcular as médias e os desvios-padrão, converter as notas brutas de cada subteste em notas-padrão, e estas em notas da escala T de McCall, somá-las e colocar as fichas em ordem decrescente de notas T, para finalmente dactilografar a relação nominal.

Temos feito tais trabalhos estatísticos com grupos de oito pessoas, com excelente rendimento, não sendo mesmo necessário o uso de máquinas de calcular, bastando que os operadores sejam familiarizados com o cálculo aritmético elementar.

Atendendo-se, porém, ao fato de que nos trabalhos de incorporação, o tempo é sempre escasso e é mister grande rapidez na obtenção dos resultados, não aconselhamos o tratamento estatístico, visto como, do ponto de vista prático, a classificação feita por notas brutas satisfaz bem. A tabela I mostra uma lista comparativa de notas T e de notas brutas, obtidas por uma turma da Escola de Saúde do Exército. Por ela, verificam-se várias coincidências e muita proximidade das notas, mesmo em torno da média, onde a frequência é mais concentrada.

ANEXO I

MINISTÉRIO DA GUERRA

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO

Provas de seleção intelectual do Exército Brasileiro

(Professor Ombredane)

Ficha individual de

Idade Naturalidade

Profissão Unidade

Imitação de mov.						
Ribakow						
Desenhos invertidos						
Analogias						
Cubos de Yerkes						
Arabescos						
Memória						
Total						

NOTA — Na primeira linha inscrevem-se as notas brutas. As demais serão utilizadas para outras notas obtidas por processos estatísticos.

TABELA I

Aluno	Nota T	Nota bruta	Aluno	Nota T	Nota bruta
115	488	107	127	360	29
1	456	94	85	358	50
27	448	91	134	359	59
105	439	91	37	359	59
111	439	89	119	357	57
28	434	88	104	356	50
116	432	90	108	356	98
135	430	88	82	350	58
10	427	85	30	356	57
20	421	82	78	356	57

Lista compa
a Escola de São

Aluno	Nota T	Nota bruta	Aluno	Nota T	Nota bruta
31	415	78	98	355	60
62	415	78	17	358	58
120	413	79	2	350	56
114	412	80	36	350	56
33	412	79	21	349	56
4	407	78	52	348	56
126	404	75	47	348	58
84	401	78	65	348	54
24	401	75	71	348	54
26	398	75	107	347	55
32	397	76	87	347	53
109	396	73	34	346	55
75	396	73	7	345	55
137	394	73	91	345	53
117	393	75	123	343	51
9	391	70	136	342	53
128	390	71	124	340	51
81	388	70	70	338	52
53	385	70	11	338	50
38	383	72	15	338	50
48	383	66	13	337	54
86	382	69	41	335	52
103	380	68	89	335	51
63	380	68	138	335	51
3	380	66	96	334	51
133	379	67	101	332	49
19	378	67	88	331	50
125	377	65	90	330	51
42	377	66	72	329	49
94	376	66	5	329	47
131	375	65	140	325	48
69	375	66	61	325	48
79	375	68	53	324	47
130	374	68	22	324	44
113	373	64	80	324	44
95	373	65	57	323	46
12	373	63	56	322	43
118	372	63	112	321	46
44	373	63	49	317	45
78	372	65	25	316	43
46	372	65	6	315	44
39	368	64	35	315	43
80	367	64	77	315	43
29	366	65	97	314	42
54	366	60	64	311	41
59	365	62	98	308	41
51	365	61	40	304	39
132	364	62	16	304	38
8	363	59	63	299	41
110	360	58	100	298	39
121	297	37	66	271	29
102	296	35	14	271	27
120	296	35	73	271	26
106	294	35	68	267	25
60	293	34	74	254	24
123	290	37	43	250	20
129	287	29	45	245	17
22	278	31	18	241	12
23	277	29	67	239	17
99	275	27	13	230	13

Lista comparativa das notas T e notas brutas obtidas por uma turma da Escola de Saúde do Exército. Os alunos foram numerados de 1 a 140.

A CLASSIFICAÇÃO

Concluída a relação nominal, os indivíduos devem ser grupados em certo número de classes ou graus, de acordo com os resultados dos testes coletivos. Para o seu teste de Classificação Geral do Exército — "Army General Classification Test" — os americanos adotam uma classificação em cinco graus. Os indivíduos do grau I seriam oficiais em potencial, subtenentes, sargentos, especialistas técnicos em potencial; os do grau II destinariam-se a trabalhos administrativos e técnicos que exigissem muita perícia, seriam oficiais em potencial, subtenentes, técnicos e sargentos; os do grau III seriam sargentos, especialistas em geral (operadores de rádio, mestres e conservadores de linha telegráfica ou telefônica, empregados de secretarias, cozinheiros) especialistas de combate (fuzileiros, metralhadores, atiradores de morteiro e artilheiros) e outros; os do grupo IV seriam soldados de fileira, cozinheiros, paideiros, motoristas de caminhão, atiradores de canhão, fuzileiros e especialistas semi-peritos; os do grau V seriam ainda soldados de fileira, municionadores, atendentes de banho, trabalhadores em equipes de descontaminação, pontoneiros, motoristas de caminhão, etc.

Inspirada nessa classificação, a 1ª Seção do Estado-Maior do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo estabeleceu as seguintes classes: Classe I — os aptos à matrícula nos cursos de formação de graduados das Unidades-Escola e nos de dactilógrafos, desenhistas, estenógrafos e mecânicos da Escola de Instrução Especializada; classe II — os aptos à matrícula nos cursos de formação de especialistas e artífices das Unidades-Escola e nos de armeiros, cozinheiros, destruições, motoristas e saúde, da Escola de Instrução Especializada; classe III — os aptos a receberem instrução militar básica, para o desempenho de funções militares que exigem qualidades específicas (atiradores, etc.), porém não considerados como especialistas pelos atuais regulamentos; clas-

se IV — os aptos para receberem instrução militar básica para desempenho de funções militares, tais como remuniçadores, transportadores de munição, bobinas, auxiliares, ordenanças, etc.; classe V — os insuficientes intelectualmente que careçam ou não de assistência médica.

Tal classificação parece-nos muito judiciosa e bem adaptada à realidade brasileira.

Não há limites fixos para cada classe ou grau. A relação entre as necessidades do serviço e o número de homens disponíveis é que condiciona a delimitação.

RESULTADOS ESTATÍSTICOS

Achamos interessante consignar aqui os resultados obtidos com a aplicação da série Ombredane, feita com o objetivo de treinamento, a uma turma de 304 indivíduos — sargentos do Regimento-Escola de Infantaria e alunos da Escola de Sargentos das Armas, porque essa turma pode ser considerada como representante da classe média brasileira.

Na tabela 2, encontram-se as distribuições de frequência, médias e desvios-padrão da série total e de cada um dos subtestes. Na fig. 1, vê-se o polígono de frequência da série total.

A média de 52.06 obtida nessa amostra é inferior à de 56.64 obtida numa turma de alunos da Escola de Saúde do Exército, da qual constavam vários indivíduos de instrução superior, dotados, portanto, presumivelmente, de quociente intelectual elevado (tabelas 3 e 4). Também, conforme nota da tabela 4, o subteste III, por engano do aplicador, teve a duração de apenas 5 minutos, metade do tempo prescrito, o que certamente contribuiu para baixar aquela média. A comparação deve ser feita com esta ressalva.

Nas turmas de convocados, quer das Unidades-Escola, quer das Unidades da 1ª Divisão de Infantaria, da Divisão blindada e da Artilharia de Costa, as médias são muito inferiores, como teremos ocasião de

verificar. A
ção francame
esquerda, em
ção das frequ
nas do teste.



FIG. 1 - Polígono de frequência da série total.

Série total

Notas	Frequência
85-90	1
80-84	0
75-79	15
70-74	22
65-69	19
60-64	30
55-59	31
50-54	41
45-49	39
40-44	39
35-39	13
30-34	12
25-29	11
20-24	6
15-19	3
10-14	4

$$\bar{M} = 52,06$$

$$s = 15,45$$

verificar. As curvas aparecem então francamente desviadas para a esquerda, em virtude da concentração das frequências em notas baixas do teste.

Para melhorar tal situação, estamos trabalhando no sentido de tornar mais fáceis alguns dos subtestes e mais acessíveis as instruções para a sua execução.

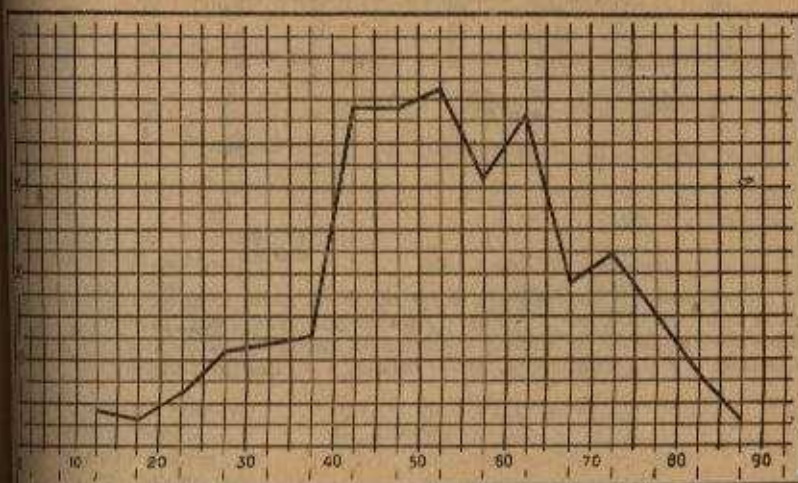


FIG. 1 - Polígono de frequência da série Ombredone total aplicada a uma turma de 304 aradados, sargentos do R.E.I. e alunos da ESA.

TABELA II

Série total		Imitação de movimentos		Rybakow		Desenhos invertidos	
Notas	f	Notas	f	Notas	f	Notas	f
85-89	3	12	5	18-19	1	16-17	1
80-84	8	11	9	16-17	5	14-15	5
75-79	15	10	36	14-15	6	12-13	21
70-74	22	9	59	12-13	15	10-11	63
65-69	19	8	49	10-11	50	8-9	87
60-64	38	7	35	8-9	76	6-7	74
55-59	31	6	41	6-7	65	4-5	28
50-54	41	5	24	4-5	51	2-3	14
45-49	39	4	15	2-3	18	0-1	12
40-44	39	3	11	0-1	17		
35-39	13	2	10				
30-34	12	1	5	M = 7,40		M = 7,88	
25-29	11	0	5	s = 3,40		s = 2,99	
20-24	6						
15-19	3						
10-14	4						
M = 52,75		M = 7,14					
s = 15,45		s = 2,5					

Analogias		Arabescos		Memória		Cubos de Yerkes	
Notas	f	Notas	f	Notas	f	Notas	f
16-17	4	18-17	6			16	1
14-15	6	14-16	15	15	22	13	1
12-13	31	12-13	32	14	5	14	10
10-11	40	10-11	63	13	11	13	11
8-9	47	8-9	77	12	4	12	18
6-7	53	6-7	62	11	13	11	27
4-5	51	4-5	28	10	11	10	55
2-3	41	2-3	11	9	19	9	41
0-1	29	0-1	10	8	20	8	38
				7	23	7	22
M = 6,83		M = 8,50		6	30	6	25
s = 3,94		s = 3,3		5	48	5	18
				4	31	4	8
				3	26	3	6
				2	31	2	10
				1	66	1	3
				0	4	0	10
				M = 6,67		M = 8,28	
				s = 3,9		s = 3,05	

Distribuições de frequência de notas da série Ombredane total e de cada subteste obtidas por uma turma de 304 graduados, sargentos do Regimento-Escola de Infantaria e alunos da Escola de Sargentos das Armas. Legenda: f — frequência, M — média, s — desvio-padrão.

TABELA III

Notas	f
100-109	1
90-99	4
80-89	6
70-79	19
60-69	29
50-59	38
40-49	20
30-39	10
20-29	9
10-19	4
	140

Distribuição de frequência das notas obtidas por uma turma da Escola de Saúde do Exército nos testes da série Ombredane.

TABELA IV

	Média	s
Série total.....	56,64	17,9
Imitação.....	7,38	2,36
Rybakow (*).....	5,8	3,2
Des. invertidos.....	8,64	3,8
Analogias.....	7,04	4,4
Cubos de Yerkes.....	10	3,75
Arabescos.....	9,74	4,44
Memória.....	7,56	3,7

Médias e desvios-padrão obtidos na série Ombredane total e em cada subteste pela turma a que se refere a tabela anterior (139 alunos da E.S.E. e um sargento do contingente da mesma Escola).

(*) Este teste teve a duração de apenas 5 minutos, em vez de 10, por engano do aplicador.

FICHA DE RESU

Nome

Idade.....

1. Jogo de paci

2. Definir pelo

3. Copiar um lo

4. Mão dir., ore

5. Descrever gr

6. Ordem tripli

7. Nomear 4 cõ

8. Dar a data d

9. Enumerar os

10. Trêco em Cr

11. De 20 a 0

12. Lacunas de fi

Idade mental: ...

ANEXO II

MINISTÉRIO DA GUERRA

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXERCITO

FICHA DE RESULTADOS DE TESTES INDIVIDUAL (Escala Binet-Simon Abreu)

Nome Unid. Pôsto

Idade Profissão Escola Aprov.

VI

1. Jogo de paciência
2. Definir pelo uso
3. Copiar um losango
4. Mão dir., orelha esq.

IX

13. 2 obj. de memória
14. Perguntas fáceis
15. Ordenar 5 pôs
16. 3 pal. em 2 sent.

VII

5. Descrever gravuras
6. Ordem triplice
7. Nomear 4 côres
8. Dar a data do dia

X

17. 3 pal. em 1 sent.
18. Repetir 5 números
19. Def. melhor que uso
20. Perguntas difíceis
21. Frases absurdas

VIII

9. Enumerar os meses
10. Trôco em Cr\$ 2,00
11. De 20 a 0
12. Lacunas de figuras

XII

22. 2 des. de memória
23. Res. a sugestão
24. Mais de 60 pal.
25. Explicar conceitos
26. Reconstruir frases

Idade mental :

Em de de 1947.

construção de estradas ou outras obras, pode ser considerado em caso de necessidade. Para o que seria aconselhável a organização dos chamados batalhões de desenvolvimento, ou batalhões de trabalhadores. Em unidades comuns, porém, é contraproducente a sua inclusão. Estarão melhor em suas atividades civis, principalmente na lavoura, onde contribuirão para manter o nível da produção. Da experiência que tivemos com a Força Expedicionária Brasileira, concluímos que a seleção deve ser rigorosa, os elementos deficientes devendo ser afastados, pois sua produção é nula e muitas vezes comprometem o trabalho da equipe, sobrecarregando os companheiros mais bem dotados.

Para o exame individual, preconizamos os clássicos testes de Binet-Simon, contendo 26 testes que podem ser aplicados em 30 minutos, cobrindo as idades mentais de 6 a 12 anos. Fizemos ligeiras modificações na seriação desses testes, ditados pela experiência. Temos também utilizado os testes de Binet-Terman, empregando a escala abreviada pelo próprio Terman, contendo 4 testes por idade mental (anexo 2). Dada a dificuldade de encontrar o material necessário à aplicação desses testes, solicitamos a confecção de um folheto contendo as gravuras referentes aos dois testes, o que foi executado com grande espírito de cooperação pelo Gabinete Fotocartográfico do Exército e pela Imprensa Militar, a cujos chefes consignamos aqui os nossos agradecimentos.

Tal exame individual de tão grande importância para a seleção não foi feito em nenhum dos convocados da 1ª D.I., da D.B. e da A.C., mas só em cerca de metade das Unidades-Escola, por falta de pessoal treinado. Sendo mais da alçada médica, pois que uma das consequências de seu resultado é o envio do paciente a uma Junta Militar de Saúde, esforçamo-nos por treinar certo número de médi-

cos na técnica de sua aplicação, para o que recebemos o apoio amplo do Sr. Chefe do Serviço de Saúde da 1ª R.M. Cel. Dr. Marques Pôrto. Circunstâncias várias, porém, impediram-nos que levássemos a termo o nosso projeto(*).

É urgente a formação de um corpo de médicos treinados na aplicação dos testes de Binet-Simon e de Binet-Terman, não só para o exame dos convocados da classe V, no momento da incorporação, como também para a investigação de amostras inteiras, com os objetivos de calcular a correlação entre a série Ombredane e os testes referidos e organizar uma tabela de correspondência de número de pontos brutos, idade mental e quociente intelectual.

A ENTREVISTA INDIVIDUAL

Diz um manual técnico do Exército dos Estados Unidos que o objetivo final da classificação é o êxito no combate, pelo uso eficiente e econômico do pessoal. Ela visa facilitar a designação dos indivíduos para as funções em que eles possam ser mais valiosos para o serviço, bem como acelerar o treinamento pela utilização das aptidões, tirocínios e capacidades físicas que os indivíduos trazem consigo da vida civil, ou adquirem durante sua experiência no Exército. A classificação é um processo contínuo, durando todo o tempo de serviço ativo do militar.

É claro, pois, que a simples classificação intelectual, pela ordem das notas obtidas em testes coletivos, não deve ser a única base para a designação do homem para determinada função. A instrução, a experiência adquirida no meio civil, as características de sua personalidade e mesmo os seus interesses devem ser levados em conta. Por isso é necessário um segundo estágio de seleção destinado à entrevista individual. Esta "é uma conversação planejada e controlada com o objetivo de obter do soldado

(*) Apenas o 1º Ten. Méd. Dr. Orlando Gomes Berthier logrou adquirir a prática necessária para a aplicação desses testes, tendo sido muito valiosa a sua cooperação no exame individual de muitos convocados.

todos os dados que possam ser de utilidade para o serviço."

O C.A.E.R. organizou um modelo muito simples de entrevista, destinado a recolher dados dos convocados das Unidades-Escola. Cada homem poderá ser entrevistado no espaço de 15 a 25 minutos, o que representa um bom rendimento. Durante a entrevista e nos casos em que isso é necessário, podem ser aplicados testes individuais verbais de proficiência.

Neste setor, os trabalhos já realizados no C.A.E.R., pela sua 1ª Seção de Estado-Maior, merecem o maior apreço. Consideramos documentos dignos de ser examinados pelos interessados, as "Instruções para a incorporação do contingente de 1947", as "Instruções aos oficiais entrevistadores", a "Relação de funções" e o "Manual de perguntas orais sobre ofícios". Este último compreende 83 questionários sobre ofícios diversos, que parecem produzir o mesmo efeito dos testes verbais de proficiência (trade tests).

Temos tido notícia de que os resultados, já obtidos com este sistema de classificação no C.A.E.R., têm sido os melhores possíveis. Certamente deve ter havido insucessos, pois a designação do homem para a função foi, em muitos casos, compulsória, determinada pela aptidão revelada nos testes coletivos e nos informes colhidos da entrevista e, para o êxito em qualquer aprendizado, além da aptidão, são necessários aplicação e interesses no trabalho. São inúmeros os jovens inteligentes e instruídos, com boas qualidades de caráter, inclusive as de líder, que desejam tirar o tempo de serviço militar, sem maior esforço, e receber apenas o certificado de reservista de simples soldado. A estes ficam muito bem preleções, explicando-lhes que o Exército necessita de suas aptidões, de sua instrução, de suas qualidades físicas, morais e intelectuais; que precisa deles como sargentos na reserva e não como simples soldados.

VALIDADE E PRECISÃO

Entre as qualidades de um teste, as que se admitem como mais importantes são a validade e a precisão ou fidedignidade (reliability). A Associação Nacional de Diretores de Pesquisa Educacional dos Estados Unidos (apud McCall) define validade como sendo "a correspondência entre a aptidão (ability) medida pelo teste e a aptidão objetivamente medida e definida por outro meio". Quando um teste mede realmente aquilo que ele se propõe medir e mede esta mesma coisa consistente através de toda a amplitude do teste, é um teste válido. Se se perguntar a um psicologista prudente que é que um determinado teste mede, ele responderá: "ele mede a aptidão para isso e aquilo com o material que se vê na folha do teste, quando for aplicado em certas condições". Ninguém pode dizer com exatidão em que grau os resultados de um teste se aproximam dos resultados da vida prática. Por isso, recomenda-se, para aumentar a validade de um teste, torná-lo o mais parecido possível com o trabalho, cuja aptidão se pretende medir (McCALL).

Para medir a validade de um teste de inteligência, seria necessário que determinado grupo de indivíduos fosse observado por pessoas competentes e classificado pelos graus de inteligência revelados na conduta objetiva. Isso pode ser executado, na tropa, por oficiais instrutores, em relação a pequenos grupos, cujos componentes são classificados por meio de uma escala convencional. Para maior exatidão, é mister que o mesmo grupo seja julgado por outros observadores e as médias dos graus obtidos consignadas como resultado final. As notas obtidas no teste aplicado antes da observação não devem ser conhecidas dos julgadores. A correlação entre as notas dos testes e os graus obtidos no julgamento da conduta diária seria o chamado coeficiente de validade do teste. Infelizmente, até o momento, não dispusemos de elementos para medir tal coeficiente.

As medidas
acessíveis. I
de Kurtz (ap
adão com qu
instrumento
função por é
qualquer que
Para McCall
concordância
obtidos de du
"As causas d
per devidas a
do examinador
minando, ou c
teste, quando
trabalhos se pr
aplicação do
um examinador
e use linguag
ao passo que c
ção e use ling
ou mesmo com
Há três proc

0-4 5-9

60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	3
72	1 1
73	

1 4

Correlação en
um grupo de 136
do Exército.

As medidas de precisão são mais acessíveis. Por "precisão" entende Kurtz (apud Martins) "a exatidão com que um teste (ou outro instrumento de medida) mede a função por ele realmente medida, qualquer que seja essa função". Para McCall, é a quantidade de concordância entre os resultados obtidos de duas ou mais aplicações. "As causas de imprecisão podem ser devidas a variação na conduta do examinador, na conduta do examinando, ou decorrente do próprio teste, quando, por exemplo, as instruções se prestem a variação na aplicação do teste, de modo que um examinador seja mais explícito e use linguagem mais acessível, ao passo que outro seja mais conciso e use linguagem mais erudita, ou mesmo confusa.

Há três processos principais para

medir a precisão ou fidedignidade de um teste: 1° — aplicar o mesmo teste ao mesmo grupo, pelo mesmo examinador, após um intervalo conveniente, durante o qual se possa admitir que a lembrança do teste esteja praticamente apagada; 2° — aplicar ao mesmo grupo pelo mesmo examinador, um teste equivalente; 3° — fazer a correlação interna, isto é, dividir o teste em duas partes equivalentes e calcular a sua correlação; para isso, costumam-se apurar os itens ímpares e os pares separadamente, como fizemos para uma turma da Escola de Saúde do Exército.

Pelas tabelas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, verifica-se serem bastante fortes as correlações entre os itens ímpares e os pares da série Ombredane total e de cada um subteste.

TABELA V

PARES

	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	Total
											1		1
									1				1
							2	2	3				7
							4	8					12
					3	8	12	4	1				28
				2	6	17	9						34
				6	12	6	1						25
			1	10	2								13
			5	3	3								10
		3	3	1									7
	1	1											2
Total	1	4	9	22	25	31	28	14	5		1		140

$$r_{11} = .949$$

Correlação entre os itens ímpares e pares da série Ombredane total num grupo de 139 alunos e um sargento do contingente da Escola de Saúde do Exército.

TABELA VI

PARES

Impares	0	1	2	3	4	5	6	Total
6					1	5	3	9
5			1	3	8	12	3	26
4			2	16	21	6	3	48
3		1	10	15	9	2		37
2		1	2	5			1	9
1	1	2	1					4
0	2		1	1				4
Total	3	4	17	42	39	25	10	140

$$r_{11} = .769$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Imitação de Movimentos da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

TABELA VII

PARES

Impares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
10											1	1
9								2				2
8								1				1
7												
6						2	1					3
5			3	5	5	3		1				17
4		1	6	11	6	2	1					21
3	3	2	13	15	7	1						41
2	2	3	13	10	1							29
1	3	4	2	1								10
0	7	2										9
Total	15	12	37	42	21	7	1	4			1	140

$$r_{11} = .963$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Rybakow da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

TABELA VIII

PARES

Ímpares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
10										1	1	2
9											2	2
8				1		1	4	1	1			8
7					2	3	4	4				13
6				2	3	5	4	2	1			17
5			2	10	10	7	2	1				32
4				4	8	11	7	2				32
3			2	5	7	4						18
2			3	5	1							9
1		1	1									2
0		4	1									5
Total	5	7	10	29	30	23	16	8	2	1	3	140

$$r_{11} = .897$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Desenhos invertidos, da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

TABELA IX

PARES

Ímpares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
10							1			1		2
9						1	1	3				5
8				1		3		1				5
7				2	4	2	3					11
6			1	4	5	2	2					14
5		1	2	6	4	4	2					19
4		1	2	6	3	2						14
3		1	1	2	5	2	1					12
2		1	9	8	10							28
1		4	7	4								15
0		6	6	3								15
Total	12	25	22	34	18	13	9	4		1		140

$$r_{11} = .676$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Analogias da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

TABELA X

PARES

Ímpares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
8							4	7	7	18
7					1	2	10	10	4	27
6					4	5	8	5	2	34
5				3	7	10	3			23
4			2	8	8					18
3			7	5	4	1		1		15
2		2	2	2	1					7
1	2		1							3
0	1	1								2
Total	3	3	12	18	25	18	25	23	13	140

$$r_{11} = .935$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Cubos de Yorkes da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

TABELA XI

PARES

Ímpares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
10										2		2
9								3	4	2		9
8						1	6	6	1			14
7					3	4	6	7	2			22
6				2	12	9	10	2				35
5			3	3	6	1	2	1	1			17
4		2	5	4	3	2	1					17
3	2	3	3	1	1							10
2	1	1	1			1						4
1	2	3	1									6
0	1	1	1	1								4
Total	6	10	14	11	25	18	25	19	8	4		140

$$r_{11} = .854$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Arabescos da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

Ímpares

8

7

6

5

4

3

2

1

0

Total . 20

Correlação em
Código da série
Exército.

NOTA: $r_{11} =$

onde $r_{11} =$

$r_{11} =$ a corre

IDENTIFICAÇÃO DO
DA SÉRIE OM

Vem agora o mon
do o que medem
série Ombredane. T
as palavras do auto
Os testes foram c
hodo a distinguir e
número de tendênci
as como: aptidão
eliminar com o n
título (a), aptidã
uma um jogo de pe
aplicação à memória (c
ação e ao cuidado
Os Instrument
(a) são os stu
nos invertidos, Arab
que se movimentos;

TABELA XII

PARES

Impares	0	1	2	3	4	5	6	7	Total
8				1	1	4	2	5	13
7	1		2	1	7	2	5	2	20
6		3	2	5	2	5	2	1	20
5	1	3	4	6	3	1	2		20
4	2	9	5	8	2	1			23
3	6	7	4	3	1	1			22
2	6	6							12
1	3		1						4
0	1								1
Total	20	23	17	24	16	14	11	8	140

$$r_{11} = .862$$

Correlação entre os itens ímpares e pares do subteste Memória do Código da série Ombredane, numa turma da Escola de Saúde do Exército.

$$2 r_{\frac{1}{2}, \frac{1}{2}}$$

$$\text{NOTA: } r_{11} = \frac{2 r_{\frac{1}{2}, \frac{1}{2}}}{(1 + r_{\frac{1}{2}, \frac{1}{2}})} \quad (\text{fórmula de Spearman-Brown}),$$

onde $r_{\frac{1}{2}, \frac{1}{2}}$ = a correlação entre as duas metades do subteste
e r_{11} = a correlação de um subteste inteiro consigo mesmo.

SIGNIFICAÇÃO DOS SUBTESTES
DA SÉRIE OMBREDANE

Vem agora o momento de tentar dizer o que medem os subtestes da série Ombredane. Transcrevo aqui as palavras do autor a respeito: "Os testes foram combinados de modo a distinguir e avaliar certo número de tendências individuais, tais como: aptidão a perceber e discriminar com o mínimo de raciocínio (a), aptidão a raciocinar sobre um jogo de percepções (b), aptidão à memória (c) e aptidão à atenção e ao cuidado no trabalho (d)." Os instrumentos de medida são (a) são os subtestes Desenhos invertidos, Arabescos e Imitação de movimentos; para (b) são

os subtestes Rybakow, Analogias e Cubos de Yerkes; para (c) são Memória do código e Imitação de movimentos; para (d) é o índice de quantidade de trabalho, que é uma relação entre os itens acertados e o total de itens respondidos. Como já dissemos, por motivos vários, não estamos computando este índice.

Pretendemos submeter os subtestes da série Ombredane a um estudo mais profundo, pela análise factorial, a fim de determinar quais as aptitudes primárias (primary abilities) que eles medem, tendo em vista a teoria de Thurstone.

A ideia da análise factorial tem por origem a afirmação feita por

Spearman, em 1904, de que todos os testes de inteligência se intercorrelacionam positivamente e, quando os coeficientes de correlação de uma coleção de testes são colocados em uma série decrescente de valor, se se arranjam os outros coeficientes em lista com os testes na mesma ordem da primeira, estes coeficientes tendem também a fazer séries de valores decrescentes.

Spearman concluiu daí que havia um fator comum, geral, presente em todos os testes, em maior proporção no teste que encabeçava a lista. Além deste, a que chamou fator "g", existiria em cada teste outro fator específico, só encontrado em testes muito semelhantes.

A teoria dos dois fatores de Spearman tem sido afirmada por uns e negada por outros, mas de qualquer modo tem provocado numerosas pesquisas, dentre as quais se sobressaem as de Thurstone, que, embora não exclua a possibilidade da existência do fator "g", declara que não o tem encontrado nos testes, pelo método de tratamento matemático que emprega.

Os trabalhos de Thurstone sobre análise factorial já vão bastante adiantados e compreendem, segundo a magistral sümula feita pelo Técnico de Educação Dr. Otávio A.L. Martins, três aspectos diferentes: "(a) uma hipótese psicológica sobre a existência de fatores independentes (habilidades (*) primárias), em função das quais seria teoricamente possível descrever todas as habilidades mentais; (b) um processo matemático, baseado no cálculo das matrizes, que, partindo do quadro de intercorrelações verificadas numa bateria de testes, permite a individualização dos fatores que intervêm nas habilidades medidas por esses testes; (c) a determinação experimental desses fatores".

O presente trabalho não comporta exposição minuciosa das diversas facetas da teoria dos fatores múltiplos de Thurstone. Queremos apenas chamar a atenção para o fato de que, da análise pelo método de

Thurstone, já se obtiveram muitos resultados práticos, entre os quais a identificação dos seguintes fatores ou aptidões primárias:

S — fator visual ou espacial, aptidão a representação espacial;

P — fator perceptual, aptidão a perceber detalhes metidos em material não ostensivo;

N — fator numérico, aptidão para o cálculo numérico;

V — fator de relações verbais, aptidão a lidar com as idéias e significados das palavras;

W — fator, verbal aptidão a lidar com as palavras isoladas;

M — fator, memória, ainda não completamente definido;

I — fator indução, aptidão a achar uma regra, ou lei, em cada item do teste.

Mais dois fatores — R — aptidão a executar tarefas que envolvem qualquer espécie de restrição, e — D — fator dedutivo, foram ainda identificados mas não de maneira definitiva.

Comparando os testes da série Ombredane com os 57 testes da bateria experimental de Thurstone, é possível adiantar que devem estar saturados pelo fator S, os subtestes Cubos de Yerkes e Rybakow; pelo fator P, os subtestes Arabescos; pelo fator M, os subtestes Memória do código e Imitação de movimentos; pelo fator I, o subteste Analogias. Quanto ao subteste Figuras invertidas, nenhuma semelhança encontramos no material de Thurstone, mas a previsão mais aceitável é que seja ainda o fator S a sua carga principal.

Se todas essas previsões se confirmarem, será talvez necessária a substituição de um subteste do fator S, pois que já existem três, por um fator N, cuja importância parece evidente na composição do perfil psicológico do soldado. Quanto a testes de fator V e W, o problema se apresenta muito difícil, tendo em vista a considerável massa de indivíduos rudimentarmente alfabetizados que constitui o grosso dos convocados.

A SELEÇÃO I
ANA

Os analfabetos não escrevem, portanto, não têm os meios necessários para escrever, portanto, não têm a condição, como para que o indivíduo submetido ao teste os analfabetos devem ser submetidos ao tipo de teste que não são os mesmos instruídos. Na de regra, os indivíduos no Exército. Basta que o nome do indivíduo considerado analfabeto o exame das Unidades apostamente a situação de observação vieram por não nem assim outras coisas uma gama de analfabetos absolutos a considerar. Por isso, mar... Técnico... Xavier... obter uma de... o conceito... a gentileza... uso, a pá... transcrev

"Alfabetizado" que é capaz de, qualquer assunto do seu vocabulário conhecimento (alfabetização). Al... iniciado.

"Este conceito interessa ao diagnóstico do indivíduo social, ex... a capacidade de ler... a essa capacidade e progresso.

"Nesse sentido, alfabetizado o indivíduo de le...

(*) Preferimos traduzir "ability" por "aptidão".

A SELEÇÃO INTELECTUAL E OS ANALFABETOS

Os analfabetos conseguem geralmente escores baixos nos testes da série Ombredane, o que é natural, pois três desses testes exigem, pelo menos, que o examinando saiba ler e escrever números. Em consequência, estabelecemos a última condição, como requisito mínimo, para que o indivíduo pudessem ser submetido ao exame. Achamos que os analfabetos absolutos não devem ser submetidos a testes colativos do tipo papel e lápis, uma vez que não sabem fazer o devido uso desses instrumentos.

Via de regra, o conceito de alfabetizados no Exército é muito simplório. Basta que o indivíduo saiba escrever o nome para deixar de ser considerado analfabeto. Quando fazemos o exame individual dos recrutas das Unidades-Escola, presumidamente alfabetizados, tivemos ocasião de observar que, além dos que vieram por engano, pois não sabem nem assinar o nome, havia várias outras categorias, formando toda uma gama de graus entre o analfabeto absoluto e o que se poderia considerar alfabetizado.

Por isso, manifestando ao eminente Técnico de Educação Dr. Moyses Xavier de Araújo o desejo de obter uma definição que delimitasse o conceito de analfabeto, ele teve a gentileza de redigir, para esse uso, a página magistral que a seguir transcrever:

"Alfabetizados é o indivíduo que é capaz de ler, compreendendo, qualquer texto relativo ao assunto do seu conhecimento e ao vocabulário também do seu conhecimento (mínimo de alfabetização). Alfabetizado é igual a iniciado.

"Este conceito experimental só interessa ao diagnóstico do estado atual do indivíduo. Do ponto de vista social, exige-se que a capacidade de ler e os hábitos ligados a essa capacidade sejam estáveis e progressistas.

"Nesse sentido, só se considera alfabetizado o indivíduo, cuja capacidade de ler não desaparece

pelo desuso. Alfabetizado, nesse sentido, é o iniciado na leitura, que praticou bastante para fixar determinados hábitos e habilidades elementares, e que não corre o risco de se tornar novamente analfabeto.

"Teixeira de Freitas, para efeitos estatísticos, sugere que se considere "alfabetizado" o indivíduo que tem um nível de leitura correspondente à conclusão do 2º ano primário.

"Deve-se notar, porém, que não há padrões objetivos para os diversos níveis escolares.

"Na aquisição da leitura oral, os professores comumente distinguem as seguintes fases (barre de Vaney):

- a) leitura subsilábica,
- b) leitura silábica,
- c) leitura hesitante,
- d) leitura corrente,
- e) leitura expressiva.

"As dificuldades mecânicas dificultam enormemente a compreensão nas fases a) e b). O indivíduo que se encontra nessas fases deve ser considerado analfabeto. Mas, se pode ler, embora com vacilações, compreendendo, está alfabetizado."

Tomando conhecimento dos conceitos de analfabeto e alfabetizado do Dr. Xavier de Araújo, podemos desde já adivinhar que a percentagem de 43.7 de alfabetizados, na população de 15 anos e mais, fornecida pelo censo de 1940, inclui na verdade uma grande massa de analfabetos, no sentido rigoroso, embora não etimológico, do termo. De fato, Teixeira de Freitas chega a essa conclusão, quando mostra que, no decênio de 1932/1941, a população adulta recebeu 41.68 % de indivíduos apenas aprovados na 1ª série, 18.90 % de aprovados na 2ª série e 39.42 % de aprovados na 3ª série, tendo todos sido provavelmente considerados alfabetizados pelo censo, embora a primeira série seja, a rigor, diz ele, inapta a fornecer alfabetizados.

Quando meditamos sobre todos esses fatos, chegamos à conclusão

de que o problema do analfabetismo, encarado com a atenção que merece, constitui uma das maiores complicações na incorporação de recrutas, uma vez que já se vai assestando a idéia de que o soldado precisa saber ler e escrever, para poder aproveitar a moderna instrução militar.

E tanto isso é verdade, que já se esboça a tendência a recusar os analfabetos, por ocasião da incorporação, o que é uma solução protelatória, pois certamente eles darão muito mais trabalho, quando tiverem de ser mobilizados e não os pudermos recusar.

Mais justa seria a organização de cursos de alfabetização intensiva, em moldes eficientes, com várias horas dedicadas ao estudo da leitura, escrita e cálculo, para elevar o indivíduo rapidamente ao nível da 2ª série primária, depois do que, um curso menos intensivo contribuiria para manter e melhorar o processo de alfabetização.

Só depois de ter chegado a certo ponto, seria o indivíduo submetido a testes coletivos do tipo papel e lápis, como a série Ombredane.

A classificação de analfabetos e alfabetizados por meio de baremos especiais terá muita utilidade, mesmo para a atual tendência a recusar os analfabetos.

RESULTADOS DA SÉRIE OMBREDANE EM TROPAS DA 1ª R.M.

Quando as autoridades da 1ª Região Militar, em face dos resultados que se vinham obtendo nas Unidades-Escola, resolveram estender a aplicação de testes às demais tropas, constituintes da 1ª D.I., N.D.B. e A.C., faltavam poucos dias para a incorporação.

Foram-nos concedidos apenas 15 dias para preparar os oficiais que deviam aplicar o teste, tempo bastante exíguo, se considerarmos que o número desses oficiais atingiu a mais de 50. Felizmente, o espírito de cooperação derivado do interesse que o novo processo de seleção despertou em todos, foi um fator que superou todas as dificuldades, que não foram poucas. Era preciso treinar a apresentação do teste, fabri-

car o material, adaptar os cadernos, escolher e preparar as salas em cada unidade, etc.

Visitamos quase todos os corpos de tropa, para verificar as condições das salas onde deviam ser aplicados os testes e, nas visitas, recolhemos as impressões, unanimemente favoráveis, dos comandantes de corpos. Podemos afirmar que a boa vontade e o entusiasmo suprimiram muitas deficiências.

Aplicaram o teste 9 unidades da 1ª D.I., 8 do Núcleo de Divisão Blindada e 7 da Artilharia de Costa. Como se vê, muitos corpos não se utilizaram do método, o que se deu por vários motivos. Não vão ser considerados aqui os resultados das Unidades-Escola, os quais se encontram no C.A.E.R., porque a aplicação aí feita, dois meses antes, se submeteu a condições um pouco diferentes.

Os trabalhos, quer de aplicação, quer de apuração, não foram além de 5 jornadas de 7 horas, ou mais exatamente, 4 jornadas completas e duas meias jornadas. As unidades de maior efetivo fizeram duas jornadas na aplicação e duas na apuração.

Foram aplicados mais de 10.000 baterias de testes em 24 corpos de tropa e apurados, num escritório central, 9.746, correspondentes a 23 corpos. Uma unidade sediada no interior fez apuração isolada e não enviou os resultados.

Houve unidade que pôde fazer três aplicações simultâneas em salas diferentes. As capacidades das salas variaram entre 40 e 130 examinandos.

No dia seguinte ao da aplicação, eram os cadernos conduzidos para a oficina central de apuração, na Escola de Saúde do Exército, acompanhados de 8 apuradores, entre oficiais ou sargentos, os quais procediam à apuração no ritmo médio de 100 cadernos por hora. As unidades menores, não podendo fornecer todos os apuradores, eram agrupadas, para que fosse completada a equipe de apuração.

Como já dissemos anteriormente, as médias obtidas foram muito baixas, se as compararmos com as ob-

Nov./1930

das pelas
salas — a
Saúde do E
dos do Reg
fantaria e
das Armas,
tribui para
vários mat
mente quaz
massa de rec
tan o servic
de Preparaç
serva.

Nos 23 corp
lar que pre
entes, a m
do 37 e o
Em 6 corpos
N.D.B. e em
dos foram re
21 e 23.

CO

Da experiênc
ndo nos trab
sões tirar a
ões:

1. A série
instrumento si
possibilita, na
um prognóstico
aprovetimento
instrução milita
2. Não dispe
e demais proc
— entrevista
tes profissio
cohecimento —
devem influir n

2. O mesmo p
rimento, para
baterias de test
poucos moldes.
3. É necessár
o corpo de
bem, treinados
ades coletivos
lhos profissionais
ativistas, na a
um estatístico
e demais proce
ducação.

4. É preciso t
um grupo de n
a técnica de ap
individuais, para
da classe V
revelam insufi
a série Omb

das pelas duas turmas já estudadas — a de alunos da Escola de Saúde do Exército e a de graduados do Regimento-Escola de Infantaria e Escola de Sargentos das Armas. Além de outros, contribui para isso o fato de os indivíduos mais evoluídos intelectualmente quase nunca integrarem a massa de recrutas, visto como prestam o serviço militar nos Cursos de Preparação de Oficiais da Reserva.

Nos 23 corpos da 1ª Região Militar que procederam à aplicação dos testes, a média geral encontrada foi 27 e o desvio-padrão 18.9. Em 8 corpos da 1ª D.I., em 8 do S.D.B. e em 7 da A.C., as médias foram respectivamente 24.18, 21 e 23.

CONCLUSÕES

Da experiência que vimos adquirindo nos trabalhos de seleção, podemos tirar as seguintes conclusões:

1. A série Ombredane é um instrumento simples e prático que possibilita, na maioria dos casos, um prognóstico seguro sobre o aproveitamento do indivíduo na instrução militar.

2. Não dispensa, evidentemente, os demais processos complementares — entrevista, exame individual, testes profissionais e testes de conhecimento — cujos resultados devem influir na classificação.

3. O mesmo pode ser dito, naturalmente, para quaisquer outras séries de testes construídas nos mesmos moldes.

4. É necessário a formação de um corpo de oficiais classificadores, treinados na aplicação de testes coletivos de inteligência e testes profissionais, na execução de entrevistas, na apuração e tratamento estatístico dos resultados, e nos demais processos de seleção e classificação.

5. É preciso também organizar um grupo de médicos treinados na técnica de aplicação de testes individuais, para examinar os homens da classe V, isto é, dos que se revelam insuficientes pelos testes da série Ombredane.

6. Nunca se poderá tirar todo o partido dos trabalhos de seleção e classificação, enquanto eles forem executados, dispersivamente, em cada unidade. É mister a centralização desses trabalhos em um organismo único para cada Região, ao qual seriam atribuídos todos os misteres do Período de Adaptação de que fala a nova Lei do Serviço Militar.

7. A organização de tal Centro de Adaptação será facilitada se se fizerem duas ou três incorporações anuais. O efetivo será menor e o trabalho mais contínuo e menos exaustivo.

8. O tempo de serviço não precisará ser aumentado, de vez que o soldado entrará na sua unidade com o treinamento básico já concluído e classificado na função para a qual mostrou mais aptidão.

9. Dos pontos de vista disciplinar, médico e de instrução, as unidades terão muito menos trabalho, pois só serão nelas classificados os julgados adaptados ao serviço militar, isto é, os sadios, mentalmente capazes, ajustados ao meio e alfabetizados. Os demais serão excluídos durante a adaptação ou repetirão outro período, recebendo certificado de 2ª categoria, se forem julgados aproveitáveis para a reserva, como será provavelmente o caso dos analfabetos que custarem a alfabetizar-se.

10. Outra grande vantagem das duas ou três incorporações anuais é a de existir sempre no quartel uma fração de tropa treinada.

11. O período de adaptação não deve durar menos de quatro, nem menos de seis meses, incluídos naturalmente os dias necessários aos trabalhos de recebimento de convocados e classificação de adaptados.

12. O efetivo total da tropa não será modificado, exceto no primeiro ano de aplicação do método e durante o período de adaptação.

13. Como haverá sempre uma fração de tropa a menos em cada unidade, que corresponde à fração que está recebendo a instrução de adaptação no Centro, o efetivo de instrutores não precisa ser aumentado.

14. Em certas Regiões que podem ser divididas em zonas diferentes, em consequência do sistema de comunicações, cada incorporação poderá afetar uma ou mais zonas de cada vez, a fim de facilitar principalmente o serviço de inspeções de saúde nos pontos de concentração.

BIBLIOGRAFIA

1. Abreu, Florêncio de — A seleção mental do combatente, aula inaugural dos cursos da Faculdade de Medicina de São Paulo, 1942.
2. Binet et Simon — Les enfants anormaux, Paris, 1922.
3. Gray and Votaw — Statistics applied to Education and Psychology, N. Y., 1939.
4. Greene — Measurements of Human Behavior, N. Y., 1943.
5. Guilford — Psychometric Methods, N. Y. 1936.
6. Guilford — Fundamental Statistics in Psychology and Education, N. Y., 1942.
7. Hull — Aptitude Testing, N. Y., 1928.

8. Jubé, Araújo e Martins — Diagnóstico das aptidões profissionais pelo índice de capacidade mental, Rev. do Serv. Público, ano VI, n. 2, pag. 135/142.

9. Martins, Otávio A. L. — Medidas de precisão e validade dos testes, Rev. Serv. Público, vol. IV, n. 3, 1940, pag. 42.

10. Martins, Otávio A. L. — O teste J, Rio, 1942.

11. Martins, Otávio A. L. — O método fatorial de investigação das faculdades mentais, Rev. Bras. de Estatística, ano VIII, ns. 30/31, 1947, pag. 303.

12. Peters and van Voorhis — Statistical procedures and their mathematical bases, N. Y., 1940.

13. T. M. 12-280. Personnel Classification tests, 1942.

14. T. M. 12-425. Personnel Classification, 1944.

15. Thomson, Geoffrey — The factorial analysis of human abilities, 1939.

16. Thurstone — Multiple-factor analysis, Chicago, 1947.

17. Thurstone — Primary mental abilities, Chicago, 1938.

GENERAL RENATO BAPTISTA NUNES

Temos hoje a satisfação de registrar a promoção do nosso estimado Diretor-Presidente, ao posto de General de Brigada, por Decreto de 14-X-950.

A Lei n. 1.158, de 12-VII-950, em cujo texto se baseou essa promoção, veio apenas fazer justiça a um velho soldado que, durante mais de 40 anos, dedicou o fulgor de sua inteligência, o valor de sua cultura e o devotamento de seu esforço, exclusivamente ao serviço do Exército.

De fato, quando na ativa, vivendo a vida dura do Oficial arrematado nos Corpos de Tropa de Engenharia, cumprindo a árdua tarefa de formar bons sapadores e melhores pontoneiros, servindo em estados-maiores, chefiando comissões técnicas importantes, instruindo seguidas gerações que passaram pelas nossas Escolas Militares, entre as quais se destaca a de Estado-Maior onde exerceu todas as funções desde simples auxiliar dos mestres franceses até as de Comandante e Diretor do Ensino por quase um lustro, o General Renato Baptista Nunes trabalhou proficua e unicamente para o Exército.

Depois de transferido para a reserva, continuou ainda a trabalhar pelo Exército, concorrendo eficazmente para a elevação do nível cultural profissional de seus quadros pelo estudo de assuntos atuais de interesse militar e de cultura geral, publicando freqüentemente em revistas e jornais — particularmente em "A Defesa Nacional" — trabalhos de real valor.

Ao General Renato os cumprimentos dos companheiros de "A Defesa Nacional".

A REAL

A situação econômica do Brasil, a cuidadosa atenção de uma questão de instinto de co-

Atenção. Merece atenção o estudo dos mil. A Pátria confia e a falta a essa confiança servirá de justificativa, e o julgamento, o fato de nacionalmente resp. erros cometidos p. que abalam os fr. nacionalidade. Cabe possibilidade de ci. edações que têm p. ver profissional o. minado eminentemente a defesa da nação. A guerra e o. teses de sua pr. uma tal emergência.

A cultura que, o cumprimento de tal. e não lhes perm. nente ignorar a sit. uma nacional, acenta a existência. Essa situação, com. transições que em. amos a fazer, é gr.

Li-se, de fato, no. equado F. Nobrega. mento da Fazenda. tirado em documen.

1 — "Decidimen. narmos procedendo. mo: procedido, dei. logo resolve, por si. tes econômicos e. e continuarmos vo. centos fictícios, visar. senas o detalhe, a s.

A REALIDADE DA SITUAÇÃO NACIONAL

Cel. J.B. MAGALHÃES, da 1ª classe da
Reserva do Exército

A situação econômica e financeira do Brasil, merece a mais acurada atenção dos brasileiros. É uma questão de patriotismo e de instinto de conservação nacional.

Merece atenção e mais do que isto, estudo dos militares em quem a Pátria confia e que não podem faltar a essa confiança. Não lhes servirá de justificativa perante a história, e o julgamento da posteridade, o fato de não serem profissionalmente responsáveis pelos erros cometidos pela política e que abalam os fundamentos da nacionalidade. Cabe-lhes a responsabilidade de cidadãos; mas de cidadãos que têm por máximo dever profissional o exercício de missão eminentemente cívica que é a defesa da nacionalidade, em caso de guerra e quanto aos interesses de sua preparação para uma tal emergência.

A cultura que, para o lido cumprimento de tal missão devem ter, não lhes permite legitimamente ignorar a situação da economia nacional, base em que assenta a existência da Pátria.

E essa situação, como se verá das transcrições que em seguida passamos a fazer, é grave.

Lê-se, de fato, no relatório do deputado F. Nobrega sobre o orçamento da Fazenda para 1951; firmado em documentos oficiais:

1 — "Decididamente, se continuarmos procedendo assim, como temos procedido, deixando que o tempo resolva, por si só, os nossos males econômicos e financeiros; se continuarmos votando orçamentos fictícios, visando cada um apenas o detalhe, a sua política, o

seu interesse regional ou conveniências eleitorais, deixando para plano secundário o conjunto, ou seja, o interesse nacional; se continuarmos persistindo no sonho de que Deus é brasileiro e de que essa história do Brasil está às portas da bancarrota não impressiona mais a ninguém; de que sempre houve déficits e nem por isso deixamos de existir como povo independente; de que precisamos gastar muito a fim de alcançarmos a posição de prestígio internacional a que temos direito; se assim, nesse delírio de grandeza, permanecermos de ouvidos trancados à voz do bom senso, então somos forçados a confessar que o ego-centrismo já criou mesmo raízes profundas na consciência da Pátria. Desta forma, estamos chegando na hora do "salve-se quem puder", porque então o Brasil está entregue ao seu próprio destino, sem timoneiros, como nau desavorada arrastada pelas correntezas de ambições incontroláveis.

Desgraciadamente, estamos cavando com as nossas mãos a nossa própria sepultura, trabalhando contra as nossas liberdades, contra as instituições fundamentais do regime. Isso é uma conspiração contra a estabilidade social.

Pouco importa que nos chamem de visionários, pois o que nos interessa é apenas a segurança íntima de que estamos cumprindo o nosso dever de representante da Nação, e, assim convencidos, não haverá força capaz de nos desviar desses rumos.

Aí estão as estatísticas e por elas poder-se-á verificar de que lado está a razão".

2 — "O depoimento dos algarismos, como dizia um emérito financista português, é duro como o aço e perfurante como um punhal.

E os números aí estão a revelar a nossa angustiosa situação tanto no que diz respeito às finanças, como no que se relaciona com a economia nacional. A moeda continua a desvalorizar-se cada vez mais, a dívida flutuante atingiu a uma cifra tal que nos deixa perplexos, o índice do custo da vida não pára de subir, as despesas públicas crescem de ano para ano, em proporção geométrica, os impostos ultrapassam de muito as possibilidades primárias da população, a produção não atende às necessidades do consumo, a política cambial se mantém em estado de crise permanente, os títulos do governo caem de exercícios para exercícios. É este, indiscutivelmente, o quadro atual da vida brasileira.

Vejamos o que dizem as estatísticas oficiais e por elas poder-se-á julgar da delicadeza da situação que estamos atravessando e também se as nossas observações são ou não procedentes.

Papel-Moeda — Em 31 de dezembro de 1945 a circulação fiduciária era de 17.335 milhões de cruzeiros; em 31 de dezembro de 1949 chegou a 24.045 milhões de cruzeiros, com um aumento, portanto, de 6.510 milhões em quatro anos, ou seja u'a média, anual de 1.627 milhões de cruzeiros.

Não duvidamos dos evados propósitos dos responsáveis pelas finanças públicas, mas o certo é que os resultados que as estatísticas nos revelam, estão em franco desacordo com as declarações otimistas de fonte oficial. A massa considerável de papel-moeda acrescida

a circunstância fiduciária, em quatro anos, demonstra que o governo não teve forças para fazer estancar o surto inflacionista. Basta vermos os números índices do meio circulante, a partir de 1938, para se concluir que as emissões, no período de 1945 a 1949, foram as mais avultadas da nossa história financeira.

Tomando para ponto de partida 1938 igual a 100, temos:

1940 — 107; 1941 — 138; 1942 — 171; 1943 — 228; 1944 — 300; 1945 — 363; 1946 — 425; 1947 — 423; 1948 — 450; 1949 — 498.

Meios de pagamento — Se passarmos aos meios de pagamento, veremos que o surto inflacionista iniciado em 1941, não sofreu solução de continuidade até 31 de dezembro de 1949. O total dos meios de pagamento em 31-12-945 era de 41.490 milhões de cruzeiros e em 31-12-949, de 60.353 milhões de cruzeiros, ou sejam, mais 18.008 milhões de cruzeiros, com u'a média anual de 4.752 milhões de cruzeiros.

Custo da vida — Quanto ao custo da vida, a situação é intranquilizadora. Tomando-se também por base o ano de 1938 igual a 100, verificamos, no Distrito Federal, a seguinte ascensão:

1940 — 107; 1941 — 118; 1942 — 133; 1943 — 148; 1944 — 163; 1945 — 199; 1946 — 213; 1947 — 273; 1948 — 265 e 1949 — 275".

Evidentemente os militares não podem ser indiferentes a um tal estado de coisas e apenas reagir na vida pública como se a Nação lhes fôsse devedora e eles e ela nada mais devessem do que reclamar a satisfação das suas necessidades.

APRO

ENERGIA HI

Um dos recursos da Bacia são os seus 1.577 representam 8,06 hidráulico do país, deste potencial a Região das Quedas Paulo Afonso, se entre a Bahia e segunda entre a Grande parte do encontra-se na Ba Planalto Ocidental.

De toda a força Médio São Francisco, gerando ca 1.000 H.P., estão Itaparica e Paulo de 600 H.P., em

Em geral, o Vale do rio possui usinas insignificantes que de propriedade dos vizinhos, de estabelecimentos, tal como Manga.

O desenvolvimento grandemente prejudicado de energia.

VEGETA

Os tipos principais são: campos e cerrados em grandes áreas, tipo galeria e a charqueadas, que crescem ao longo das caudais e no redor de depressões.

ARMAZÉM SANTO ANTONIO

DE

VITOR & ABREU

SECOS E MOLHADOS, BEBIDAS NACIONAIS, CONSERVAS, ETC.

Travessa Santa Terezinha, 13

PADRE MIGUEL

DISTRITO FEDERAL

N.E. — Continua

APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO

Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO

II

ENERGIA HIDRELÉTRICA

Um dos recursos ainda inexplorados da Bacia do São Francisco são os seus 1.573.300 H.P., que representam 8,06% do potencial hidráulico do país. Perto de 50% deste potencial está localizado na Região das Quedas, de Itaparica a Paulo Afonso, sendo a primeira entre a Bahia e Pernambuco e a segunda entre Alagoas e Bahia. Grande parte do potencial restante encontra-se na Bacia Superior e no Planalto Ocidental.

De toda a força hidráulica do Médio São Francisco, apenas duas usinas, gerando cada uma cerca de 1.000 H.P., estão funcionando em Itaparica e Paulo Afonso, e outra de 600 H.P., em Barreiras.

Em geral, o Vale do São Francisco possui usinas termoeletricas insignificantes queimando lenha e de propriedade dos Municípios e às vezes, de estabelecimentos industriais, tal como a da Empresa Manga.

O desenvolvimento industrial é grandemente prejudicado pela falta de energia.

VEGETAÇÃO

Os tipos principais de vegetação são: campos e caatingas, que cobrem grandes áreas e florestas do tipo galeria e a chamada vegetação de vazantes, que cresce em faixas ao longo das caudais e em grupos em redor de depressões úmidas.

A vegetação dos campos inclui dois tipos, campos gerais e campos cerrados.

Os campos cerrados encontram-se na parte superior da Bacia nas regiões mesopotâmicas nas formações calcáreas e cristalinas.

A caatinga é a vegetação típica do São Francisco Médio Inferior, da Região das Quedas, de grande parte da Bacia Inferior e ainda do Nordeste brasileiro. É a vegetação típica nas áreas que têm pouco chuva e longa seca.

As florestas do tipo galeria são verdadeiras florestas, com uma grande variedade de árvores de grande porte e lianas.

RECURSOS MINERAIS

Dois tipos de zonas são particularmente ricos em minerais: 1) estratos algonquianos da série de Minas, nas cabeceiras, na parte leste da Bacia e na parte norte do Planalto Ocidental calcáreo siluriano na parte central da Bacia desde as cabeceiras até Barra para o norte.

Na zona mineira da Bacia encontram-se os seguintes minérios: ouro, diamantes, quartzo, bauxita, ferro, manganês, cromo, chumbo, prata e muitos outros.

As riquezas do calcáreo siluriano estão ainda inaproveitadas. Próximo de Belo Horizonte, funciona uma fábrica de cimento. Um obstáculo à melhor utilização dos calcários na Bacia é a falta de

combustível e de transportes. O calcário é rico em fósforo e cal, dois elementos que faltam em muitos solos do Brasil.

Perto de Januária, um depósito de prata-chumbo-zinco tem tamanha percentagem de prata que pode ser considerado uma mina de prata.

Nas grutas das rochas silurianas há jazidas de vários metros de profundidade com cálcio e nitrato de sódio, chamados no local salitre.

Abaixo de Juazeiro há afloramentos de mármore. Perto de Itaparica a bacia cretácica apresenta traços de linho. Estas camadas cretáceas parecem que são de formação Waldeana, do mesmo tipo dos campos petrolíferos do Recôncavo baiano e de Sergipe.

AGRICULTURA

As atividades econômicas no vale do São Francisco consistem principalmente na pecuária e na lavoura. A indústria extrativa vegetal é apenas suplementar.

A criação do gado está hoje decadente. É corrente a criação de gado de raça inferior nos pastos abertos das extensas pastagens do Vale. Os caprinos e os ovinos fornecem a maioria da carne consumida na região. Os rebanhos de cavalos e jumentos estão em melhores condições, apesar de insuficientes para as necessidades da região.

Hoje a área cultivada é menor do que antigamente e está restrita aos distritos em que a produtividade é relativamente alta pela emulação da grande procura. Um índice de produtividade agrícola de outras regiões do Vale é o bom rendimento de certos produtos plantados, tais como: algodão, cana de açúcar, mamona e cereais, a despeito da falta de máquinas e de técnicas adequadas, do uso de velhas práticas de lavoura e sem fertilizantes.

O SISTEMA DE PROPRIEDADES

O sistema atual de propriedade na Bacia do São Francisco é o resultado da extensão das proprie-

dades doadas nos tempos coloniais. A economia de criação extensiva e o relativo isolamento do Vale favoreceram a continuação da existência dos latifúndios.

GRANDES E PEQUENAS PROPRIEDADES NO BRASIL

A propriedade rural no Brasil apresenta dois extremos: de um lado, grandes fazendas e sua organização econômica característica e de outro, pequenas propriedades fomentada pela política de colonização do Governo.

As grandes propriedades — As grandes fazendas são comuns no São Francisco. As fazendas de gado e as mistas são as mais numerosas. As fazendas de lavoura e as que possuem indústria rural estão situadas, principalmente nas terras bem irrigadas, de solo calcário fértil.

Os latifúndios derivam da densidade baixa de população e da falta de assistência dada à economia rural por parte dos governos.

As pequenas propriedades — A maioria das pequenas propriedades estão localizadas nas cercanias das cidades e ao longo das linhas de transportes, há ocupantes do domínio público longe das margens do rio: são pobres.

Arrendamentos — Há dois tipos distintos de arrendatários, dependentes e ligados em geral aos fazendeiros e ao governo municipal. Um deles é o meeiro que se encontra principalmente entre os agregados, cultivando o ano todo; o outro é o ribeirinho que pratica apenas a cultura de vazante.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Os utensílios principais da lavoura são a enxada e a foice. Os arados e outros instrumentos mecanizados são usados nas fazendas experimentais, pertencentes ao Governo.

A CRIAÇÃO

Diz Geraldo Rocha, o grande pioneiro do São Francisco: "A bacia do São Francisco está quase toda ainda na fase econômica re-

sultante da ação do século XVI e do século XVII. As atividades crescem apenas a de carneação. O resultado da fusão de cruzamentos e as dificuldades para os centros locais, o aumento reduz-lhes cada vez menos a atividade".

Continua — "O primeiro objetivo do rebanho que nos legamos do século XVI, nos nossas atividades, era imprimir a lavoura "in-loco" e utilizando o rio, e produtos proteínicos, Juazeiro, onde utilizamos e rodovias atuais e consumidores instalamos em Barragem a força hidroelétrica com o canal um matadouro moderno, frigoríficos, omento dos subprodutos de rézes abatidos, projeção de mais de De Goiás, Piauí e cada ano maior número, levando-nos a estudar um aumento

Um boi que se vendeu por cinquenta mil cruzeiros, custa dez vezes mais do que os animais de dois mil cruzeiros. Os reprodutores, que nos trazem para elevar cada dia e tem de verificar que a lavoura se sacode da que se estagnara de geração. No nosso engenho da indústria, um melo de possível, a produção do milho, a "in natura" não com

nas excessivas. Montamos uma fábrica e conservas e importamos selecionados de Ceresitimos um plano de atingir a produção e permutamos

sultante da ação dos pioneiros que no século XVI fundaram os currais. As atividades pastoris se acresce apenas a indústria da cera de carnaúba. O rebanho bovino resultante da fundação de Garcia D'Ávila e Conde da Ponte, por falta de cruzamentos definha cada dia e as dificuldades de transportes para os centros litorâneos de consumo reduzem-lhes o valor, tornando cada vez menos remuneradora tal atividade".

Continua — "Estabelece como primeiro objetivo a valorização do rebanho que nos legaram os pioneiros do século XVI. Quando iniciamos nossas atividades no Sertão, em 1941. Era imprescindível industrializar "in-loco" o gado de corte e utilizando o rio, fazer chegarem produtos proteinados à Petrolina e Juazeiro, onde utilizando as ferrovias e rodovias atingirem os centros consumidores do Nordeste. Instalamos em Barreiras, utilizando a força hidroelétrica que obtivemos com o canal do Rio Ondas, um matadouro moderno, com instalações frigoríficas, aproveitamento dos subprodutos e o número de rézes abatidas cresce na projeção de mais de 2.000 por ano.

De Goiás, Piauí e Bahia, afluem cada ano maior número de boiadeiros, levando-nos o sucesso a estudar um aumento de instalações.

Um boi que se comprava em 1940 por cinquenta cruzeiros, hoje custa dez vezes mais. Os fazendeiros animados já adquiriram mais de dois milhões de cruzeiros de reprodutores. O peso do gado que nos trazem para abater, se eleva cada dia e temos a sensação de verificar que a pecuária sertaneja se sacode da sonolência em que se estagnara desde o fim da mineração. No nosso matadouro, cogitamos da indústria suína, como um meio de possibilitar a exportação do milho cujo transporte "in natura" não comporta distâncias excessivas.

Montamos uma fábrica de banha e conservas e importamos reprodutores selecionados de várias raças. Constituímos um plantel que já deve atingir a perto de mil indivíduos e permutamos um quilo de

leitão de raça fina destinado à reprodução, por quatro quilos de porco sertanejo para ser abatido.

Incentivamos a criação de uma cooperativa de consumo que importa medicamentos e tecidos populares, minorando de maneira sensível a situação das classes menos favorecidas.

Resolvemos fundar um hospital de cinquenta leitos. Temos introduzido vários reprodutores puro sangue de carreira, Percheron, Bretão, visando trocar os mestiços adaptados às condições mesológicas com os diversos fazendeiros que nos procurarem, concorrendo assim para a melhoria da raça."

A bacia do São Francisco é a região ideal para o algodão.

FIBRAS

Três fibras são principalmente apanhadas e empregadas na região: o caroá, o tucum e a malva. Os tipos menos explorados são: o buriti, o licuri, a piaçava, o paço-paco, a unha de gato, o imbé, a mucura, etc.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIAL

Cana de açúcar — Atualmente a cana de açúcar é o mais importante dos produtos agrícolas, pois constitui fonte de um dos alimentos básicos da região. Os solos calcários do São Francisco e dos seus tributários são próprios para a cultura da cana de açúcar. A indústria do sertão, usando engenhos de madeira movidos a mão ou pela força animal, não avançou além do estágio da rapadura e do melado. Mas desenvolveu a indústria da aguardente.

Açúcar — Fazia-se um pouco de açúcar mascavo antes da restrição do Instituto do Açúcar e do Alcool.

A rapadura é produzida para o consumo local.

Aguardente — A aguardente é de boa qualidade e bem conhecida em todo o país. É um produto de preço mais alto. Januária é o maior centro produtor de aguardente do Vale do São Francisco.

Algodão — O algodão do São Francisco, como o do Nordeste, foi

considerado entre os melhores do país. Nas regiões algodoeiras instalaram-se máquinas modernas e mais eficientes, produzindo fibras padronizadas.

Mamona — A mamona é nativa no Vale do São Francisco. A semente fornece um dos melhores lubrificantes para aviões. Hoje é cultivada.

Uma experiência feita na estação governamental do Município de São Francisco demonstrou que certas espécies cultivadas racionalmente produziram 1.300 quilogramas de semente por hectare.

PRODUTOS AGRÍCOLAS ALIMENTÍCIOS

No Vale do São Francisco não se armazenam os cereais ou qualquer outro produto, de um ano para outro.

Os produtos mais importantes são: mandioca, milho, arroz e feijão.

A produção de mandioca e a sua industrialização têm grandes possibilidades no Vale. Para que se realizem é necessário assistência técnica e financeira por parte das autoridades locais, visando:

- 1) a construção de armazéns apropriados;
- 2) concessão de auxílio ao fazendeiro, para que possa desenvolver a indústria;
- 3) organização de uma missão técnica itinerante para ensinar o uso de espécies mais adaptáveis e métodos eficientes para o preparo da mandioca.

Milho — A produção do milho está diretamente relacionada com a quantidade de chuvas, na sua distribuição e a qualidade do solo.

Arroz — A cultura do arroz na Bacia do São Francisco é de dois tipos: arroz de montanha e arroz de brejo, para 60 quilogramas de semente, é de 48.000 quilogramas de arroz com casca.

Feijão — A produção é importante na cultura de vazante, onde a produtividade é muito alta.

Outras culturas — Em várias regiões do Vale cultivam-se o alho e a cebola em grande quantidade.

Na região semi-árida, a possibilidade de cultivar uvas e fabricar passas é grande. O abacaxi poderá ser plantado. Colhe-se de 10.000 a 12.000 abacaxis por hectare.

A CRIAÇÃO

No fim do século XVII, a descoberta do ouro em Minas Gerais abriu novos mercados para os gados bovino e equino do Vale. Nos meados do século XVIII, a criação floresceu como consequência dos mercados das regiões auríferas.

No começo do século XIX, a cultura do café começou a atrair os recursos e a mão-de-obra dos habitantes das zonas francamente povoadas do país.

O declínio na qualidade do gado trouxe decadência da vida econômica e social do Vale.

A REGIÃO E A INDÚSTRIA PASTORIL

A Região das Quedas e a parte do São Francisco são próprias para a criação de cabras e jumentos. A região sul da Barra é muito melhor.

Gado bovino — As boiadas são constituídas, na maior parte, de gado comum, curraleiro, chamado no local "bê duro". A região importa queijo e manteiga. Atualmente, o fazendeiro tenta melhorar a qualidade das raças e como resultado, realizou-se um melhoramento sensível na indústria pastoril com introdução do gado zebu.

No Município de Manga, o grande criador, feita a derrubada, depois planta capim para o gado em lotes chamados mangas.

Porcos — O número de porcos varia de um cento para outro.

Cabras — São criadas em grande escala principalmente nas zonas áridas do Vale, ao norte de Barra.

Avicultura — O Ministério da Agricultura está construindo em Itaparica, uma granja para 400.000 cabeças e anima a criação em toda a Bacia.

Pelo Decreto-lei n. 4.505, de 22-VII-1942, foi criado o "Núcleo Colonial Agro-Industrial São Francisco" e autorizada a aquisição de

Imóveis no Estado de P... à sua insta... dele foram... leis ns. 2.0... de 14-II-1941

Itaparica... beça de estr... tornando a... ceiras que a... até Piranhas... Francisco, fr...

LENHA E

A lenha é... rido em todo... os engenhos... os produtores de al... de beneficiar... maneiras de l... o Vale em... Apesar da de... tamente desu... tura não subs... ostante a co... ção em reflor... nes reservas d... po, Jacarand...

Três fibras... epanhadas e... ção: o caroa... Outros tipos s... das palmeiras... piçava e 2) ... lúceas, o pac... zabo, o imbê... Carod — O... rtillo e em co... espécies da re... trado em pequ... assim mais fá... coleta.

O algodão, o... estão mais suj... cionáticas da r... ra. Este torna... pois de cortado... arenosos o caron... O emprégo... começou em 191... de importar jut... pegos do algod... Os industriais... ram a se inte... decorticado a... buco e na Bahi...

lâmbeis no município de Itaparica, Estado de Pernambuco, necessários à sua instalação. As granjas-modelo foram criadas pelos Decretos-leis ns. 2.009, de 9-II-940; 3.039, de 14-II-941 e 3.266, de 12-V-941.

Itaparica é a velha Jatobá, cabeça de estrada de ferro que, convertendo as cachoeiras e correções que ali começam, se estende até Piranhas, início do baixo São Francisco, francamente navegável.

LENHA E MADEIRA DE LE

A lenha é o combustível preferido em todo o Vale para mover os engenhos ou usinas, os descarregadores de algodão e as máquinas de beneficiar arroz, os vapores. As madeiras de lei são tiradas de todo o Vale em grande quantidade. Apesar da devastação ter sido altamente destrutiva e da agricultura não substituir a floresta; não obstante a completa despreocupação em reflorestar, ainda há grandes reservas de cedro, aroeira, angico, jacaranda e bombax.

FIBRAS

Três fibras são principalmente espanhadas e empregadas na região: o caroiá, o tucum e a malva. Outros tipos são: 1) no grupo das palmeiras, o buriti, o licuri, a pupava e 2) no grupo das herbáceas, o paco-paco, a unha de gato, o imbé, etc.

Caroiá — O caroiá é vegetal xerófilo e em contraste com outras espécies da região cresce concentrado em pequenas áreas, tornando assim mais fácil e econômico a coleta.

O algodão, os cereais e o gado são mais sujeitos às mudanças climáticas da região do que o caroiá. Este torna a brotar logo depois de cortado. Cresce em solos arenosos o caroiá das fibras longas.

O emprêgo industrial do caroiá começou em 1917 com a dificuldade de importar juta e com alta dos preços do algodão.

Os industriais paulistas começaram a se interessar pelo caroiá exportado a mão em Pernambuco e na Bahia.

Em 1932, os técnicos aconselharam o seu emprego para corda e sacos e na confecção de roupas masculinas em lugar do linho.

Carnaúba — Cresce bem nas zonas semi-áridas. É colhida principalmente na Bacia média interior e na Região das Quebras. Em Pernambuco e Juazeiro a maior parte das palmeiras é nativa.

Há 10 espécies de resinas a saber: o angico, jatobá, xixá, capatão do mato, goiabeira-brava, pau-dóce, jempapeiro, muçambê e amucega. As resinas mais importantes são as de jatobá e do angico.

A INDÚSTRIA DA CARNE

A maior parte da matança do gado e da preparação das carnes, no Vale, tem lugar nas fazendas de gado, e a maior parte dos subprodutos é desperdiçada. Grande parte da carne que não é consumida fresca é quase toda conservada pelos métodos de salga e seca ao sol.

Uma fábrica moderna, para preparação do charque foi construída em Barreiros para preparar a grande quantidade de gado criado no Planalto Ocidental. Geraldo Rocha escreveu o seguinte: "Construí um matadouro com instalações para completa industrialização de carne de vaca e de porco para tornar possível a exportação dos produtos originários dos rebanhos isolados do sertão, que não se expandiram pela falta de transportes. Já temos em Barreiros 600 porcos de boa raça e estamos animando os fazendeiros a comprá-los".

Peles e couros — Produz a Bacia Média do São Francisco, anualmente, um grande número de peles e couros.

Peixes — Os peixes são secos na região pelos processos mais primitivos. O surubi seco conserva-se de cinco a oito meses. Este peixe é uma das riquezas do São Francisco.

OUTRAS INDÚSTRIAS

A fabricação de sabão é uma velha indústria doméstica no Vale.

Em Pirapora, a Companhia Viação e Indústria fabrica sabão em barra comum que é consumido largamente no local. Bebidas alcoólicas

são feitas em várias regiões. Januária é o centro principal de fabricação de aguardente.

(Continua)

Esta é uma grande oferta...

15 PRESTAÇÕES

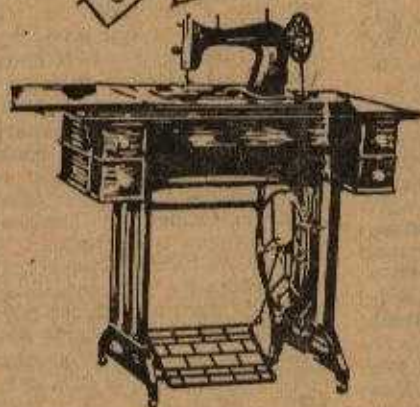
SEM ENTRADA...

SEM FIADOR...

IMPRESCINDIVEL
à sua economia...

INDISPENSÁVEL
em todos os lares...

Uma boa máquina
de costura é a
grande OFERTA
NENO...



Preencha o coupon marcando dia e hora para nosso vendedor procurá-la.

Meu nome:

Meu endereço:

Desejo receber o vendedor no dia / / 1949, às hrs.

Casa Neno

SÓ VENDE O QUE É BOM!

RUA DO NÚNCIO, 7

Filial: Rua Buenos Aires, 151 - 1.º andar

UMA

No número de neste ano será publicado "Batalha de Ito", de autoria de Dittmar, antigo 169 D.I. Germânico da Finlândia, em

Tratando-se de apresentado pelo aspectos, a par de ensinamentos — que se repetem e nos esquecemos — na atenta leitura, nolo de se explicitos tal como abaixo mencionare

Entretanto, a finalidade que nos propusemos escrever e fazer, não foi fazer autor e seu artigo, nentar, à guisa de algumas considerações da referida batalha, em consequência inferir, em consequência inferir, no tocante do Comandante de Menção, responsável E, isso, em virtude da pressão que nos causou estratégico (apêndice), pois, fora ou não, talvez que a causa Rússia houvesse, defeito, evitando, justos dias por tudo hoje.

Da importância de poder-se inferir, a um de algumas notas do Almirante Read, a Alemanha no último conferência que i

UMA BATALHA E SEUS ENSINAMENTOS

MAJ. W.F. BOUÇAS

No número de novembro do corrente ano será publicado, na "Military Review", um artigo intitulado "Batalha no Círculo Árctico", de autoria do Ten.-Cel. Kurt Dittmar, antigo comandante da 169ª D.I. Germânica, em operações na Finlândia, em 1941.

Tratando-se de artigo muito bem apresentado pelo autor, sob todos os aspectos, a par de conter ótimos ensinamentos — velhas histórias que se repetem e de que sempre nos esquecemos — recomendamos sua atenta leitura, máxime no sentido de se explorarem alguns pontos tal como o que linhas abaixo mencionaremos.

Entretanto, a finalidade máxima a que nos propusemos, quando pretendemos escrever estas poucas linhas, não foi fazer o elogio do autor e seu artigo, mas, sim, apresentar, à guisa de estudo, apenas algumas considerações sobre certas fases da referida batalha, para dela inferir, em consequência, certas indagações no tocante à conduta do Comandante do 36º C.Ex. Alemão, responsável pela operação. D. isso, em virtude da forte impressão que nos causara o insucesso estratégico (apesar do sucesso tático), pois, fora outro êsse resultado, talvez que a campanha alemã na Rússia houvesse tido diferente desfecho, evitando, quiçá, os angustiosos dias por que passa o mundo hoje.

Da importância de tal resultado, poder-se-á inferir, através da leitura de algumas notas guardadas pelo Almirante Raeder, Chefe da Armada Alemã no último conflito, da conferência que manteve com

o Almirante francês Darlan, em janeiro de 1942:

"Como o ponto decisivo da frente alemã, o Almirante Darlan mencionava os extremos flancos, direito — Cáucaso e Golfo Persa e, esquerdo — Murmansk-Archângel, além de numerosos pontos vulneráveis, no tocante ao suprimento das forças inimigas e a saber:

- (1) Rostov, em razão do petróleo;
- (2) Archângel-Murmansk-Kirkeness, diante das possibilidades que ofereciam, no tocante ao recebimento de suprimentos de ultramar;
- (3) Vladivostk.

"Com o que, plenamente concordou o Grande Almirante Raeder".

Não vamos aqui entrar, no quadro geral da situação, nem tão pouco nos pormenores que vieram a se interpor à realização dessa operação, pois, qualquer trabalho que se pretenda levar avante, objetivando acompanhar nosso raciocínio — a seguir exposto — devê-lo-á ser ao tempo da leitura da citada "Military Review".

Ver-se-á, pois, que essa batalha, visando resultados no campo estratégico, em consequência do insucesso a que foi fadada, pela não consecução de seu objetivo final — cortar a E.F. Murman, que liga o porto de Murmansk à Leníngrado e Moscou — veio a se transformar em "simples combate", em que pese os efetivos então em confronto, interessando, destarte, apenas, à órbita tática.

A ação em aprêço, chamada Batalha do Gora Lyssaja (5-15 de setembro de 1941), desenrolou-se além da fronteira fino-russa de 1940, entre duas Divisões soviéticas, que cobriam aquela referida estrada de ferro, e o 36° C.Ex. Alemão (169° D.I. germânica e 8° D.I. finlandesa), que objetivava cortar tal via de transportes.

Nossas considerações limitaram-se ao, apenas, ao emprêgo da reserva do 36° C.Ex. — 54° R.I. finlandês, durante a jornada de 15 de setembro, a nosso ver, feito tardiamente (dentro das ideais condições para decisão e possível crítica em que nos encontramos), o que determinou a impossibilidade da realização do duplo envolvimento — somente através do qual, a aniquilação do inimigo poderia ser normalmente conseguida, dentro do conceito "von Clausewitziano".

Isto pôsto, pedimos aos estudiosos que atentem, quando da leitura da já citada revista militar, para os acontecimentos e decisões das jornadas de 12 a 15 de setembro, que nos levaram a lançar as indagações abaixo enunciadas, não no sentido crítico destrutivo, mas, sim, construtivo, para que, nas lições do passado, colhemos ensinamentos para o futuro.

São as seguintes as indagações que fazemos:

1ª) Não seria o caso de empregar o 54° R.I. finlandês (ainda em reserva do 36° C.Ex.) em seguida aos carros, na jornada de 13, quando, ao mesmo tempo transmitia ordem ao 378° R.I. alemão para assaltar, desde o N., as defesas russas a cavaleiro da estrada para Kandalakscha?

2ª) Não teria sido esta ação, assim levada avante, em conjun-

ção com os carros de combate, a outra pinça que iria permitir o duplo envolvimento, capaz de alcançar a desejada aniquilação do inimigo? Não teria sido o emprêgo dos carros de combate, pouco consentâneo com o objetivo de ordem estratégica que se tinha em vista, limitando-se, apenas, ao setor tático — desatogar uma unidade, maxime, quando se lhe apresentava o único terreno favorável à sua ação?

3ª) Não se conseguiria, dessa forma, evitar que seu emprego tardio (do nosso ponto de vista), na jornada de 15, desse aos russos a oportunidade de se furtarem ao ataque ao citado 54° R.I. sobre a cota 366, retirando-se, na sua quase totalidade, para a margem E, do rio Werman e determinando, em consequência, o insucesso estratégico referido?

É possível que, se outro fosse o narrador dos referidos fatos — por exemplo, o Comandante do 36° C.Ex. Germânico — a impressão que se tivesse fosse outra, mas, o fato é que, pelo que exposto está, se nos atigura que, a esse comando, faltou decisão na batalha, agindo os Comandantes de Divisão por sua iniciativa, apesar de contar ele, desde o início, com dois R.I. em reserva, dos quais, um, foi-lhe pedido e entregue, na jornada de 8.

Consoante nota do Editor original, essa batalha, de Goralysaja, assemelha-se bastante, não só quanto ao terreno, como à manobra, à Batalha de Austerlitz, ganha pelo grande Napoleão, em 1805, motivo porque, sugerimos mais, aos estudiosos de tais problemas, fazerem uma apreciação "pari-passu" de seus desenvolvimentos e decisões conseqüentes.

CAFÉ SAGRES

DE

"ANTÔNIO PACHECO BAR"

A CASA QUE MELHOR SERVE OS TRABALHADORES DO BRASIL
RUA DAS LARANJEIRAS, 5 — RIO DE JANEIRO

HISTÓ

INT

Bagé é uma
ne ondulado d
erra e dos cen
parece a refl
do sol. Uma p
castadora cida
nada é vida a
mbos, na maio
madores de ga
que centro de v
nal. Fundada p
XVIII, no limi
teria toda ter
essa vida poli
Para mesmo
militar. Na sua
ão, após os Farr
ou rezar um "T
de os mortos na
O general arge
1837, invadiu o
O coronel Carlos
olmente dep
dias, na revo
de sangrenta. E
no isso, logo n
daria colonial,
oca, construído
Ocas, foi um balu
de as duas coloniza
espanhola.
anda hoje a c
militar. É a
e humana de
Artilharia que
sol, com a singele
mes.

HISTÓRICO DE UM REGIMENTO DE ARTILHARIA

1º Ten. RUBENS MARIO JOBIM

"A história das nossas milícias ainda está por fazer"...
"essa grande obra, sem a qual, no dizer de Capistrano, é impossível escrever devidamente a história do Brasil".

DR. BATISTA PEREIRA.

INTRODUÇÃO

Bagé é uma cidadezinha situada no ondulado das coxilhas. Vista da terra e dos cerros que a dominam, aparece a refletir a luz saudável do sol. Uma pequena, suave e encantadora cidade, de ruas ajardinadas e vida simples. Seus habitantes, na maioria, são fazendeiros criadores de gado. Mas é também um centro de viva tradição nacional. Fundada por voltas do século XVIII, no limite sul do Brasil, sua história toda tem sido em torno da nossa vida política e fronteiriça. Tem o mesmo magnífico passado militar. Na sua Igreja de S. Sebastião, após os Farrapos, Caxias mandou rezar um "Te Deum", por todos os mortos na guerra fratricida. O general argentino Alvear, em 1827, invadiu o Brasil por Bagé. Coronel Carlos Telles defendeu-a valentemente depois, num cerco de 23 dias, na revolução federalista, tão sangrenta. E, muito antes de tudo isso, logo no início de nossa história colonial, o forte de Santa Rosa, construído nas suas redondezas, foi um baluarte na luta entre as duas colonizações, portuguesa e espanhola.

Ainda hoje a cidade tem seus arruéis e é uma brilhante guarânia militar. É a história simpática e humana de seu Regimento de Artilharia que vamos contar aqui, com a singeleza de sua vida simples.

I PARTE

"O REAL HERDEIRO"

I — O livro histórico:

Abrimos o Livro Histórico do Regimento. Um volume encadernado de grandes dimensões, mas de aspecto modesto, com capa de papel grosso, pardo. Pensamos conosco que o Regimento merecia um livro mais rico e de melhor aparência, para conter seus anais. Mas já não é possível abandonar o velho volume. Desde 1907 gerações sucessivas vêm escrevendo nele. Pelas diferentes caligrafias que contém, de seus comandantes e secretários, pelo perfume de velhice sagrada e pelo tom amarelo cansado das páginas, por si só — é uma reliquia...

II — A chave de ouro:

Cuidadosamente manuseamos o livro.

Na página dois começa a história viva da Unidade. Encontramos logo um nome sublinhado em azul. José Salomão Agostinho da Rocha. Ficamos emocionados. Um nome heróico. Mais sagrado para nós se torna esse livro reliquia. O capitão Salomão. Lemos com ansiedade o que está escrito em torno do nome dele. E temos conhecimento que, quando o capitão Salomão era tenente, em 1889, ele veio para Bagé com o grupo de oficiais encarregado de organizar o Regimento.

Sim. O Regimento teve um herói entre os seus organizadores.

Houve desejos de revolta contra a ordem Imperial e a população de S. Gabriel manifestou-se. O Boi de Botas merecia permanecer íntegro, com seus filhos, pela glória tanta que dera à Pátria.

Mas as baterias tiveram que partir. E o Boi de Botas levou-as entristecido, em meio da aclamação do povo, até o Passo do Pinto. Foi uma despedida brilhante, solene.

Nessa época já tomavam vulto as conspirações para derrubar o Império. "Quando se diziam os adeuses de despedida carinhosa, brotou o desejo de proclamar-se a revolução e as vivas à República esturjaram espontâneas e entusiasmadas de todos os peitos". Não, as baterias não podiam partir.

Com dificuldade os chefes conseguiram conter a revolta.

E o Boi de Botas viu desaparecer, na curva da estrada, o filho querido. O povo de S. Gabriel contemplava agora, num silêncio respeitoso, o decano.

Partiram, por fim, as baterias que iriam formar a nova Unidade.

Como filho pródigo de um pai nobre, cabe ao Regimento grande responsabilidade. Tem ele um nome a zelar e a vida gloriosa do Boi de Botas a manter em suas ações.

IV — Maturidade :

As baterias entraram em Bagé em abril de 1889. Mas, por sua vez, os oficiais designados para comandá-las e organizar o novo Regimento (e entre eles Salomão da Rocha), não haviam chegado ainda. Vieram somente depois de abril. E finalmente, a 1 de julho, o Regimento se organizava em definitivo. Estava independente, tinha vida autônoma. Era agora o 1º Regimento de Artilharia de Campanha. O Boi de Botas já não respondia por ele. Declarava-se a maioridade.

Nesse mesmo ano, a 15 de novembro, proclamou-se a República no Brasil.

V — Os primeiros passos :

O Regimento começou a viver, quando o Brasil, em meio de agitações, mudava de regime político.

A República nos primeiros anos não foi feliz. Se a queda da Monarquia se fez sem lutas, estas logo surgiram, pela mudança brusca de situação. Deodoro da Fonseca proclamou a República e não pôde sustentá-la; dissolveu o Congresso, ante o caos, e implantou a ditadura.

Então o Regimento deu os seus primeiros passos. Assumiu uma atitude na vida nacional. Enquanto seu comandante se manifestava do lado de Deodoro da Fonseca, toda a guarnição de Bagé desapoioou o ato presidencial. O comandante do Regimento, em consequência, foi deposto e substituído pelo capitão Carlos Pinto.

O Regimento se impôs árdua tarefa, no combate à Ditadura. Passou dezoito dias em prontidão e destacou forças em várias missões.

Entretanto, Deodoro da Fonseca, sentindo-se por toda parte combatido, passou ao vice-presidente, Floriano Peixoto, o governo. Não queria ver o Brasil infeliz e renunciou ante o insustentável da situação.

Como uma parte do povo brasileiro, o Regimento levantara-se em defesa da nacionalidade. Um gesto humilde que em conjunto com gestos semelhantes, transformou-se em grande ação. Após poucos anos de vida, mostrava já sua personalidade...

VI — O batismo de fogo :

A renúncia de Deodoro não trouxe a paz sonhada. Continuou o caos, com Floriano, de energia férrea, a tentar restabelecer a ordem no país.

O Brasil rebentava em revoluções. O banditismo, o caudilhismo e a anarquia, subjuguavam a nação. Em tal fase, só o Rio Grande do Sul teve, em três anos, 19 presidentes.

Nesse Estado irrompeu a revolução Federalista. O partido do general Joca Tavares (Federalista) contra o de Júlio de Castilhos. Uma revolução sangrenta que se estendeu longamente, no seu último período, combinada com a revolta da Esquadra. Tornou-se famosa pela degola bárbara e selvática. Floriano Peixoto procurou se manter

neutro a princípio, mas acabou apoiando Júlio de Castilhos e as forças do Exército entraram em combate.

O Regimento teve, então, o seu batismo de fogo. E mostrou sobejamente o sangue azul herdado do Boi de Botas.

No final da Campanha, o coronel Carlos Teles estava em Bagé, com mil soldados. Quatro emissários vieram ter com ele para que se rendesse às tropas revolucionárias vitoriosas. O coronel galhardamente repeliu a proposta. E durante quarenta e cinco dias titânicos, Bagé se manteve sitiada. Foi uma tarefa árdua. A guarnição fechava-se num círculo de ferro e fogo na praça da Matriz. O inimigo, em maior número, entrincheirava-se nas casas, a apenas uma quadra de distância. E saqueava, incendiava, degolava. Pavorosas aquelas noites sem descanso. Dois soldados foram queimados vivos pela turba feroz. Os mortos eram sepultados ali mesmo, nos quintais. Mas a guarnição resistia, aguardando os reforços. Por fim já se lhe esgotavam as forças, pela falta de alimentos. Comia-se até carne de cavalo. Mas não se rendia a cidade, valentemente defendida pela fibra de um forte. Chegavam os socorros. Pressentindo o perigo, os federalistas abandonaram o cerco. Bagé estava salva.

No Livro Histórico há uma referência muito breve à atuação do Regimento. Não se narram os fatos. Não se conta nem um pormenor da vida heroica do Corpo. Nada. Apenas uma citação ligeira, como uma medalha no peito de um bravo. E paramos a contemplá-la, sedentos, insaciáveis, desejosos de saber as minúcias. Mas em tudo apenas isto:

"Durante o período revolucionário de 7 de março de 1893 a 23 de agosto de 1895, este Regimento ainda uma vez manteve-se fiel às instituições republicanas, cimentando-as com o sangue derramado por seus oficiais e praças. Sitiados por numerosas forças revolucionárias, portou-se com a máxima energia e inextinguível abnegação,

durante longos quarenta e cinco dias e principalmente nos últimos dezoito que terminaram a 8 de janeiro de 1894, com a retirada precipitada dos sitiados, que não podendo submetê-los pela fome que aliás já se fazia sentir pela carência de gêneros..."

Paramos indomáveis ante o insondável. A frase termina aí, incompleta. Foi escrita anos depois, em 1907, por quem iniciava o Livro Histórico, anonimamente. Ficamos suspensos, incontentáveis.

Quanto heroísmo, quanta abnegação, perdidos para a História, sem deles termos notícias.

VII — As honras do batismo:

Depois do batismo, vêm os festejos.

Terminado o sítio, o Ministro da Guerra enviou, ao comando militar do Rio Grande do Sul, os telegramas que recebera de Bagé, prestando contas. "Pelos telegramas incluídos, dizia ele, que fareis publicar em Ordem do Dia, vê-se quão brilhante foi a defesa". O Ministro citava o Regimento.

O coronel Thompson Flores, ao cumprir a determinação ministerial, juntava:

"De par com o congratulatório abraço que daqui envio ao heróico chefe da defesa de Bagé, que tanto mereceu da Pátria e da República, levanto um urrah de sincera entusiasmo em homenagem ao punhado de bravos que, sob seu ilustre comando, mostraram ao mundo que o soldado brasileiro, sempre, em qualquer situação, não tem quem o exceda, em honra, abnegação, constância e valor".

Nessa mesma ocasião, o coronel Carlos Teles mandou o comando do Regimento elogiar os que mais se destacaram em combate. E este, executando a ordem, declarava, no louvor, não fazer distinções, "porquanto para assim proceder, teria que mencionar um por um todos os nomes". E, concluindo, desejava que o sacrifício não tivesse sido vão e que o Regimento conservasse a herança sagrada.

Um apêlo do passado a saudar o presente.

VIII — O

Mas a revolução continuou ali plantada no p...

Em abril de 1894, Santa Catarina que vêm atacando a Grande. De...

Teles marchando o nento segue o listas já havia arredores e a cidade. Nas Grande, encon...

com as forças então, um combato refugia-se quadra. Carlos russo na cidad...

Em sua mod o Livro Histórico, é breve. Timidamente, apenas, que o R as forças do C da estação da quais travou co os rebeldes par caviros".

O Regimento caminho, veio pontes incendiadas. Foi um regresso achava-se ocupada, mas este cidade à aproximação.

Depois disso, o para Pelotas, a f gada de reserva, em chefe.

Entretanto, Floregava o govern legal, e morria se obra concluída.

estava vencida. a paz. Consolidar

"Com o decret a Lei do Livro I mento voltou à Bagé, seguindo a

Um jovem vitor humildes.

IX — Duas ac

Por ocasião do 1907, o comandante Capitão Vieira Fil

VIII — O fim da revolução :

Mas a revolução não parou aí. Continuou ainda a desordem implantada no país.

Em abril de 1894, embarcam em Santa Catarina tropas federalistas que vêm atacar a cidade do Rio Grande. De Bagé, o cel. Carlos Teles marcha em socorro. O Regimento segue com ele. Os federalistas já haviam desembarcado nos arredores e a esquadra ameaçava a cidade. Nas vizinhanças de Rio Grande, encontra-se Carlos Teles com as forças contrárias. Trava-se, então, um combate. Repellido, o inimigo refugia-se nos navios da esquadra. Carlos Teles entra vitorioso na cidade e a esquadra se retira.

Em sua modéstia, como sempre, o Livro Histórico não conta minuciosamente, esses acontecimentos. É breve. Timido. Ficamos sabendo, apenas, que o Regimento encontrou as forças do Cel. Salgado, "além da estação da Quinta e com as quais travou combate, rechassando os rebeldes para bordo daqueles navios".

O Regimento tornou a Bagé. No caminho, veio reconstruindo as pontes incendiadas pela revolução. Foi um regresso penoso. Bagé achava-se ocupada pelos federalistas, mas estes abandonaram a cidade à aproximação da tropa audaciosa.

Depois disso, o Regimento seguiu para Pelotas, a fazer parte da Brigada de reserva, junto ao comando em chefe.

Entretanto, Floriano Peixoto entregava o governo a seu substituto legal, e morria sem ver sua grande obra concluída. Mas a desordem estava vencida. Logo se assinava a paz. Consolidara-se a república.

Com o decreto da pacificação, assinala o Livro Histórico, o Regimento voltou à sua parada em Bagé, seguindo a sua vida habitual".

Um jovem vitorioso e de gestos humildes.

IX — Duas ações :

Por ocasião do aniversário de 1887, o comandante da Unidade, Capitão Vieira Filho, relembra :

"Mais tarde, outras missões foram brilhantemente desempenhadas pelo nosso Grupo. Em 1904 passou longos meses destacado na fronteira com o Uruguai a fim de evitar que os revolucionários daquele país, acossados pelos contrários, invadissem o território nacional. Nesta cidade, certa ocasião, em 1905, graças à sua ação enérgica e à perfeita disciplina de seus homens, o Grupo impediu que forças desta guarnição, por motivos injustificáveis, levassem a efeito um assalto à Intendência Municipal".

"Em todas as ocasiões que lhe eram facultadas, o Grupo deu sempre provas de ser uma unidade solidamente disciplinada e os seus componentes sem distinção, homens inteiramente devotados à profissão, cumpridores incondicionais de seus deveres para com a Pátria. Sejam os dignos continuadores dessa obra aumentando cada vez mais o patrimônio moral que nos legaram os nossos antecessores".

Herdeiro de uma nobreza, jamais a desonrou.

II PARTE

"O LAGO"

I — O espelho :

A partir de 1906, começa o Regimento a realizar tranqüilo os afazeres do cotidiano. Escreve ele agora "a sua vida habitual". Como as águas serenas de um lago a refletirem as nuvens que passam, esboça ele moderadamente, nos atos, as grandes preocupações do país. A sua pequena história é a história brasileira em miniatura. Daí a ansiedade e o prazer com que Rio Branco esmiuçava, dissecava, pesquisava, a crônica das milícias do passado, num não parar de análise, desejoso de conhecer através disso a História do Brasil. O Regimento não foge à regra. Vai modestamente revelando as aspirações nacionais...

Na calma do serviço, desenha-se a aparente calma da vida brasileira.

Caminham os anos. Sucedem-se os presidentes do país. Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves... E o Brasil marcha sem-

pre nos seus anseios de progresso, não obstante as dificuldades da terra e do homem. A terra traiçoeira, porque aparenta opulência, acena provocante, e se encerra em si negativa, maldosa. O homem de vontade firme, mas sem força suficiente para desmascarar essa terra que zomba dele.

Segundo desliza o tempo (1906, 1910, 1918), o Regimento, passo a passo, reproduz, em pequenas dimensões, a vida nacional — o Brasil sufocado em seus problemas de toda ordem, econômicos, políticos, sociais...

De certo modo, o céu está azul e as águas do lago permanecem claras e transparentes.

II — Os reflexos:

Reabrimos o Livro Histórico.

A contar de 1907, os anos ocupam além de uma folha. Entretanto, os anos da guerra de 14 encurtam a história para uma página. Parecem exprimir a época de expectativa e ansiedade, de desejos de andar depressa, antes que o mundo se acabe. Nêles a letra é clara, desembaraçada, fácil. Um pouco antes, 1913, enche três folhas de letra corrida, de talhe antigo, elegante, calmo e difícil. E nós, em tudo isso, vamos lendo, aqui e ali, adiante e atrás.

Procuramos os reflexos das águas do lago.

III — A luta econômica:

Há coisas interessantes. Inicialmente o Regimento era todo ele tracionado com águas. Naquele tempo, não havia ainda o fornecimento regular de forragem. A cavalaria permanecia longos meses na internada. E o comando de 1907, ponderava: "Penso que o serviço de tração feito pelas águas não forrageadas, que é o regime adotado, não dará resultado algum e trará impecilhos a uma marcha em ordem". Mas a situação era esta e não havia como evitá-la. A economia do país não permitia melhoramentos.

Somente a pouco e pouco, de ano para ano, foram-se construindo pavilhões de baias. Fazia-se o que era possível. Em 1912, consegue-se manter uma bateria com todos os animais argolados. A Unidade já

recebe uma verba para forragem. Porém é ela insuficiente e o comando de 1914 repete: "Só os animais argolados resistem a certas marchas". Apesar disso, em 1915, diminui a verba. Em 1916, o comando escreve uma nota desesperada: "Quanto ao forrageamento nada se tem adiantado com os constantes pedidos de verba — e acrescenta queixoso — E lamentável o que há sido feito..."

Em toda essa fase, o Regimento se agita para manter sua cavalaria em condições. Desdobra-se. Discute. Impacienta-se. Entretanto, a economia nacional não permite nada melhor.

Nas águas azuis do lago, o Brasil se debruça, debatendo-se em seus problemas econômicos...

IV — O orgulho do progresso:

Também a iluminação da caserna traduz a economia nacional.

Encontramos, nas duas últimas linhas de 1907, um parágrafo grifado: "O Quartel está inteiramente iluminado com onze lâmpadas elétricas de 16 volts e o pátio por três". No ano seguinte a situação se mantém quase a mesma, com focos mais fortes. Em 1912, são colocadas quatro lâmpadas nas baias, por ordem do general Inspetor. Aos poucos, sanam-se as faltas. Contudo a verba é deficiente. Apesar disso, em 1913, encontramos uma declaração repleta de orgulho: "A iluminação é elétrica, de há muito".

Através dessas referências modestas, compreendemos a batalha constante do Brasil pelo progresso; no panorama de sua economia, Marchar satisfatoriamente ao lado das outras nações, é o pensamento constante.

As águas do lago, encrespadas pela brisa, refletem a ambição de um povo.

V — A caserna:

A Unidade aquartelava once hoje se sedia o 12º Regimento de Cavalaria.

Inicialmente dividia ele suas dependências com um corpo de Infantaria, o 31º Batalhão. Em 1909, o Regimento entrega a ala esquerda do edifício a uma unidade de Cavalaria, o 11º Regimento. A Infan-

teria mudara-se
Dal em diante
a repartir seus
Cavalaria.

Encontramos,
anos, uma preo-
melhorar o aq-
obstante a ins-
úria, anualmente
mas, São baias
constroem. São
de madeira e zi-
veras. São peq-
modificam. E en-
inúmeras obras e
confissão de o-
"Apesar do trab-
do, ainda falta n-
época ainda não
água encanada.
projetos, "para de-
gência Municipal
namentos para ág-
1913, a canaliza-
Quanto ao resto,
falta de esgotos.
Regimento engal-
biomas de higiene.
1913: "A necessi-
com tanques lique-
acabar com o con-
das fossas móveis"
aperfeiçoam-se as
rancho das praças.
crição das reformu-
1911 esta minú-
ção: "Para evita-
ca comida pelo ex-
um nicho na pared-
comunicação da refer-
guinha". Era um g-
vimento para a oca-
de 1912 repete com-
menor. Contudo, e-
hão não satisfazia
tamos uma nota d-
mento: "O rancho
de refeições se faz-
bem disto, o com-
um próximo à man-
nas e das latrinas

Em 1912, cogita o
para a construção
para a munição de
economia, visava-se
material de um pré-
Entretanto o comand-
mento não concorda
há ponderações: "A
um paiol fora do

aria mudara-se para outro quartel. Daí em diante passou a Artilharia a repartir seus alojamentos com a Cavalaria.

Encontramos, no decorrer dos anos, uma preocupação constante: melhorar o aquartelamento. Não obstante a insuficiência orçamentária, anualmente fazem-se reformas. São salas e parques que se constroem. São pequenos pavilhões de madeira e zinco, para fins diversos. São peças antigas que se modificam. E em 1912, depois de inúmeras obras executadas, há esta confissão de descontentamento: "apesar do trabalho que se tem feito, ainda falta muita coisa". Nessa época ainda não havia esgotos nem água encanada. E o comando faz projetos, "para depois que a Intendência Municipal colocar os encanamentos para água". Por fim, em 1913, a canalização hidráulica. Quanto ao resto, em 1920 ainda há falta de esgotos. Enquanto isso o Regimento engalfinha-se em problemas de higiene. Observamos, em 1913: "A necessidade de latrinas em tanques liquefactores, a fim de acabar com o condenável emprego das fossas móveis". Por outro lado, aperfeiçoam-se as condições do chão das praças. Vemos na descrição das reformas realizadas em 1911 esta minúcia de justo orgulho: "Para evitar o transporte da comida pelo exterior foi aberto um nicho na parede que faz a comunicação da referida sala com a cozinha". Era um grande desenvolvimento para a ocasião. O comando de 1912 repete com orgulho o porquê. Contudo, em 1920, o pavilhão não satisfazia mais. Encontramos uma nota de descontentamento: "O rancho é insuficiente. As refeições se fazem por turmas. Além disto, o compartimento se situa próximo à mangueira dos animais e das latrinas das praças".

Em 1912, cogita o Comando Superior a construção de um paiol para a munição de artilharia. Por economia, visava-se aproveitar o material de um prédio a demolir. Entretanto o comandante do Regimento não concorda com a idéia e as ponderações: "A construção de um paiol fora do recinto deste

Quartel, em uma cidade aberta como esta, parece a este comando não ser uma solução satisfatória". Tece longas considerações a respeito e conclui: "E, sendo uma obra que requer condições extremas de segurança, não poderá, parece a este comando, ser construída somente com material retirado de um velho edifício". Em consequência, não se podendo construir um melhor, o Regimento fica sem paiol, que apenas em 1916, é levantado.

Em 1918, fala-se da necessidade "de um alojamento para 100 homens ou mais, de um alpendre que contorne a área interna, de um muro que cerque o quartel e de um pica-deiro".

E assim vai vivendo o Regimento, tentando melhorar. Finalmente, durante a administração de Calógeras, no Ministério da Guerra, ganha a Unidade um excelente quartel novo. Mudou-se a 13 de dezembro de 1922. Era o prêmio pelo esforço constante. Ainda hoje se assenta no cimo da mesma colina a contemplar a cidade.

Vemos em tudo isso o próprio Brasil que luta pelo progresso. As águas do lago estão claras, bem claras, e refletem como um espelho.

VI — O homem :

O efetivo do Regimento oscilava em torno de duzentos homens. Sobretudo ressentia-se da falta de oficiais. Em 1915, o comando da Unidade assinalava: "Quem por curiosidade ou estudo ler as páginas anteriores, verá que, em vinte anos, o corpo de artilharia aqui estacionado nunca teve a sua oficialidade toda a postos". Tal estado continuou nos anos seguintes.

Mas, apesar da falta de oficiais, o Regimento prossegue avante. Seu principal objetivo de preparar os homens que recebe, para o serviço militar, ele realiza. Em alguns anos percebemos que a instrução foi deficiente, mas de outras vezes notamos que foi perfeita, completa. São variações motivadas por fatores diversos, internos e externos. Entre outras coisas, a Escola Regimental evolui. Se não funcionou nos primeiros anos por falta de oficiais, por fim ela se regulariza

e dá resultados apreciáveis. É a escola daqueles que não tiveram oportunidade de frequentá-la na infância. Criação do grande Osório, desenvolve-se e se torna tradicional.

De outra parte, exercícios, manobras, acampamentos são realizados. Em 1919 têm lugar as formidáveis manobras de Saikan. Em compensação, as do ano anterior tinham sido prejudicadas pela epidemia de gripe que devastou a cidade.

Em tudo nota-se o constante desejo de progredir, de se manter em dia com os modernos progressos de combate. Em 1912, a oficialidade estuda o tiro indireto, não obstante os canhões não estarem convenientemente aparelhados. Os oficiais aperfeiçoam-se. O Regimento experimenta os regulamentos novos e dá opiniões. Assim, em 1913, ele dá seu parecer sobre o projeto do "Regulamento para os exercícios da Artilharia Montada a Cavallo". E, em 1921, a atividade de instrução do Regimento está resumida numa frase significativa: "Iniciou-se a nova era dos regulamentos oriundos da Grande Guerra".

O estado disciplinar da tropa é índice de uma boa instrução. E, em todos os anos, ele se revela excelente, apesar do homem ter "vindo de um meio social pouco elevado, onde a disciplina é quase nula". E se a disciplina é boa, e a instrução é boa, sentimos o trabalho obscuro e pertinaz dos oficiais que vão passando pelo corpo.

E em tudo isso, no soldado disciplinado e no oficial disciplinador, é o homem brasileiro que se manifesta — tão combatido, tão desprezado, mas que, em inferioridade, teima, insiste, combate até vencer. É a pertinácia — o valor da raça negada — que se revela.

As águas do lago, ondulantes e simples, parecem esconder um misterioso heroísmo.

VII — Organização e evolução:

Se inicialmente era o 4º Regimento de Artilharia a Cavallo, sua organização variou muito. Em 57

anos, recebeu uma série de denominações:

1889 — 4º R.A.C. (Regimento)
1909 — 18º G.A.C.C. (Grupo)
1919 — 3º G.A.C.C. (Grupo)
1926 — 1º/3º G.A.Cav. (Bateria)
1935 — 3º G.A.Cav. (Grupo)
1939 — 1º/3º R.A.D.C. (Grupo)
1943 — 3º R.A.D.C. (Regimento)
1946 — 3º R.A.Cav.-75 (Regimento).

Se tantas denominações possuiu, é a mesma Unidade. Seu nome não importa. Espiritualmente tem a forma do Brasil. Uma pequena célula do organismo imenso a trabalhar severamente pelo conjunto.

Sem dúvida, o Regimento muda de nome, de organização, de efetivo. De Regimento passa a Grupo em 1909 e chega a ser uma simples Bateria em 1926. Nessa mutação constante revela a variação própria do Exército Brasileiro, na procura da fórmula adequada.

As águas do lago deixam transparecer a permanente preocupação nacional, em manter um Exército evolutivo, em condições de ombrear com os maiores do mundo.

VIII — O grupo:

Mas, na cidade, o Regimento ficou conhecido como "O grupo". De fato, por muito tempo foi um Grupo. E o nome simples e espontâneo que lhe dá o povo, traduz a alma e a vida da Unidade. É já a sua tradição.

O filho do Boi de Botas vai merecendo o respeito público. Seus gestos são serenos, ao atingir a maturidade. E o nome que lhe dá o povo, o explica em linhas inalteráveis. A palavra sóbria, definindo um caráter sóbrio.

IX — Os canhões:

Seu material foi sempre Krupp de vários modelos, conforme o desenvolvimento da Artilharia.

Os primeiros canhões vieram do Boi de Botas, assim como os de 1912. No modelo de 1905 foram feitas, em 1913, as necessárias adaptações para o tiro indireto, que surgia. Alguns tiveram guarnições heróicas.

Relacionamo
versos materia

1889 — Krup
rado;
1907 — Krup
lento;
1912 — Krup
pido, Modelo
1937 — Krup
pido, Modelo 1
1939 — Krup
pido, Modelo 1

Não só os can
também não é
Livro Histórico
cônicas. Em 1
alemão de gran
nossos cavalos c
"As molhelhas
animais, porque
cavalos norman
grande estatura
mento permanec
1939: "de tão
lombo dos anin
triste, sem dúvid
Usamos nós o
peito. E certam
si suas modifica
delos virão subst
los de outra épo
assim. E o pró
ceínas.

Mas o Regimen
de ansiedade, o
que há de surgir
berá canhões de
de engenheiros b
dos em fábricas t
aspiração suprem
único de grandez
As águas do lag
luciosas.

III PA

"AGUAS T

1 — A tempesta

De súbito as ág
meçam a escurece
linhas; estão turvas
se avista o fundo em
o colorido sonhador
As águas se encre
O vento sopra. As
tem nas muralhas
turvas as águas. Q
o céu. Nuvens pes

Relacionamos, em resumo, os diversos materiais:

1889 — Krupp 75 c/24, aligeirado;

1907 — Krupp 75 c/28, Tiro lento;

1912 — Krupp 75 c/28, Tiro rápido, Modelo 1905;

1937 — Krupp 75 c/28, Tiro rápido, Modelo 1908;

1939 — Krupp 75 c/26, Tiro rápido, Modelo 1938.

Não só os canhões, o arreamento também não é nacional. Há no Livro Histórico referências melanocólicas. Em 1910: "arreamento alemão de grande tamanho para os nossos cavalos crioulos". Em 1917: "As molhelas ferem o peito dos animais, porque foram feitas para cavalos normandos e outros de grande estatura". Mas o arreamento permaneceu o mesmo. E em 1930: "de tão velho maltrata o lombo dos animais". Uma nota triste, sem dúvida...

Usamos nós o material estrangeiro. E certamente não acabam as suas modificações. Novos modelos virão substituir novos modelos de outra época. Será sempre assim. É o próprio evoluir das coisas.

Mas o Regimento aguarda, cheio de ansiedade, o dia luminoso — que há de surgir — em que receberá canhões de ferro brasileiro, de engenheiros brasileiros, montados em fábricas brasileiras. É sua aspiração suprema. Seu sonho único de grandeza.

As águas do lago se agitam ambiciosas.

III PARTE

"ÁGUAS TURVAS"

I — A tempestade:

De súbito as águas do lago começam a escurecer. Eram cristalinas; estão turvas agora. Já não se avista o fundo empedrado. Foi-se o colorido sonhador. Sopra o vento. As águas se encrepam amargas. O vento sopra. As águas se quebram nas muralhas de pedra. São turvas as águas. Que há? Fitamos o céu. Nuvens pesadas fecham o

horizonte. Negras, encouraçadas. No entanto, o céu era azul há pouco. Agora troveja. As águas do lago, enegrecidas, agitam-se ferozes. Sentimos medo do lago hostil. Ah! É tempestade que vem!...

O Brasil se fragmenta em revoluções.

II — Impaciência:

A Nação que procurava resolver seus complexos problemas serenamente, de repente impacienta-se. É excessivamente demorada a marcha. Urge melhorar. Não podem prosseguir assim as coisas. O homem quer avançar. Sair da lama que lhe prende os pés. Agora, de qualquer forma, adiantar-se, ir além de um salto... O lento caminhar o enerva. É preciso apressar-se ou ficará para trás. Não há porque não galgar logo os penhascos... Vamos, vamos!

O Brasil não se conforma. A tudo culpa. Pensa na atitude extrema. Resolver os problemas com uma solução violenta. Os processos calmos não dão resultado. A revolução é melhor...

Estão cinzentas as águas do lago.

III — Atuação do Regimento:

No levante de 1922, não formou o Regimento, mas em 1924 seguiu para São Paulo a conter aquele Estado que se sublevara. Parte em julho e regressa em fins de agosto. Pouco mais de um mês de campanha. São Paulo se submete. A Nação não voltou à calma, porém. E, em novembro, a Unidade destaca uma bateria para Alegrete, em serviço de guerra.

São anos inquietos. É a luta violenta pelo progresso. Realiza-se a dura experiência das revoluções. Entretanto, "o país se sentia arruinado e infeliz, diz Calógeras, num ambiente quase irreparável". Iludem as guerras civis. Em nome delas se permite bárbaras iniquidades. O Brasil sofria. Na ânsia de progresso, voltava atrás. Mas, em tudo isso, o Regimento estava coeso, disciplinado, obediente à lei, sem desmentir sua herança real.

Nas águas turvas do lago há um pouco de esperança.

IV — Calmaria:

Em 1926, o Regimento, em virtude de razões várias do Estado-Maior, foi reduzido a uma única Bateria.

Nesse ano, continuam ainda as sedições no Brasil. O período presidencial de Arthur Bernardes é todo êle de lutas. A traição, o abuso, a violência armada persistem. Por fim "triunfaram a ordem e a lei, diz ainda Calógeras, graças à disciplina da maioria esmagadora dos oficiais e praças".

As nuvens pesadas, abrindo-se um pouco, deixam ver uma nesga de céu azul. Então, as águas do lago ficam matizadas. Não se sabe bem sua côr. Há uma estranha beleza. A tempestade descansa.

V — A lama do fundo:

E foi em 1928 que o Regimento sofreu sua maior crise. Vêmo-lo, de braços, a chorar. Até aí, tinha sido, como sempre, a força da Lei. De repente transmuta-se. Abandona a ordem. Esquece a herança do Boi de Botas. O pesadelo parece durar a eternidade e tem a vida das horas.

Numa noite trágica de novembro, elementos estranhos ao Regimento o enganam. Fingem-lhe amizade e o atraíam. Iludido, o Corpo deixa-se arrastar. Ele próprio clama por sangue, embriagado. Perdeu a seriedade, deram-lhe a beber e fizeram dêle um juguete. Ele se exalta agora, guiado pela anarquia.

A 13 de novembro um sargento fanático, de S. Gabriel, com alguns civis fardados, acode sorrateiramente ao Quartel. Prende a guarda e a substitui por seus elementos. Depois reúne a Bateria, e persuade aqueles homens simples. Fala-lhes de uma revolução da qual êles nada sabiam ao certo. Com palavras — a palavra perversa — convence-os da necessidade dos fatos. É a traição. Os homens marcham. Seguem em caminho errado, pensando trilhar outro. Os oficiais não se acham, porém, envolvidos no movimento. Pelo contrário, ao terem notícia dêle, vêm sufocá-lo. A tropa parece embriagada. Mas, à presença

dos chefes, cai em si, envergonhada. Onde lhe andava a cabeça? O Regimento não se sublevará. Foi miseravelmente traído.

A lama do fundo a turvar as águas do lago.

VI — Sublime sacrifício:

Custou isso a vida de um oficial. Alvaro Marques da Cruz. Entrou no Quartel, em meio da revolta, para contê-la. Deram-lhe voz de prisão. Não era dos que se rendiam. E a mão traícoeira o derrubou, com um tiro... Morreu no dia seguinte, domingo. O Boletim da Unidade dedicou-lhe uma página comovente. "Exclusão de um bravo... Os últimos atos de tua vida nos enchem de orgulho imenso... Adeus! Alma sublime de estóico". Teve funerais condignos. Na Câmara lançaram-lhe um voto de pesar. Era 1º tenente e foi promovido a capitão "post-mortem", por ato de bravura. "Sobrepos os sagrados interesses da Pátria — exclamaram na Câmara — a quaisquer considerações".

A tempestade serenou. Grande arco-íris desenhou-se no céu.

VII — A sentinela:

Nessa revolta a sentinela das armas manteve-se firme. Não a iludiram os traidores. E caiu ferida, a facadas, que não se entregava. Lembra-nos a sentinela de Pompéi que permaneceu em seu posto, enquanto a cidade era soterrada pelas cinzas do Vesúvio. Francelino de Oliveira Pereira este à altura dela.

Sob o arco-íris, o lago atinge um colorido fascinante.

VIII — A modéstia dos fortes:

Entretanto, enquanto a revolução durava, chega ao Regimento seu comandante. Era o capitão Felix de Azumbuja Brilhante. Vai êle entrar na caserna e uma sentinela ainda fiel o avisa: "Não entre, capitão, que lhe matam. É a revolta" — e o soldado lhe informou — "A guarda está presa. Foi substituída". Mas o capitão não perde a calma. Com sangue frio, entra no quartel efervescente. De pistola em punho prende a guarda traidora, tira-lhe a chave do xadrez e

solta seus ho-
val ocupar
cabeça revo-
pondo-se v-
prende. Est-
ças a um ch-
Todavia, r-
a simplicida-
lhante apen-
noite de 13
ria de meu
mas sufoco-
As águas o-
gicas.

Em 1930, a
realidade, no
lago se turva-
mento assum-
culpável. Na
perdos. Nem
Unidade ser
lução do Rio
causa Nacion-
ro Histórico
Parque o Ex-
ocasiões, o

O Exmo.
de sua intere-
(24 de outubro

A obra de
o simples relat-
dedicada à nol-

É mais do
tama retrospec-
dela e docume-
tem do "cadet-
mpeil. E tudo
moral do autor
na e cruamen-

A "velha p-
limitado horizo-
contram na le-
vozes retrospe-
semi-colonial d-
parcos" e da "a-
sua proficua d-
muitos objetos

solta seus homens. A guarda antiga vai ocupar seu posto. Quando o cabeça revolucionário surge, supondo-se vencedor, o capitão o prende. Estava findo o motim, graças a um chefe audacioso.

Todavia, no Livro Histórico, com a simplicidade dos valentes, Brilhante apenas diz: "Na malfadada noite de 13 de novembro a Bateria de meu comando revoltou-se, mas sufocou a revolta".

As águas do lago ondulam enérgicas.

ÉPILOGO

Em 1930, após uma época de serenidade, novamente as águas do lago se turvam. Dessa vez o Regimento assumiu uma atitude indiscutível. Nada a explica, nem o perdão. Nem mesmo o fato da Unidade ser de gaúchos e a revolução do Rio Grande do Sul. "A causa Nacional" de que fala o Livro Histórico é uma desculpa vã. Porque o Exército é, em todas as ocasiões, o apoio da Lei e da

Ordem. E agora, esteio do Governo, desrespeita-o... Temos conosco reflexões de Montaigne sobre a guerra civil: "Foge-lhe a disciplina. Vem curar a sedição mas dela se acha prenhe; vem castigar a desobediência, mas dela dá o exemplo; empregada na defesa da lei participa da rebelião contra sua própria lei. Para onde vamos?..."

Aqui paramos nós. Não seguimos adiante. A História precisa ser feita a certa distância para que não fique deformada. Acrescentamos apenas que o Regimento tomou parte na revolução de 1932, ao lado do Governo, e que, a partir daí, tem vivido afanoso com preparo próprio, como sustentáculo da Nação.

As águas do lago estão maravilhosamente cristalinas. Atiramos nelas uma pedra e se formam aqueles círculos concêntricos, cada vez maiores. É o progresso que se estende...

O Brasil marcha irrevogavelmente para seu Destino.

LIVROS NOVOS

"NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS"

Volume V — O Coronel

O Exmo. Sr. General Bertoldo Klinger acaba de editar o V volume de sua interessantíssima autobiografia; intitula-se este "O Coronel" (24 de outubro de 1930...).

A obra do Sr. General Klinger não é, como muitos podem julgar, o simples relato duma vida — e das mais operosas e honestas — toda ela dedicada à nobre profissão das armas com a gravidade dum sacerdócio.

É mais do que isto, porque desdobra aos olhos do leitor um panorama retrospectivo da vida e da evolução do próprio Exército, tão vivas, fiéis e documentadas são as suas recordações dum passado militar que vem do "cadete" de 1899, da Escola Preparatória do Rio Pardo, ao Coronel. E tudo isto escrito naquele estilo que fotografa a personalidade moral do autor, que sempre disse o que lhe parecia necessário ser dito, nua e cruamente.

A "velha guarda", os "antigos", aqueles que só têm à sua frente um limitado horizonte onde não cabem mais projetos nem esperanças, encontram na leitura desses volumes do General Klinger o prazer das visões retrospectivas. Mas os moços, que não conheceram o Exército semi-colonial de antes da reorganização Hermes, os tempos dos "jovens turcos" e da "missão indígena", que preparou o advento e facilitou a ação profícua da Missão Militar Francesa, encontrarão nessas narrativas muitos objetos de meditação e algumas lições de valor ainda atuais.

Dentre muitos, citaremos apenas um exemplo, para não sair do último livro que veio a lume: — como se deve conceber, organizar e fazer executar um programa de instrução dum corpo de tropa. A noção de que um exército vive para a instrução, e de que tudo mais serve, subordina-se à instrução e nunca se antepõe a ela, nem sempre prepondera e é praticada religiosa e integralmente. Esta, é uma lição ainda atual para algumas guarnições do país.

Os exercícios táticos das grandes unidades servem à instrução dos comandos, mas nada de novo ensinam aos soldados. Estes, como os quadros subalternos, se não tiverem sido instruídos cabalmente no âmbito dos respectivos corpos de tropa, nenhum proveito tirarão de tais exercícios, ou, pior do que isto, adquirirão noções falsas e nocivas, quando as deturpações e "arranjos" de momento pretendem corrigir erros e insuficiências da instrução básica da tropa.

Quanto aos estudiosos, rebuscadores de elementos para o estudo de nossa evolução e de nossa história militar, também encontrarão subsídios expressivos no decorrer das narrativas do General Klinger. Ainda um exemplo, dentre outros: — o IV volume da série: "380 léguas de campanha em 3 meses".

Aí se encontram aspectos característicos e marcantes de operações de campanha das nossas "guerras crioulas", em que a decisão, o espírito de iniciativa e até de improvisação, têm que suprir a insuficiência de meios, agravada pela imensidão quase desértica do nosso desconcertante "hinterland".

Retornando ao V volume, tem ele outro aspecto interessante, por muitos desconhecido: — os primórdios e a sequência do movimento pacificador tentado em 1930, quando da vitória da revolução nesta Capital. Ali se encontram certas cenas dos "bastidores" não percebidas pelo grande público, e a explicação de como a ilusão duma junta pacificadora e dum conselho governativo, foi destruída pelos que se apoderaram dos altos cargos e funções "par droit de conquête".

Em suma, a leitura das "Narrativas Autobiográficas" do General Klinger é útil e agradável, sob condição, porém, de que não se veja nelas o simples desejo de falar de si mesmo, como erroneamente julgou essa obra, um crítico, jornalista desta cidade. Ao contrário, é preciso fixar os fatos, em primeiro plano, e deixar em segundo o autor, como simples espectador-ator, espécie de eixo em torno do qual giram os acontecimentos que ele quis registrar — R.B. Nunes.

Retificação de eixos só na Mecânica Arpon Ltda.

Reforma parcial ou total de motores para
automóveis, caminhões, etc. com garantia

Fones: 48-2949 e 48-3809

RUA LINO TELXEIRA, 176 a 182



A guerra na
o Mundo con
ativa demon
existe mais d
dos propósitos
nã-lo e escr
não há muito
termo da ú
gração mundia
lançando mão
torar-se a um
ritório alemão
tencialidade be
Estados Unido
Norte, teria co
qualvélco inte
A magnifica
então, pela gr
cunã, evitou q
masse senhora
idade do velho M
seus intentos n
peu, primeiro p
tica de expansio
ção, para o se
ASIA, procuran
PERIO COMUN
Mais uma vez
cidade do Mun
vivência dos pri
TICOS, a vigilân
ível decisão
NORTE, de não
tica internacion
nasse as suas n
alvou a LIBERI
ataque destruido
é, fora de dúv
apoiando e super
nunos do Norte,
teclaramente, apo
da COREIA, apo
trampolim que li
acontecer uma
ante a expulsar
do Japão, onde,
mocráticos, merc
colúcia ação do b

O QUE SIGNIFICA PARA O MUNDO A GUERRA NA COREIA

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

A guerra na Coreia significa, para o Mundo contemporâneo, uma positiva demonstração de que não existe mais dúvida alguma, acerca dos propósitos da Rússia de dominá-lo e escravizá-lo. Realmente, não há muito tempo, logo após o término da última grande conflagração mundial, a Rússia procurou, lançando mão de todos os recursos, tornar-se a única ocupante do território alemão e, se não fosse a potencialidade bélica e econômica dos Estados Unidos da América do Norte, teria conseguido o seu maquiyévico intento.

A magnífica demonstração, dada então, pela grande Nação Americana, evitou que a Rússia se tornasse senhora do centro de gravidade do velho Mundo; frustrada em seus intentos no continente europeu, primeiro passo para sua política de expansionismo, virou-se então, para o segundo objetivo, a ÁSIA, procurando anexá-la ao IMPÉRIO COMUNISTA.

Mais uma vez porém, para a felicidade do Mundo e para a sobrevivência dos princípios DEMOCRÁTICOS, a vigilância e a inquebrantável decisão da AMÉRICA DO NORTE, de não permitir que a política internacional russa, consumasse as suas mórbidas intenções, salvou a LIBERDADE de um novo ataque destruidor dos comunistas.

É, fora de dúvida, que os Russos, apoiando e supervisionando os Coreanos do Norte, procuravam, particularmente, após o total domínio da COREIA, apossarem-se de um trampolim que lhes permitisse desencadear uma ação futura, tendente a expulsar os AMERICANOS do Japão, onde, os princípios democráticos, mercê de uma extraordinária ação do brilhante chefe Mi-

litar, General Mac Arthur, já começam a produzir os seus benéficos resultados.

Visaram, sem muita força de observação, os Russos, apoderar-se, inicialmente, da ilha FORMOSA, situada entre as FILIPINAS e o JAPÃO, ilha, que anteriormente também serviu aos Japonêses, como um trampolim para o ataque que desencadearam contra as FILIPINAS.

A conquista pois, da ilha FORMOSA, seria o primeiro passo da Rússia, para um completo domínio da Ásia.

O Mundo civilizado e democrático, deve pois, rejubilar-se de ter, como vanguardeiro da sua LIBERDADE, uma Nação capaz de combater com eficiência, a força pela força.

Por tais razões, discordo de maneira formal, não só dos conceitos emitidos nos tópicos do articulista de "LA TRIBUNE DES NATIONS", transcritos na secção "CRÔNICA INTERNACIONAL", da "REVISTA DO CLUBE MILITAR", n. 107, de julho de 1950, como também, dos comentários expendidos pelo redator encarregado da mencionada secção.

Assim, por exemplo, citaremos alguns trechos da supra citada crônica e, sem objetivo de abrir polémica, daremos a nossa opinião.

Em certos trechos da crônica, dizem:

a) o comentarista... "É que o Mundo está diante de uma estratégia que se apoia em bases e forças militares, espalhadas em cada continente, e, apesar da conveniência de..."

b) o articulista (em continuação) "... por hábito ou por habili-

dade, manter respeito às formas políticas de organização internacional e, em primeiro lugar, à O.N.U., o mecanismo e as necessidades da estratégia total levam a colocar, constantemente, os sistemas jurídicos e políticos, diante do fato consumado".

Sem dúvida, ante a grave ameaça que paira sobre o Mundo, partida de uma potência que deseja dominá-lo, não mais, pela ação doutrinária, mas, pela força das armas, impõe-se, que as Nações, organizem-se militarmente e sejam capazes de, a qualquer momento, mesmo sem a prévia audiência da O.N.U., assembléia que, nem sempre, pode dar decisões rápidas e oportunas, oponham-se aos ataques contra a sua segurança e soberania.

Com mais forte razão, as reações contra as ações comunistas, não podem ser proteladas pelo MUNDO DEMOCRÁTICO; ante tal situação, justo é considerar, que a única Nação capaz de fazer abortar com presteza e eficiência as ações da Rússia soviética contra o MUNDO CIVILIZADO é, indiscutivelmente, a AMÉRICA DO NORTE.

Discordo, mais uma vez ainda, da opinião do comentarista de "LA TRIBUNE DES NATIONS", quando diz: "Discute-se e rediscute-se para saber, na verdade, se a AMÉRICA não teria podido esperar algumas horas (e bastariam de fato, três ou quatro horas) para só intervir na CORÉIA depois da decisão definitiva do Conselho de Segurança".

Sim, discordo, pela simples razão de que, presentemente, três ou quatro horas de espera (o que é utópico acreditar), representariam para o Mundo e para a América uma sobrecarga de ameaças e de responsabilidades. Na guerra moderna, pela rapidez com que ela se desenvolve e pela brutalidade que a caracteriza, horas, representam muito sangue, muita destruição e, esperar, é fazer o jogo do inimigo.

Discordo ainda e, desta vez em nome da CIVILIZAÇÃO, das LIBERDADES INDIVIDUAIS, da FAMÍLIA e da PATRIA, do comentarista, quando diz: "Aí está porque

essa extensão, a outros países, da intervenção militar americana, pesa como uma ameaça concreta de guerra, sobre cada nação. Ela devia, inevitavelmente, refletir-se em nosso país. É por isso que as famílias brasileiras assistem com angústia dia a dia maior, substituir-se sua posição, aparentemente distante, de espectadores do conflito, pela crescente ameaça de uma intervenção armada de nosso país na Coréia".

Discordo, sim, porque, muito mais apreensivas estão as famílias brasileiras por verem a ação comunista no UNIVERSO; pela noção que têm de que, os amantes dessa doutrina exótica, não lutam pela palavra, mas "pela violência útil e completa"; por que, a violência para eles é o modo normal de ação e, deve "deixar de lado qualquer sentimentalismo não só favorável aparentemente" aos seus ideais revolucionários "como também a piedade comum".

Discordo, pela simples razão de que, forças militares brasileiras já se empenharam em uma ação extra-continental e, pela primeira vez na nossa vida de PAÍS LIVRE e SOBERANO, para demonstrar ao Mundo, que o BRASIL, também se batia, pelos sagrados direitos das NAÇÕES CIVILIZADAS.

Discordo, finalmente, pela convicção que tenho de que, o Mundo contemporâneo está, nitidamente, dividido em duas partes, moral e ideologicamente, distintas; as lutas que se travam nos quadrantes do Universo, interessam sem dúvida, a uma daquelas partes.

O BRASIL, para felicidade nossa, integra com altivez e com decência, o conjunto de NAÇÕES que defenderão, a qualquer preço, os sagrados princípios da dignidade humana e da formação espiritual e moral da família.

Se fôssemos conclamados a participar da luta na CORÉIA, certamente o faríamos, com o pensamento voltado para os dignos patrióticos que, no cemitério militar de PISTÓIA, repousam para a eternidade, na lembrança perene da Pátria, que tanto se orgulha e tanto se beneficiou do seu sacrifício.

A diminuição agro-pecuária, conteste.

Só os cegos, certe econômica organização de pecuária; sem, deremos criar, tivo.

É triste, cont, inquérito reali, de Campos du, mana ruralista, ção de equinos, chegou às segu,

a) A lavou, nada por mulh, mens maiores, bação e a irri, não existem; muito baixa, produção por l, açúcar;

b) O capita, poucos se apod, fruto exclusivo, campistas e suf, produtores de o,

c) A neces, riação e organ, campo de cria, mento da criaçã,

d) O acerto, Diretoria de Ren, m escolha das, Inglês e Breião, gerar o rebo, ação.

N.R. — Contr

A CRIAÇÃO DO CAVALO MILITAR

(Recria de Potros)

Ten.-Cel. HERMENEGILDO DE OLIVEIRA
CARNEIRO

IV

A diminuição da nossa produção agro-pecuária é um fato incontestável.

Só os cegos não vêem. O alicerce econômico das Nações é a organização de sua produção agro-pecuária; sem essa base nada poderemos criar de sólido e definitivo.

É triste confessar a realidade; o inquérito realizado pela Coudelaria de Campos durante a primeira semana ruralista e primeira exposição de equinos realizada em 1948, chegou às seguintes conclusões:

a) A lavoura campista é acionada por mulheres, crianças e homens maiores de 40 anos; a adubação e a irrigação praticamente não existem; em consequência é muito baixa e antieconômica a produção por hectare da cana de açúcar;

b) O capital judaico vai aos poucos se apoderando das Usinas, fruto exclusivo dos trabalhos dos campistas e sufocando os pequenos produtores de cana;

c) A necessidade urgente da criação e organização do primeiro campo de cria para imediato fomento da criação de equinos;

d) O acerto da orientação da Diretoria de Remonta e Veterinária na escolha das raças puro sangue Inglês e Bretão Postier para regenerar o rebanho equino dessa região.

A agricultura e a pecuária vivem entrosadas e não podem dar saltos na sua evolução. Da produção agro-pecuária no regime extensivo estamos passando lentamente para o regime intensivo, que consiste no seguinte:

a) seleção de sementes, plantas de reprodutores e inseminação artificial;

b) melhoria do preparo das terras e das pastagens, pelo emprego da mecanização, da tração animal e da motorização;

c) silagem e fenação das forrageiras;

d) Adubação.

O maior obstáculo à evolução da nossa produção agro-pecuária é a falta de adubos.

Não existe ainda uma fábrica de adubos baseadas no aproveitamento do azoto contido no ar atmosférico.

A única fonte de adubo que possuímos é o intestino grosso de nossos animais. Sem resolvermos esse problema primário não poderemos dar um passo para a frente na competição econômica entre as Nações.

Retornemos o assunto principal que é a criação de equinos. A zootecnia só possui dois processos para melhoria dos rabinhos:

a) A seleção;

b) O cruzamento.

O primeiro sempre mais aconselhável possui uma servidão que é a existência de um rebanho em quantidade e qualidade. Essa condição não existia quando se pensou seriamente em resolver o problema da equino-cultura nacional.

A Diretoria de Remonta e Veterinária encaminhou-se para a solução dos cruzamentos com as raças puras, o puro sangue inglês e bretão postier para regeneração e melhoria dos rebanhos existentes.

A falta de objetividade, característico negativo de nossas elites, encontrou na escolha do regenerador do rebanho de equinos, motivo bastante para discussões bisantinas, uns apologistas teóricos do puro sangue árabe e outros do puro sangue inglês, esquecidos uns e outros que os dois nobres animais tinham uma só ascendência, possuindo assim as qualidades e defeitos que reciprocamente apontavam para eliminar uma ou outra raça.

O puro sangue inglês e descendente do puro sangue árabe "Goldfin-Arabian", que os zootecnistas ingleses fixaram pelo cruzamento, seleção e ginástica funcional e alimentação racional.

Lamarck, Darwin e Weissman criaram as teorias:

a) hereditariedade dos caracteres adquiridos;

b) seleção natural da luta pela vida;

c) distinção entre a soma (Corpo orgânico e o plasma germinativo).

Os três mestres formaram escolas que se combatiam, esquecidos os alunos que cada um deles representava uma parcela de verdade na biologia.

Só a experiência em larga escala irá demonstrar a concordância das teorias ensinadas pelos mestres.

Os três processos não se excluem, completam-se.

Esquecidos das verdades acima enunciadas, as discussões foram para a prática e de acordo com o pensamento de cada diretor de Remonta, castravam-se os Árabes ou os Ingleses e assim foram perdidos longos anos de estériles divergências e ações contraditórias.

Ao assumir a Diretoria de Remonta e Veterinária, o grande cavaleiro, General Silva Rocha, foi escolhido definitivamente o puro sangue inglês para regeneração dos rebanhos dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também não se esqueceu o fomento à criação dos pequenos plantéis de Campolina, Mangalarga e o Crioulo do Rio Grande.

As razões para a escolha do puro sangue Inglês foram as seguintes:

a) sua difusão no mundo inteiro como regenerador dos rebanhos nativos, e aqui na América do Sul empregado pela Argentina, Uruguai e Chile para melhoramento de seus rebanhos com êxito surpreendente. O Poney polo argentino e o Anglo-Argentino mostram clara e insofismavelmente o acerto da decisão;

b) A existência no País de adiantada criação de puro sangue inglês;

c) Aquisição econômica de grande número de reprodutores;

d) Sua andadura característica, o trote, lhe permite com o mínimo de esforço ganhar o máximo de espaço, andadura esta empregada por todas as cavalarias do mundo para vencer grandes etapas.

Esse primeiro objetivo da Remonta do Exército foi alcançado pela tenacidade e habilidade do General Rocha — regenerado o nosso rebanho pela larga difusão do puro sangue inglês, precisamos verificar os resultados obtidos, que só poderemos fazê-lo pela organização imediata do primeiro "Campo de Recria de Mestizes" único meio utilizado em todos os países para verificação dos resultados já alcançados no melhoramento dos seus rebanhos.

Além das vantagens já apontadas em números anteriores, irá o Campo de Recria permitir ou melhor conseguir dados objetivos para responder a embaraçosa pergunta que o Estado-Maior do Exército ainda espera:

"Qual o tipo de cavalo militar já conseguido pelo trabalho de meio

seculo da Diretoria Veterinária?"

A biometria dos rebanhos de Recriação e alimentação, iriam permitir o conhecimento de um grupo de cavalo mil.

Repetimos para os iludidos com os motores; ou criação de cavalo nacional e agro-pecuária.

RELAÇÃO

1º R.I.	— T
2º R.I.	— T
3º R.I.	— T
4º R.I.	— C
5º R.I.	— T
6º R.I.	— T
7º R.I.	— T
10º R.I.	— T
11º R.I.	— T
12º R.I.	— T
13º R.I.	— T
14º R.I.	— T
16º R.I.	— T
17º R.I.	— T
20º R.I.	— T
1/23º R.I.	— T
R.E.I.	— Tem
Q.-G. da 4ª D.	— T
Q.-G. da 3ª D.	— T
Q.-G. da 6ª D.	— T
Btl. G.	— Tem
1º Btl. Front.	— T
19º B.C.	— S
20º B.C.	— S
23º B.C.	— C
24º B.C.	— T

NA

Reg.-Esc. de Ar.
III/1º Reg. de O.
II/2º Reg. de O.
I/3º Reg. de O.
I/4º Reg. de O.

século da Diretoria de Remonta e Veterinária?"

A biometria dos potros nos Campos de Recria, a ginástica funcional e alimentação bem orientada, iriam permitir o estabelecimento de um gabarito ou *standard* do cavalo militar.

Repetimos para convencer, não nos iludamos com a comodidade dos motores; ontem como hoje a criação de cavalo interessa à defesa nacional e à nossa produção agro-pecuária.

Não esqueçamos os ensinamentos da última grande guerra: à simples ameaça de um bloqueio marítimo racionamos a gasolina e imobilizamos viaturas e a circulação econômica do Brasil quase entrou em colapso.

A Rússia empregou largamente a sua cavalaria e a Divisão Alemã que se rendeu à Força Expedicionária Brasileira entregou com seu armamento também 4.000 (quatro mil) cavalos!!!

RELAÇÃO GERAL DOS REPRESENTANTES

DA

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

NAS UNIDADES DE INFANTARIA

- 1º R.I. — Ten. Hermes Castro de Siqueira
- 2º R.I. — Ten. José Francisco do Amaral Botelho
- 3º R.I. — Ten. Davi da Silva Almeida
- 4º R.I. — Cap. Alvaro Soares de Araujo
- 6º R.I. — Ten. Sinesio Rafael de Araujo
- 7º R.I. — Ten.-Cel. Felicissimo de A. Aveline
- 10º R.I. — Ten. Edgard Luiz Guedes
- 11º R.I. — Ten. Wilton Moreira B. de Mello
- 12º R.I. — Ten. Gustavo Lisboa Braga
- 13º R.I. — Ten. Lucio Marçal Ferreira
- 14º R.I. — Ten. Jamil Daher
- 16º R.I. — Ten. Jair Ferreira
- 17º R.I. — Ten. Cesar Fonseca Ferreira
- 20º R.I. — Ten. Oswaldo Albuquerque
- 1/23º R.I. — Ten. Aroldo Veiga
- R.E.I. — Ten. Ivonilo Dias Rocha
- Q.-G. da 4ª D.I. — Cap. Antonio Mauricio Cirino
- Q.-G. da 3ª D.I. — Maj. Diogenes Nunes de Assumpção
- Q.-G. da 6ª D.I. — Cap. João Batista S. Wagner
- Btl. G. — Ten. Ismael da Rocha Teixeira
- 1º Btl. Front. — Ten. Mario Tortura
- 19º B.C. — Sgt. Antonio Ferreira Freire
- 20º B.C. — Cap. José Anchieta do V. Bentes
- 23º B.C. — Cap. Jayme Montenegro
- 24º B.C. — Ten. Mauro Cardoso de Oliveira

NAS UNIDADES DE ARTILHARIA

- Reg.-Esc. de Art. — Ten. Alvaro Eduardo da S. Faria
- II/1º Reg. de Ob.-105 — Cap. José Elias Vasconcelos
- II/2º Reg. de Ob.-105 — Ten. Asthon Guilherme da Silva
- I/3º Reg. de Ob.-105 — Ten. Ney da Gama Rosa Cardoso
- I/6º Reg. de Ob.-105 — Ten. Valdemar M. G. Pereira

REFLEXÕES SOBRE O COMANDO EM TEMPO DE PAZ

Ten.-Cel. J.H. GARCIA

SUMÁRIO

O comandante da unidade e dois traços característicos — O ponto de vista disciplinar e o espírito de corpo — O cuidado com os bens da Fazenda — A necessidade dos capitães nas unidades e sua importância para a formação definitiva dos novos oficiais — O apoio social aos membros da corporação — O médico e seus auxiliares como meio de comando — O comandante e os casos de economia interna de seus comandados — Relações sociais nos vários círculos hierárquicos da guarnição, sua necessidade como meio de comando — Relações com a população civil — A conduta dos oficiais no meio civil — O corpo de sargentos — O comandante e a política local — O emprego dos meios da unidade — A instrução dos quadros — O aproveitamento dos valores e das iniciativas — As inspeções e as visitas de autoridades — As inaugurações e as fitas "verde e amarelo" — Considerações finais.

Há quase em geral nos comandantes de unidade, dois traços característicos que assinalam extremos:

— um de professor (mais do que autoritário);

— outro de obreiro (mais que de administrador), e conforme a predominância de um ou outro, assim é o tipo.

Quando êles se equilibram, a unidade progride e os resultados são visíveis — ao lado do aperfeiçoamento do pessoal, nota-se o bem-estar geral.

Quando predomina a personalidade "professor", os exercícios se sucedem, o pessoal raciocina, todos obedecem, os reconhecimentos de terreno, as conferências são quase diárias, mas a higiene do quartel, as instalações em geral carecem de cuidado.

Quando predomina a personalidade "obreiro" o homem fica horas a fio seguindo com o olhar atento o assentamento de tijolo por tijolo de um muro, a obra cresce, mas, o tema, a instrução em geral e particularmente aquelas coisas que do comandante dependem diretamente ficam melhores dias...

— Feliz daquele que consegue, equilibrando êstes dois traços e uti-

lizando seus auxiliares imediatos — seu Fiscal e seu Subcm, dar à tropa, de quem exige longas marchas, cuidado com a cavallhada, com o armamento, etc., dar aos oficiais e graduados, de quem exige o máximo cumprimento de suas obrigações, o conforto em geral, boa alimentação, o brilho e a ordem das unidades bem administradas, dar enfim, ao conjunto da unidade, espírito de corpo, vontade, sentimentos e prazeres comuns.

— Feliz daquele chefe que sabe dosar o "arrôcho" na instrução com as recompensas a propósito...

— Feliz daquele que consegue, a custa de trabalho, de dedicação a seus afazeres, de coerência em suas ações, que consegue, repetimos, fazer com que seus oficiais e sargentos pensem com êle, desejem com êle, queiram com êle.

Não é fácil... mas a divisão de trabalho e a fixação das responsabilidades, perfeitamente, conseguem milagres.

Sob o ponto de vista disciplinar — a unidade, o corpo deve ser o grande juiz; o comandante age por êle, é em seu nome e pelo seu nome que êle pune, que êle trabalha

Quanto prejuízo para a formação dos oficiais subalternos traz a falta de capitães à testa de suas sub-unidades!

Um tenente ou aspirante que ainda não praticou no comando e na preparação de seu pelotão, que ainda não foi corrigido, que ainda não foi fiscalizado, que ainda não teve a satisfação de apresentar o "seu pelotão", de conhecer pessoalmente os seus homens, homens que lhe fez cavaleiros, nos quais imprimiu o seu próprio espírito, o seu próprio entusiasmo, por certo, por melhor que seja tem que ser um medíocre capitão, sobretudo porque não é fácil ser capitão...

Como pode um profissional sem a mínima experiência, dirigir, orientar outros nas mesmas condições que ele?

Impossível...

Não há classificação para esta situação.

O coronel cheio de experiência, com uma pesada bagagem de casos resolvidos, com cursos, entusiasmo e cheio de vontade, diariamente sente-se no vácuo ante a ingenuidade de seus auxiliares imediatos para quem as "cucas" mais comediadas da administração e conduta da sub-unidade são novidades.

Coronéis e maiores precisam tratar com capitães e não com aspirantes...

Entretanto, comandamos um R.C. no qual na época de início do ano de instrução de 1948 chegamos a ter um 2º tenente acumulando as funções de comandante de dois esquadrões sem um único subalterno. Atualmente esta unidade tem um 1º tenente Q.A.O. como Subcm. e um 2º tenente de cavalaria como fiscal. Trata-se do 4º R.C. em Santiago do Boqueirão...

Há naquelas regiões coisas mais interessantes: em setembro de 1947 um 2º tenente de cavalaria, com apenas doze meses de oficial, desempenhava as funções de Tesoureiro, Almoxarife e Aprovevisionador. "E durma-se com um barulho sério..."

Estas são as dificuldades que se encontram em quase todos os "San-

tos" da Cavalaria, entretanto a "Santa" Rosa vive superlotada e não é por suas belezas naturais...

A utilização dos serviços do quartel, oficinas, horta, inverno, aprovisionamento, deve merecer cuidado especial do comando por intermédio de seu S-4.

Dificulta a solução deste problema o contraste que se estabelece entre a necessidade imperiosa no momento de apoiar os componentes da unidade na solução de seus problemas econômicos na guarnição e a outra necessidade também imperiosa de limitar este apoio, mantendo o respeito pelo que é da Fazenda e não permitindo que o interesse particular prime sobre o da unidade, o geral.

Animados da idéia de fazer da unidade um apoio eficiente para todos seus componentes, encontramos desde logo o outro lado do problema e chegamos a uma conclusão que o comandante somente pode continuar sendo o juiz se abrir mão de qualquer apoio para si e sua família.

A unidade a que acima nos referimos dispunha de fartos meios para nos possibilitar o início desta experiência à nossa moda: — duas invernações com ótimas áreas para plantação, matos, rio, pedra para calcamento, mais de uma casa na invernação, ótimos campos de pastagem tanto nas invernações como no quartel, uma horta muito grande e em pleno funcionamento, uma pocilga em franco progresso, carpintaria perfeitamente montada com um ótimo profissional, oficina mecânica, oficina de bombeiro, um eletricitista, um pedreiro, um motor "Diesel" para luz e força funcionando apenas com 1/4 de suas possibilidades, etc... entretanto, como todos, lá estivemos, embora por um ano e meio de passagem e deixamos a unidade sem ter podido chegar a um serviço eficiente e decente.

O médico da unidade e seus auxiliares (dentista e enfermeiros) formam um grupo cujas possibil-

dades para servirem ao comando são ótimas. Entretanto, dadas as circunstâncias de haver sempre um número de médicos insuficiente para os próprios serviços nas unidades, é difícil aos comandantes utilizá-los com resultados facilmente visíveis.

O conceito que o chefe tem e o transmite a estes seus auxiliares especialistas, das possibilidades do S.S. da unidade, não só com relação a seus subordinados, como às suas famílias, é uma diretiva precisa e objetiva. Seguindo-a o chefe do S.S. está cooperando com o comandante.

A situação econômica e financeira penosa por que passam hoje as classes médias (oficiais, sargentos) faz com que cresça o valor do apoio social, aumente sua influência como meio de comando.

É necessário que nas situações difíceis o subordinado sinta-se apoiado pelo seu chefe; sinta que a cooperação que recebe é uma consequência das idéias do comandante, de suas ordens, do ambiente que ele criou.

Os médicos e seus auxiliares empenham-se a fundo em auxílio do companheiro em dificuldades: é fora de dúvidas que este apoio sedimenta a coesão e o espírito de corpo.

No comando do 4º R.C., em Santiago no R. Grande do Sul, experimentamos este modo de ação e temos certeza que ele muito cooperou para os resultados que obtivemos.

Um comandante de regimento tem que proceder de modo diferente de um comandante de Grande Unidade, ele deve fazer de cada subordinado um amigo; e este processo é o mais sã e por isso mesmo o mais eficaz.

O comandante faz amigos, interessando-se por seus companheiros e desenvolvendo, incentivando entre eles o espírito de cooperação.

Os médicos e seus auxiliares constituem elementos valiosos para, no campo de suas especialidades, não poupando esforços, auxiliarem o comandante a sedimentar

a amizade pela conquista de seus subordinados e de suas famílias.

Pouco nos foi possível fazer neste terreno a não ser pessoalmente...

O comandante como conselheiro de seus subordinados mesmo em assuntos de economia interna, tendo criado um ambiente que possibilite a seus auxiliares consultas e solicitações, está utilizando um meio fortíssimo de comando.

"Nada tenho que ver com suas questões particulares" é uma péssima resposta a uma solicitação; desta forma mostra o comandante desconhecer completamente os rudimentos básicos da psicologia do comando.

Feliz do comandante que consegue fazer-se necessário a seus comandados até para a solução de problemas dessa natureza; reflete esta necessidade a confiança que por sua coerência, justiça, dedicação aos deveres soube inspirar em seus subordinados.

Desinteressar-se quando solicitado neste campo é desprezar a certeza de contar com mais um subordinado amigo e agradecido.

Não só ao comandante cabe este trabalho, mas a todo companheiro que solicitado; constitui a cooperação, consequência do espírito de corpo.

Outro ponto interessante é o relativo às relações sociais entre os oficiais da unidade e com a população civil.

Desde logo cremos poder afirmar que estas relações são muito necessárias, particularmente nas guarnições afastadas de grandes centros. Não faltam motivos para estas aproximações e o próprio comandante deve tomar a iniciativa de lembrá-las.

Desde as festas de aniversário até os momentos difíceis por ocasião de doenças em pessoa da família, há uma série de outros fatos, todos constituindo motivos para que sejam mostrados os desejos de cooperação.

A ligação do
com seus subor
da sede da gu
nos outro ponto
duto de um com

A conduta do
poração, oficial
ora, particular
importante para
dade com a popu

É comum ofic
se ilharem em
que pelo simp
não mais prefe
melhor lugar;
seu companhe
menos cheios d
acessíveis aos
diversos com t
vel, talvez comp
na missão e en
desfavorável de
seleção.

Mas nem tanto
a terra...

A consideração
os oficiais, parti
guarnições longi
das populações e
como em parte
interfere os choq
diferenças sociais
ambas as partes.

A cidade por se
é anualmente
sua ligação à un
dade da unidade,
do, por múltiplo

Não cabe aos
nas as relações
civil, nem lhes é
nem-se em detrim
Exército.

A conduta dos
relações com rela
outro ponto que em
solidade do com
Nenhum comand
os olhos à condut
oficiais — ele de
fuge e intervir
necessário.

Não se compre
desrespeitem a soci
na por que estão
famílias, porque es

A ligação do comandante com todos seus subordinados à população da sede da guarnição, considera-se outro ponto importante na conduta de um comandante.

A conduta dos membros da corporação, oficiais, sargentos e soldados, particularmente daqueles, é importante para as relações da unidade com a população civil.

É comum oficiais e suas famílias se ilharem em guarnições longínquas pelo simples motivo de que não mais pretendem voltar à semelhante lugar; esquecem que outros companheiros virão, talvez menos cheios de recursos e mais acessíveis aos convívios sociais, talvez com temperamento mais afável, talvez compreendendo melhor a missão e encontrarão ambiente desfavorável deixado por estas ilhas sociais.

Mas nem tanto ao mar, nem tanto à terra...

A consideração de que são alvos os oficiais, particularmente nestas guarnições longínquas, por parte das populações em geral, devia ser como em parte é, uma mola que amortece os choques devidos a diferenças sociais e de educação de ambas as partes.

A cidade por seus filhos, chamados anualmente aos quartéis, está mais ligada à unidade que os oficiais da unidade, sempre de passagem, por múltiplos motivos.

Não cabe aos oficiais desprezarem as relações com a população civil, nem lhes é permitido isolarem-se em detrimento da missão do Exército.

A conduta dos oficiais novos e veteranos com relação à população é outro ponto que empenna a responsabilidade do comandante.

Nenhum comandante pode fechar os olhos à conduta social de seus oficiais — ele deve vigiá-los de perto e intervir sempre que for necessário.

Não se compreende que oficiais desprezem a sociedade local apenas por que estão longe de suas famílias, porque estão tristes...

Nenhum oficial tem o direito de angariar animosidades para a corporação em que está servido e muito menos para o Exército.

Desde saída o comandante deve criar um ambiente moral, onde não encontrem lugar atos como os que estamos nos referindo e que são contados, anos passados, para fazer rir.

A culpa destas faltas graves cabe em 90 % ao comandante.

Os sargentos por sua estabilidade nas guarnições e sua boa situação econômica, constituem nas cidades pequenas do interior um elo forte de ligação da guarnição militar com a população civil.

Em Santiago do Boqueirão os sargentos constituem uma sociedade à parte com suas famílias, parentes e amigos, da qual participam membros da melhor sociedade da cidade, assim como estes fazem parte do quadro social desta.

Tem-se a impressão que primeiro a criação do posto de subtenente e mais tarde a do Quadro Auxiliar constituíram o maior incentivo à exemplar conduta dos sargentos.

Os sargentos do 4º R.C. constituem um grupo homogêneo de ótimos elementos, cujo controle constitui um meio eficiente de comando.

Acredito que um comando que não os prestigie, tais são suas boas qualidades e tão firme o caráter de seus melhores elementos que, pouca variação sentirá; entretanto, bem aproveitados, tornam-se um eficiente meio de ação sobre o conjunto da unidade, pois, todos sabemos que o sargento está muito mais em contacto com a tropa que os próprios tenentes, não só pelo seu posto, situação social, como pelo maior conhecimento dos hábitos dos homens da região como também por suas relações com as famílias dos incorporados, o que os torna elementos necessários à conduta da massa.

O sargento hoje constitui uma classe no seio da instituição Exército, a qual foi preparada e continuamente melhorada pelas autori-

uma unidade com 300 arranchados podem alcançar folgadoamente a casa dos 5.000 por mês, não se pode dizer que não há recursos para melhorar: 35.000 cruzeiros mensais é dinheiro.

Fazemos esse raciocínio sobre o verdejo porque não concebemos que uma unidade de cavalaria não possua, de longa data, suas pastagens suficientes para suprir suas necessidades.

Quanto à economia do rancho, sua inversão diretamente em proveito da alimentação da tropa e da melhoria dos serviços a ela ligados é o legal e é o mais coerente; esta economia pode ser reforçada pelos produtos da horta, da invernojada, da pocilga e do aviário da unidade.

Em consequência, as coisas ligadas à alimentação da tropa não podem pesar nas economias gerais da unidade se medidas adequadas forem tomadas.

Então, aquela importância de 35.000 é demais para ser consumida em miudezas, para repor, e merece um plano de emprêgo.

Quais podem ser as bases deste plano?

É claro que tudo depende do estado da unidade, mas as necessidades do que interferir nos resultados da preparação para a guerra devem ser consideradas de primeira urgência.

Não há melhor caminho que o de tomar a instrução da unidade como o objetivo principal e sempre que tiver que considerar um problema faz-lo relacionando-o com este objetivo. Daí concluir-se como assuntos de primeira urgência os seguintes:

— locais de instrução

sala de informações
escola regimental
sala de transmissões
sala de inst. de oficiais
campo de polo
pista de obstáculo
pista de aplicações
pista de emprêgo da baioneta
picadeiro
biblioteca
pombal
cinema
sala de camuflagem

— material de instrução
material de educação física
material de tiro
viaturas
tapete mágico
plano relêvo
fichário
coleção de regulamentos
material de emergência para travessia de cursos d'água
fichário individual
ligações internas
cavalhada
armamento
equipamento
material de embarque por Estrada de Ferro
quadros de frequência
quadros de controle da instrução de tiro
quadro do resultado das revisitas
fanfarra
— Refeitório — material e instalações
Cozinha
Horta
Invernojada
Pocilga
Aviário
Reembolsável (ligação)
Alojamentos
Apiário
Açougue

Este último Grupo tem influência indireta na instrução, por isso merece também atenção.

Não se justifica uma unidade que recebe uma autoridade com um banquete que não custa menos de 5 a 6.000 cruzeiros, ter suas viaturas que não rodam por falta de verba para consertos especializados; como também não se justifica existência de refeitórios para oficiais e sargentos com móveis finos, reservas das subunidades muito bem mobilizadas, etc. e falta de abundante material para a instrução de tiro, falta de pista de aplicações ou para emprêgo da baioneta, etc...

Há muitos contrastes que se não forem observados pelo comandante, lhe deviam ser mostrados por seus superiores.

A instrução dos quadros é um dos pontos mais importantes no

quadro geral da instrução em uma unidade.

O comandante que toma a si a instrução de seus oficiais e que consegue criar para eles um ambiente de interesse pelo aperfeiçoamento próprio e de seus subordinados, tem 80 % de probabilidade para fazer um bom comando. Isto lhe traz ascendência intelectual sobre o conjunto e mantém todos interessados em determinado assunto ou matérias pouco conhecidas do conjunto, afastando-os dos comentários pessoais tão prejudiciais à vida disciplinar e à coesão da unidade.

Os reconhecimentos do terreno, as demonstrações, as conferências, as discussões sobre pontos dos regulamentos táticos, a equitação, o polo e a educação física devem ser motivos para sessões semanais.

A distribuição das conferências e dos assuntos novos a serem apresentados no início do ano de instrução, permite a preparação metódica dos trabalhos e esta preparação mantém por vários meses vários grupos interessados em determinados assuntos.

Nas unidades de cavalaria as provas hípias devem ser mensais com assistência geral da unidade e se possível convites externos.

As provas de educação física e os jogos, da mesma forma.

A apresentação do pessoal, a ornamentação dos locais das provas e o comparecimento da fanfara e de convidados, constituem treinamento para a boa apresentação em provas fora da unidade.

A instrução dos sargentos da mesma forma que a dos oficiais, constitui assunto de primeira ordem.

A distribuição cuidadosa das tarefas, deve merecer a máxima atenção do comandante. A distribuição das responsabilidades por meio de uma orientação geral, da fixação nítida das exigências e a liberdade de ação, estimulam a iniciativa; a verificação dos trabalhos e a crítica a propósito terminam a ação do comando.

As tarefas nas unidades são tão simples que qualquer oficial com boa vontade e tendo recebido um trabalho de acordo com sua apti-

ção, temperamento e caráter, poderá delas se sair com brilhantismo, se for prático e se se empenhar a fundo no cumprimento de sua missão.

O que é necessário, é que aquele que não se empenhar a fundo tenha do que se arrepender.

Como já dissemos, as tarefas em uma unidade são simples e todo aquele que nelas se empenha com capricho e vontade, vestindo o casaco das responsabilidades, saíra-a bem e obterá resultados.

Cabe ao comandante incentivar as iniciativas, aproveitar os valores, dirigir sem tolher seus subordinados...

Distribuir a tarefa para o mais capaz de cumpri-la, faz parte da técnica de comando.

Quanto auxiliar pode fazer o que os outros não o julgam capaz e entretanto o comandante não lhe dá oportunidade de mostrar suas possibilidades ou melhor o comandante não o obriga a mostrar as suas possibilidades!

A distribuição de responsabilidades cria a cooperação, porque torna a unidade ponto de interesse comum.

Todos procuram fazer o melhor por ela.

Lemos quando ainda tenente um livro que muita gente precisa ler

— Ensaio sobre instrução militar, do General Braillon, do Exército Francês.

Se você sabe o que sabe e fez o máximo que podia ter feito, não há porque "afobar" quando uma alta autoridade vem inspecionar a sua unidade.

Mas haja o que houver, nas vésperas de uma visita destas, o ritmo da vida em uma unidade muda, mesmo que o seu comandante não queira.

Recordamo-nos que servimos como tenente em uma unidade onde também servia um capitão que não gostava de cortar o cabelo e usava sempre uma capa de gabardine.

Marcada a unidade este capitão teve que cortar o cabelo e usar uma capa de gabardine.

Assim ainda

Marcada a unidade nunca fizeram nada tanto o

O certo todo isto; o quartel vallada, dever os dias em com sitados.

— Não há li diariamente?

— Os com diariamente na pendências?

— O coron quartel pelo m dia?

— Então, par São idéias, certo té-las me

O estado da mais difícil de tão prontamente

O estado físico cavallada tamb

em uma tarde. zer o mesmo de já vimos mudar

tel durante uma Quanta erva i peró de uma vis

Há os comandam uma porta, uma torneira, sen

entregada pela h e amarela; como lei que se extasi

lact. Mas, nem semp nos de parecer

do ato está justar por frequência e

da obra. Não so são, achamos qu

uma data impor dante da unidade

a oportunidade par ceras; somos con

trato. O comandante j iliares mas é ju

Marcada a visita de uma autoridade este capitão adoeceu porque teve que cortar o cabelo e o uniforme marcado não previa a capa de gabardine.

Assim ainda são as coisas...

Marcada a inspeção fazem o que nunca fizeram; até o quartel estranha tanto cuidado com ele.

O certo todos sabem que não é isto; o quartel, o armamento, a cavalaria, devem se encontrar todos os dias em condições de serem visitados.

— Não há limpeza da cavalaria diariamente?

— Os comandantes não estão diariamente nas suas próprias dependências?

— O coronel não percorre o quartel pelo menos duas vezes por dia?

— Então, para que "afobar"!

São idéias, outros devem por certo tê-las melhor.

O estado da instrução é que é mais difícil de transformar assim tão prontamente!

O estado físico dos homens e da cavalaria também não se modifica em uma tarde. Já não se pode dizer o mesmo das instalações, pois, já vimos mudar a cor de um quartel durante uma noite.

Quanta erva se arranca às vésperas de uma visita importante!



Há os comandantes que não mudam uma porta, que não mudam uma torneira, sem que a nova esteja enfiada pela histórica fita verde e amarela; como há também aqueles que se extasiavam desatando um laço.

Mas, nem sempre é assim e somos de parecer que a dignidade de ato está justamente na sua menor frequência e no maior vulto da obra. Não somos contrário ao ato, achamos que para festejar uma data importante, o comandante da unidade deve aproveitar a oportunidade para inaugurar suas obras; somos contrário, sim, ao abuso.

O comandante julga os seus auxiliares mas é julgado pelo con-

junto deles. É necessário sobriedade nos atos, comedimento nas palavras, nos gestos, nas ações...

A título de mais um argumento em favor desta nossa tese, lembramos ainda um fato relacionado com inspeções — um comandante que se descuidou com determinados deveres a cumprir, por ocasião de uma inspeção é obrigado e o faz, a entrar em combinações com seus auxiliares para parecer à autoridade que tudo está em dia.

Não há quem não reconheça que isto está errado. Era o momento do comandante lavrar um tento, assumindo integralmente a responsabilidade do que não foi feito por sua culpa e do que mesmo um subordinado tenha deixado de fazer.

Um comando tem que ser moralmente respeitado e mesmo admirado por seus auxiliares.

O comandante de uma unidade está subordinado a uma série de regras, deve enquadrar-se em determinados princípios, sob pena de falhar e não digo, sobrevir a anarquia, em tempo de paz isto é difícil, mas assinalarem-se atos de indisciplina, faltas graves, etc...

O comandante tem o dever de não desejar exceções para si; no comando da tropa, como é o caso de que estamos tratando, isto tem grande importância.

Se todos chegam ao quartel às 6 horas e 30, por que o comandante vai chegar diariamente às 9 ou às 10?

Um fato de valor psicológico negativo é o do chefe que exige dos subordinados uma determinada ação que ele próprio não pratica e mesmo a ela não obriga os seus auxiliares imediatos.

Quem quer comandar uma unidade e ter certeza de fazê-lo sempre, em qualquer situação, é necessário integrar-se no seu conjunto, ser um dos do grupo, ser ao mesmo tempo respeitado e admirado, ser sóbriamente bondoso, saber ouvir seus homens, sentir suas dificuldades, saber ceder e saber exigir, ser coerente, ser justiceiro, estar convencido que ele por ser o comandante deve ser o que mais

deve trabalhar, o que menos deve desejar para si e o maior responsável por tudo e por todos.

O comandante deve sacrificar-se no cumprimento de seus deveres, porque é necessário muita flexibilidade de caráter para exigir dos subordinados aquilo que não pratica.

Que considerações podemos tecer para fechar este ensaio despretenhoso?

Dizer que ao desenvolvermos certos pontos não tínhamos no pen-

samento determinados indivíduos, fatos, épocas, é trair aqueles para quem escrevemos e ao nosso trabalho, cujo único mérito é justamente sua objetividade.

Comentamos projetos, coisas experimentadas e fatos vividos em várias épocas e em vários locais...

Que estes alinhavos sirvam a Gregos e Troianos, provoquem comentários, evoquem recordações, são os nossos desejos, porque assim eles estão servindo ao objetivo que temos em vista...

O MINÉRIO DE FERRO NA ECONOMIA NACIONAL

(ERRATA)

No artigo com o título acima, publicado em "A Defesa Nacional", n. 435, outubro de 1950, faça-se a seguinte correção:

Pág. 54, 1ª coluna, linha 19 onde se lê *preceitos*, leia-se *precitos*.

Teleg. "SOEGA"

Caixa Postal 1966

MAGALHÃES, SUCUPIRA & CIA. LTDA.

TECIDOS, FARDAMENTOS, ESPORTES E CAMPANHA

Rua São Bento, 7
RIO DE JANEIRO

Tels.
Arm. 23-4016
Escrit. 23-8216

A marcha p...
concretizará em...
rífico ainda p...
não tomarmos r...
no setor dos...
viários.

Não basta co...
ferro de penetra...
interligá-las com...
e natural sistem...
evitar o acentu...
das populações...
dades.

Por dispositi...
armos forçados a...
Rio São Franc...
muitos milhões...
a sua valorização...
há mais de um s...
sistemas com es...
eficiente navegac...
leiro dos rios".

Ficamos perple...
quando, observar...
Brasil, deparamos...
Francisco, qua s...
seguro, em relaçã...
tal do magestoso...
pois ainda, que...
São Francisco e...
marchar para o C...
pois; é "beijar a...
manecer de co...
Brasil".

Não tivéssemos...
a Estrada de Ferro...
e o ponto morto c...
to Paraguai, tal q...
Unidos da América...
modo o Leste (Nov...
a Oeste (São Franc...
avando os trilhos...
al de Campinas...
San José de Tocant...
antes e, depois de...
do encachoeirado, a...
o Park, poderíamos

FRETE ÚNICO

Cap. EUGÊNIO MENESCAL CONDE

A marcha para o Oeste não se concretizará em nosso imenso território ainda por muitos anos se não tomarmos medidas de proteção ao setor dos transportes ferroviários.

Não basta construir estradas de ferro de penetração e nem mesmo interligá-las com o nosso poderoso e natural sistema fluvial, para se evitar o acentuado centripetismo das populações na direção das cidades.

Por dispositivo constitucional somos forçados a lançar no Vale do Rio São Francisco anualmente, muitos milhões de cruzeiros para a sua valorização e navegabilidade. Há mais de um século que nos debatemos com esse problema: A eficiente navegação no "Mais brasileiro dos rios".

Ficamos perplexos e pensativos quando, observando a carta do Brasil, deparamos com o Rio São Francisco quase costeando o oceano, em relação à posição central do magestoso Tocantins. Julga-se ainda, que penetrar o Rio São Francisco e valorizá-lo é marchar para o Oeste. Puro engano; é "beijar a praia", é "permanecer de costas para o Brasil".

Não tivéssemos procurado, com a Estrada de Ferro Noroeste atingir o ponto morto de Esperança no Rio Paraguai, tal qual os Estados Unidos da América do Norte ligando o Leste (Nova Iorque) com o Oeste (São Francisco), mas sim, levando os trilhos na direção geral de Campinas — Uberaba — Rio José de Tocantins — Rio Tocantins e, depois de vencer o trecho encachoeirado, alcançar Belém do Pará, poderíamos hoje nos be-

neficiar com o transporte em círculo, de mar a mar (mar de Santos a mar de Belém), tal qual os lanques o têm, ligando Nova Iorque a São Francisco por via férrea e depois esta cidade àquela pelo Oceano Pacífico, estreito do Panamá e Oceano Atlântico.

Acentua-se o valor econômico do grande círculo de transporte pelo Rio Tocantins quando comparam-se as condições de navegabilidade em seu leito com as do Rio São Francisco. Enquanto este é sujeito a regimes de águas, aquêle tem nível médio constante durante todo o ano, suportando portando calado de apreciável significação.

Não bastaria a conjugação férrea fluvial, valendo-se do Rio São Francisco, nem tão pouco do eficiente Tocantins (Transporte de mar a mar) para corrigimos o nosso "Arquipélago econômico" e levarmos as populações condenadas nas cidades litorâneas para o interior.

A vara mágica seria o frete único. Só este viria impedir a grande atração do homem do campo para as cidades e facilitaria a saída dos radicados nos grandes centros, para o interior.

Não fôra a grande significação da cultura cafeeira, a Estrada de Ferro Noroeste estaria em condições idênticas à Estrada de Ferro São Paulo — Goiás, que percorre terras inferiores às daquela ferrovia, porem atinge com seus trilhos as proximidades de uma das regiões mais férteis do Brasil — o Planalto Central de Goiás, permanecendo em precária situação deficitária.

Com as normas tributárias daquele processo, as estradas de ferro

que caminham, todas, sem exceção, para a encampação por parte do Governo Federal, estipulariam um só frete, isto é, um só preço por tonelada a transportar quaisquer que fossem as distâncias. Assim, o fazendeiro de café em Jauú ou o plantador de arroz em Itapetininga pagaria por tonelada em ferrovias, o mesmo que o fazendeiros de Araçatuba e Itararé pagassem para levar esses produtos a São Paulo. A tonelada de cacau a transportar de Conquista a Ilhéus, na Estrada de Ferro Ilhéus a a Conquista, seria taxada pelo mesmo preço que a tonelada do mesmo produto a transportar de Itabuna a Ilhéus.

O frete único obedeceria a diferentes modalidades, dada a necessidade absoluta de se taxarem as mercadorias que penetram o interior por preços diferentes das que alcançam os grandes centros.

Essas variações seriam criteriosamente estudadas e poderiam oscilar segundo as diferentes regiões de nosso território e também dentro da mesma Região, na época abundante das colheitas e nas de reduzida produção agrícola.

Os benefícios e as vantagens oferecidas aos produtores das proximidades dos grandes centros, tais como valorização de suas terras, linhas de transmissão de eletricidade a pequeno alcance, grandes penetrantes rodoviárias a curta distância, seriam compensados com a obrigatoriedade do frete único.

Interrogue-mos os técnicos em assuntos econômicos ferroviários e nos assinalarão as causas do despovoamento das grandes faixas de nosso território percorridas por estradas de ferro eficientes e que ainda distribuem o chamado crédito ferroviário.

O frete único, além de forçar a elevação dos honorários do trabalhador no campo, o fixaria aí, impedindo-o de se lançar para as cidades em busca das atividades fabris, melhores remuneradas.

Com a abundância da produção, só alcançada pelas vantagens do frete único, teríamos a nossa balança de dólares aumentada pelas maiores proporções na exportação e baixa total dos elementos essenciais à subsistência das populações.

Idêntica norma já adotada por Nações civilizadas para corrigir faixas de pequeno coeficiente demográfico às margens de Estradas de Ferro, viria revolucionar por completo o frete ferroviário, porém atenderia sobremodo as nossas urgentes aspirações de ocupação e valorização de nosso Oeste.

As Estradas de Ferro de propriedade do Governo são encaradas como serviço público, isto é, serviços que não visam lucros diretos.

O lucro é coletado indiretamente pelas autoridades fiscais, tributando as rendas, as propriedades, etc.

O frete único poderia não dar lucro diretamente à ferrovia, mas o taxamento fiscal sobre as propriedades, as produções e rendas, carregaria indiretamente para os coíres públicos, somas que compensariam aquela resolução.

Marcha para o Oeste! Como? Abandonado em regiões de penetração forçada a frete proporcional à quilometragem? Não!

Marcha para o Oeste!
Frete único!

Eis um dos problemas capitais do Brasil, fácil de se resolver e que apresento como modesta colaboração.

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

Inicialmente, dedicamos este espaço a todas as coisas que, no grande labutim nas distâncias do país, a meio e mais inane formação a qual se moldam as qualidades dos futuros chefes. Preparação de O onde também se tais para a "ra nas de grau su por isto, deve e SAMPAIO" per a sua importã e a sua importã. Fazemos, entã história. Isto no diariamente... Terminada a 1910, os mais apr a sentenciar a f uria, porquanto aderavam capaz ataques intempes bilidade — engu sara promissora pela surpresa e, encorajamento p Fora, realmente afirmativa, uma ocupação efetiva não valeria ten das fortalezas nem grandes massas h to importante do nderia e poderi efeto, com todas as paulares, pelo in

VALORIZEMOS A NOSSA INFANTARIA

Cap. RUI DE ALENCAR NOGUEIRA

"Segundo o valor de seu Exército floresce ou perece um povo; segundo o valor da Infantaria vive ou morre um Exército".

Inicialmente, devemos dizer que dedicamos este desprezível trabalho a todos os camaradas das armas que, no grande mister de ensinar, labutam nas diversas escolas militares do país, a começar pela primeira e mais importante delas — a de formação de Oficiais — na qual se moldam e se aperfeiçoam as qualidades morais e intelectuais dos futuros chefes; nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, onde também são preparados Oficiais para a "rainha das Armas"; nas de grau superior onde, nem por isto, deve a "encouraçada de SAMPAIO" perder a sua primazia e a sua importância capital.

Façamos, então, um pouco de história. Isto nos ajudará extraordinariamente...

Terminada a guerra de 1914-1918, os mais apressados chegaram a sentenciar a falência da Infantaria, porquanto não mais a consideravam capaz de fazer face aos ataques intempestivos do elemento blindado — engenho que se ensarcara promissoramente, agindo pela surpresa e, sobretudo, pelo encouraçamento protetor.

Fôra, realmente, precipitada a afirmativa, uma vez que sem a ocupação efetiva do terreno de nada valeria tentar a destruição das fortalezas nem o extermínio de grandes massas humanas. E este é o importante do combate somente poderia e poderá ser levado a efeito, com todas as características proclares, pelo infante.

Nem mesmo se chegou a um argumento que pudesse pôr em dúvida o valor da arma do sacrifício, do denodo e da tenacidade, dada a fraqueza com que se procurava emoldurar a ação da nascente arma blindada.

Basta passarmos uma vista dos olhos no excelente livro do Cel. Abadie, do Exército francês, para encontrarmos estas palavras significativas: "a Infantaria é o povo em armas, vale o que vale o povo, o que vale a raça. Somente povos livres e ativos, animados de sentimento patriótico, têm boa infantaria".

E mais adiante: "A força de um exército nacional é a de sua infantaria. Esta tira, por sua vez, a sua força da própria organização, do valor dos quadros, da potência do armamento e, acima de tudo, das qualidades morais, espírito e fé patriótica do povo que a forma" (1).

Cremos que não existem expressões mais incisivas do que estas de um chefe cujos méritos se não torna necessário destacarmos, pois pertenceu ao exército francês, de tão grandes tradições guerreiras e de valor cultural dos mais destacados.

Pois bem. Depois de fazer um estudo acerca dos combatentes das diversas armas é assim que ele se pronuncia: "O infante permanece continuamente na peleja, desde o instante em que penetra na zona de fogos da artilharia adversa. Sua emoção cresce constantemente, à

(1) Cel. Abadie: "O que é preciso saber da Infantaria".

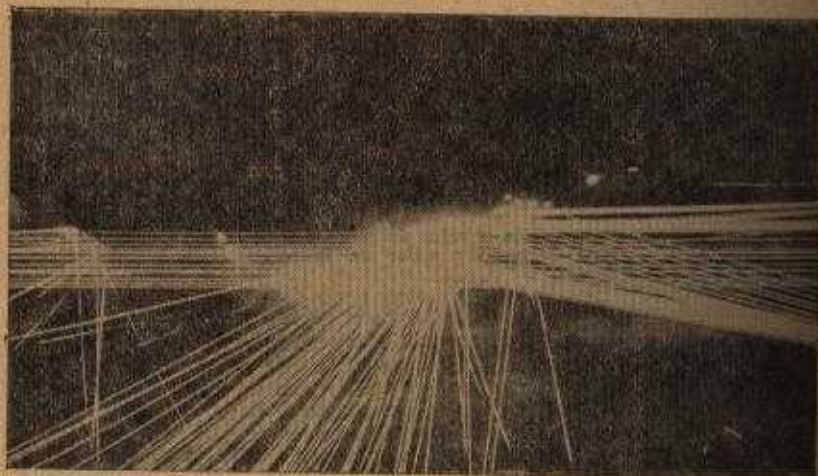


Fig. 1

1949. Manobras da Inf. da E.M. — Tiro real. Barragem de apóio a uma Cia. Fz. num ataque realizado ao alvorecer



Fig. 2

1949. Manobras da E.M. — A Inf. hoje combate com armas de toda natureza. Ali vemos uma "concentração" de morteiros e obuses-105

medida que se torna-se alvo os engenheiros das balas e torpedos, mal dormido, mento, precisão, gredir, porque

Grande valor subalterno de lider os seus cursos e com "tropa".

E, nesta parte autor francês estudo de Gustave "Psicologia das distinção entre considerando este vivo" compre (chefe que decida) (os quadros) e museu executam).

"Missão árdua gloriosa sem vitória final é porém, missão árdua porque exige dos chefes uma soma igual e as virtudes fortemente compre

Foi assim que a guerra saiu ainda mais conflito mundial nos, encheu de comentários o velho cor E um exemplo a confiança abso actual Joffre nela posto de conceber a maestria inigualável junto de operações em retirada entre Pontevras e a do claramente a de St.

Extraordinária foi a vitória daquela E. Ex. francês, m retirada em seu prando as suas cidade por que o recrutam do N. da Fra mais próximo ajuda para o sul e dada entregues à se que o Marechalis a batulha do "nem mais u na, daqui por dian

medida que se avizinha do inimigo, torna-se alvo permanente de todos os engenhos do inimigo, granadas, balas e torpedos. Mal alimentado, mal dormido, pejado do equipamento, precisa entretanto progredir, porque vencer é atacar".

Grande valor carece ter o chefe subalterno de infantaria para manter os seus comandados sempre coesos e como uma verdadeira "tropa".

E, nesta parte, é ainda o mesmo autor francês quem, baseado no estudo de Gustavo Le Bon sobre a "Psicologia das multidões", faz uma distinção entre multidão e tropa, considerando esta última como ser vivente" compreendendo: cérebro (chefe que decide), sistema nervoso (os quadros que transmitem ordens) e músculos (soldados que executam).

"Missão árdua e gloriosa. Sim, gloriosa sem contestação, porque a vitória final é obra do infante, porém, missão árdua entre todas porque exige dos homens e dos chefes uma soma de energia sem igual e as virtudes morais as mais fortemente comprovadas".

Foi assim que a valerosa infantaria saiu ainda mais triunfante do conflito mundial que, durante 4 anos, entendeu de dores e de sofrimentos o velho continente europeu.

É um exemplo bem vivo temos na confiança absoluta que o Marechal Joffre nela depositava, a ponto de conceber e realizar com maestria inigualável aquêle conjunto de operações e de manobras em retirada entre a Batalha das Fronteiras e a do Marne, particularmente a de St. Quentin-Guise.

Extraordinária força moral demonstrou aquela infantaria do II Ex. francês, manobrando em retirada em seu próprio território, vendo as suas cidades abandonadas, pois que o recrutamento fôra de parte do N. da França, seus parentes mais próximos em penosa fugida para o sul e suas propriedades entregues à sanha inimiga, até que o Marechalissimo, naquela histórica "ordem do dia" que precedeu a batalha do Marne, dissesse: "nem mais um passo para trás, daqui por diante. Agora é

avancar e derrotar o invasor. É chegada a hora!"

E assim foi feito...

A surpresa causada aos alemães traduziu-se naquelas palavras do Comando em Chefe: "Nunca pensei que uma infantaria depois de tão longa e penosa retirada, pudesse fazer meia volta e lançar-se ao ataque com tanto arrojo e segurança".

Com que emoção aprendemos nós, infantes, o quanto pode uma infantaria ardorosa, compenetrada, bem comandada e perfeitamente ajustada.

Não há dúvida que somente uma completa ligação moral entre chefes e subordinados, combinada a uma noção exata do cumprimento do dever, poderiam manter aquela força indômita que leva os homens que se compreendem às raíças do inconscível.

Robustecera-se, destarte, o conceito glorioso em que era tida desde a mais remota antiguidade, continuada pelas herdeiras tradicionais tais como a infantaria francesa de Bouvines, a inglesa de Azincourt, a suíça de Granson, a prussiana de Frederico II e tantas outras que se cobriram de louros nos campos de batalha.

A Alemanha, que considerava como causa primordial da sua derrota o enfraquecimento da sua infantaria, apesar do enorme potencial bélico, passou a cuidar com maior esmero do aperfeiçoamento e melhoria dos seus quadros.

Também a França, na reestruturação do seu exército de após guerra, deu particular atenção ao infante, elevando-lhe o moral, uma vez que o homem constituindo o elemento principal do combate, necessitava ser robustecido na sua fé patriótica dentro do novo conceito de nação armada.

Considerando-a como "arma científica", é, ainda, o Cel. Abadie quem afirma: "Serve-se do canhão; utiliza o morteiro de acompanhamento; emprega T.P.S. e T.S.F. que há no número de seus meios de transmissão usuais; sua metralhadora tem, na resolução do tiro indireto e no tiro contra avião,



Fig. 3

1949. Manobras da E.M. — A Inf. moderna realiza "destruições". Eis aí a destruição de um elemento de "rede" com uma carga alongada de torpedos-bangalores



Fig. 4

1949. Manobras da E.M. — Exercício com tiro real. Mesmo em tempo de paz os exercícios de uma boa Inf. são cheios de sensação e perigo

problemas absolutos aos que para a Artilharia "A Infantaria qualificativo de "Pode-se afirmar a excelência científica onde as coisas mais difíceis e a curto emprego do material científico ao de instrumento n delicado entre lumen".

Todos os demais indamente da Inglaterra e dos Estados Unidos o trabalho de remo forças de terra, colaria no primeiro p principal no camp para a qual as d eficientemente num pressão e unidade.

No Japão, o treinte era por dema aya, sobretudo, r valor inconfundível das primeiras linha quer clima e sob q não se aterroriza se tidos bombardeios montu a apresentar nas barragem de fo quase sempre, intr

Por ocasião da gu a qual o emprego engenhos blindados de aviação com provei montos para as naçõ e que acompanhava a luta com olhos ag observador vivame mas uma vez ficou o valor combativo e sua insubstituiv

para, mesmo de o é óbvio que, destr de foi aos participan grande conflito, saiu intecida para o cur nas pesadas e difícei

Na Alemanha, come a participar de exerci e em estreita coope isolada e, mais qu ar perfeitamente a erto — seu principa Surgiram, então, os mol, aptos ao tiro c

problemas absolutamente semelhantes aos que se apresentam para a Artilharia".

"A Infantaria merece, pois, o qualificativo de "arma científica". Pode-se afirmar que ela o é, por excelência científica, porque é nesta arma onde as combinações são as mais difíceis e as mais variadas, a cujo emprêgo do importante material científico acresce o emprêgo do instrumento mais complexo e delicado entre os demais: o homem".

Todos os demais exércitos, notadamente da Inglaterra, da Itália e dos Estados Unidos, orientaram o trabalho de remodelação das suas forças de terra, colocando a infantaria no primeiro plano, como arma principal no campo de batalha e para a qual as demais cooperaram eficientemente numa perfeita compreensão e unidade de vistas.

No Japão, o treinamento do infante era por demais árduo e violento, sobretudo, ressaltar nele o valor inconfundível de combatente das primeiras linhas que, em qualquer clima e sob qualquer tempo, não se atemoriza sob os mais pesados bombardeios e está sempre pronto a apresentar ao inimigo a sua barragem de fogos rasantes e, quase sempre, intransponível.

Por ocasião da guerra espanhola, na qual o emprêgo em massa dos engenhos blindados e o ataque poderoso da Aviação tiveram o seu auge, com proveitosos ensinamentos para as nações mais fortes e que acompanhavam o desenrolar da luta com olhos aguçados de observador vivamente interessado, mais uma vez ficou constatado o alto valor combativo da infantaria e a sua insubstituível atuação na guerra, mesmo de caráter total. É óbvio que, desta experiência, tão útil aos participantes do último grande conflito, saiu ela mais fortalecida para o cumprimento das mais pesadas e difíceis missões.

Na Alemanha, começou o infante a participar de exercícios intensivos em estreita cooperação com os blindados e, mais que isto, a treinar porfiadamente a luta contra o ar — seu principal inimigo.

Surgiram, então, os atiradores de artilharia, aptos ao tiro contra as se-

teiras dos tanques, e os volteadores de elite encarregados de se deixarem ficar nos abrigos e lançarem sobre os mesmos granadas e outros petrechos incendiários, no momento mais oportuno.

Os japoneses, por outro lado, chegaram a conceber infantes mais audaciosos, que trepavam nas carcassas e jogavam também granadas dentro das viaturas blindadas, tornando impotentes as suas guarnições.

E, destarte, novas armas foram postas à disposição da infantaria para que pudesse fazer face a esta outra modalidade de luta.

A última grande guerra, com seu cortejo de desgraças robusteceu, entretanto, o alto valor da infantaria apresentando-a, ainda, como a "rainha dos campos de batalha" e se destacando, em todas as frentes, como arma principal que é e continuará a ser em todos os tempos.

Quer sob um clima tropical e cheio de mazelas das ilhas do Pacífico, onde os infantes americanos foram os verdadeiros titãs modernos, quer sob a neve das estepes ou das montanhas apeninas, onde também brilharam os nossos irmãos, a arma gloriosa de Sampaio escreveu mais uma epopéia para gáudio e felicidade dos povos civilizados.

Mas, vejamos entre nós.

É bastante longa e brilhante, por todos os modos, a história da nossa infantaria, desde os primeiros tempos da Colônia, então nascente, até os nossos dias.

Em todas as épocas, seja nos campos paraguaios, seja nas guerras contra Orlbe e Rosas, seja, ainda, nas lutas intestinas, que muitas já se deram, infelizmente, tem-se destacado sempre como vanguardeira na defesa das nossas instituições.

Muito tempo não faz que, atravessando pela primeira vez o Atlântico, em solo europeu, representou a única força armada do continente sul-americano e escreveu páginas gloriosas ao lado de outros combatentes mais experimentados, enfrentando um inimigo audacioso e preparado para as lutas em montanhas, sob o mais rí-

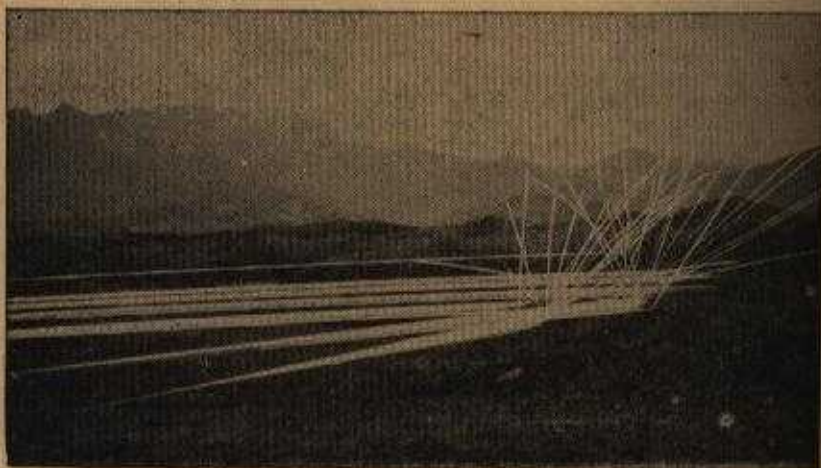


Fig. 5

1949. Manobras da E.M. — As "barragens" de fogo da Inf. são impressionantes e... intransponíveis



Fig. 6

1949. Manobras da E.M. — O infante não dispensa, atualmente, o morteiro. Ele sabe usá-lo muito bem e dele tira o melhor partido

goroso inverno
estiverse acost
dos seus inter
do país, nunc
sentido, sequer
nça e incleme

Saiu-se adm
nossa Infanta
bram falhas e
toda natureza
tidas as enerra
guém perderia)
rotistas de todos
tados ou insatisf
podido tirar pa
é que nunca en
irmãos brasileiro
ção e a ventan
compete afirma
consciência.

Tal como na
externas a que
participar, nesta
vilhão auri-verd
pre o pulso forte
defendê-lo ou o s
para embri-lo de
para ultrazá-lo e
nominável ou un
promissora.

Cumprê-nos, t
valerizar a nossa
Vemo-la quase
menos resada no
avisados, carecido
e de vibração nov
a tradicional fib
posuía.

É bem certo qu
recrutamento não
e daí, talvez, este
tente em grande
esquecimento prem
de outros.

Realmente, a no
do compulsória na
durante muitos an
dentro deste aspect
pilha excelentes, pr
diarmados infantes.

Além disto, algun
moldaram o 1º ano
bair e mo sendo da
frontando somente in
uma, por vezes pou
ou atetos às lides c
perando antipati

(2) Devemos escler
a nenhum escalão da I

goroso inverno, embora a isto não estivesse acostumada, pois muitos dos seus intertantes, filhos do norte do país, nunca tinham visto nem sentido, sequer, uma estação invernal e inclemente (2).

Saliu-se admiravelmente bem a nossa Infantaria e os que vislumbram falhas e descobrem erros de toda natureza (e estes existem em todas as guerras, sem o que ninguém perderia) são os mesmos derrotistas de todos os quillates, despeitados ou insatisfeitos por não terem podido tirar partido ou vantagens e que nunca encontram nos seus irmãos brasileiros a capacidade de ação e a vontade firme, que lhes compete afirmar, por dever de consciência.

Tal como nas outras guerras externas a que fomos obrigados a participar, nesta, igualmente, o pavilhão auri-verde encontrou sempre o pulso forte do infante para defendê-lo ou o seu sangue ardente para cobri-lo de glórias mas nunca para ultrajá-lo com uma covardia inominável ou uma atitude menos promissora.

Cumpre-nos, todavia, elevar e valorizar a nossa Arma!

Vemo-la quase postergada e até menosprezada por alguns menos avisados, carecidos de entusiasmo e de vibração nova para esboçar a tradicional fibra que sempre possuía.

É bem certo que o sistema de recrutamento não é dos melhores e daí, talvez, este desânimo existente em grande número ou este esquecimento prematuro da parte de outros.

Realmente, a nossa Arma tem sido compulsória na Escola Militar durante muitos anos, se bem que dentro deste aspecto tenham surgido excelentes, profícuos e entusiasmados infantes.

Além disto, alguns companheiros consideram o 1º ano da Escola Militar como sendo da Infantaria, entendendo somente instrutores desta arma, por vezes pouco experientes e afeitos às lides desta natureza, gerando antipatias pela arma

quando, no máximo, deveriam ser pelos homens merecedores destes sentimentos pouco cristãos.

Os exaustivos trabalhos do 1º ano quebram, em alguns casos, a vontade de ser infante e, por isto mesmo, achamos que sendo este um período de adaptação, em que não existe nenhuma especialização, os instrutores deveriam ser de todas as Armas e não somente de Infantaria.

Nos C.P.O.R. dá-se o mesmo fenómeno: os académicos de Engenharia, etc., vão para as Armas de Engenharia, de Artilharia e até para a Cavalaria; os de Ciências Econômicas, vão para a Intendência; o que sobra, serve para a Infantaria.

Mas não ficamos somente nas Escolas.

Assistimos, certa vez, a recepção de um contingente de recrutas e o nosso camarada, encarregado do Posto e que devia distribuir o pessoal, tinha uma única maneira de agir, a mais simplista possível: alfabetizado, sabe fazer as 4 operações, lê e escreve corretamente, vai para a Artilharia ou para a Engenharia; escreve à máquina, tem especialidade, é motorista, vai para as Unidades motomecanizadas ou para Intendência; analfabeto, sem especialidade, não sabe nadar, nem contar, não sabe nada... vai para a Infantaria ou para a Cavalaria!

Eis aí como a "Arma científica" recebe os seus contingentes!

QUE FAZER, ENTÃO?

Sentimos que está nos faltando, profundamente, o espírito de Arma mais acentuado, bem compreendido, que não gera ódios ou malquerenças para com os nossos camaradas que não sejam infantes, por quanto se assim procedéssemos estaríamos cometendo um verdadeiro crime contra os sentimentos de camaradagem, que são o principal equipamento da nossa instituição.

O Exército é um só, extremamente coeso e unido porque o Brasil é um só!

(2) Devemos esclarecer ao leitor que somos insuspeitos, pois não pertencemos a nenhum escalão da F.E.B.

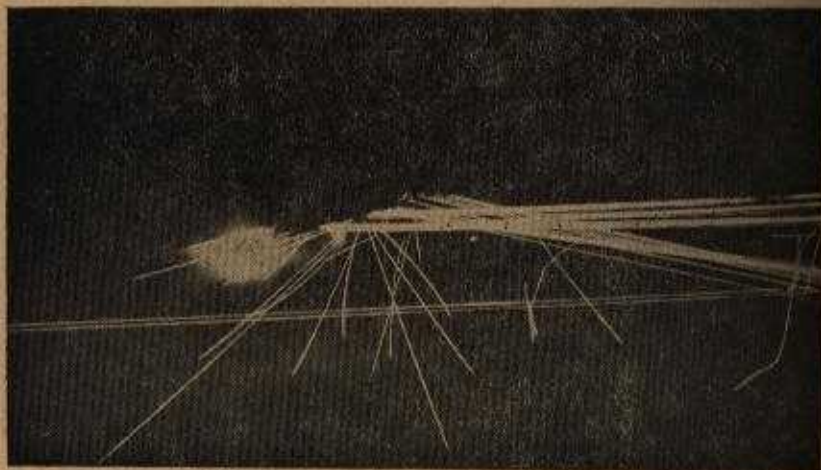


Fig. 7

1949. Manobras da Infantaria da E.M. — Tiro real. Barragem-de apoio a um "golpe de mão". E assim que combate a "rainha das armas".



Fig. 8

1949. Manobras da Infantaria da E.M. — Bem próximo às destruições destas "redes de arame" vêem-se os infantas. E a arma do arrojô

Forém, a perfei-
dentro da Arm-
união espiritual e
tre todos, a admir-
e o apoio destes
subordinados, a a-
dentro dos são p-
tica e da moral,
destrutíveis de r-
interligação que
pensáveis no mon-
Os comentários a
prazer, contra os e-
vados, as terríveis
tra todos, a impre-

QUADRO COMPARA

Praça
Aspirante
Capitão
Major

Observações :

- (1) Promovido du
- (2) Promovido em

O Capitão de Infa-
novido a este pôs-
tempo em que o
era declarado Aspir-
tanto, saiu Major m-
A "rainha das Arm-
vadrasta!

Considerando que
que dedicam honest-
edade ao trabalho
outro lado, a recomp-
no nosso caso uma p-
e equitativa — pode
quão prejudicial é a
qual se vem processo
nos postos mais eleva-
Feinmente, temos o
de escalões antigos in-
cores profundos da
sacrifícios, dos traba-

(3) Ver o nosso t-
"Defesa Nacional".

Porém, a perfeita camaradagem dentro da Arma, a verdadeira união espiritual e sentimental entre todos, a admiração pelos Chefes e o apoio destes aos que lhes são subordinados, a amizade fraterna, dentro dos seus princípios da justiça e da moral, são elementos indestrutíveis de regeneração e de interligação que se tornam indispensáveis no momento.

Os comentários satíricos, por bel-prazer, contra os escalões mais elevados, as terríveis "trepasções" contra todos, a imprecação constante

dos mais graduados contra os que lhes são subordinados, certamente não constituem a melhor maneira de união e de esforço conjugado para o bem comum.

Sabemos, perfeitamente, quanto estamos atrasados em matéria de promoções, com relação às demais armas.

Para termos uma idéia segura disto, vale-nos relembrar o quadro abaixo, cujos dados foram retirados do Almanaque do Exército — 1949 sem alterações havidas durante o ano (3).

QUADRO COMPARATIVO DOS CAPITAES N. 1 DAS DIFERENTES ARMAS

	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia
Praça	1927	1928	1928	1934
Aspirante	1930	1932	1932	1937
Capitão	1937	1939	1940	1942
Major	(1)	(1)	1947 (2)	1947 (2)

Observações :

(1) Promovido durante o ano de 1948.

(2) Promovido em dezembro de 1947.

O Capitão de Infantaria foi promovido a este posto ao mesmo tempo em que o de Engenharia era declarado Aspirante. No entanto, saiu Major muito depois.

A "rainha das Armas" está sendo *madrasta*!

Considerando que todos aqueles que dedicam honestamente o seu esforço ao trabalho aspiram, por outro lado, a recompensa tácita — no nosso caso uma promoção justa e equitativa — podemos observar quão prejudicial é a maneira pela qual se vem processando a subida aos postos mais elevados.

Felizmente, temos chefes nos altos escalões antigos infantes, conhecedores profundos das lutas e dos sacrifícios, dos trabalhos insanos,

das canseiras, do desconforto, da fibra e da vontade férrea que invadem a alma da Infantaria e, por isto mesmo, são seus defensores normais e propugnadores das nossas legítimas aspirações.

Eles sabem, de modo próprio, o quanto somos sacrificados e estão capacitados, mais do que ninguém, a formar um juízo exato das nossas ínfimas pretensões.

Contamos, pois, com brilhantes e competentes infantes nos mais elevados postos de Comando e de Administração e só há motivos para orgulho com isto, na certeza de que se o "espírito de Arma" sadio e animador também prevalecer na Infantaria, alcançaremos

(3) Ver o nosso trabalho intitulado "Nossas Promoções", publicado na "Defesa Nacional".

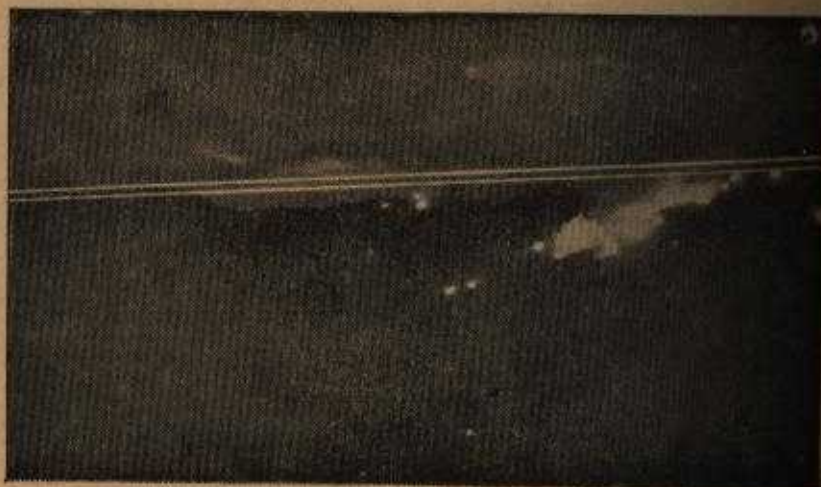


Fig. 9

1949. Manobras da Infantaria da E.M. — Atualmente a Infantaria também realiza "ataques noturnos". Seus "obuses-105" e as metralhadoras constituem poderoso apoio de fogo



Fig. 10

1949. Manobras da E.M. — A Infantaria aguerrida não teme os "blindados". Por isto, é preciso manejar bem o canhão anticarro

um padrão e
desejamos.

"Glória ao

"Se bem qu
deva brilhar
compartilhada
bora os artifi
sem todos ing
dade sem um
era natural qu
coubessem aos
rumando o se

Na medida
cada um contr
do alemão. O



1949. Manobras

engenheiro, o c
arém, para isso,
os nossos
não vão".

"Todavia, há um
Grande Drama q
penou, de tal mo
maneira se sacrifi
toda parte, que
elevado a um pe

Este ator incom
ria reconhecido:
Infantaria. A ele
dia, a ele o belo

(4) Ten.-Cel. Le
St. Viana Montezuma

um padrão equânime e justo, como desejamos.

"Glória ao Infante!"

"Se bem que a glória de uns não deva brilhar menos por ter sido compartilhada pelos outros; embora os artífices da Vitória tivessem todos ingressado na imortalidade sem um concurso de títulos, era natural que os lugares de honra coubessem aos que alcançaram derramando o seu próprio sangue.

Na medida da sua capacidade, cada um contribuiu para a derrota do alemão. O artilheiro, o aviador,

da lenda, a ele as honras e a glória! (4)

Certamente que todos quanto tiveram contacto mais estreito com a "Arma do sacrifício" conhecem estas coisas e aceitam-nas como fatos verdadeiros.

Se é certo que não pretendemos medidas especiais nem "pedestal diferente", como aquele imaginado pelo Ten.-Cel. Lebaud e que criariam um privilégio sempre nocivo à coletividade militar, aspiramos, entretanto, um fortalecimento dos laços de amizade entre todos quantos formam nas suas colunas.

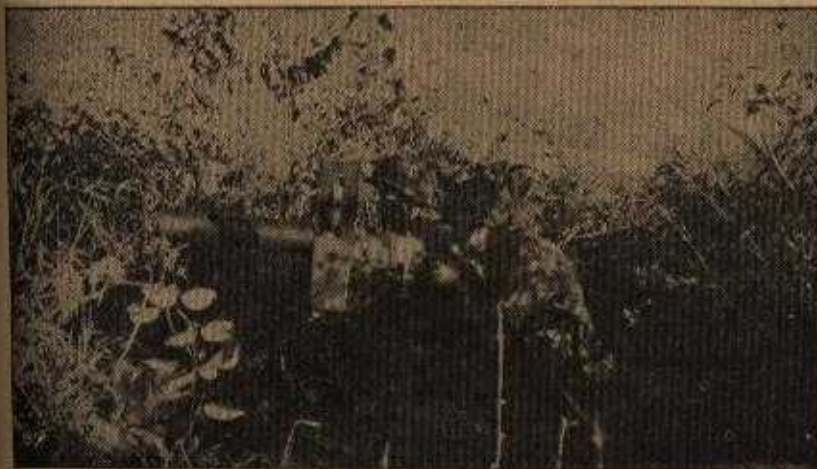


Fig. 11

1949. Manobras da Infantaria da E.M. — Dêem uma boa metralhadora... e o infante ficará muito satisfeito e seguro

o engenheiro, o cavalheiro concorreram, para isso, de tal forma que, sem eles, os nossos esforços teriam sido vãos".

"Todavia, há um grande ator do Grande Drama que de tal forma passou, de tal modo sofreu, de tal maneira se sacrificou, sempre e em toda parte, que é de justiça ser elevado a um pedestal diferente.

Esse ator incomparável, já o temos reconhecido: é o soldado de infantaria. A ele a palma do martírio, a ele o belo título de "Poilu"

Desejamos, sim e ardentemente, a solidificação do "espírito de Arma", a compreensão sincera dos seus componentes e a vontade de servirem uns aos outros como verdadeiros irmãos que são, na paz e na guerra, nos instantes de alegrias e de triunfos ou nos momentos de incertezas e sofrimentos.

Se assim acontecer, indiscutivelmente, muito lucrará a própria Infantaria e fortalecer-se-á ainda mais o nosso Exército para a eterna glória da Pátria Brasileira.

(4) Ten.-Cel. Lebaud: "Comandar". (Traduzido do francês pelo Major Niso da Viana Montezuma — Edição da Biblioteca Militar — 1942).

Instrução não dá cadeia... mas administração dá!

Maj. Z

Meus velhos e saudosos Comandantes continham meus arroubos de Comandante de Pelotão e de Esquadrão, com essa sentença tarimbada.

Ela me abafava os ímpetos, mas não me asfixiava de um todo.

Fazia meu juízo íntimo: Este Comandante está fora de tempo, onde se viu antepor à instrução a administração?

Eram minhas elocubrações quando me pediam soldados para empregos eventuais, para faxinas extraordinárias ou para serviços não previstos em boletim.

Lá vinha a resposta: Ten. Z ou Capitão Z instrução não dá cadeia... mas administração dá.

A autoridade decorrente da hierarquia, idade e experiência me faziam consentir, mas não convencer.

Dizia comigo mesmo hei de acabar com isso quando chegar minha vez!

Passam 10, 15, 20 e chegam os 25 anos de serviço.

Havia chegado minha vez, por interinidade, de comandar!

Vamos à instrução, tudo para instrução, mais instrução...

Lá um belo dia apresentou-se um Capitão que havia sido meu subalterno, como aspirante e tenente; Oficial excepcional, como instrutor e comandante de Pelotão.

Acabava de terminar o Curso na E.A.O., em primeiro lugar.

Oh! que desilusão.

Apresenta-se e, por ser o mais antigo, assume as funções de Fiscal Administrativo.

Pois bem, ao se apresentar cumpridas as formalidades regulamentares eu lhe disse as funções que ia desempenhar por ser o mais antigo entre seus pares.

Ele volta-se para mim e diz prontamente: Major Z instrução

não dá cadeia... mas administração dá!

E dá mesmo...

Meus velhos e saudosos Comandantes como tinheis razão. Eu vos asseguro que os processos e os métodos evoluem, mas os princípios são imutáveis porque até hoje instrução não dá cadeia... mas administração dá!

Mas apesar da força dos argumentos alguma coisa deve estar errada no complexo entrosamento das duas molas reais do Comando em tempo de paz:

Instrução e Administração!

Que digam alguma coisa a respeito os mais autorizados... em administração e instrução!

Dos mais recentes tempos, o domínio da administração do homem tem se multiplicado ao modo de levar-nos no campo dos conhecimentos técnicos, a essas arriscadas concepções e práticas.

No terreno dos anos gráficos, não se realizou um progresso geométrico dada a necessidade sempre crescente da difusão de idéias, entre os povos, pelo próprio meio.

Dos luminosos detentados pelos brades da idade média que faziam em anos um só livro, de modestos volumes de imprimir de hoje, o progresso alcançado é formidável.

E, ao se falar, em perfeição de reprodução, não podemos deixar de mencionar uma maravilhosa máquina "MULTITH" que, com um novo processo, torna um passo no progresso dos industriais gráficos.

Pelo processo "MULTITH" são resolvidos o velho problema da impressão, através tempo, em tal sentido, um pequeno espaço, V. S. poderá ter qualquer reprodução rápida de documentos, gravuras, fotografias, etc. por um processo econômico e rápido.

Este processo "MULTITH" é aplicado a uma máquina portátil. Tal processo, depois de aprovado nos países mais adiantados é oferecido ao Brasil onde a ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A. está a disposição dos interessados para qualquer demonstração.

REPRODUTORA MULTITH



ADDRESSOGRAPH-MULTIGRAPH DO BRASIL S. A.
Av. Graça Aranha, 152 - 1. Andar

Ao recebermos a prestar uma homenagem à revolta de 1934, esperamos as dificuldades de superar, a natureza dessa importância, muito à simples na exaltação do vício dos gestos, se limita a manifestar de saudade.

data, que se perpetua, um povo, implica análise das causas acontecimentos, justificando de atitude, a coleta de ensinamentos para a prática, no descortínio, a condução a ser paulatina.

Creemos esta maneira a que melhor se adequa a realidade destas condições, não terá sido o mesmo que, por via do sangue e comendo-se indelével, criando um marco de cultura da nacionalidade.

As nações, como se impõem, à confusão, a admiração, as congêneres, pelas obras edificadas, pelos caracteres, estabelecidos através das ilustres. Tais costumes, à linguagem, constituem o timbre, cuja salvação

(*) Palestra pronunciada

27 DE NOVEMBRO DE 1935 (*)

(O Brasil e o comunismo)

1º Ten. RUY COLARES MACHADO,
do C.P.O.R.P.A.

Ao recebermos a nossa missão — prestar uma homenagem aos heróis da revolta de 1935 — não nos escaparam as dificuldades que teríamos de superar, pois, damos a atos dessa natureza uma significação, cuja importância ultrapassa de muito a simples narrativa, vai além da exaltação do valor e da glorificação dos gestos desprendidos, não se limita a manifestações de pesar e de saudade. Comemorar uma data, que se perpetuou nos anais de um povo, implica, a nosso ver, na análise das causas essenciais dos acontecimentos nela havidos, na justificação de atitudes assumidas, na coleta de ensinamentos e de incentivos para a posteridade, e enfim, no descortínio de uma linha de conduta a ser pautada.

Creemos esta maneira de proceder, a que melhor se coaduna com a finalidade destas reuniões, pois, só assim, não terá sido vã a lição de civismo que, por vezes, se escreve com sangue e com sacrifício, plasmando-se indelével no calendário, cravando um marco basilar na estrutura da nacionalidade.

As nações, como os indivíduos, se impõem, à confiança e ao respeito, à admiração e à amizade de seus congêneres, pelos traços próprios atuais de uma época, provenientes de característicos definidores, estabelecidos através das gerações, pelas obras edificantes de seus filhos ilustres. Tais obras, aliadas aos costumes, à religião, à terra, à língua, constituem um valioso patrimônio, cuja salvaguarda os her-

deiros tem por dever assegurar, mantendo-o inconspicuo e íntegro para transmiti-lo aos descendentes.

A tendência natural, porém, parece ser para o esmaecimento das cores originais que revestiram um determinado fato, para a substituição delas por outras, que apresentem tal fato, como um simples episódio vivido e não como o resultado conjunto dos fatores responsáveis pela sua importância.

Julgamos, ao tratarmos da intencionalidade vermelha de vinte e sete de novembro, termos cumprido nosso dever somente se enfrentarmos e formos felizes na tarefa de trazermos tais fatores com fidelidade a detido exame, necessário para a sua perpetuação.

Senhores. Os caminhos convergentes da história nos conduzem do presente para o passado às primeiras alvoradas do homem no mundo. Um ligeiro adejar da imaginação por aquelas eras remotas não permite distingui-lo no panorama dos outros séculos, que com ele compunham a melodia da vida.

As jóias da inteligência ainda não refulgiam em sua fronte, como cintilações do espírito que lhe daria a hegemonia da criação. Apenas uma luz débil e humilde — como a de um pirilampo — acendia e apagava na noite imensa de sua ignorância. Entretanto, — fácil é concluir, — quando ainda os instintos predominavam sobre a razão, empreendera já, a jornada, que talvez se prolongue pelos séculos a fora: a busca da felicidade, a demanda

(*) Palestra pronunciada no C.P.O.R. de Porto Alegre.

preclara de Eduardo Gomes, "Uma teoria econômica que pleiteia uma reestruturação da sociedade, baseada na supressão da propriedade individual". A Democracia é, simplesmente, um regime de governo no qual o poder emana do povo para o povo.

O primeiro, para alcançar seus objetivos, implantando seus princípios, é constringido a moldar as outras necessidades dos indivíduos e as suas tendências naturais, às necessidades econômicas. Estas são, pois, os fatores determinantes de todo o organismo comunista. Predominam completamente, e, para serem satisfeitas, impõem restrições a todas as demais. A vida social obedece a seus traçados, as coletividades se adaptam às suas imposições. Os sentimentos devem ser restringidos, em suas manifestações espontâneas, para não constituírem percalços ao programa econômico. A formação moral recebe a influência de diretivas próprias. As aspirações de cada um sofrem a coação inevitável, que as orienta para os fins da ideologia marxista. Como decorrência lógica, surge o regime totalitário, caracterizado pela intervenção em todos os ramos de atividade, em absoluta oposição aos princípios democráticos.

"A felicidade, diz Jastrow, é a recompensa do ajustamento correto, que alcançamos nas múltiplas atividades — no trabalho, na vida de família, nas amizades, nos deveres de cidadão." Não cabe dúvida quanto é lícita tal frase. O credo vermelho, pelo exposto, suprime a liberdade individual, elimina o livre arbítrio, impede o surto da iniciativa privada e, portanto, torna impossível qualquer ajustamento. O bem-estar não pode subsistir em alma, preenhe de vapores incompatíveis com os seus mais elementares requisitos.

Aristóteles — ainda em nossos dias o "mestre dos que sabem" — já preconizava: "A função do Estado é organizar uma sociedade que proporcione a máxima felicidade para o maior número de cidadãos."

O sistema comunista transformando o bem supremo numa utopia,

é anti-humano e, por consequência, inaceitável para os que podem escolher livremente.

A Democracia, no entanto, proporcionando completa liberdade aos cidadãos para se associarem, para expressar seus pensamentos sem qualquer peia, para dar vazão aos sentimentos castos que nêles medram, para realizar as ambições justas espontaneamente concebidas, é a que melhor condiz com a natureza humana e com as manifestações do espírito. Se há ambiente propício para o florescimento do ditoso ideal, ele pode surgir das regras por ela instituídas, criteriosas e honestamente aplicadas.

Senhores. A vinte e sete de novembro de mil novecentos e trinta e cinco a Pátria Brasileira vira os albores da manhã com as pálpebras pesadas de tristeza, velara em luto as lágrimas, que silenciosas lhe desciam pela face, vertidas pela morte de devotados filhos. Golpe insidioso colimando a derrubada das instituições fora aparado e amortecido em escudos vulneráveis de peitos de heróis. Moços e velhos, com ardor de moços, haviam pago com a vida o preço de sua dedicação ao Brasil. Jequitibás de civismo em alburno da mais pura fibra, estavam abatidos pelos impulsos dos nobres sentimentos a que davam guarita e que os colocaram na trajetória dos desejos de uma trama nefanda.

Como a macabra apoteose do sacrifício no cumprimento do dever, seus restos jaziam em desordem nos locais onde se talaram suas preciosas existências.

Estalara a revolta comunista no seio do Exército! Os padrões de moral do seu organismo, altivos e ciosos de suas tradições, não trepidaram em extirpar as células cancerosas, que lhe ameaçavam a integridade dos brios, visando lançar a pátria no caos da anarquia e da desgraça.

As idéias de Marx, difundidas por Engles — como é do nosso conhecimento — se impantaram na Rússia em 1917, mercê de uma revolução que constitui uma nódoa na História do Mundo. As massas ignorantes, desesperadas pela der-

rota na guerra, famintas pela miséria, cansadas da tirania e da inépcia do Czar, se voltaram esperançosas para o movimento de Lenine e Trotski. A simplicidade do "slogan" "tirar do rico, para dar ao pobre" enganador — pois que encobre secretos desígnios, — cruel — como fonte de decepções, — é o decisivo argumento para quem nada mais tem a perder, para quem já está insensibilizado pelas provocações.

Vingando no horror, no assassinio em massa, na exterminação da nobreza, na lama da imoralidade, o comunismo rapidamente emitiu raízes e galhos possantes pelo país inteiro, tornando-o estéril a qualquer outra corrente de pensamento.

O que em teoria parecia ser bom, se mostrou inócuo na prática. Os ligeiros bafejos de liberdade cederam lugar à ditadura intolerante, — único meio de sustentar um sistema defeituoso, em benefício dos detentores do poder.

Como complemento do plano soviético se encontrava — e se encontra ainda — a propagação da doutrina comunista, mediante revoluções idênticas, de modo a colocar as demais nações na órbita de sua influência. Com tal fito, não se poupam esforços. E o testemunho da eficiência de sua propaganda, do fascínio de seus engodos, da pertinácia de seus propósitos inexprupulosos, é o sangue generoso derramado em 35.

Meus Senhores. A ideologia russa — como o Anteu da lenda, que revigorava as forças ao contacto de sua mãe, a Terra, — salu do último conflito mundial, com novos alertas. Gerada nas desgraças de uma guerra, rejuvenesceu em outra as suas energias.

Convém que tomemos cautela, para não lhe sermos submetidos.

Nós não suportaríamos o peso da escravidão. Temos nas veias o sangue indomável do índio, que jamais sobreviveu a qualquer jugo. Feneceríamos sob os grilhões.

"Qualquer forma de governo pode ser boa de acordo com o tempo, o lugar e as circunstâncias", sen-

tencia novel pensador. Não há verdade mais admirável quando apreciadas a história, a gente, os costumes, as circunstâncias, profundamente antagônicas do Brasil e da Rússia.

Esta tem sido desde tempos remotos o pelourinho de sucessivas escravidões. A risonha Terra da Santa Cruz, desde que apareceu no concerto universal, tem sido o berço de sucessivas liberdades.

O corcel de Átila cruzou as esteiras desoladas, como mensageiro de opressão; os senhores feudais nunca afrouxaram as cadeias de seus vassallos, o despotismo de Pedro, o Grande, e de Catarina II, as loucuras do Czar Paulo, a tirania impiedosa de Ivan, o Terrível, o misticismo de Rasputin, jamais deixaram o infeliz povo russo sentir sequer a doce ilusão de ser livre.

O Brasil, pelo contrário, mal suas praias se divisaram no fundo do horizonte, deixou ver bem claro que conhecia liberdade. O gentio despido e nômade era o seu mais perfeito símbolo.

Redentor de condenados, paço imenso das caminhadas bandeirantes, das correrias gauchescas e das vaquejadas sertanejas, só teve como nota dissonante a escavidão negra, assim mesmo abolida numa campanha pacífica, verdadeira glorificação do espírito liberal e generoso de seu povo.

A literatura russa de Gorki, de Dostoiesky, de Tolstol, de Alia Rachmnova, é literatura da vergasta, da humilhação, do sofrimento, do degrêdo para a Sibéria. E a literatura é o reflexo da vida da sociedade, em cada época.

As letras brasileiras são os cantos de Castro Alves, a Iracema e o Guarani, a recatada Moreninha, as lendas de Simões Lopes, os preceitos jurídicos de Rui Barbosa.

Encaradas sob outros aspectos, mais se acentuam as diferenças entre as mentalidades russa e brasileira. Portanto, não é lícito aceitar como argumento ponderável a justificativa de que o regime vermelho convém ao Brasil, apenas porque é suportado, ou porque teve êxito na Rússia.

Se um vício a pode escravizar o, também a es- tes, pode se t- Possivelmente, é o povo russo d- com o seu destino.

Nós, em contr- mos dizer numa o- somos viciados e- Eis a explicação por regimes de fô-

Nada mais terno para a gente bras- importante como a família, erigida liv- do amor e da moral- verdes anos já vice- se povoa os seus se- esperança de um l- de sorrisos, ruidoso- quieto de traquina- paço, no rancho ac- lico opulento é el- tranqüilas divagaç-

Centraliza-se a- da mulher. Ente s- tador, dotado de s- estranhas, que lhe d- romantismo. Fonte- ginha incendiária de- co de dedicação, rep- Tabernáculo de amo- de ideais elevados. da existência do hu- Donzela, lhe dá um- m; esposa, o confort- me, fá-lo reviver na-

O bolchevismo é c- concepção. De cunho- considera-a um sup- uma fraqueza. Con- segue-a. Transpõe os- da intervém na vida- cidadãos. Retira-lhes- mui para servir aos- eficiente, porém, desur-

"A mulher que ama- não passa de uma ca- de de mãe comunista- am tão tremendo libel- nos lábios que deviam- sur ansiosos de uma- fue contrada em vagi- ler não repousasse no- escante de um berço- a libios de Alexandr- ualtraz dos "Soviet- colma, protótipo da r-

Se um vício atávico do homem pode escravizar os seus descendentes, também a escravidão herdada, neles, pode se tornar um vício. Possivelmente, é esta razão que faz o povo russo dócil e conformado com o seu destino.

Nós, em contraposição, poderíamos dizer numa ousada afirmativa: somos viciados em sermos livres. Eis a explicação de nossa ogerisa por regimes de força.

Nada mais terno, nada mais doce, para a gente brasileira, pouco tão importante como a constituição da família, erigida livremente na base do amor e da moral. Desde os mais verdes anos já viceja em sua alma, já povoa os seus sonhos a inefável esperança de um lar ditoso, pleno de sorrisos, ruidoso de garrulice, inquieto de traquinadas. Na choupana, no rancho acanhado, no palácio opulento é ela embalada em tranqüilas divagações.

Centraliza-se a figura delicada da mulher. Ente sensível, encantador, dotado de susceptibilidades estranhas, que lhe dão um halo de romantismo. Fonte de carinho, faulha incendiária de corações. Berço de dedicação, repositório de fé. Tíberculo de amor. Inspiração de ideais elevados. Complemento da existência do homem.

Donzela, lhe dá uma afeição casta; esposa, o conforto espiritual e mãe, fá-lo reviver nos filhos.

O bolchevismo é contrário a tal concepção. De cunho materialista, considera-a um superficialismo e uma fraqueza. Combate-a. Persegue-a. Transpõe os humbrais do lar, intervém na vida privada dos cidadãos. Retira-lhes a prole e a educa para servir aos seus fins. É eficiente, porém, desumano.

"A mulher que ama seus filhos não passa de uma cadela". Lábios de mãe comunista pronunciaram tão tremendo libelo. Os mesmos lábios que deviam se aproximar ansiosos de uma minúscula face contraída em vagidos, se essa face não repousasse no travesseiro escarlate de um berço vermelho; os lábios de Alexandra Kolontal, embaixatriz dos "Soviets" em Stockholm, protótipo da mulher so-

vietizada, endeusada pelos seus compatriotas.

O filho brasileiro é alguma coisa mais do que um produto para o Estado. Alguma coisa mais sutil, que Balzac diz por nós: "um filho é imagem de dois entes, o fruto de dois sentimentos confundidos livremente. Está ligado a todas as fibras do corpo, como a todas as ternuras do coração. Lembra amores deliciosos, o tempo, o lugar onde estes entes foram felizes, a sua linguagem cheia de vibrações humanas, e as suas idéias suaves. É para eles uma encantadora miniatura, onde se encontram os poemas da sua dupla vida secreta; deve oferecer-lhe uma fonte de comorações fecundas, ser ao mesmo tempo todo o seu passado e todo o seu futuro".

Cremos prescindível qualquer comentário visando reforçar o argumento.

A vida ao lado da insensibilidade, do desencanto e do desamor, vazia de lenitivos e de compensações não pode constituir objetivo para seres equilibrados e sensatos.

Senhores! Não podem escapar a uma investigação menos descuidada as atitudes dúbias, as contradições, as falhas da propaganda soviética que se constituem em brechas na "cortina de ferro", através das quais é possível uma visão da evidência russa.

A verdade dos empreendimentos nobres, como a virtude, não tem pejo de se mostrar desnuda aos que a querem conhecer.

Se o paraíso de Stalin fôsse uma nova terra de Promissão; se no estuário de seus rios corresse leite e mel; se a justiça fôsse o supremo árbitro para seus dirigentes; e a tolerância o seu apanágio, não seria preciso escondê-lo aos olhos do mundo. O expansionismo por meio de incorporação de territórios alheios não teria razão de ser. A vingança não se exerceria, nem mesmo, sem os requintes de crueldade da experimentada pela professora Oksana Kosenkina.

A prudência e o patriotismo apontam ao Exército um único caminho para conjurar o perigo comunista: o fortalecimento e a ga-

rantia dos princípios democráticos, sem se transformar em cúmplice dos abusos que se cometam em seu nome. Será o maior tributo que pode prestar à memória dos caídos na Praia Vermelha.

Senhores! Catulo — o suave vate do sertão — em versos de singular beleza nos fala:

"O coração da criatura
Nasce impuro e fica impuro
Enquanto a gente não chora
E o coração não sentiu,
Então... ele fica limpo,
Fica leve, fica puro,
Como a folhagem das arve
Depois que a chuva caiu."

Havia máculas no coração do Exército em 35. As punhaladas desferidas contra aqueles bravos, chegaram-no e o fizeram verter lágrimas de sofrimento. Por isso, hoje, ele está leve, está limpo, está puro.

Manter incólume tal pureza é impedir a inutilidade de um holocausto, é salvaguardar a integridade da Pátria, que cresce — moral, intelectual e materialmente — para as culminâncias de seus altos destinos.



ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.

Succ. de L.B. de Almeida & Cia.

RUA DOS ARCOS, 28 A 42 — RIO

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL
— CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA E OUTRAS USINAS NACIONAIS

CHAPAS de ferro PRETAS-GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L — T — U — EIXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados pretos, vermelhos e de aço para caldeiras de todas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo.

FUNDAÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

Telefones: Armazém — 22-0409 — 22-1718 — 22-2748 — 22-1564 — Escritório Técnico — 42-4675 — Contabilidade — 22-1342 — 22-2549.

Os quatrocentos
dianos espalham-
so de maneira
trundo-se, natura
tes mais favorá
vimento da agric
dústria. Dessa m
densidade geral
tes por m. quad.,
trocenos por um
níades regionais
de nove apenas
cia de Beluchista
com meio milhão
dispersos em 54,4
gilo árida onde é
pacidade produtiv
A seu lado há
onde em 48.136
4.500.000 habitan
densidade povoativ
parável à dos Esta
do Brasil.

Para o norte e p
na da Índia melho
e povoamento. A
hora de Noroeste r
cidade de 213, a d
tem a de 263, a de
de 326, superior p
cidade geral.

No vale do Gange
deram ainda; aum
dade povoativa de t
na Províncias Unid
e no Bihar a 521, o
da geral. É, porém
Ganges, na velha Pro
cia, que é máximu
a população indiar
da do Oeste vai a

NA ENCOSTA DO HIMALAIA

J. PIRES DO RIO

N.R. — Em homenagem ao eminente engenheiro patriótico J. Pires do Rio, uma das melhores cerebrações de patriota esclarecido que temos tido, "A Defesa Nacional" reproduz, com a devida vénia, o seu último trabalho publicado no "Jornal do Brasil" de 23 de julho último, por onde bem se pode ver quanto a Pátria o preocupava.

Os quatrocentos milhões de indianos espalham-se pelo país imenso de maneira desigual, concentrando-se, naturalmente, nas regiões mais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura ou da indústria. Dessa maneira, para uma densidade geral de 268 habitantes por m. quad., cociente de quatrocentos por um e meio, há densidades regionais variáveis, a partir de nove apenas na vasta Província de Beluchistan, país deserto, com meio milhão de habitantes, dispersos em 54.456 m. quad., região árida onde é mesquinha a capacidade produtiva.

A seu lado há o país do Sind, onde em 48.136 m. quad. vivem 4.500.000 habitantes oferecendo densidade povoadiva de 94, comparável à dos Estados Nordestinos do Brasil.

Para o norte e para leste, as terras da Índia melhoram, e aumenta o povoamento. A Província Fronteira de Noroeste revela uma densidade de 213, a de Oeste-Punjab tem a de 263, a de Este-Punjab a de 326, superior portanto à densidade geral.

No vale do Ganges, as terras melhoram ainda; aumenta a densidade povoadiva de tal maneira que, nas Províncias Unidas, atinge a 518 e no Bihar a 521, o dobro portanto da geral. É, porém, no delta do Ganges, na velha Província de Bengala, que é máxima a densidade da população indiana. Em Bengala de Oeste vai a 756 hab. por

m. quad. e na Bengala de Leste, atinge a 775, densidade não encontrada nos velhos países europeus. Unindo-se as duas Bengalas, ter-se-á um grande país de 82.063 m. q., com a população de 63 milhões de hab., resultando uma densidade de 770 hab. por m. q., algarismo só encontrável em duas ou três Províncias da China superpovoadas.

Em tais condições, não há como negar-se razão a Mahatma Gandhi, para quem o maior mal da Índia, suscetível de corrigir-se, vem a ser o excesso de população. Concentram-se em Bengala, sobre 82.063 m. q., isto é, menos de 6% do território do país, mais de 15% da população. Esse fato não seria um mal, se a produção agrária fôsse bastante para o abastecimento quando bem distribuída.

A concentração em Bengala é fenômeno da economia indiana, agravado pela industrialização do país, ao influxo da utilização da máquina, feita de ferro e alimentada pelo carvão de pedra. Essa máquina, introduzida na Índia no meio do século passado, encontrou o carvão de Bihar e Bengala, mas só no princípio deste século pôde dispor de algum ferro para suas necessidades; esse ferro, produzido na vizinhança dos campos carboníferos de Bihar e Bengala, foi elemento de concentração demográfica na região de Calcutá.

A máquina chegou à Índia na segunda metade do século XIX,

como chegou à América Latina, à Europa Oriental, aos países do Mediterrâneo e do Oceano Índico.

Inventada pela Inglaterra, para o serviço das minas de carvão aplicou-se ao serviço das fábricas de tecidos, depois ao dos transportes, marítimos e terrestres.

Tinha a Inglaterra, naturalmente, a vantagem da prioridade no emprego da máquina, de cuja vida o carvão é primordial elemento. Pôde a Inglaterra, criadora da revolução industrial no século XIX, dilatar o seu imperialismo pelo comércio e sobretudo, pela indústria maquinofatureira.

Mais tarde, com atraso de meio século surgiram as rivalidades imperialistas no comércio marítimo e na grande indústria, na qual a siderurgia tem posição basilar.

Ao lado da Inglaterra, no fim do século XIX, aparecem os dois imperialismos criados pela abundância de carvão: o pangermanismo e o panamericanismo. A Inglaterra, entretanto, manteve o prestígio de "Britânica rules the Waves" até a primeira guerra mundial, que foi um ataque da Alemanha contra o imperialismo britânico.

O auxílio dos Estados Unidos facilitou a vitória da Inglaterra, mas tirou-lhe a palma de primeira potência industrial e, portanto, militar. A segunda guerra foi a repetição da primeira: uma tentativa da Alemanha, rebustecida pelo carvão do Ruhr, de onde lhe vem a energia industrial.

Após a primeira, os Estados Unidos revelaram sua dominadora capacidade industrial, medida pela produção de carvão ferro e petróleo.

O panamericanismo dilatou-se avassaladoramente, no Atlântico e no Pacífico. Com a segunda guerra, o pangermanismo entrou em sombra, ficando à luz do sol um desmaiado imperialismo britânico e um robusto imperialismo americano, ao qual o Presidente Truman aludiu ao falar em "nossa tremenda força", em face do comunismo russo.

No Oriente, a mutação política tem sido profunda.

O Japão, sobre o seu próprio e o carvão da Manchúria, ergueu forte organismo industrial, que lhe permitiu rivalizar, no Oriente, com a Inglaterra e com os Estados Unidos.

Essa rivalidade, lembrando a da Alemanha, causadora da primeira guerra, manifestou-se iludida em Pearl Harbor e fez a desgraça do Japão, obrigando os Estados Unidos a dilatar o seu imperialismo no Pacífico, onde a Inglaterra não se podia manter na Índia nem conservar as feitorias da China.

Hoje a Índia é uma grande força política independente no Pacífico.

Não pretendemos dizer que, com a independência reconhecida pela Metrópole, possa a Índia entrar em caminho de maior progresso, mais rápido, por exemplo, do que o do Canadá ou da Austrália, que continuam Domínios da Coroa Britânica, sem preocupação de independência no mundo internacional.

A Índia independente manterá, naturalmente, a marcha de progresso em que a Metrópole a tinha encaminhado, ao influxo da revolução da máquina, conquista da civilização industrial, mais favorável aos países ricos de carvão do que aos desprovidos desse elemento básico do trabalho mecânico.

A Índia tem seu caminho industrial marcado pela sua produção carbonífera, produção independente da forma de governo, mas sujeita às condições naturais, geológicas e geográficas, condições já conhecidas e que não são das mais favoráveis. O carvão indiano tem muita cinza e só pequena parte dele é própria para o fabrico de coque metalúrgico.

Em todo caso, a Índia produz trinta milhões de toneladas por ano, o que conta bastante no Oriente, região pobre de carvão, pois o que provém e poderá provir da China tem sido pouco e seu futuro é remoto, salvo qualquer surpresa da planificação comunista.

O fato é que a Índia vale no Oriente pelo seu carvão e, portanto, pelo seu minério de ferro,

ao qual não falta de manganês.

No devido tempo Britânico da Índia indústria de tecido de juta, como várando para o início como sucedeu na Índia, a siderurgia e a indústria.

Na Índia, no limite produtora de algodão, surgiu a indústria, que tem prosperado, com um padrão de honra, promotores, indianos.

Muitas outras indústrias, sujeitas a omercad e a disponibilidade de

grãos em todo o país, principalmente em Bengala, acessível o carvão

ventura, acha-se em uma agrária favorável da juta e, portanto, dessa fibra tornou vultosa na economia do país.

Por infelicidade, 63 milhões de bengaleses, crendos religiosos que há vários séculos e, a independência p

eram repartir o terreno muçulmano e hindus; aqueles em 35 milhões

na, e nessa relação divididos, ficando a leste muçulmano e a oeste

dele, porém, que as jutas estão a leste e a oeste, criando

valente de ficarem em país muçulmano e em país hindu, su

uma linha alfandegária. Outro mal da divisão

inglesa em duas nações, o Paquistão e o Barão, encorajando o tráfego

de grande comércio e de Bengala, coberta por um afluente do porto e mais importante do p

Por experiência própria, agora o efeito da independência entre as duas e de Leste muçulmana e hindu. Desajustamos conhecedores do Himalaia na viz

ao qual não falta a companhia do manganês.

No devido tempo, o Governo Britânico da Índia encaminhou a indústria de tecidos, de algodão e de juta, como várias outras, deixando para o início do século XX, como sucedeu na América do Sul e na Itália, a siderurgia.

Na Índia, no limite da capacidade produtora de carvão metalúrgico, surgiu a indústria de Jamshedpur, que tem prosperado e representa padrão de honra para os seus promotores, indianos e ingleses.

Muitas outras indústrias, todas sujeitas a o mercado de consumo e à disponibilidade de energia, surgiram em todo o país, preferencialmente em Bengala, onde é mais acessível o carvão nacional. Porventura, acha-se em Bengala a zona agrícola favorável ao plantio da juta e, portanto, a tecelagem dessa fibra tomou vulto imponente na economia do país.

Por infelicidade, entretanto, os 63 milhões de bengalis pertencem a credos religiosos que se hostilizam há vários séculos e, ao proclamarem a independência política, resolveram repartir o território entre muçulmanos e hindus; montavam aqueles em 35 milhões e esses em 28 e nessa relação dividiu-se o território, ficando a leste o Estado muçulmano e a oeste o hindu. Sucede, porém, que as plantações de juta estão a leste e as fábricas se acham a oeste, criando-se o inconveniente de ficarem as plantações em país muçulmano e as fábricas em país hindu, separadas por uma linha alfandegária.

Outro mal da divisão da Índia inglesa em duas nações independentes, o Pakistão e a União Indiana ou Barot, encontra-se no entorpecimento do tráfego numa região de grande comércio como é a de Bengala, coberta por uma rede férrea afluente do porto de Calcutá, o mais importante do país.

Por experiência própria, sentimos agora o efeito da fronteira alfandegária entre as duas Bengalas, a de Leste muçulmana e a de Oeste hindu.

Desejavamos conhecer a encosta do Himalaia na vizinhança do

Monte Everest. Tínhamos de ir a Darjeeling, última cidade setentrional da Índia, ligada por ferrovia de bitola estreita a Siguri, a onde chega a linha de bitola maior que vem de Calcutá. Mais útil nos seria a viagem terrestre: havia, porém, o risco dos conflitos entre muçulmanos e hindus, iniciados em março e não de todo acabados. Resolvemos ir de avião até Siliguri e de automóvel até Darjeeling cidade principal do último distrito de Oeste-Bengala, e que limita com o Estado de Sikkim, cujo território, na encosta do Himalaia, chega à fronteira do Tibet, a imensa região frígida, com meio milhão de milhas quadradas, sem nenhum valor econômico, agrícola ou mineral, onde três milhões de habitantes, arduamente trabalhando, conseguem apenas não morrer de fome ou de frio.

Pelo pequeno Estado de Sikkim, muito zeloso de sua autonomia política, passam as duas estradas que levam ao Tibet, país teocrático, onde reinam os Lamas. Da cidade de Darjeeling, vê-se bem o Monte Kanchenjunga, de 28.146 pés de altitude na direção norte, mas não se pode ver o Everest, que se descobre, porém, indo-se a Tiger Hill, a quatro milhas de Darjeeling, passeio obrigatório dos que visitam a estância de veraneio do Himalaia.

A visão desses dois montes de neves eternas, quase do mesmo porte, pois o Everest conta 20.002 pés de altitude, deixa impressão inolvidável e é motivo da viagem a Darjeeling, tanto quanto o desejo de conhecer as grandes plantações de chá no norte da Índia.

Em Darjeeling, vê-se do que há de mais importante em plantações e em usinas de chá, isto é, em "teagardens" e em "tea-factories". Em toda a Índia, há 700 mil acres de plantações, das quais 370 mil no Assam, 150 mil em Oeste-Bengala, 82 mil em Madras, 73 mil em Travancore, 20 mil nas outras Províncias. Todas essas plantações produzem 500 milhões de libras, sejam 250 mil toneladas, das quais se exporta a maior parte, cerca de 180 mil toneladas. Tem a exportação de chá grande importância no co-

mércio exterior da Índia, pois ocupa o terceiro lugar em valor, logo depois da juta e do algodão. O valor da juta, bruta e manufaturada, é da ordem de 90 crores ou 900 milhões de rúpias; o do algodão, bruto e manufaturado, da ordem de 50 crores; o do chá da ordem de 34 crores. Muito abaixo, encontramos o valor da goma laca, da ordem de 11 crores apenas.

Justamente em Bengala e Assam, depara-se a maior produção da juta indiana; nessa mesma região, porém nas terras altas, encontram-se as plantações de chá, contribuindo as duas produções para fazer do leste do país, hinterland do porto de Calcutá, uma região de alto relevo na economia indiana. Esses dois produtos, a juta e o chá, constituem monopólios de fato da Índia na economia mundial; mas, devemos observar que, na própria Índia, têm eles notável preferência por algumas regiões.

A geografia desse produtos, com sua predileção pela Índia e sua preferência pelas Províncias de leste, merece a atenção dos que estudam a economia mundial e desejam compreender a desigualdade econômica das diversas nações.

A economia agrícola da Índia resulta de poderosos fatores geográficos entre os quais se destaca a serra do Himalaia, criadora do Ganges e do Bramaputra, os dois caudalosos cursos que formam delta ao sul de Bengala, dois caudalosos rios alimentados pelas chuvas que o Himalaia faz cair ao longo de toda a sua encosta, de Punjab até o Assam, criando um regime de chuvas de que não se pode separar o regime agrário do país.

Com fatalismo astronômico as "monções" chegam todos os anos e inundam as Províncias da Índia, mais umas, outras menos.

Chove muito no Assam, menos em Bengala, menos ainda no Hyderabad, pouco em Rajputana, menos ainda em Beluchistan, muito pouco no Sind.

Em algumas Províncias, não chove bastante para permitir agricultura e somente a irrigação facilita o plantio da terra. Em nenhum

país do mundo faz-se mais irrigação do que na Índia. Sobre 203 milhões de acres de terras semeadas, 48 milhões e meio são irrigados. Um país que irriga 25% dos campos que semeia não se pode acusar de trabalhar pouco nem mal.

Eis um dos pontos de apoio das razões de Mahatma Gandhi para recomendar o "birth-control" visando a reduzir a população, a fim de restabelecer o equilíbrio entre a capacidade produtiva da terra e o consumo da população.

São mais fracas as razões de Gandhi no conselho de abandonar-se a máquina moderna, que a Inglaterra ensinou a construir, para voltar-se à indústria caseira, em que cada um fia e tece para se vestir, tal como o próprio Gandhi fazia, para exemplo edificante. Preferível é o otimismo de Nehru, entusiasta da máquina moderna e da industrialização planejada.

Sob este aspecto, o entusiasmo de Pandit Nehru aproxima-se do pensamento comunista que inspirou os famosos planos quinquenais russos.

Sem dúvida, o otimismo de Nehru pode ser exagerado, se os recursos naturais da Índia, em suas fontes de energia, sobretudo em sua riqueza de carvão de pedra, não corresponderem às suas esperanças. Realmente, o carvão da Índia não é de superior qualidade e o carvão de coque escasseia. Tem-se encontrado pouco petróleo, de tal maneira que o recurso de maior futuro se depara na energia hidráulica.

Em todo o caso, a Índia poderá caminhar para maior industrialização mecanizada, intensificando a utilização de suas próprias fontes de energia natural, como já fazia antes da independência e melhor poderá fazer agora que o país se liberta de pelas tradicionais e parasitárias.

Tem-se, em toda parte, uma impressão de trabalho e desejo de progredir; mas, convém não esquecer o predomínante fator das condições naturais. Na Índia, como no Brasil, como em toda parte, esse fator predomina e explica o relevo do progresso e de riqueza dos vários povos civilizados.

Guerra Química

Em fins do corrente ano, a Escola de Instrução de mais um curso de para oficiais, destinados a especialistas nesse Guerra, Usada e Guerra, a Guerra, atualmente um alveicoamento, tornando quase que constantes operações, pois que se acham incluídos de combate, com a de ao espírito, rados e dos leigos, os agentes fumígenos, obrigatório em operações, de caixa envergonhada, finalmente ficou a última conflagração de não terem sido, larga escala os gases, corpos de guerra, e foram descanso, nos outros recursos, ou também que em, gerentes em condições, a mais mortíferos, uma, utilizando não de efeitos destruídos, em bactérias, as, em um novo ramo, a guerra química: a, religiosa. Outro aspecto, é que sempre, mais forte, caso não, representações, usará, uma sob o aspecto, combate, quando tal, necessário para a, os seus designios, pois, as,acionais a isso, cada não serviram, atualmente, com o, guerra total, em que, se empenha com to, erras, na luta, o, para nele ser

riga-
e 203
mea-
riga-
dos
pode
mal.
das
para
vi-
a fim
entre
erra e

es de
onar-
a In-
para
a, em
e ves-
hi fa-
nte...
Nehru,
erna e
ada.
mo de
o pen-
rou os
russos.
Nehru
recursos
fontes
ua rio
cor-
ças...
ia não
carvão
encon-
al ma-
io fu-
idráu-

podará
rializa-
ndo a
fontes
á fazia
melhor
país se
e pa-

, uma
sejo de
esque-
as con-
omo no
esse fa-
levo de
vários

NOTÍCIAS MILITARES

Guerra Química

Em fins do mês de setembro do corrente ano, teve início na Escola de Instrução Especializada, mais um curso de Guerra Química para oficiais, destinado a preparar especialistas nesse ramo da Arte da Guerra. Usada desde tempos remotos, a Guerra Química atingiu atualmente um alto grau de aperfeiçoamento, tornando-se de uso quase que constante em todas as operações, pois que na mesma não se acham incluídos apenas os gases de combate, como erroneamente acode ao espírito dos menos avisados e dos leigos, porém, também, os agentes fumígenos de uso quase obrigatório em operações de alta ou baixa envergadura, como profusamente ficou demonstrado na última conflagração, em que, apesar de não terem sido utilizados em larga escala os gases de combate, os corpos de guerra química não tiveram descanso na utilização dos seus outros recursos. Provado ficou também que estavam os beligerantes em condições de utilizar os mais mortíferos processos de luta, utilizando não apenas gases de efeitos destruidores, como também bactérias as mais virulentas em um novo ramo surgido na guerra química: a guerra bacteriológica. Outro assunto já indistintivo, é que sempre o adversário mais forte, caso não precise temer represálias, usará a guerra química sob o aspecto de gases de combate, quando tal se fizer necessário para a obtenção de seus desígnios, pois os tratados internacionais a isso, infelizmente, ainda não serviram de impedimento. Atualmente, com o conceito de guerra total, em que toda a Nação se empenha com todas suas reservas, na luta, o objetivo mais fácil para nêle ser lançado todo

o peso dos agentes químicos, é o combatente da retaguarda, geralmente menos protegido e menos preparado para a defesa, sendo além disso, mais susceptível aos demoralizantes de um ataque de gases ou outro agente mais devastador. Sob o aspecto incendiário, tivemos os exemplos dos gigantes incêndios ateados na Inglaterra como resultado dos ataques desfechados pela aviação germânica contra o combatente da retaguarda, contra as indústrias, e contra a própria população civil indefesa, "conventrizando" cidades, com o fito principal de abater o espírito de luta do povo, levando seus governantes à capitulação. Torna-se, por conseguinte, imprescindível preparar essa população civil para se defender eficientemente contra um ataque dessa natureza, por ser ela a vítima mais indefesa e normalmente com o espírito menos preparado. Com o advento da energia atômica, mais imprescindível ainda se tornou essa necessidade, em vista dos efeitos devastadores do novo meio de ataque. Em certos países, nota-se já um desenvolvimento do espírito de defesa da população civil, com a vulgarização de prescrições necessárias a essa defesa, e a organização de cursos para enfermeiras, brigadas de defesa civil, etc., tomando as autoridades providências completas sobre o procedimento a ser seguido no caso de um ataque de surpresa, o qual provavelmente será desencadeado com a totalidade dos recursos da tropa atacante. Infelizmente em nosso meio ainda não surgiu esse espírito, não se convencendo o povo das graves responsabilidades que lhe cabem no caso de uma guerra em que nos vejamos envolvidos. Não é difícil encontrarmos mesmo a perniciosa idéia de que como estamos ainda em atrasado estágio

de desenvolvimento, torna-se absurda a idéia de nos vermos envolvidos em uma guerra com aplicação por parte do inimigo de recursos atômicos ou bacteriológicos, ou mesmo apenas químicos, idéia essa falha, pois desconhecemos o futuro desenvolvimento da política internacional, e nosso País possui recursos e meios capazes de despertar a cobiça de povos ou grupos de nações capazes de lançar sobre nós todo o peso e terror de uma luta para que não estejamos preparados psicologicamente ou materialmente.

Cuida, portanto, a Escola de Instrução Especializada, com nobre esforço, de preparar especialistas militares nas mais modernas e violentas modalidades de guerra, criando esse necessário espírito de defesa, inicialmente em nosso Exército, para que no futuro, possa ele transpor os portões da caserna espraiando-se e frutificando no meio civil visando que, numa infelicidade, não estejamos desprevenidos. Atualmente iniciou já aquela Escola nas matérias de seu curso, noções bem desenvolvidas sobre meios de defesa contra ataques atômicos e mesmo bacteriológicos, achando-se sua brilhante equipe de instrutores em constantes estudos no intuito de ampliar cada vez mais as informações transmitidas aos especialistas em formação. Louvável e sem alardes, o esforço desenvolvido pela E.I.E., no seu afã de preparar os especialistas militares para os mais modernos meios de combate, pois a guerra moderna é a resultante de um bem coordenado trabalho de equipe constituída apenas de especialistas capazes e competentes.

Defesa Civil

Como resultante da tensão internacional, acham-se empenhados

os povos em preparativos para fazerem face a um ataque de surpresa, no caso de se efetivar a conflagração que se prenuncia. Como dissemos no sulto acima, a população civil é a mais necessitada de defesa, pois sem poder revidar os ataques de que for alvo, tendo de se limitar a uma participação passiva nesse setor da guerra, será provavelmente a mais visada, como já foi na guerra passada, mesmo porque não se achando preparada psicologicamente, sua moral será mais fraca, podendo baquear com rapidez, influyendo decisivamente na moral dos combatentes de 1ª linha, é na própria continuação ou cessação das hostilidades, na resistência ou capitulação. Enquanto nos Estados Unidos e organizam cursos e comitês encarregados dos estudos dos problemas decorrentes de eventual conflito em que se utilizem os mais modernos e mortíferos recursos da técnica e da ciência bélica, a Rússia, por meio de sua organização de defesa civil — a *Osaviakhil*, criada pouco depois de 1920 — pretende instruir anualmente cerca de cinco milhões de "voluntários", sendo que já em 1947 foram organizados exercícios de defesa civil de larga envergadura com a participação de vinte milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, outros povos tomam aceleradas providências para não serem surpreendidos em caso de guerra. A Austrália previu a reorganização do Serviço Auxiliar Feminino do Exército, que além de colaborar com as autoridades militares na defesa da população civil, tomará a seu cargo todos os serviços burocráticos do Exército, possibilitando a utilização dos homens nas primeiras linhas, como combatentes. Já na última guerra, o mencionado serviço teve cerca de cinquenta mil mulheres nele alistadas, distribuídas pelo Exército, Marinha e Aviação.

Atos oficiais
Oficial",
1950

ATRIBUIÇÕES TERRITÓRIAS

Consulta o Ch
crição de Recru

a) tem o Es
atribuições do S
Recrutamento?

b) como ente
do das C.R. d
recrutamento e ass
ricários por inte
Regional de Recr

Em solução de

1) O Escalão
organizado e em
atribuições de
Recrutamento?

2) As Circuns
estão subor
simico-doutrinário
Recrutamento, po
Comandantes de
Escalão Territorial

(Aviso n. 466, d
do Oficial" de 31-V

DETETIVO DE NO UNIDADES

Aprovando a pro
E.M.R., a fim d
D.P. e de acódo
unidades de Saúde
dos seus mbc.
midade de equida
passar o requisito
candidatos da 1ª
Unidade de Saúde, a
corrente ano, tal c
por ocasião da prom
do Subtenente, em
do 15 do Decreto
de fevereiro de 1933

(Aviso n. 471, de
do Oficial" de 31-VI

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Aos oficiais do Ministério da Guerra publicados no "Diário Oficial", no período de 31 de julho a 14 de setembro de 1950

ATRIBUIÇÕES DE ESCALÃO TERRITORIAL

Consulta o Chefe da 12ª Circunscrição de Recrutamento:

a) tem o Escalão Territorial as atribuições do Serviço Regional de Recrutamento?

b) como entender a subordinação das C.R. à Diretoria de Recrutamento e assuntos técnicos doutrinários por intermédio do Serviço Regional de Recrutamento?

Em solução declaro:

1) O Escalão Territorial, órgão já organizado e em funcionamento tem as atribuições do Serviço Regional de Recrutamento;

2) As Circunscrições de Recrutamento estão subordinadas, na parte técnico-doutrinária à Diretoria de Recrutamento, por intermédio dos Comandantes de Região, através do Escalão Territorial.

(Aviso n. 466, de 28-VII-50 — "Diário Oficial" de 31-VII-50.)

• •

ELETIVO DE NÚCLEOS-BASE DE UNIDADES DE SAÚDE

Aprovando a proposição feita pelo E.M.E., a fim de que possam as B.P. e de acordo com o parecer de Unidades de Saúde completar o efetivo dos seus núcleos-base e como medida de equidade, resolvo dispensar o requisito de idade para os candidatos da 1ª turma de Subtenentes de Saúde, a ser promovida no corrente ano, tal como se procedeu por ocasião da promoção da 1ª turma de Subtenente, em obediência ao artigo 35 do Decreto n. 23.347, de 13 de fevereiro de 1933.

(Aviso n. 471, de 28-VII-50 — "Diário Oficial" de 31-VII-50.)

FUNCIONAMENTO DE C.R.A.S.

Atendendo às ponderações apresentadas pelo Estado-Maior do Exército sobre o funcionamento dos C.R.A.S. em determinadas Regiões, resolvo aprovar as seguintes medidas propostas pelo referido órgão:

a) reunião em Recife de todos os candidatos selecionados nas 6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M. para os C.R.A.S. de Infantaria e Artilharia;

b) matrícula nos C.R.A.S. da 2ª R.M., dos candidatos da 9ª, selecionados para Infantaria e Artilharia;

c) matrícula nos C.R.A.S. da 1ª R.M., dos candidatos selecionados de:

- Intendência, das 2ª, 3ª e 5ª R.M.;
- Manutenção, da 2ª R.M.;
- Saúde, da 3ª e 5ª R.M.;
- Transmissões, da 5ª, 7ª e 9ª R.M.

(Aviso n. 473, de 29-VII-50 — "Diário Oficial" de 31-VII-50.)

• •

SARGENTOS ARTIFICES CANDIDATOS AO Q.A.O.

Consulta o Comando da 10ª Região Militar como proceder com os 1º e 3º Sargentos artifices que aspiram ingresso no Q.A.O. — se considerá-los como habilitados nesse Curso, visto que já possuem o C.C.S.

Em solução, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que os sargentos mencionados na consulta em apreço podem ser matriculados no C.R.A.S. das respectivas Armas.

(Aviso n. 474, de 29-VII-50 — "Diário Oficial" de 31-VII-50.)

AYERBAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE PRAÇAS

(Solução de consulta)

Consulta o Comandante da 7ª Região Militar e Zona Militar Norte:

a) se assiste direito às praças a averbação em assentamentos do cumprimento das missões de vigilância ou segurança do litoral brasileiro;

b) se compete aos Comandos Regionais, o deferimento das respectivas solicitações.

Em solução declaro:

1. Quanto a letra a):

Assiste a todos os militares, sem nenhuma discriminação hierárquica, o direito à averbação em assentamentos de cumprimento das missões de vigilância e segurança do litoral brasileiro, referidos no Decreto n. 26.907, de 18 de julho de 1949.

Quanto a letra b):

É atribuição do Departamento Geral de Administração, de acordo com o item II, do Aviso n. 15, de 6 de janeiro de 1947, determinar a averbação do cumprimento das missões de vigilância ou segurança decorrentes das situações definidas pelo Decreto n. 26.907, de 18 de julho de 1949, as quais são procedidas conforme o item 5 do parecer 206, de 17 de agosto de 1949, do Consultor Jurídico deste Ministério.

Para isso possui aquele Departamento a necessária documentação sigilosa.

(Aviso n. 459, de 28-VII-950 — "Diário Oficial" de 1-VIII-950.)

VOLUNTÁRIOS EM UNIDADES DE FRONTEIRA

1. Tendo em vista que os elementos de Fronteira normalmente se localizam em regiões de escassa população e de pouco desenvolvimento, bem assim a necessidade de criar o interesse pela fixação do homem nessas regiões, autorizo as Unidades e Sub-unidades de Fronteira a acelerarem soldados, reservistas que contem, no máximo, 25 anos de idade, como engajados ou reengajados, dentro do efetivo fixado para os respectivos Núcleos-Base.

2. As vagas de sargentos e cabos, nas sub-unidades de fronteira em que não for possível fazer funcionar os respectivos cursos de formação, poderão ser preenchidas com o engajamento e reengajamento de praças,

em serviço ativo que tenham essas graduações, exigindo-se, como requisito, aptidão física, comprovada capacidade de trabalho e boa conduta.

3. As praças nas condições dos números 1 e 2 acima, enquanto bem servirem, a critério de seus comandantes, poderão servir até a idade limite de permanência no serviço ativo, não podendo, porém, ser transferidas, em hipótese alguma, para outra Unidade que não seja de Fronteira.

(Aviso n. 460, de 28-VII-950 — "Diário Oficial" de 1-VIII-950.)

DURAÇÃO DO CURSO DE CLASSIFICAÇÃO DO PESSOAL

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, o período de funcionamento do Curso de Classificação de Pessoal, de que trata a Portaria n. 171, de 7-X-949, passa a ser de 20 (vinte) semanas.

(Aviso n. 482, de 2-VIII-950 — "Diário Oficial" de 4-VIII-950.)

CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE SAN MARTIN

A 17 de agosto de 1950, transcorrerá o primeiro centenário do falecimento do General José Francisco de San Martín, brigadeiro da Confederação Argentina, Capitão Geral da República do Chile, Generalíssimo e fundador da Liberdade do Peru e vencedor de memoráveis batalhas pela independência de países da América espanhola.

Ilustre guerreiro, exemplo resplandecente de desinteresse e de honradez, símbolo de fé e de redenção, dedicou sua vida, não obstante as vicissitudes que encontrou, à liberdade de povos americanos.

A magnífica lição de sua magnífica atividade cada vez mais se enraizará no coração dos povos.

Com o intuito de exaltar a ação desse grande Chefe militar sul-americano, determino que na data acima referida, em todos os Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições Militares, seja reverenciada sua memória e rememorada, em palestras, sua ação em defesa da liberdade dos povos americanos.

(Aviso n. 488, de 4-VIII-950 — "Diário Oficial" de 7-VIII-950.)

MODIFICAÇÕES NO REGULAMENTO PARA AS ESCOLAS PREPARATÓRIAS

Em Decreto n. 28.409, de 29 de junho de 1950, publicado no D.O. de 8 de agosto, foram introduzidas modificações no Regulamento para as Escolas Preparatórias.

O referido Decreto e as modificações introduzidas, acham-se publicados no D.O. de 8 de agosto às páginas 11.633 a 11.638.

VENDE DE AUTOMÓVEIS A GERAIS

O Ministro de Estado, considerando que aos generais em atividade no Exército compete o desempenho de inúmeras atribuições que exigem o uso constante de automóvel, além de que, pela dignidade do cargo que exercem, são obrigados a utilizá-los, também, na satisfação de seus interesses particulares, resolve:

1 — Aos generais em atividade sem vendas, se assim o desejarem, viaturas turismo para desconto, no máximo, em 60 prestações mensais.

2 — Essas viaturas, uma vez integralmente pagas e após, pelo menos, 5 anos de uso, poderão ser substituídas, se houver disponibilidade na Diretoria de Motomecanização.

3 — Para essa substituição, a viatura em uso será obrigatoriamente adquirida pela Diretoria de Motomecanização para distribuição posterior ou alienação, creditando-se o seu valor para o pagamento parcial ou total da nova viatura.

4 — A Diretoria de Motomecanização providenciará, desde já, a entrega aos oficiais generais que o desejarem, das viaturas turismo de que são detentores, levando em conta o natural desgaste das mesmas e o tempo de uso anterior e fornecendo-lhes os documentos necessários ao seu licenciamento.

5 — Nenhum ônus caberá ao Exército pela manutenção de 2º escalão em diante e pelo licenciamento das viaturas a que se refere a presente portaria.

6 — Compete à Diretoria de Motomecanização organizar e manter em seu plano de fornecimento e substituição das viaturas turismo dos oficiais generais.

7 — Aos generais que se aproveitarem das disposições da presente portaria não serão distribuídos autos oficiais para o seu uso em serviço, salvo se, pela natureza do seu cargo, não tiverem direito a duas viaturas, caso

em que uma delas poderá ser adquirida de acordo com a presente portaria.

(Portaria n. 131, de 7-VIII-950 — "Diário Oficial" de 9-VIII-950.)

• •

PENSÕES A FILHAS DE VETERANOS

LEI N. 1.169 — DE 7 DE AGOSTO DE 1950

Restabelece o disposto no art. 3º, do Decreto-lei n. 1.544, de 1939, tornando-o extensivo às filhas dos veteranos, de que trata o art. 30, da Lei n. 488, de 1948.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É restabelecido o disposto no art. 3º do Decreto-lei n. 1.544, de 25 de agosto de 1939, que criou a comissão encarregada do exame e apreciação das habilitações às pensões vitalícias, e considerado extensivo às filhas dos veteranos, de que trata o art. 30 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

§ 1º. A Comissão baixará as instruções necessárias para as habilitações e admitirá todos os meios de prova em direito permitidos.

§ 2º. Quando na habilitação se tiverem de produzir justificações, serão processadas perante a justiça comum do domicílio da habilitanda e isentas do pagamento de selos e custas.

§ 3º. A habilitação terá rito sumário, e estarão isentos de quaisquer emolumentos ou taxas os documentos que a deverem instruir.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Guilherme da Silveira.

("Diário Oficial" de 10-VIII-950.)

• •

INSCRIÇÕES PARA CURSO DE PARA-QUEDISTAS

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, autorizo a abertura de inscrições para matrícula nos Cursos Básicos da Escola do Para-quedistas a se iniciarem no

corrente mês e aos quais poderão ocorrer os 1.^{os} e 2.^{os} Tenentes, 3.^{os} Sargentos, Cabos e Soldados de todas as Armas e Serviços, já qualificados na instrução e pertencentes a Unidades, Estabelecimentos e Repartições sediados no território da 1.^a Região Militar.

(Aviso n. 494, de 8-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

* *

LIGAÇÕES COM A COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-EE.UU.

Aos Comandantes de Grandes Unidades, Chefes de Estabelecimentos e Repartições Militares, recomendo que as ligações com a Seção do Exército Norte-Americano da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, sejam feitas por intermédio do Estado-Maior do Exército ou por meio do respectivo oficial de ligação — Gen. Garrobert P. da Costa.

(Aviso n. 495, de 8-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

* *

NOTA PARA LICENÇA ESPECIAL NO QUADRO DE DENTISTAS

Em face da sugestão do Departamento Geral de Administração, contida no Ofício n. 5.776, de 27 de julho de 1950, resolve:

Em aditamento à letra c) do Aviso n. 210, de 11 de fevereiro de 1949, e em virtude da criação do Quadro de Dentistas pela Lei n. 1.125, de 7 de julho do corrente ano, é a seguinte nota, na escala de licença especial, referido Quadro:

Dentistas superiores.....	1
Capitães.....	1
Dentistas subalternos.....	2

(Aviso n. 500, de 9-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

* *

REQUISICÃO DE PASSAGEM PARA INSUBMISSOS

Consulta o Chefe da 24.^a Circunscrição de Recrutamento a quem cabe providenciar a requisição de passagem para os insubmissos incapazes. Em solução declara:

Ao Comandante ou Chefe da unidade administrativa, a que estiver incorporado, ou encostado o insubmissos.

(Aviso n. 501, de 9-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

INTERRUPÇÃO DE DECÊNIO PARA LICENÇA ESPECIAL

1. Na forma do parágrafo único do art. 2.^o do Decreto n. 25.267, de 28 de julho de 1948, e em aditamento ao Aviso n. 118, de 11 de fevereiro de 1949, declaro que os motivos de agregação, previstos no art. 86 do Estatuto dos Militares, interrompem, para fins de concessão de licença especial ou de licença para tratamento de saúde própria ou de pessoa da família do militar, o decênio em curso mas não invalidam o direito adquirido por decênios já decorridos.

2. Nos motivos discriminados nas letras b), d) e e) do citado art. 86 e nas situações de inatividade do artigo 45 do Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941 (Lei de Inatividade), a interrupção do serviço militar será considerada conforme o critério previsto no inciso V do art. 6.^o do Decreto n. 25.267, de 28 de julho de 1948.

(Aviso n. 499, de 9-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

* *

MODIFICAÇÃO NUMERAÇÃO DE DELEGACIAS DE RECRUTAMENTO

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com a proposta da Diretoria de Recrutamento, retificar a numeração das seguintes Delegacias de Recrutamento, que continuarão com os mesmos encargos:

a) na 8.^a Circunscrição de Recrutamento:

- 32.^a D.R. para 7.^a D.R. — Arroio Grande.
- 31.^a D.R. para 16.^a D.R. — Erval.
- 30.^a D.R. para 26.^a D.R. — Piratini.

b) na 9.^a Circunscrição de Recrutamento:

- 34.^a D.R. para 1.^a D.R. — Três Passos.
- 33.^a D.R. para 9.^a D.R. — Marcelino Ramos.
- 32.^a D.R. para 10.^a D.R. — Encruzilhada do Sul.
- 30.^a D.R. para 12.^a D.R. — Capapava do Sul.
- 29.^a D.R. para 14.^a D.R. — São Sepé.
- 31.^a D.R. para 11.^a D.R. — Rio Pardo.
- 28.^a D.R. para 22.^a D.R. — São Pedro do Sul.

c) na 30.^a Circunscrição de Recrutamento:

- 11.^a D.R. para 13.^a D.R. — Várzea Grande.

(Portaria n. 134, de 9-VIII-950 — "Diário Oficial" de 11-VIII-950.)

USO DE VIATURAS AUTOMÓVEIS NO M. GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve baixar as "Instruções sobre o uso de viaturas automóveis do Ministério da Guerra", que a esta acompanham.

Instruções sobre o uso de viaturas automóveis do Ministério da Guerra

Tendo em vista o que preceitua a Lei n. 1.081 de 13 de abril de 1950, regulamentada pelo Decreto n. 28.425 de 17 de julho do mesmo ano, as necessidades do Ministério da Guerra e levando em conta a obrigação de dar assistência social aos militares e suas famílias, particularmente nas guarnições de transporte precário, resolveu baixar as seguintes instruções:

1 — As viaturas automóveis do Ministério da Guerra destinam-se exclusivamente ao Serviço Público.

2 — Inclui-se como serviço público a representação a que está obrigado o militar pela natureza do cargo ou função que exerce.

3 — Têm direito a automóveis oficiais para uso em serviço:

a — Todos os generais;

b — Os Diretores e Chefes de Estabelecimentos e Repartições, os Comandantes de Unidades, os Chefes de Gabinete e de Estados-Maiores que tenham necessidade constante de representação, mediante proposta da Diretoria de Motomecanização e aprovação do Ministro.

4 — Os automóveis referidos na alínea b) do número anterior farão, para o serviço de representação das Unidades Administrativas a que pertencem.

5 — Os oficiais que servem no Gabinete do Ministro terão direito ao uso dos automóveis que, a juízo do Ministro, forem necessários ao seu serviço.

6 — Para atender as condições pessoais de certos órgãos e unidades do Ministério da Guerra e bem assim proporcionar a devida assistência social aos militares e suas famílias, particularmente nas guarnições de transporte precário, poderão os mesmos dispor, mediante autorização do Ministro, de viaturas de transporte precário, do tipo civil ou regulamentado, ou mesmo das viaturas turismo, sob as normas estabelecidas pelos regulamentos comandantes, sendo tais transportes considerados "serviço"

para os efeitos da Lei n. 1.081 e Decreto n. 28.425.

7 — A fim de atender ao transporte de generais e autoridades militares, nacionais e estrangeiras, em trânsito na Capital Federal e nas diferentes regiões militares, a Diretoria de Motomecanização e os Comandantes de regiões disporão de um número variável de automóveis oficiais.

8 — O número de automóveis a que se refere o número anterior será fixado pelo Ministro, mediante proposta da D.M.M.

9 — A não ser nos casos de representação e de assistência social os autos compreendidos na alínea b) do n. 3 só deverão ser utilizados dentro dos horários de serviço da unidade, estabelecimento ou repartição.

10 — Não está compreendida na proibição da letra b) do art. 4º da Lei n. 1.081 o transporte de pessoa da família do servidor quando se tratar de ato de representação que importe em sua presença.

11 — A aquisição das viaturas automóveis para o Ministério da Guerra continuará a ser feita pela Diretoria de Motomecanização, para todo o território nacional, de acordo com as normas já existentes.

12 — Salvo os automóveis destinados ao Ministro, os demais autos oficiais não poderão ser do tipo de luxo.

13 — Os automóveis já existentes e que não se enquadram na determinação do número 12 continuarão em serviço até sua alienação normal, quando serão substituídos de acordo com o acima estabelecido.

14 — Os automóveis oficiais serão de cor preta e terão inscritas em caracteres legíveis de cor branca, nas portas laterais dianteiras, as iniciais S.P.F. superpostas às iniciais M.G. e separadas por um traço, tendo cada letra a altura de 0,05 m em duas linhas paralelas no meio da porta.

15 — É rigorosamente proibido o uso de placas oficiais em carros particulares, bem como o de placas particulares em carros oficiais.

16 — Só poderão conduzir automóveis oficiais os motoristas profissionais devidamente matriculados, salvo caso de força maior devidamente comprovado, sendo mantidas em pleno vigor as instruções existentes a respeito.

17 — Salvo autorização expressa é terminantemente proibida a guarda do veículo oficial em garage residencial.

18 — A autorização de que trata o item anterior só será concedida quando a garage oficial for a grande

distância da residência de quem use o automóvel.

19 — Ficam autorizados a conceder licença de que trata o item 17 as seguintes autoridades:

— No Distrito Federal — O Diretor de Motomecanização.

— Nas sedes das Regiões Militares e nas guarnições militares — os respectivos comandantes.

20 — Até o dia 20 de agosto de cada ano a Diretoria de Motomecanização enviará ao Ministro a relação de automóveis, caminhonetes, camionetes, ônibus e motocicletas, de tipo não militar, em serviço no Ministério da Guerra contendo as características de identificação, marca, modelo, estado de conservação, ano de fabricação, número de licença e serviço em que é empregado, bem como deverá propor as alterações de distribuição.

21 — São mantidas as normas existentes sobre o uso de viaturas militares, devendo a Diretoria de Motomecanização revê-las na base da Lei n. 1.381 e consolidá-las em documento único a ser aprovado pelo Ministro.

22 — Ao militar ou funcionário deste Ministério que cometer qualquer infração ao disposto nestas Instruções serão aplicadas as penalidades estabelecidas em lei ou regulamento.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1950.

(Portaria n. 135, de 7-VIII-950 — "Diário Oficial" de 14-VIII-950.)

* *

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO DE DOCENTES MILITARES

LEI N. 1.174 — DE 10 DE AGOSTO DE 1950

Adota o art. 30, do Decreto-lei número 3.625, de 28 de junho de 1943, referente ao magistério militar.

O Presidente da República: Fica saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É contado o tempo de serviço dos docentes militares em desempenho de função pública, eleta ou não, para promoção por antiguidade, transferência para a Reserva, aposentadoria ou reforma, segundo o art. 30 do Decreto-lei n. 3.625, de 28 de junho de 1943.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor desde a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 17-VIII-950.)

* *

DIVISÃO DE TERRITÓRIO DE REGIÃO MILITAR

Por Portaria n. 138, de 17-VIII-950, publicada no "Diário Oficial" n. 194, de 23-VIII-950, às páginas 12444 a 12447, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Guerra resolveu adotar nova divisão do território da 4ª Região Militar, para fins de recrutamento.

* *

COMISSÃO PARA ORGANIZAR SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sob a presidência do Secretário Geral do Ministério da Guerra e integrada de um representante do E.M.E., do D.G.A. e do D.T.P.E., fica constituída uma comissão encarregada do Serviço de Assistência Social do Ministério da Guerra.

Tal Comissão baseará seus estudos na apreciação das necessidades do pessoal civil e militar deste Ministério, bem como de seus dependentes, na legislação existente no Brasil e no estrangeiro sobre o assunto e no balanço das várias iniciativas da própria Administração da Guerra.

Tomará como base os seguintes aspectos do problema:

a) moradia — própria e do Estado;

b) assistência médica, dentária e jurídica;

c) assistência educacional, cultural e recreativa;

d) cooperativas de consumo — alimentação, vestuário, farmácia, pertences profissionais e domésticos e veículos de transporte;

e) transporte — viagem, hospedagem, bagagem e mudanças;

f) assistência financeira — seguros, montepios adicionais, pecúlios, abonos e rápidos;

g) férias.

(Aviso n. 523, de 19-VIII-950 — "Diário Oficial" de 23-VIII-950.)

APROVAÇÃO DE PLANO DE CONVOCAÇÃO PARA 1951

Por Portaria n. 142 de 21-VIII-950, publicada no "Diário Oficial" de 23-VIII-950, o Exmo. Sr. Ministro do Estado dos Negócios da Guerra resolveu aprovar, nos termos do artigo 35 da Lei do Serviço Militar, Decreto-lei n. 9.500, de 23-VII-946, e Plano Geral de Convocação para o ano de 1951.

O citado Plano de Convocação acha-se publicado à página 12528 do "Diário Oficial" n. 195, de 24 de agosto de 1950.

* *

EMBLEMA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DECRETO N. 28.501 — DE 14 DE AGOSTO DE 1950

Cria o emblema da Escola Superior de Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o emblema da Escola Superior de Guerra, de acordo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) Sobre um campo azul turquesa o cruzeiro do sul em ouro, circundado por uma corrente de elos triangulares também em ouro, ligeiramente curvos nos cantos;

b) dimensões: as do desenho.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950: 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

(O emblema citado foi publicado à pág. 12.644, do "Diário Oficial" n. 197, de 23-VIII-950.)

* *

DISTINTIVO DE CURSO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DECRETO N. 28.503 — DE 14 DE AGOSTO DE 1950

Cria o Distintivo do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o distintivo do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, de acordo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) sobre o centro da placa, em ouro, prata dourada ou metal dourado, será aplicado, em forma de calota esmeralda, o cruzeiro do sul em ouro, sobre um campo azul turquesa em esmalte, circundado por uma corrente também em ouro, de elos retangulares ligeiramente curvos nos cantos. O cruzeiro do sul será circundado por duas faixas de cores vermelha e azul "natier" aplicadas em esmalte;

b) o cruzeiro do sul circundado pela corrente simboliza a Segurança Nacional, e as cores vermelha, azul "natier" e azul turquesa simbolizam respectivamente o Exército, a Marinha e a Aeronáutica;

c) os ramos de café e fumo serão de cor verde e aplicados em esmalte;

d) o distintivo disporá de um fixador com tarracha;

e) tamanho e forma idênticos aos do desenho.

Art. 2º. O distintivo será usado no bolso superior direito da túnica ou atura correspondente.

§ 1º. Os alunos civis diplomados com o Curso Superior de Guerra usarão na lapela uma miniatura do distintivo.

§ 2º. Os diplomados pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores poderão usar nos seus uniformes o distintivo em tamanho natural.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950: 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

(O modelo do citado distintivo acha-se publicado à pág. 12644, do "Diário Oficial" n. 197, de 23-VIII-950.)

INSTRUÇÕES SOBRE SALÁRIO-FAMÍLIA

Aprova instruções para habilitação e pagamento de salário-família aos responsáveis por dependentes de militar falecido antes da Lei número 488, de 15 de novembro de 1948, concedido pela Lei n. 1.149, de 30-VI-1950.

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções que com esta baixam, para habilitação e pagamento de salário-família aos responsáveis por dependentes de militar falecido antes da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, concedido pela Lei n. 1.149, de 30 de junho de 1950.

Instruções para habilitação e pagamento de salário-família aos responsáveis por dependentes de militar falecido antes da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, concedido pela Lei n. 1.149, de 30 de junho de 1950.

I

Para habilitar-se aos favores da Lei n. 1.149, de 30 de junho de 1950, o responsável por dependente de militar falecido antes da vigência da Lei n. 488, de 15-XI-1948, deverá apresentar a declaração de dependentes, conforme modelo regulamentar o qual será obtido em qualquer órgão pagador de pensão militar pertencente ao Ministério da Guerra.

II

A declaração deverá ser entregue ao Pagador Central de Inativos e Pensionistas, quando se tratar de responsável residente no Rio; na Unidade Administrativa mais próxima do local de residência do responsável, quando se tratar de residente fora do Rio, ou ainda nesse caso, nos estabelecimentos de Fundos para os que residem nas sedes das Regiões Militares.

III

Juntamente com a declaração de dependentes deverão ser apresentados os comprovantes exigidos em lei.

IV

Uma vez examinada a documentação apresentada e achada conforme, a declaração de dependentes será vista pelas autoridades a que se refere o § 3º e 4º, do art. 9º, da Lei n. 196, de 6 de dezembro

de 1948 e encaminhada, com os respectivos comprovantes, ao Chefe do D.G.A., que determinará a concessão do benefício e providenciará a restituição das certidões de nascimento, por intermédio do órgão em que se originou o processo.

(Portaria n. 144, de 23-VIII-1950 — "Diário Oficial" de 26-VIII-1950.)

INSIGNIA DE CHEFE DO E.M.F.A.

DECRETO N. 28.500, DE 14 DE AGOSTO DE 1950

Cria a insígnia de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada a insígnia de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de acordo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) Campo branco, cortado por três faixas de listas verde, amarela e azul "natier";

b) ao centro um escudo representando as três Forças Armadas, de acordo com o desenho e nas proporções indicadas;

c) dimensões: 1,35 m x 0,90 m.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

(O modelo da insígnia citada acha-se publicado a pag. 12691, do "Diário Oficial" n. 198, de 28-VIII-1950.)

INSIGNIA DE COMANDO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DECRETO N. 28.502, DE 14 DE AGOSTO DE 1950

Cria a insígnia de Comando da Escola Superior de Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada a insígnia de Comando da Escola Superior de

Guerra, de acordo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) Campo em listas horizontais verdes e amarelas;

b) à esquerda um retângulo de cor azul "natier" sobre o qual está aplicado um losango de cor vermelha, tendo ao centro o cruzeiro do sul em ouro sobre um campo azul turquesa, circundado por uma corrente de elos retangulares também em ouro, ligeiramente curvos nos cantos;

c) o cruzeiro do sul, circundado pela corrente, simboliza a Segurança Nacional, e as cores vermelha, azul "natier" e azul turquesa simbolizam, respectivamente, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica;

d) dimensões: 1,35 m x 0,90 m.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950: 129º da Independência e 82º da República.

EURICO G. DUARA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

(O modelo da citada insígnia acha-se publicado à pág. 12692, do "Diário Oficial" n. 195, de 28-VIII-50.)

* *

criação DO QUADRO DE ASSISTENTES ESPECIAIS DE ENSINO

1. Considerando que a inexistência de adjuntos de catedrático nos quadros de lotação aprovados pela Portaria 23, de 11 de fevereiro de 1930, tem trazido dificuldades ao ensino, pela impossibilidade de substituição imediata dos catedráticos, dentre outros motivos pelo afastamento por licença especial ou para tratamento de saúde;

2. Considerando que o número de professores efetivos de cada matéria deve obedecer ao prescrito no artigo 13, do Decreto-lei n. 103, de 1937, até que seja modificado esse dispositivo legal;

3. Considerando que a ausência de professores não efetivos no exercício do magistério impossibilita a experimentação de oficiais, nessas funções e não permite uma seleção mais eficiente para o quadro do magistério militar, pela prática inexistência de fonte de recrutamento para esse quadro;

4. Resolve, de acordo com o artigo 92, da Lei do Ensino Militar e

art. 5º, do Decreto n. 24.875, de 15 de março de 1948, acrescer a lotação fixada na Portaria 23 citada, de um quadro de assistentes especiais de ensino, constituído na forma abaixo especificado:

a) a cada disciplina ou grupo de disciplinas, conforme o caso, em que esteja computado somente o professor catedrático, corresponderá, em princípio, um assistente especial de ensino;

b) as necessidades consequentes dos quadros de lotação fixados na Portaria 23 e que ultrapassem o limite fixado no art. 13, do Decreto-lei n. 103, de 1937, serão atendidos, na falta de professores já pertencentes ao Magistério Militar e até a modificação do citado dispositivo legal, por assistentes especiais de ensino;

c) as substituições eventuais dos professores efetivos serão feitas, por assistentes especiais de ensino.

5. Os assistentes especiais de ensino são oficiais da ativa designados, pelo Ministro da Guerra, mediante proposta da Diretoria do Ensino do Exército, para o exercício temporário das funções de professor dos assuntos não essencialmente militares, na Escola Militar, nas Escolas Preparatórias e no Colégio Militar.

6. O assistente especial de ensino, deverá satisfazer às seguintes condições:

a) contar mais de 8 (oito) anos de serviço e ter no mínimo, o posto de capitão;

b) ter menos de 35 anos de idade;

c) ter sido aprovado em prova de suficiência versando sobre o programa oficial da matéria ou grupo de matérias a que se candidata lecionar;

d) ser julgado apto em inspeção de saúde, para o exercício do magistério;

e) ter conceito favorável de idoneidade moral e profissional para as funções do magistério, emitido pela Diretoria do Ensino do Exército em face de seus predicados pessoais e de sua atuação como instrutor do curso ou cursos de formação, aperfeiçoamento, qualificação ou especificação de oficiais ou de graduados.

7. O assistente especial de ensino será designado, em princípio, por três anos, e não poderá exercer as funções por prazo maior, salvo para completar ano letivo em curso.

8. O assistente especial de ensino não poderá ser mais antigo que o professor responsável pela disciplina para a qual for indicado.

9. A seleção dos assistentes especiais de ensino ficará a cargo da Di-

retoria de Ensino do Exército e será feita periodicamente, não só para preenchimento das vagas de assistente de ensino das diferentes matérias, como também para manter, em estado permanente de utilização, uma reserva de elementos qualificados ao exercício do magistério em qualquer emergência.

10. Essa seleção obedecerá às seguintes prescrições gerais:

a) inscrição aberta durante prazo mínimo de 30 (trinta) dias e feita mediante requerimento do interessado à Diretoria de Ensino do Exército;

b) prova de suficiência, escrita, versando sobre todo o programa oficial de matéria, ou grupo de matérias, correspondente ao ano ou curso do estabelecimento de ensino, conforme seja a matéria ou grupo de matérias em apreço lecionados em um ou mais anos;

c) julgamento das provas feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11. A designação dos assistentes especiais de ensino deverá ser feita em dezembro de cada ano, salvo para as substituições decorrentes de afastamentos eventuais durante o ano letivo.

12. O assistente especial de ensino, no exercício de sua função:

a) terá, no máximo, nove horas de aulas semanais, no ensino secundário, e seis em Escola Militar;

b) terá as obrigações previstas na legislação vigente para os adjuntos de catedrático;

c) deverá, ainda, tomar parte nos trabalhos de caráter técnico-pedagógico, segundo instruções da Diretoria de Ensino do Exército;

d) terá direito a gratificação "pro-labore", fixada anualmente;

e) não poderá ser designado para funções administrativas no estabelecimento em que lecionar.

13. O assistente especial de ensino será exonerado:

a) no fim do período de três anos de exercício;

b) durante esse período:

— a pedido ou
— se não for comprovada sua aptidão para o magistério militar.

14. O exercício eficiente, durante o prazo de dois anos letivos, de função de assistente especial de ensino, constituirá título excepcional em concurso para preenchimento de vaga no magistério militar.

15. O candidato qualificado ao exercício da função de assistente especial de ensino ficará obrigado a estágio de técnica de ensino, em época

e sob condições a regular pela Diretoria de Ensino do Exército.

16. Os candidatos habilitados nos grupos de matéria terão preferência, para designação, sobre os habilitados em uma só matéria.

17. Os atuais professores a título precário também poderão habilitar-se à função de assistentes especiais de ensino na 1ª turma, desde que satisfaçam às condições exigidas no item 6 com exceção da alínea b); em igualdade de condições, terão preferência para designação.

18. A Diretoria de Ensino do Exército baixará instruções para a aplicação destas diretrizes.

(Aviso n. 535, de 23-VIII-950 — "Diário Oficial" de 31-VIII-950.)

CALENDÁRIO DO EXAME DE ADMISSÃO A ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

De acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército, aprovo o seguinte calendário para realização das provas do concurso de admissão à Escola Técnica do Exército em 1951:

a) Para o Curso de Preparação:

1ª prova — Francês e Inglês — 13 de fevereiro (3ª feira) — de 9 às 11 horas.

2ª prova — Álgebra Complementar — 15 de fevereiro (5ª feira) — de 8 às 12 horas.

3ª prova — Geometria e Trigonometria retilínea — 17 de fevereiro (sábado) — de 8 às 12 horas.

4ª prova — Física (ou Química para os candidatos ao Curso de Química) — 20 de fevereiro (3ª feira) — de 8 às 11 horas.

b) Para o 1º Ano dos Cursos Técnicos:

Prova de Geometria Analítica e Cálculo — 12 de fevereiro (2ª feira) — de 8 às 12 horas.

Prova de Mecânica Física e Racional — 14 de fevereiro (4ª feira) — de 8 às 12 horas.

Prova de Eletricidade — 16 de fevereiro (6ª feira) — de 8 às 12 horas.

Prova de Termodinâmica e Calor — 19 de fevereiro (2ª feira) — de 8 às 12 horas.

Prova de Física Química e Física Corpuscular — 21 de fevereiro (4ª feira) — de 8 às 12 horas.

Prova de Desenho Técnico — 23 de fevereiro (6ª feira) — de 8 às 12 horas.

(Aviso n. 548, de 29-VIII-950 — "Diário Oficial" de 31-VIII-950.)

MATRICULA NO CURSO DE MESTRE D'ARMAS DA E.E.F.Ex.

Atendendo às ponderações apresentadas pelo Estado-Maior do Exército, com relação à matrícula no curso de Mestre de Armas, da Escola de Educação Física do Exército, e de acordo com seu parecer conclusivo, declaro:

O oficial que terminar o curso de instrutor de educação física e estiver apto à matrícula no de mestre de armas, poderá efetivar essa matrícula no ano letivo imediato ao término daquele curso.

(Aviso n. 549, de 29-VIII-950 — "Diário Oficial" de 31-VIII-950.)

• •

MATRICULA EM 1951 NO COLEGIO MILITAR

1. De acordo com o que propõe a Diretoria de Ensino do Exército, é fixado em 100 (cem) o número de vagas para matrícula, em 1951, no Colégio Militar.

2. As referidas vagas devem ser preenchidas de acordo com o que prescreve o art. 66 do Regulamento daquele estabelecimento de ensino, isto é, obedecendo à seguinte ordem de preferência:

- 1º — gratuitos órfãos;
- 2º — gratuitos não órfãos;
- 3º — contribuintes de que trata o 1º do art. 51;
- 4º — contribuintes integrais;
- 5º — contribuintes de que trata o 1º do art. 51.

3. Recomendo sejam bem esclarecidos os responsáveis pelos candidatos sobre a impossibilidade absoluta de ser ultrapassado o limite de vagas acima fixado.

(Aviso n. 550, de 29-VIII-950 — "Diário Oficial" de 31-VIII-950.)

• •

DISPENSA DE PROVA NO EXAME A ESCOLA TECNICA DO EXERCITO

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Provas do Exército, modificar, para o seguinte, o art. 2º, § 4º, item 1, da Portaria n. 80 de 23-V-950, referente ao Concurso de admissão à Escola Técnica do Exército:

*Art. 2º —
1. 4º — Serão dispensados da prova:

- 1 — os candidatos que possuírem o Curso Básico de Material Bé-

lico, o Curso do Centro de Instrução de Defesa Antiaérea ou o de Artilharia de Costa e se destinarem ao Curso Industrial e de Armamento;

- 2 —
- 3 —

(Portaria n. 148, de 29-VIII-950 — "Diário Oficial" de 31-VIII-950.)

• •

CONTRIBUIÇÃO PARA MONTEPIO PELOS OFICIAIS R-2 CONV.

Atendendo que os oficiais R-2 amparados pelo Decreto-lei n. 8.159, de 3 de novembro de 1945, têm a permanência assegurada nas fileiras, como convocados, até a idade limite para o serviço;

Atendendo que esses oficiais são considerados em serviço ativo;

Atendendo, ainda, que ao serem transferidos para a reserva passarão a contribuir para o montepio, de acordo com a alínea a) do § 1º, do art. 1º, do Decreto-lei n. 106, de 22 de janeiro de 1938, declaro o seguinte:

Os oficiais R-2 com permanência assegurada em serviço pelo Decreto-lei n. 8.159, de 3 de novembro de 1945, devem contribuir para o montepio militar de seus postos, a partir da data do referido Decreto-lei ou da data de reinclusão no Exército quando posterior.

Será feita carga para desconto na forma do art. 7º do C.V.V.M.E., das prestações atrasadas.

(Aviso n. 556, de 31-VIII-950 — "Diário Oficial" de 1-IX-950.)

• •

DIFERENÇA DE VENCIMENTOS A OFICIAL INTENDENTE

Em solução a consulta do Comandante da 3ª D.C. sobre a percepção de diferença de vencimentos pelos oficiais Intendentes do Exército nos Corpos de Tropa, em face das disposições constantes dos Decretos n. 27.243, de 29-IX-949 e Aviso n. 702, de 21-X-949, declaro o seguinte:

Quando não existir na unidade, Capitão Intendente e estiver previsto esse posto nos quadros anuais de fixação de efetivos em oficiais Intendentes, caberá ao Tenente mais antigo que se achar no exercício de função peculiar a oficial do Quadro de Intendência as vantagens de que tratam os artigos 80 e 81 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

(Aviso n. 558, de 31-VIII-950 — "Diário Oficial" de 1-IX-950.)

CONSIGNAÇÕES A CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA DO CLUBE MILITAR

Para facilitar a fiscalização dos recolhimentos de consignações devidas ao Clube Militar, determino o seguinte:

1 — As consignações decontadas a favor do Clube Militar serão relacionadas separadamente das destinadas à Carteira Hipotecária do mesmo Clube de acordo com o art. 58 do Decreto n. 28.176, de 2 de junho de 1950.

2 — Fica adotado o modelo anexo para as relações de consignações decontadas para o Clube Militar; para as consignações devidas à Carteira Hipotecária será utilizado o modelo atualmente em vigor.

3 — As importâncias destinadas à Carteira Hipotecária e Imobiliária, recolhidas aos diversos Estabelecimentos de Fundos, serão encaminhadas ao Estabelecimento Central de Fundos e por este depositadas no Banco do Brasil, na conta — Clube Militar — Carteira Hipotecária e Imobiliária, ficando assim, cumprida a exigência do § 1º, do art. 58 do Decreto n. 28.176, de 2 de junho de 1950.

4 — Para controle pelo Clube, dos descontos para a Carteira Hipotecária, as Unidades Administrativas deverão:

a) Destacar dos talões de contribuição social e dos talões de contribuição imobiliária, fornecidos pela Carteira Hipotecária, os coupons correspondentes ao mês do desconto;

b) Colocar os coupons de todos os sócios em serviço na Unidade, na guia de arrecadação;

c) Remeter à Carteira Hipotecária, depois de preenchida a guia de arrecadação citada;

d) A Carteira Hipotecária do Clube Militar, suprirá as Unidades Administrativas dos impressos, sobre-linhas, etc., necessários a essa expediente.

(Aviso n. 561, de 29-VIII-50 — "Diário Oficial" de 1-IX-50.)

7 GRUPO DE CANHÕES AUTOMÁTICOS ANTIAERÉOS

(Autonomia Administrativa)

O 7º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos passa a ter autonomia administrativa, a partir de 1 de setembro de 1950, de acordo com o disposto no art. 25, do Regulamento de Administração do Exército, apro-

vado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1933.

(Aviso n. 565, de 1-IX-50 — "Diário Oficial" de 5-IX-50.)

VOLUNTARIADO A ESCOLA DE PARA-QUEDISTAS

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, autorizo a abertura de voluntariado em todas as Regiões Militares para o Curso Básico de Para-quedistas, que terá início em 16 de outubro próximo na Escola de Para-quedistas do Exército, para recrutamento de:

— Capitães, Tenentes e 3ºs Sargentos de todas as Armas;

— Tenentes Médicos;

Cabos e soldados mobilizáveis, de todas as Armas e Serviços, desde que se proponham a servir por mais um ano após a conclusão do curso.

2. As inscrições deverão ser feitas nos moldes das normas estabelecidas nas Instruções para matrícula na Escola de Para-quedistas do Exército, organizadas de acordo com a Nota n. 100, de 31-V-49 e já distribuídas a todas as Regiões Militares.

(Aviso n. 570, de 4-IX-50 — "Diário Oficial" de 6-IX-50.)

NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVO LEGAL

LEI N. 1.187, DE 2 DE SETEMBRO DE 1950

Dá nova redação ao art. 3º, do Decreto-lei n. 8.097, de 16 de outubro de 1945

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 3º, do Decreto-lei n. 8.097, de 16 de outubro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. É vedado a matrícula na Escola de Estado-Maior dos oficiais subalternos."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1950: 129º da Independência e 82º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 8-IX-50.)

POSTOS DE OBSERVAÇÃO DE NUVENS DE GAFANHOTOS

Tendo em vista o que preceitua a Lei n.º 483, de 12 de novembro de 1948 e a solicitação do Ministério da Agricultura constante do Aviso GM 1.772, de 22 de agosto de 1950, referentes a cooperação do Ministério da Guerra no combate ao gafanhoto migratório, determino:

a) As unidades, subunidades e destacamentos das 3.ª, 5.ª e 9.ª Regiões Militares situadas na faixa territorial até 100 km da fronteira, passam a constituir "Postos de Observação de movimento de nuvens de gafanhotos migratório", com o fim de permitir a pronta movimentação dos elementos de combate ao citado acrídeo;

b) Todas as informações referentes às mesmas nuvens serão fornecidas ao Ministério da Agricultura por intermédio da Grande Unidade a que estiver subordinada a unidade informante, podendo, entretanto, o comandante desta, dentro das instruções que forem baixadas em cada Região, entrar em ligação direta com o órgão local do Ministério interessado;

c) Nas informações acima serão obedecidas as normas, que forem estabelecidas a respeito pelo Ministério da Agricultura.

(Aviso n.º 576, de 11-IX-950 — "Diário Oficial" de 13-IX-950.)

* *

ALTERAÇÃO NO R.I.S.G.

DECRETO N.º 28.626, DE 12 DE SETEMBRO DE 1950

Altera o disposto no n.º 40, do art. 55, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O n.º 40, do art. 55, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, aprovado pelo Decreto número 8.031, de 26 de julho de 1940, passa a ter a seguinte redação:

"Reencar as praças do serviço ativo e inclui-las na reserva, de

conformidade com as disposições da Lei do Serviço Militar e do seu regulamento; reacionar as que, legalmente habilitadas, forem consideradas aptas a promoção quando convocadas para o serviço ativo; entregar-lhe as cadernetas ou os certificados, devidamente escriturados, consoante, as disposições vigentes, com exceção das que estiverem alistadas do corpo por motivo de serviço, em tratamento nos hospitais e enfermarias ou por sentenciar."

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1950; 120.ª da Independência e 62.ª da República.

EURICO G. DUTRA,

Camrobert P. da Costa,

("Diário Oficial" de 14-IX-950.)

* *

USO DE ALAMARES POR CHEFE DE ESCALÃO TERRITORIAL

Em solução à consulta do Comando da 7.ª Região Militar, e de acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Comissão de Fardamento, declaro que são extensivas aos Chefes de Escalão Territorial e Chefes de divisões do mesmo órgão, as prescrições do art. 18 do R.U.P.E. sobre uso de alamares.

(Aviso n.º 585, de 12-IX-950 — "Diário Oficial" de 14-IX-950.)

* *

MATRICULA DE 1.ª TENENTES NA ESCOLA TÉCNICA DO EXERCITO

Tendo sido sancionada a Lei número 1.187, de 2 deste mês, a qual dá nova redação ao art. 3.º, do Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1941, fica sem efeito a restrição referente à matrícula de 1.ª Tenentes na Escola Técnica do Exército e constante do parágrafo único do art. 3.º, das Instruções para o concurso de admissão à referida Escola, aprovadas pela Portaria n.º 90, de 23 de maio do corrente ano.

(Aviso n.º 587, de 12-IX-950 — "Diário Oficial" de 14-IX-950.)

TUPY S. LISBOA

CORRETOR DE IMÓVEIS

Atende seus serviços profissionais aos seus colegas do CLUBE MILITAR
da Lácio Lago, 233 — Fone 29-1462 — Diariamente de 12 às 21 horas

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de outubro do corrente ano :

a) *Do exterior*

- Argentina — Revista del Suboficial — N. de Set.
Revista "Raza Criola" da Associação de Criadores — N. de Agosto.
- Bolívia — Revista Militar — N. de Junho/Julho.
- Colômbia — Revista de las Fuerzas Militares — N. de Junho.
Memorial del Estado Mayor — N. de Março/Abril.
- Espanha — Revista Ejercito — N. de Agosto.
Revista Guion — N. de Agosto.
- México — Revista Patria — N. de Junho.
- Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos — N. de Junho.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas — Ns. de Maio e Junho.
- Uruguai — Revista Militar y Naval — N. extraordinário em homenagem ao Gen. D. José Artigas.

b) *Nacionais*

- Rev. do Club de Aeronáutica — N. 12.
- Rev. do Club Militar — Ns. de Abril/Maio e Junho/Julho.
- Rev. Libertas — N. 13.
- Boletim de Informações do Min. do Exterior — Ns. 68 e 69.
- Rev. de Nutrição — N. 1.
- Anais do 1º Congresso Açucareiro Nacional.
- Resenha Econômica do Banco do Brasil — N. de Julho.
- Rev. Militar de Remonta e Veterinária — Ns. 1 e 2.

Edifício do I

Para a Ge
C

De acôr
juízos, opini
A public
por parte da
As opini
suas páginas,
altos interêss
"Editorial" o

Não será
hidos para p

A Revist
Ortográfico d
impresso em

É permiti
nesta Revista.

Ano...
Semest
Número
Assinat
inc
rec

Obs. —
feito em 4 (o
prestações m

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação dêsses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

J. Pires do Rio.
Gen. Antonio de Castro Nascimento.
Cel. João Baptista Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. A. Ramos de Castro.
Ten.-Cel. Hermenegildo Carneiro.
Ten.-Cel. J.H. Garcia.
Maj. Arlindo Viana.
Maj. W.F. Bouças.
Maj. Z.
Cap. Eugenio Menescal Conde.
Cap. João B. Santiago Wagner.
Cap. Dr. Nelson Bandeira de Melo.
Cap. Rui Alencar Nogueira.
Cap. Walter Meyer.
Ten. Jair de Matos Montedônio.
Ten. Rubens Mario Jobim.
Ten. Ruy Colares Machado.
Staff.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO - 1950

Def

DEZEMBRO
1950

General RENATO BAI
General ANTONIO DE
Cel. ALBERTO R

DE JANEIRO